UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MÁRCIO LUIZ DO NASCIMENTO

Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife

São Paulo
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife

Márcio Luiz do Nascimento

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Miceli Pessôa de Barros

São Paulo
2010

RESUMO

Os trabalhos sobre intelectuais brasileiros atuantes no século XIX mostram-se contraproducentes quando dissociam o texto do contexto sociopolítico ou super valorizam capitais econômicos em detrimento dos capitais políticos e das relações sociais. Neste sentido, construímos uma análise que recupera texto e contexto e aproxima os capitais nas suas diferentes modalidades, confrontando dois grupos de peso intelectual: a Primeira Geração Romântica e a Escola do Recife.

Seguimos por uma metodologia capaz unir, conjuntamente, à revelação do sentido por trás do enraizamento social e familiar dos escritores: as suas diferentes formações escolares; as expectativas profissionais dos grupos sociais aos quais pertenciam; e as aspirações traduzidas nas suas produções literárias.

Os letrados do Recife conviviam com a dupla condição de marginalizados. Tanto eram excluídos políticos do *establishement* Imperial como operavam com baixos capitais econômicos e de relações sociais. Esta condição de intelectuais periféricos duplamente marginalizados explica em grande parte a reação contra o projeto político-literário romântico, iniciar-se primeiro entre os integrantes da Escola do Recife. Para eles, o modelo literário dos românticos, em particular o indianismo e o sertanismo, estava esgotado. Neste aspecto, os intelectuais da Escola do Recife apontavam a ausência dos grupos sociais urbanos na literatura romântica como emblemática da resistência dos românticos às novas transformações sociopolíticas, operadas no Brasil do século XIX, com o surgimento do indivíduo burguês.

Palavras-chave: intelectuais brasileiros; primeira geração romântica; escola do recife, trajetórias de intelectuais, pensamento social brasileiro.

ABSTRACT

Work on Brazilian intellectuals active in the nineteenth century appear to be counterproductive when dissociate the text of the sociopolitical or economic capital super value at the expense of political capital and social relations. In this sense, we build an analysis that retrieves text and context and near the capital in its different modalities, comparing two groups of intellectual weight: the First Generation and the Romantic Group and “Escola do Recife”.

We follow a methodology that can unite together, to the revelation of the meaning behind the social roots and family of writers: their different educational backgrounds, professional expectations of social groups to which they belonged, and aspirations as reflected in their literary productions.

The learned of Recife lived with the double condition of the marginalized. Both were excluded from political Establishement Imperial as operating capital with low economic and social relations. This condition of intellectual peripherals doubly marginalized largely explains the reaction against the project romantic political-literary, start first among the members of the “Escola do Recife”. For them, the literary model of the Romantics, in particular the “Indianismo” and “sertanismo”, was exhausted. In this respect, the intellectuals of the “Escola do Recife” indicated the absence of urban social groups in the literature as a romantic symbol of resistance of the new romantic-political changes which are made in Brazil in the nineteenth century with the rise of the bourgeois individual.

Keywords: Brazilian intellectuals, first-generation romantic, Escola do Recife, trajectories of intellectuals, Brazilian social thought

ÍNDICE

Introdução..... 7

Dos capítulos. 15
Capítulo I 15
Capítulo II 16
Capítulo III 16
Capítulo IV 17
Das fontes 18

CAPÍTULO I - Continuidade, originalidade, autonomia e nacionalidade: elementos para uma leitura dos pré-românticos pela Primeira Geração Romântica..... 20

Introdução 20

A "Polêmica da Minerva Brasiliense" 24

Caráter híbrido e transicional dos pré-românticos 36

Desdobramentos do projeto de nacionalização da literatura brasileira para a inclusão dos neoclássicos como pré-românticos 41
Potencialidades estético-literárias e político-históricas dos temas românticos nas mãos da Primeira Geração Romântica 41
Potencialidades estético-literárias dos temas românticos 41
Potencialidades políticas dos temas românticos: a invenção de uma tradição Imperial 46
A invenção de uma tradição Imperial 48

O trabalho de consolidação de uma literatura brasileira: os pré-românticos na forja da Primeira Geração Romântica 50
Francisco Adolfo de Varnhagen 50
Domingos Borges de Barros: primeiros temas da literatura dos túmulos 50
Uraguai: um épico para o avanço do processo das luzes 51
Caramuru: a paisagem neoclássica dá lugar a flora e fauna brasílicas 53
Joaquim Norberto de Sousa e Silva 58
Sugestões românticas de um árcade – José Bonifácio de Andrada e Silva 59
A construção de uma tradição simbólica para o Império: a releitura da Inconfidência Mineira e dos poetas inconfidentes 60
A Revolta dos Balaios no Maranhão – uma típica leitura dos movimentos nativistas pela Primeira Geração Romântica 63

Capítulo II − Um novo panorama nacional para o cultivo das letras − a criação de condições indispensáveis à produção literária 69

Faculdades imperiais: espaços de desdobramentos de carreiras políticas 74

Crescimento da imprensa periódica e de livros: sinais do adensamento da vida cultural brasileira no início do século XIX 78

Reedições e traduções de livros de romances-folhetins europeus: estratégias para o cultivo de um público urbano mais amplo 79

Poesia como gênero literário dominante entre os pré-românticos 83
Contribuição do teatro para o progresso da literatura romântica 87

A reação do gênero poesia ao avanço da prosa de ficção romântica 90
A "Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios": uma nova formulação estético-literária em questão dentro do movimento romântico 96

Processo de Urbanização do Recife no século XIX: momentos decisivos para a ascensão dos intelectuais 100
Periódicos: o instrumento por excelência de manifestação dos intelectuais no Recife durante o Século XIX 103
Contribuições e retrocessos da Igreja para o avanço das instituições de ensino e da cultura sofisticada laica no Recife do século XIX 105

Antônio Pedro de Figueiredo: um típico intelectual recifense na primeira metade do século XIX.. 110

Capítulo III – Carreira intelectual: uma escolha condizente com os níveis dos capitais e as histórias de vida dos letrados da Primeira Geração Romântica e da Escola do Recife 117

A Primeira Geração Romântica no contexto da crise sociopolítica Pós-Independência e do governo das Regências 123

A escolha de carreiras e ocupações de mando como sintomática entre os indivíduos bem-nascidos 131

Escola do Recife: intelectuais periféricos e duplamente marginalizados dentro do movimento da Geração 1870 134

O aumento do dissenso intragrupo entre os integrantes da Escola do Recife durante o quadro de crise sociopolítica do Império 143

Reconversões de carreiras para cima: desajustes entre a vida literária e as carreiras burocráticas – as letras como um mau negócio 146

Capítulo IV – Esgotamento do projeto político-literário nacionalista do movimento romântico brasileiro 155

Crise da poesia romântica: a excessiva musicalização do verso romântico 155

Crise da prosa de ficção romântica: o romance refletindo a resistência dos românticos ao adensamento social e à modernização da sociedade 158

A "Polêmica Alencar-Nabuco": dois projetos nacionais em disputa 164

O adensamento social dos meios urbanos – o testemunho da ficção machadiana 171

Escola do Recife: a reação contra os românticos 175

Tobias Barreto e Sílvio Romero – por um projeto político-literário iluminista 177

A reação da Escola do Recife ao modelo literário dos românticos – intelectuais na periferia do Império versus intelectuais da Corte 183

Tobias Barreto – a cultura alemã contra a fraseologia dos intelectuais afrancesados da Corte 183

Franklin Távora em defesa de uma Literatura do Norte: o romance sertanista contra o europeísmo da Corte 186

Sílvio Romero e Araripe Júnior − resistência ao reducionismo do modelo indianista-sertanista em literatura 195

Para a compreensão de uma ontologia brasileira – contribuições do romântico José de Alencar e dos pródromos da Escola do Recife 204

Racionalidade dos ladrilhadores versus racionalidade dos semeadores – José de Alencar na encruzilhada da modernidade 204

Culturalismo: o conceito de cultura tomado como reação ao processo de auto-objetivação da razão – Tobias Barreto e Sílvio Romero 218

Conclusão 232

Bibliografia 241

Periódicos 241

Livros e Teses 243

Artigos, livros e documentos – capítulo I 243

Artigos, livros e documentos – capítulo II 245

Artigos, livros e documentos – Capítulo III 247

Artigos, livros e documentos – Capítulo IV 250

Bibliografia 251

Introdução

Esta pesquisa consiste em avaliar dois grupos intelectuais adversários que estavam separados por projetos político-literários distintos, cujas propostas notadamente refletem o grau de proximidade dos indivíduos e do grupo do poder central; o nível dos capitais mobilizados pelos indivíduos; e as suas estratégias individuais e de grupo.

Como no século XIX ainda não havia se processado a autonomização das esferas culturais e nem havia instituições acadêmicas e culturais que fossem prioritariamente espaços de reprodução ou de celebração dos intelectuais, nenhum letrado pôde dedicar-se somente à vida intelectual. Este estado de coisas fez com que eles fossem ao mesmo tempo políticos e letrados ou letrados e funcionários públicos.

Percebe-se que os letrados ficaram submetidos à dupla pressão. De um lado, como não se podia viver unicamente das letras, a ocupação de cargos e postos públicos apresentava-se como a condição inevitável para a sobrevivência e mesmo para o exercício das letras. Por outro lado, o serviço público e as ocupações políticas absorviam o tempo qualitativamente melhor e as suas melhores energias.

Daí constatarmos que a necessidade de conjugar simultaneamente postos e cargos públicos com a dedicação às letras foi perversa com os intelectuais. Do ponto de vista profissional, categoricamente podemos afirmar que nenhum letrado aqui estudado, bem-sucedido ou muito envolvido com as letras, foi também um funcionário público exemplar.

Neste sentido, temos como exemplos Manuel Antonio de Almeida exonerado de dois cargos públicos por apatia e desinteresse; Joaquim Manuel de Macedo que não preparava as suas aulas e ainda corrigia os seus textos literários em sala de aula; Franklin Távora apontado pelos colegas como um relapso funcionário público; Bernardo Guimarães exonerado do serviço público judiciário por improbidade; mesmo Machado de Assis foi apontado como um funcionário público de desempenho mediano.

Do ponto de vista econômico, as letras constituíram um péssimo negócio. Isto porque a dedicação às letras impôs aos letrados despenderem tempo e recursos financeiros consideráveis, para viabilizar os seus trabalhos e a publicação das suas produções literárias. Neste aspecto, não faltaram exemplos de intelectuais que morreram na extrema miséria: Tobias Barreto, Franklin Távora, Antonio Pedro de Figueiredo, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida, Junqueira Freire, Fagundes Varela e Bernardo Guimarães.

Entretanto, os integrantes da Primeira Geração Romântica fizeram exceção a esta última colocação. Gonçalves de Magalhães, Torres-Homem, Pereira da Silva, Varnhagen e Porto Alegre seguiram na carreira diplomática ou preencheram cargos políticos e burocráticos relevantes. O que somente tornou-se viável graças ao abandono progressivo que fizeram das letras a partir dos anos de 1850.

De fato, eles souberam aproveitar da proximidade do Imperador, para então haurir excelentes colocações em carreiras e postos públicos de mando e ainda tiveram sensibilidade bastante para distanciar-se das letras.

Como os letrados do século XIX conviviam com a imbricação entre carreira político-burocrática e a vida intelectual, *a investigação das suas produções literárias ofereceu os melhores ganhos analíticos, quando aproximamos os textos do contexto sociopolítico e cultural do Segundo Reinado*.

O que observou Angela Alonso no seu estudo "*Ideias em movimento*", acerca das *produções políticas* no Brasil do século XIX, vale aqui na compreensão das *produções literárias*: a leitura das produções literárias românticas nacionais sobre o metro das literaturas europeias torna-se contraproducente. Isto porque implicitamente esta atitude investigativa parte do pressuposto de que o letrado nacional reunia conhecimentos, formação e condições institucionais à altura daquelas encontradas entre os escritores europeus e, ainda, desconsidera que havia um "repertório intelectual" nacional estabelecido.

Desta forma, procuramos introduzir ao longo dos capítulos alguns textos de grande impacto político-literário e ideológico, tendo, contudo, a preocupação de

contextualizá-los com o momento social e político vivido pelo letrado ou pelo grupo literário ao qual ele estava integrado.

Neste sentido, analisei, dentre outros textos, "*A Revolta dos Balaios no Maranhão*", de Gonçalves de Magalhães; os textos de Antonio Pedro de Figueiredo publicados na Revista "*O progresso*"; o romance "*Senhora*", de José de Alencar e as três principais polêmicas ocorridas no meio literário nacional durante o século XIX: "*A polêmica da Minerva Brasiliense*"; a "*Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*" e a "*Polêmica Alencar-Nabuco*".

Como os intelectuais, com os quais trabalhei, estavam inseridos numa *Sociedade de Corte e de estrutura estamental patrimonialista*, ainda que o *mérito* e a *competência* não fossem de todo estranhos às tomadas de decisões, *todavia as elites políticas e os grupos sociais estratégicos pautavam-se segundo a lógica do afeto e do favor*.

Em razão da estrutura sociopolítica do Brasil Império ser fundamentalmente estamental patrimonialista, os capitais nas suas diferentes modalidades, mobilizados por cada indivíduo ou pelo grupo literário, foram os elementos mais decisivos para o sucesso ou o fracasso dos intelectuais aqui pesquisados.

Os desdobramentos assumidos pelos diferentes capitais em relações de poder familiar, grupal ou político se constituíram no integral capaz de derivar os nexos causais por trás das especificidades do intelectual brasileiro no século XIX.

Assim, como Sérgio Miceli, no seu trabalho "*Intelectuais à brasileira*", já observara para o caso dos intelectuais atuantes no período de 1920 a 1945, também nesta pesquisa, constatei que *a integridade dos capitais familiares herdados e os níveis elevados dos capitais econômicos e de relações sociais impuseram-se como decisivos e estratégicos para os indivíduos conquistarem posições de mando*.

Os amigos de Joaquim Nabuco, o Barão do Rio Branco, Rodolfo Dantas e Eduardo Prado ostentavam excelentes níveis de capitais de relações sociais e familiares. Para se ter uma ideia, eles deputaram em cargos políticos e burocráticos em média aos 25 anos: Rio Branco tornou-se aos 24 anos

Secretário de Estado e Rodolfo Dantas foi Ministro de Estado aos 26 anos, quando se tornou Ministro da Justiça.

Estes indivíduos bem-nascidos, além de se ocuparem de carreiras profissionais com alto retorno simbólico e econômico, como regra geral não se aproximaram de carreiras intelectuais. Acerca do que escreveram, quase sempre estava ligado a uma literatura sofisticada: pareceres sobre questões de interesse da Nação, como litígios de fronteiras; e relatórios sobre a consolidação de procedimentos judiciários.

Enquanto isto Tobias Barreto, Franklin Távora e Sílvio Romero eram indivíduos advindos de famílias em processo crescente de empobrecimento e expostas a perdas que incidiam na integridade dos seus capitais familiares (morte do pai de Távora, descompensação psíquica do pai de Romero, segundo casamento do pai de Tobias). A média de idade de deputação destes letrados foi acima dos 30 anos e, mesmo assim, eles iniciaram-se em cargos políticos hierarquicamente menores, como o de deputado provincial.

Ao contrário dos bem-nascidos Rodolfo Dantas e o Barão do Rio Branco, os integrantes da Escola do Recife, usualmente, sentiram-se atraídos pela carreira intelectual e quase sempre se ocuparam de cargos e postos públicos menores.

Quando tentaram reconversões de carreiras para cima, a exemplo de Franklin Távora e Tobias Barreto, houve o aumento dos seus sofrimentos internos e a diminuição das suas chances de sucesso profissional. Isto porque os seus lances foram maiores do que o aporte dos seus capitais políticos e de relações sociais. Daí ambos ficarem de tal modo emparedados, que o declínio físico, econômico e social tornou-lhes presa da morte prematura e da irremediável pobreza.

Para viabilizar as suas carreiras profissionais e intelectuais, alguns letrados da Escola do Recife precisaram lançar mão de estratégias como o casamento em famílias economicamente mais estáveis; migrar para a Corte; e contar com ajuda decisiva de mecenas. Com respeito a este último aspecto, os mulatos Tobias Barreto e Antonio Pedro de Figueiredo somente conquistaram uma formação educacional sofisticada e elevada o bastante para disputar espaços profissionais com os brancos, graças à atuação dos seus mecenas.

Ostentar capitais em bons patamares era estratégico e central para a posse de postos e cargos públicos de mando. Contudo, os diferentes níveis de integridade dos capitais, mobilizados por cada indivíduo, estão por trás de muitas desavenças e ataques mútuos entre os integrantes da Escola do Recife. Estas diferenças tenderam a aumentar na medida em que a crise sociopolítica do Brasil Império tornava-se cada vez mais acentuada, como ressaltamos no Capítulo III.

Os letrados do Recife conviviam com a dupla condição de marginalizados: tanto eram excluídos políticos do *establishment Imperial*; como operavam com baixos capitais econômicos e de relações sociais. Esta condição de *intelectuais periféricos duplamente marginalizados* explica em grande parte a reação contra o projeto político-literário romântico, primeiramente, iniciar-se entre os integrantes da Escola do Recife. Bem como, historicamente o núcleo dos intelectuais do Recife estar entre os mais radicais adversários da monarquia e dos intelectuais da Corte aproximados do poder central.

Neste sentido, Frei Caneca intitulava os letrados próximos de D. Pedro I de "*aristocratas servis*", cujo grupo era integrado por gente como Evaristo da Veiga, Januário da Cunha Barbosa e José Bonifácio de Andrade e Silva. Tobias Barreto e Silvio Romero, antes mesmo de Joaquim Nabuco, denominavam os intelectuais da Primeira Geração Romântica de "*confraria do Imperador*". Não faltaram ao núcleo dos intelectuais do Recife radicais da envergadura de Abreu e Lima, Antônio Borges da Fonseca e Martins Júnior: exemplos de intelectuais dispostos a seguir pela via da revolução para liquidar a monarquia e o domínio das elites políticas nacionais.

No século XIX, a criação de novas instituições culturais; a ação em favor das letras por D. Pedro II; o avanço do Estado Imperial contra a presença da nobreza rural na burocracia e nas instituições estatais; o fortalecimento e o surgimento de novos grupos sociais urbanos foram elementos que criaram condições para a elevação da qualidade das produções literárias nacionais.

Observou-se o crescimento cumulativo e progressivo das criações literárias nacionais a partir do romantismo. *Neste sentido, a vida literária tornou-se mais complexa com a Primeira Geração Romântica, tanto que foi ela quem*

encerrou o ciclo de possibilidades dos letrados nacionais dedicarem-se simultaneamente a vários gêneros literários.

Depois da Primeira Geração Romântica, a *especialização* impôs-se aos letrados brasileiros. Gonçalves de Magalhães e os seus companheiros Varnhagen, Joaquim Norberto, Pereira da Silva, Porto Alegre, Teixeira e Sousa e Torres-Homem ainda puderam se dedicar ao mesmo tempo à poesia e ao teatro; pesquisar e publicar longas biografias recheadas de muitas notas explicativas; editar os primeiros trabalhos sobre História do Brasil; e ainda dedicar-se à docência ou ao serviço burocrático. *Esta possibilidade tenderá a desaparecer na vida literária brasileira*.

Neste aspecto, os letrados que resistiram ao processo de especialização foram publicamente punidos pela "crítica" incipiente. Com efeito, as peças teatrais escritas por José de Alencar e Machado de Assis foram recebidas com indiferença a partir dos anos de 1870.

Ainda veremos ao longo dos Capítulos III e IV que a elevação da qualidade das criações literárias e o aumento da complexidade das ocupações burocráticas estatais, em razão do avanço do processo de burocratização, incidiram sobre os intelectuais de tal modo a torná-los indivíduos em constante conflito.

A estratégia de conjugar carreira burocrática ou política com a carreira intelectual redundou em alcoolismo (Bernardo Guimarães, Fagundes Varela, Aureliano Lessa); bem como em exonerações de cargos públicos por improbidade (Bernardo Guimarães e Manuel Antonio de Almeida). No exercício de cargos públicos, a apatia, o desinteresse, a morbidez, o negativismo e a inoperância administrativa grassaram entre os letrados (Franklin Távora, Machado de Assis, Manuel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Almeida).

Outro elemento contribui para fortalecer a tese de que a vida literária brasileira ficou mais complexa a partir dos anos de 1850. Até a chegada do romantismo, a poesia era quase o único gênero literário cultivado pelos letrados e era considerado como o gênero hierarquicamente mais sofisticado. Ainda que o teatro já estivesse presente, a chegada do gênero romance revolucionou a literatura brasileira, na medida em que foi capaz de ampliar o público

consumidor de literatura e traduzir na ficção os principais interrogantes do homem moderno.

Em particular nos Capítulos III e IV, ressaltamos como a poesia de Gonçalves Dias e os romances de José de Alencar tornaram, progressivamente, mais difíceis se fazer literatura no Brasil; e como a poesia, naquele momento o gênero mais sofisticado, contou com a genialidade de Gonçalves Dias para reagir à investida do romance.

Por fim, colocamos lado a lado dois projetos político-literários distintos. De um lado, Alencar e os românticos que resistiam à modernização e ao progresso da Nação pela via da aproximação das ideias cientificistas e das novas técnicas europeias. Eles entendiam que para o crescimento da Nação e o avanço da civilização nos trópicos, eram inevitáveis e necessárias as reformas sociopolíticas. Contudo, eles *queriam que estas reformas fossem processadas segundo o tempo de ambientação e conscientização das elites políticas*.

Em suma, Alencar e o grupo romântico propunham um projeto político a ser realizado pelo restrito grupo de políticos integrantes do *establishment Imperial*, cujos fundamentos operavam dentro da observância da ordem e da garantia do "sistema de privilégios". Neste sentido, o romance "*Senhora*" testemunha a resistência de Alencar ao surgimento do individuo burguês e à instauração cada vez mais sentida das relações de troca burguesas.

Alencar, enquanto um intelectual reacionário e nostálgico do passado, hostilizava a modernidade, reagia às pressões políticas dos novos grupos sociais e combatia a introdução entre nós das novas conquistas técnico-científicas europeias, *tudo isto em nome da manutenção e restauração de uma sociedade de privilégios aristocráticos. A seu ver, somente sob os filtros da tradição-memória nacional era possível realizarmos a promessa de construção de uma civilização nos trópicos*.

Do outro lado, os integrantes da Escola do Recife entendiam que o modelo literário dos românticos, em particular o indianismo e o sertanismo, estava esgotado. Tobias Barreto, Silvio Romero, Franklin Távora e Araripe Júnior criticavam a literatura romântica pela ausência dos negros e mulatos; dos

novos grupos sociais urbanos; e das sociedades rurais. Segundo eles, a ausência destes grupos sociais na literatura romântica seria emblemática da resistência dos românticos às novas transformações sociopolíticas.

Apesar de ordeiros e resistentes à participação dos grupos populares e dos negros nos movimentos sociais, os letrados da Escola do Recife tinham pressa na introdução de reformas políticas. Eles demandavam por reformas políticas que ampliassem a participação dos novos grupos sociais urbanos; acelerassem o processo de secularização; detonassem de vez o Poder Moderador; e proclamassem a abolição da escravidão.

Na medida em que as reformas políticas não foram contempladas, em particular depois dos anos de 1883, alguns integrantes da Escola do Recife uniram-se a outros letrados da Geração de 1870, tão marginalizados politicamente como eles. Neste aspecto, os dois mais jovens integrantes da Escola do Recife, Martins Júnior e Aníbal Falcão, radicalizaram as suas teses políticas: ou o imediato fim da escravidão e da monarquia ou a revolução.

Oportunamente, ainda avançamos na compreensão de uma "ontologia brasileira" sugerida por Maria Alice Rezende de Carvalho, no seu clássico estudo "*O quinto século*". Em particular com José de Alencar, percebemos o seu empenho em elaborar uma ontologia para os filhos dos trópicos, que não projetasse só na razão toda a potencialidade de emancipação dos homens. Personagens dos seus romances indianistas como Poti e Iracema, apesar do bovarismo dos valores feudais, pautam-se em muitos momentos segundo racionalidades estranhas aos brancos.

O Culturalismo de Tobias Barreto e Sílvio Romero, de contornos fundamentalmente iluministas, precisou enfrentar o problema de o conhecimento racional arrogar-se como a única forma do sujeito compreender a si e todas as coisas. Romero encontrou os elementos para colocar em dúvida o "projeto da razão", como a única forma de racionalidade emancipadora, ao recorrer à complexidade da contribuição dos costumes e das múltiplas soluções populares na construção do conhecimento.

Enquanto Tobias Barreto relativizou o papel da razão, como detentora dos nossos destinos, ao compreender que o conhecimento racional aplicado ao

jusnaturalismo (Direito Natural como produto do juízo racional) estava na raiz das muitas injustiças e incorreções do Direito.

Na análise de Tobias, o Direito Natural mostrava toda a sua limitação ao não dar conta de equalizar os diferentes interesses dos indivíduos, dos grupos e das particularidades das instituições sociais criadas por cada sociedade. Daí, Tobias Barreto escrever um dos seus melhores trabalhos "*Menores e loucos*", com base na tese de que as mulheres, os menores e os loucos eram considerados, pelo "Direito Público", como incapazes de exercer os seus direitos políticos. Contudo, no "Direito Penal" Brasileiro, eles eram considerados sujeitos de direito constituídos, pois no caso de alguma prática criminal, eles eram julgados como outro qualquer cidadão que gozava de plenos direitos políticos.

Dos capítulos.

Capítulo I

Desdobramos a ação dos letrados da Primeira Geração Romântica nos termos do seu projeto político-literário. Mais do que a proposta de defesa de que já havia instaurada uma literatura brasileira desde o período colonial, os românticos tomaram a peito a tarefa de demonstrar que possuíamos cultura e literatura singularmente diferentes de tudo até então existente na Civilização Ocidental.

Ao longo do Capítulo I, procurei efetivamente desenvolver a ideia de que os românticos construíram um projeto político-literário. Este projeto teve desdobramentos tanto estético-literários como político-históricos, pois fundamentalmente tinha como proposta recuperar autores e obras literárias produzidas desde o período colonial como notadamente nacionais. O representou um marco na cultura brasileira, na medida em que fez avançar a consolidação dos conhecimentos e preservou os materiais literários para se elaborar a primeira história da literatura brasileira e dos intelectuais brasileiros.

A dimensão político-histórica, trabalhada pela Primeira Geração Romântica, foi elaborada de modo a criar símbolos e significados nacionais de modo a inventar uma tradição simbólica para o Império. Neste sentido, a Primeira

Geração Romântica fez uma releitura tanto dos escritos literários do período colonial como do período pós Independência do Brasil, de modo a reavaliar o papel dos heróis nacionais como parte da luta do povo brasileiro pela inauguração do Império. E a concretização política deste desejo encontraria no Imperador D. Pedro II e no seu Reinado a sua formulação mais elaborada.

Capítulo II

A criação de condições indispensáveis à produção literária tais como a criação de editoras, bibliotecas, livrarias, escolas e faculdades imperiais fez com que a vida cultural brasileira se enriquecesse. Como sinal deste adensamento, vemos os romances-folhetins europeus traduzidos dar lugar ao romance nacional e, por sua vez, a poesia perder o status de gênero literário mais cultivado entre nós.

Veremos que a Corte teve a seu favor a introdução de muitas novidades editoriais e culturais, o que se deu também nas províncias da Bahia e de Pernambuco, porém nestas províncias não se observou o impacto processado na Corte. Isto se deu em razão da distância dos indivíduos e dos grupos intelectuais do Recife do poder central e em decorrência dos seus baixos capitais políticos e dos seus capitais de relações sociais e econômicos.

A cidade do Recife presenciou no século XIX a ascensão dos sobrados sobre as casas-grandes: indicativo dos novos grupos urbanos que se firmavam no panorama social do Brasil Império.

Os intelectuais do núcleo do Recife, antes mesmo da Escola do Recife, organizaram-se contra a Corte. Contudo, tanto os intelectuais do núcleo do Recife como os integrantes da Escola do Recife sofreram com o passivo dos seus capitais e com a pressão das elites políticas rurais: as instituições e as sociedades culturais criadas por eles foram esvaziadas pela distância dos seus idealizadores tanto dos poderes das elites locais como do poder central.

Capítulo III

Analisamos as trajetórias de carreiras intelectuais e profissionais traçadas pelos integrantes da Primeira Geração Romântica e da Escola do Recife. A escolha das carreiras intelectuais era parte da estratégia de ascensão

socioeconômica dos indivíduos que reuniam modestos níveis de capitais de relações sociais e econômicos. Ao contrário dos bem-nascidos que sintomaticamente evitavam carreiras intelectuais e preferencialmente aproximaram-se de posições e ocupações de mando.

Posteriormente, houve tentativas de reconversão de trajetórias intelectuais em carreiras de mando (carreira política). Contudo, para o caso dos letrados da Escola do Recife, a estratégia de reconversão foi malograda. Isto porque os intelectuais Tobias Barreto, Franklin Távora e Sílvio Romero não reuniam capitais políticos e de relações sociais para se manter em cargos e postos públicos aspirados pelos filhos das elites políticas agrárias da Província de Pernambuco.

A chegada destes intelectuais em ocupações estratégicas foi acidental ou foi inviabilizada: pelas resistências que alimentavam contra as oligarquias rurais instaladas na vida pública; pelo aumento da disputa por cargos e postos públicos observado nos anos de 1880; e pelo aumento do dissenso intragrupo, na medida em que as elites políticas conservadoras pressionavam pelo retrocesso político da Nação.

Capítulo IV

A proposta deste capítulo foi confrontar de fato os projetos político-literários dos românticos e dos integrantes da Escola do Recife. Investimos na análise de alguns textos literários do maior nome do romance romântico nacional, José de Alencar; e nos escritos de alguns nomes da Escola do Recife.

Neste aspecto, destacamos que o projeto político-literário do mais bem balizado representante dos românticos brasileiros era de fundo reacionário. Isto porque tentava ancorar a construção de uma civilização nos trópicos na nostálgica promessa de uma cultura passadista, idealizada e sob a restauração dos privilégios aristocráticos.

A hostilidade de Alencar à ascensão do indivíduo burguês e à progressiva instauração das relações de troca burguesas ficou estilizada nos seus romances, em particular no romance "*Senhora*". Na via contrária de Alencar, deslocava-se Machado de Assis, já romancista na fase madura, que reproduziu

nos romances "*Memórias póstumas de Brás Cubas*" e "*Quincas Borba*" os fenômenos do adensamento social nos meios urbanos e da maior visualização social conquistada pelo indivíduo burguês.

A reação da Escola do Recife ao projeto restaurador dos românticos abria franco ataque aos intelectuais da Corte. Dentro do aspecto literário, entendiam que o indianismo, o sertanismo e os romances urbanos criados pelos românticos não eram criações literárias representativas da complexa formação étnica e cultural brasileiras. Além do mais, acusavam os letrados da Corte de excessivamente afrancesados, propondo como solução a substituição pela cultura alemã.

Ao contrário dos românticos, os intelectuais da Escola do Recife entendiam que a construção de uma Nação civilizada nos trópicos não se concretizaria sem nos aproximarmos das revoluções técnico-científicas europeias e sem a ampliação da participação política dos novos grupos sociais urbanos (mulheres, homens livres pobres, profissionais liberais, etc).

Ainda no Capítulo IV, desenvolvemos alguns aspectos sobre o tema "ontologia brasileira" levantado por Maria Alice Rezende de Carvalho no seu livro "*O quinto século*". Em linhas gerais, Pe. Vieira, Tobias Barreto, José de Alencar e Sílvio Romero estiveram envolvidos no trabalho de criar uma "ontologia" brasileira. Esta ontologia seria capaz de dar conta das múltiplas racionalidades presentes entre os homens dos trópicos, cujos fundamentos não se apoiariam precisamente em construções racionais herméticas e em estratégias racionais previsíveis, para contornar obstáculos e desafios de qualquer ordem.

Das fontes

No geral, procurei ler os originais ou as primeiras edições, o que não se deve a puro preciosismo, mas ao fato da tendência editorial brasileira de publicar os trabalhos literários mais antigos, abrindo mão dos prefácios, introduções e até mesmo das notas explicativas originais. Uma lacuna de dimensões, se tomarmos em consideração que a história das lutas entre os intelectuais brasileiros do século de XIX deu-se em muitos momentos por meio dos prólogos e prefácios. Diante das dificuldades em acessar as obras raras, procurei compensar via web em sites de domínio público, onde algumas destas

obras estão aí reproduzidas na íntegra. Uma ajuda valiosa para um pesquisador que também divide “a pena” com o serviço público.

CAPÍTULO I - Continuidade, originalidade, autonomia e nacionalidade: elementos para uma leitura dos pré-românticos pela Primeira Geração Romântica

Introdução

O esforço dos primeiros românticos, no sentido de tornar conhecida a literatura brasileira frente à literatura universal e consolidá-la como autônoma e independente da portuguesa, fazia parte do projeto romântico de nacionalização das nossas letras e do esforço de fundação das bases da moderna literatura brasileira.

No artigo "*Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*" publicado na *Revista Niterói* em 1836, Gonçalves de Magalhães fez um excelente apanhado do estado em que se encontrava a literatura brasileira: possuíamos poucos e esparsos documentos para o estudo das letras nacionais e o que tínhamos, reconhecia Magalhães, era da autoria de estrangeiros cujos principais nomes ele citava "*Bouterwek, Sismonde de Sismondi e Ferdinand Denis*".

Faltava-nos uma história da literatura brasileira, pois tudo o que havíamos produzido nas letras estava disperso, e o pior, muitas das nossas publicações estavam perdidas em bibliotecas estrangeiras: "*começamos por estudar a nossa história, e deste aí deparamos com grandes embaraços para o nosso escopo (...). Para achar aqui e ali o nome de um brasileiro distinto (...) investigamos as bibliotecas de Paris, de Roma, de Florença, de Pádua*"[1].

As lacunas eram tamanhas que Gonçalves de Magalhães concluiu não haver no Brasil sequer biografias e estudos acerca dos nossos maiores poetas nacionais. Sobre eles, nem mesmo sabíamos quando nasceram: *"(...) dos nossos primeiros poetas ignoramos a época do seu nascimento, nós que*

[1] MAGALHAES, D. J. G. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836. Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00762.htm>. Acesso em 17 out. 2008, p.03.

damos tanto apreço aos grandes homens que nos honram, desses homens cuja herança é hoje a nossa única glória"[2].

Apesar do peso exercido pelo léxico e a sintaxe portuguesas sobre os letrados da envergadura de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, respectivamente nas suas obras "*Suspiros poéticos e saudades*" (1836) e "*Frei Antão*" (1848) ainda escritas em corrente português de Portugal, todavia, mesmo nestas obras, nós podemos antever um projeto literário nacionalista em curso. Este projeto literário era pretensioso o bastante para almejar para a literatura brasileira nela encontrar aquilo que a tornava singular frente à literatura universal.

O alcance deste projeto estava para além de autonomizá-la da literatura portuguesa ou até mesmo de nela introduzir temas literários americanos (resistência ameríndia aos europeus e imponência da natureza tropical e dos Andes). Por sinal, os temas ameríndios só ganhariam maior projeção dentro do movimento romântico a partir de Varela com "*Vozes da América*" (o mito da América como o paraíso da liberdade, publicado em 1864) e com Castro Alves com as poesias "*O hóspede*" (1870) e "*Aves de arribação*" (1870).

Alguns autores europeus, como Chateaubriand, Ferdinand Denis, Garrett e Ferdinand Wolf, já haviam celebrado a natureza tropical como paradisíaca e o índio como um *Homo exoticus*. Porém, o trabalho de demarcar os dois temas como originalmente distintos de tudo até então produzido na literatura universal caberia aos românticos brasileiros.

Para fazê-lo, precisaram reinterpretar os temas românticos universais para além da natureza e dos tipos sociais europeus; e projetar no índio valores e traços de distinção de classe (coragem, hombridade, destemor, belicosidade, fidelidade), tomando o homem feudal de certo modo como o parâmetro de projeção destes valores no índio. Contudo, consideravam o homem feudal como moralmente decaído em comparação ao índio.

Quando D. Miguel fechou a Universidade de Coimbra, alguns alunos portugueses vieram estudar no Brasil durante os anos de 1830, em particular

[2] MAGALHAES, D. J. G. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836. Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00762.htm>. Acesso em 17 out. 2008, p.03.

na Faculdade de Direito de São Paulo, onde difundiram Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Castilho Antônio[3].

Ainda assim, João Salomé Queiroga, um dos fundadores da *Sociedade Filomática* (1833) formada por docentes e alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, relatava no prólogo de "*Canhenho de poesias brasileiras*"[4] (1870) que já nos anos de 1830 esta sociedade estava empenhada em transformar o gosto literário nacional. Neste sentido, a *Sociedade Filomática* estivera envolvida na proposta de fazer da poesia um gênero de "*inspiração nacional*", baseado nas tradições populares e na substituição da estática natureza neoclássica pela natureza tropical.

De fato, no segundo número da *Revista da Sociedade Filomática* publicado em 1833, apresentava-se Justiniano José da Rocha com uma critica literária sobre o poema "*Poesias*" (1832) de Gonçalves de Magalhães. Neste artigo, Justiniano antecipara-se ao projeto literário nacionalista da Primeira Geração Romântica (1836) ao propor mudanças nas letras para a conquista de uma "*literatura nossa*": primeiro, por meio da recorrência a temas literários construídos em torno da "*paisagem brasileira*"; e, segundo, pelo cultivo do sentimento de "amor da pátria e da liberdade"[5].

Entretanto, esta antecipação não coloca em questão a precedência da Primeira Geração Romântica como o grupo literário que lançou as bases efetivas da literatura brasileira. Isto porque, os integrantes da *Sociedade Filomática* não ostentavam a legitimidade da autoridade literária de Gonçalves de Magalhães; não estavam aproximados do poder político como os seus colegas fluminenses; e, nem de longe, estavam empenhados no progresso das letras como os integrantes da Primeira Geração Romântica.

Para além deste debate da precedência deste ou daquele grupo literário na formulação das teses românticas, os pontos sugeridos na *Revista da Sociedade Filomática* reforçam a ideia de que a consecução de um "programa de nacionalização de nossa literatura" foi acertadamente uma tese consciente,

[3] CASTELO, J. A. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, A (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.55.
[4] QUEIROGA, J. S. Canhenho de poesias brasileiras. Prólogo. RJ: Laemmert. 1870.
[5] Revista da Sociedade Filomática. Publicação mensal de literatura e ciência. SP: Typ. Novo Farol Paulistano, 1833.

coesa e legitimamente aspirada pelos letrados pós-independência (1822) e ia além da tese da autonomia da literatura nacional em relação à portuguesa.

O fato do debate − entre portugueses e brasileiros sobre as produções literárias do período colonial serem ou não nacionais − não ir além de uma década (1836−1846) e ficar quase que restrito aos primeiros românticos e algumas vozes isoladas, explica-se em grande parte pela legitimidade da tese romântica: definir o que singularizava as nossas letras dentro da literatura universal. O projeto literário da Primeira Geração Romântica aspirava acima de tudo definir quais os elementos que tornavam a nossa literatura especialmente distinta de qualquer outra literatura universal.

Ainda assim, esta discussão colocou em campos de luta opostos alguns dos grandes nomes da literatura brasileira e portuguesa. De um lado, posicionaram-se Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes, Joaquim Norberto, Varnhagen, Gonçalves Dias, Alexandre Herculano, Januário da Cunha Barbosa, José de Alencar. Do outro lado, Gama e Castro, Fernandes Pinheiro, Abreu e Lima, Sotero dos Reis, Pinheiros Chagas, Castilho e, de certo modo, também Garrett.

De certa forma, a polêmica entre os defensores da existência de uma literatura brasileira autônoma da portuguesa versus os intelectuais contrários a esta autonomia impôs aos primeiros românticos retraduzir o romantismo europeu a partir dos nossos elementos culturais, geográficos, étnicos e literários. Dentro desta proposta, eles procuraram irmanar os conceitos de *originalidade* e *nacionalismo*, de tal forma que a civilização e a natureza tropicais eram apresentadas como estruturalmente distintas daquelas existentes na Europa.

A par disto, entendemos que a defesa da autonomia da literatura brasileira frente à literatura portuguesa parece não ter operado como a questão central a partir da qual tenha orbitado a construção do projeto romântico de nacionalização das nossas letras. Basta pensarmos que dois dos seus temas mais caros, o indianismo e a valorização da exuberante natureza tropical, estavam definidos em termos mais amplos do que aqueles colocados pela controvérsia entre literatura portuguesa versus literatura brasileira.

Contudo, próxima cronologicamente da independência política da Nação, a Primeira Geração Romântica precisou dar conta dos argumentos de que já

tínhamos consolidada a nossa independência cultural de Portugal. Este desafio, nós vemos em parte realizado na *Revista Minerva Brasiliense*, cujo peso literário foi tão decisivo que a discussão assumiu na historiografia literária brasileira o nome da própria revista: "*Polêmica da Minerva Brasiliense*", como nos informa Afrânio Coutinho[6].

De fato, nela encontram-se argumentos pró-literatura nacional bem-elaborados; seguiu-se o debate desenvolvido em artigos regularmente retomados; há referências literárias esclarecedoras sobre os principais letrados envolvidos no debate; e, ainda mais, foi na citada revista em que a discussão sobre a autonomia da literatura brasileira frente à portuguesa atingiu um nível de discussão difícil de ser encontrado em outras revistas literárias daquele período.

Em consequência disto, dedicamos à "*Polêmica da Minerva Brasiliense*" um item especial no qual tratamos (a) do trabalho da Primeira Geração Romântica para estabelecer os elos entre eles, os românticos, e os escritores coloniais com o objetivo de dar sentido de *continuidade à literatura brasileira*; (b) bem como da tarefa que se impuseram de intencionalmente desenvolver a tese de serem eles os *herdeiros dos pré-românticos*.

A "Polêmica da Minerva Brasiliense"

Publicada no Rio de Janeiro por Santiago Nunes, Joaquim Norberto, Dutra e Melo, Teixeira e Sousa e Emílio Adet, no momento em que a *Revista Minerva Brasiliense* (1843−1844) estava envolvida em estabelecer os marcos divisores entre "a velha literatura geradora e o novo rebento ultramarino", por sua vez, a *Revista Niterói* (1836), fundada por Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Pereira da Silva e Torres-Homem, já estava extinta havia precisamente sete anos e haviam se passado dezessete anos da publicação do "*Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*" (1826)[7] de Ferdinand Denis.

A importância do "Résumé" de Ferdinand Denis reside no fato de conclamar os letrados nacionais a não imitarem servilmente os clássicos europeus e a

6 COUTINHO, A. A tradição afortunada. SP: EDUSP, 1968, p.22-57.
7 DENIS, F. Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil. Paris: Lecointe et Durey, 1826.

encontrarem as formas e os conteúdos literários, que exprimissem a luminosa e exuberante natureza brasileira, bem como, a dignidade e a beleza física das nossas "raças primitivas": ideias centrais que perpassarão todo o romantismo nacional.

Daí, com razão, Jamil Almansur Haddad denominar o "Résumé" de "prefácio do Cromwell do romantismo brasileiro"[8].

Corrobora para confirmar a posição de Haddad o clássico estudo de Guilhermino César sobre os historiadores e críticos do romantismo. A certa altura deste estudo, o autor ressalta a singular contribuição de Ferdinand Denis por ter colocado no "Résumé" as principais teses seguidas posteriormente pelo romantismo nacional e ter separado no mesmo estudo a literatura brasileira da literatura portuguesa:

> É nesse estudo [Résumé], pela primeira vez, que a nossa literatura aparece separada da de Portugal, como um todo autônomo (...) antes, apenas dois outros europeus, não portugueses, Friedrich Bouterwek e Sismonde de Sismondi, se haviam ocupado de autores brasileiros (...). Não se deve esquecer, no caso de Denis, o aspecto dinâmico de sua contribuição crítica (...) [Denis foi] o primeiro a tratar do nosso processo literário como um todo orgânico. Tal proeminência cronológica não teria, porém, maior importância, se não houvesse Denis contribuído de fato para despertar tendências (...) ao aconselhar que nossos autores olhassem mais para dentro de si mesmos e procurassem estudar cuidadosamente a natureza americana, o nosso bárbaro, o nosso primitivo, em busca de características originais inexploradas[9]

Paul Hazard é outro autor que afiança a Denis o mérito de haver traçado um "verdadeiro projeto literário" para o romantismo brasileiro[10].

Ambas as posições, tanto a de Hazard como a de Guilhermino César, são solidamente defensáveis se levarmos em conta que Friedrich Bouterwek e Sismonde de Sismondi apareceram com os seus trabalhos sobre a literatura portuguesa respectivamente em 1805 e 1812: "*Bouterwek contentou-se com mencionar no seu panorama dois autores brasileiros (...). Sismondi [por sua vez somente trata de escritores brasileiros porque] não teve como fugir aos brasileiros de maior renome, integrados na órbita portuguesa*"[11].

---

8 HADDAD, J. A. Revisão de Castro Alves. Vol. 3. SP: Edição Saraiva, 1953, p.44.
9 CESAR, G. Historiadores e críticos do romantismo. SP: EDUSP, 1978, XXXII; XXXIII (Introdução).
10 HAZARD, P. As origens do romantismo no Brasil. In: Revista Acadêmica de Letras. RJ, ano XVIII, n.69, set. 1927.
11 CESAR, G. Historiadores e críticos do romantismo. SP: EDUSP, 1978, XXXII (Introdução).

Ferdinand Denis antecipara-se aos portugueses e aos brasileiros tratando as duas literaturas como processos literários distintos e orgânicos. A seu ver, desde o período colonial já possuíamos uma literatura brasileira autônoma da literatura portuguesa. Consequente com esta tese, Denis escreveu o seu "Résumé", de tal forma, em que a produção dos letrados brasileiros está distribuída em oito capítulos, enquanto a literatura portuguesa encontra-se separada em outros doze capítulos.

A par deste avanço, para o caso da literatura brasileira, viu-se Denis obrigado a introduzir critérios de avaliação e metros comparativos a fim de manter a consistência da sua afirmativa. Estes critérios, pensados dentro da doutrina romântica, em particular apoiados nos estudos sobre o romantismo feitos por Madame Staël, foram arquitetados sob elementos brasílicos: a natureza, cuja exuberância tropical seria capaz de empolgar a emoção; e o índio que nos deixou como herança cultural o gosto e alguns estilos de vida que nos aproximariam da natureza, da música e da poética.

Assim, tanto a natureza como o índio despertariam o gênio criador nacional, entendido como a nossa íntima potencialidade para renovar e inovar recursos expressivos[12] .

A tentativa de estabelecer a continuidade entre a "literatura colonial" e a literatura romântica foi a bandeira de luta da Primeira Geração Romântica na consolidação da literária brasileira. E era justamente esta continuidade dos processos literários, uma das bases da historiografia literária nacional, que era negada por alguns letrados.

Contra estes, a reação dos letrados integrantes da Primeira Geração Romântica foi pronta, constante e qualitativamente superior na colocação dos principais pontos em defesa da literatura brasileira, sendo a "*Revista Minerva Brasiliense*" um dos melhores testemunhos deste esforço.

Em torno de dois pontos concentraram-se os esforços dos integrantes da "*Revista Minerva Brasiliense*", que por sinal, vieram a constituir-se a base da "*Polêmica da Minerva Brasiliense*":

[12] CESAR, G. Historiadores e críticos do romantismo. SP: EDUSP, 1978, p.141-80.

a) contestar cabalmente a ideia defendida por Gama e Castro e compartilhada por Fernandes Pinheiro, Abreu e Lima, Sotero dos Reis, Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga e Fidelino Figueiredo de que toda a nossa "*literatura colonial*" era portuguesa pela língua e pela então dependência político-cultural do Brasil em relação a Portugal[13];

b) na seqüência, estabelecer a ideia de continuidade e progresso dentro da literatura brasileira desde o período colonial até a Independência. Os românticos partiam da tese de que os trabalhos literários escritos antes de 1822, mesmo que em castiço idioma luso, se o tema, o panorama físico e as personagens fossem nacionais, então, estes trabalhos literários deveriam ser tomados como criações da "*literatura brasileira*"[14].

Para Gama e Castro, colaborador do "*Jornal do Commercio*" entre os anos de 1838−1842, nos dois artigos que publicara no citado jornal, "*Inventores portugueses*" e "*Satisfação a um escrupuloso*"[15], ele defendera posições contrárias à ideia de que existisse uma literatura brasileira autônoma da portuguesa.

Mantendo-se numa posição radical, primeiro ele argumentava que para existir uma literatura brasileira seria necessário que ela não tivesse nascido da portuguesa. Como segundo aspecto, Gama e Castro tomava como ponto de partida, equivocadamente, que aquele que escreve em língua diferente da sua pertence, enquanto autor, à língua de que se serve para escrever. Ora, como os letrados brasileiros no período colonial escreveram em corrente português de Portugal, consequentemente, Gama e Castro inferia que estes autores eram portugueses.

Abreu e Lima, por sua vez, isolou-se numa posição ainda mais radical dentro do debate, ao desmerecer o valor literário das literaturas de Portugal e do Brasil. A sua posição foi formulada nos seguintes termos: Portugal possuía uma "subliteratura e ínfima participação no progresso científico". Ora, como

---

[13] COUTINHO, A. A crítica literária romântica. In: COUTINHO, A. (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.315-316.

14 MAGALHÃES, D. J. G. Opúsculos históricos e literários. 2ª ed. RJ: Garnier, 1865, p.252.

15 Respectivamente, os ensaios publicados foram GAMA e CASTRO, J. Inventores portugueses. In: Jornal do Commercio, RJ. (19;21) jan.1842; idem. Satisfação a um escrupuloso. In: Jornal do Commercio, RJ. (29), jan. 1842.

“ainda ontem éramos portugueses”, logo, o que tínhamos eram “imitações portuguesas”[16], pois o passivo intrínseco da cultura portuguesa não podia nos oferecer os instrumentos à altura de superá-la.

Todavia, na contramão *do* “*Grupo dos contentes*” − bafejado por D. Pedro II e pouco dado à crítica dos grupos políticos dirigentes − Abreu e Lima fomentava “ideias democráticas e socializantes” em oposição às ideias monárquicas e politicamente pouco inclusivas dos novos grupos sociais defendidas pelos integrantes da Primeira Geração Romântica. Abreu e Lima acusava o reinado de D. Pedro II de ser uma continuidade do regime político do período colonial e não um governo de rupturas como era celebrado pelos românticos.

Similar ao governo do período colonial, D. Pedro II reagia violentamente contra os movimentos nativistas e libertários; centralizava o poder na Coroa; priorizava políticas e decisões administrativas em favor dos grupos políticos bem-instalados; e não reagia à forte presença da Igreja na sociedade civil (por exemplo, deixando sob o poder da Igreja a emissão das certidões de nascimento e de casamento; e permitindo com que a Igreja monopolizasse a administração dos cemitérios e a emissão das certidões de óbito).

A proposta política de Abreu e Lima seria pela liquidação imediata da Monarquia e a instauração da República. Aspectos por ele tratados em artigos escritos no seu jornal “*A barca de São Pedro*”, cujo tom da sua crítica política usualmente seguia nestes termos: “*Desejamos uma revolução, ou melhor dito, aceitaremos uma revolução, porque ela é hoje inevitável, mas não queremos uma revolta, nem um tumulto, nem uma sedição militar, venha donde vier. Desejamos uma completa reorganização do país*”[17].

Retomando as ideias literárias de Gama e Castro, ainda que elas nos soem tão estranhas, nós estamos perante uma “concepção extremista” da historiografia

16. ABREU E LIMA, Bosquejo histórico, político e literário do Brasil. Niterói, [S.l], 1835, p. 74 apud SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas de José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.67-69.
17 ABREU E LIMA. A barca de São Pedro. Recife, 11 jul. 1848 apud QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1967, p.97.

lusa via Garrett[18], segundo a qual era "negada a própria existência da literatura brasileira, porquanto, sendo escrita em idioma luso"[19].

Por sinal, uma concepção também compartilhada por Castelo Branco, Pinheiro Chagas e Castilho[20] e pelos brasileiros Fernandes Pinheiro nos seus livros "*Curso elementar de literatura nacional*" (1862) e "*Resumo da história literária*" (1873) e, por fim, por Sotero dos Reis no seu livro "*Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*" (didáticos 1866-1868, 1873).

Fernandes Pinheiro resume objetivamente a posição destes letrados, contrários à tese de que houvesse uma literatura brasileira anterior ao surgimento do romantismo, nos seguintes termos:

> Não descobrimos em seus versos [dos pré-românticos aos quais chamava de "gloriosos precursores"] uma ideia verdadeiramente brasileira, um pensamento que não fosse comum aos poetas de além mar (...). Se por empregarem alguns nomes indígenas devem esses autores ser classificados na literatura brasileira, injusto fora excluir da [indostância?] Camões, Barros e Castanheda[21]

A "reação brasileira" viria, primeiro, com Santiago Nunes Ribeiro (Chile – 1847/Minas Gerais) com o artigo "*Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*"[22]. Por meio deste artigo, Santiago contra-atacava a Abreu e Lima acusando-o de confundir conhecimento científico com conhecimento literário e não se desvencilhar do princípio que supervalorizava o conhecimento técnico-científico em detrimento do valor das artes e da literatura.

Quanto à acusação de imitação dos autores nacionais em cima da literatura portuguesa, subentendida nas teses de Abreu e Lima, Santiago Nunes argumentava que se de fato fosse essa a regra, era louvável a moderação com que os escritores brasileiros "imitaram e, sobretudo, as novas direções que tomaram".

18 GARRET, A. Parnaso Lusitano. Tomo I. Paris: J. B. Aillaud, 1826, XLIII-XLIX (Introdução).
19 COUTINHO, A. A tradição afortunada. SP: EDUSP, 1968, p.21.
20 CESAR, G. Historiadores e críticos do romantismo. SP: EDUSP, 1978, p.221-222.
21 FERNANDES PINHEIRO, J. C. Curso elementar de literatura nacional. 3ª ed. RJ: Cátedra; Brasília: INL, 1978.
22 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.7-23, (01) nov. 1843.

Mesmo imitativos, os brasileiros teriam superado os portugueses pela nota de originalidade e inspiração presentes na poesia brasileira[23]. Ainda mais, prosseguia Santiago Nunes:

> Não é princípio incontestável, que a divisão das literaturas deva ser feita invariavelmente segundo as línguas em que se acham consignadas. Outro divisor talvez mais filosófico seria o que atendesse ao espírito que a anima, à ideia que preside os trabalhos intelectuais de um povo (...) este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e dos hábitos peculiares e determinadas relações e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua (...). Agora, perguntemos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas constituições, costumes e hábitos tanto diferem das da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber (...) se, numa palavra, não deve ter caráter nacional[24]

Em apoio aos argumentos de Santiago Nunes, entraria Francisco Adolfo de Varnhagen (1816/São Paulo – 1878/Áustria), o mais erudito dentre os integrantes da Primeira Geração Romântica. Como eles, Varnhagen estava envolvido no trabalho de lançar os fundamentos da historiografia da literatura brasileira e de consolidação de um projeto literário nacional.

Ele entendia como improcedente a afirmativa de que os letrados do período colonial fossem portugueses só porque escreveram em correto português de Portugal:

> Deverão deixar de figurar nas histórias literárias da Prússia e de Portugal as obras dos escritores Humboldt e Pinheiro Ferreira, só porque estes, para terem mais leitores, as escreveram em francês? Dizer que a literatura brasileira é portuguesa, por valer-se de uma mesma língua, [é] como seria dizer-se que a escola pictórica espanhola é a mesma que a florentina[25]

Varnhagen acreditava ser necessário estabelecer as relações de continuidade entre a literatura romântica e a pré-romântica em cima de critérios capazes de dar conta das inspirações artísticas brotadas com “profusão no seio do próprio país”. Ou seja, a base desta continuidade viria “antes de tudo dos originais americanos (...). Uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos gregos romanos, e aos clássicos da antiga mãe-pátria”[26].

---

23 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.15, (01) nov. 1843.
24 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.09, (01) nov. 1843.
25 VARNHAGEN, F. A. Florilégio da Poesia Brasileira. Tomo I. RJ: ABL, 1947, p.5-6, 81-82.
26 VARNHAGEN, F. A. Florilégio da Poesia Brasileira. Tomo I. RJ: ABL, 1947, p.14,15.

De acordo com a sua proposta, era preciso definir a nossa originalidade literária a partir dos temas americanos. Todavia, estes temas deveriam estar lastreados pelas conquistas da "*civilização ocidental*" branca, cristã e européia: rigor lógico-racional mesmo dentro da imaginação; primazia do homem sobre as outras criaturas; reconhecimento explícito de que as civilizações brancas eram tecnicamente mais avançadas; crença na intervenção divina para mudar os rumos da história (providencialismo).

Para responder a Garrett que afirmara carecer os "*engenhos brasileiros*" literários de "mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparecem"[27], Santiago Nunes construiu a sua argumentação sobre considerações de tipo sociopolítico-culturais.

Para este chileno de nascimento, mas convictamente brasileiro, as formas e os conteúdos literários tendem estar em geral contidos no limite social e político-cultural de cada momento histórico, desta forma:

> Não é lícito exigir do poeta compreender ou representar o belo de outro modo que não aquele que a sua época e tendências individuais exigiam (...). Quando não se atende ao caráter de cada uma das fases literárias, a cada uma das modificações que a arte recebe das causas interiores e exteriores, não se faz justiça aos homens desta ou daquela época, só porque neles vemos o que chamamos defeitos (...). A poesia brasileira da época anterior à Independência foi o que deveria ser (...) a disposição dos espíritos não permitia que a natureza fosse encarada sob aspecto que hoje agrada tanto, e que não é lícito exigir de um século aquilo que ele não pode dar[28]

Por trás da solidez da sua argumentação, encontrava-se o princípio estético de que as escolas literárias – cerceadas pelos processos históricos − sucedem-se na autoridade de poder ditar as novas regras da arte, quando encontram os meios estéticos e institucionais para processar a "*gradual transformação do gosto*"[29].

Neste sentido, responderia a Garrett o porquê da poesia brasileira, anterior à Independência, não cantar as nossas belezas tropicais: "*que lhe importavam as*

27 GARRET, A. Parnaso Lusitano. Tomo I. Paris: J. B. Aillaud, 1826, XLIII-XLIX (Introdução).
28 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.13, (01) nov. 1843.
29 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.13, (01) nov. 1843.

palmeiras a ele que não vê o álamo copado nem as venturosas praias do árcade? Não podia pois este poeta pintar o que para ele não era poética"[30].

Um dos reflexos desta compreensão "estética" de Santiago Nunes, que transitava entre avaliar a arte pelos seus elementos internos (artístico-literários) ou externos (meio social e político), foi o de lhe possibilitar resistir à periodização da literatura brasileira com base em critério essencialmente político, atrelando a possibilidade da criação artístico-literária necessariamente às conquistas matérias e políticas[31].

Ao reagir contra a relação tida como necessária entre a criação literária e o grau de desenvolvimento das forças político-sociais, Santiago Nunes entendia que a periodização da literatura brasileira iniciou-se antes mesmo da nossa Independência política ocorrida em 1822, precisamente começara com Anchieta[32].

O outro integrante da "reação brasileira" seria Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820/Rio de Janeiro – 1891/Niterói), um incansável letrado dedicado a tornar a literatura do período colonial difundida e reconhecida como literatura brasileira. Acresce-se que Joaquim Norberto estava profundamente empenhado em sistematizar tudo, até então produzido por nós nas letras, na publicação da primeira história da literatura brasileira.

Neste sentido, a participação de Joaquim Norberto na "*Polêmica da Minerva Brasiliense*" foi a mais longa e relevante. Ele destinou mais de dez ensaios à polêmica e permaneceu por quase duas décadas reunindo materiais e provocando os colegas letrados a tomar o partido das letras nacionais, dentre eles os respeitáveis Januário da Cunha Barbosa e Adolfo de Varnhagen.

Numa avaliação geral dos seus textos, observamos que a sua argumentação é muito próxima daquela desenvolvida por Santiago Nunes[33]. Por exemplo, Joaquim Norberto resistiu à periodização entre nacionalidade política e

30 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.13, (01) nov. 1843.
31 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.41, (01) nov. 1843.
32 RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.15, (01) nov. 1843.
33 SILVA, J. N. S. História da literatura brasileira. In: SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas de José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.75-78; 159-160;164.

nacionalidade literária e, como o seu colega Santiago Nunes, também retrocedeu a história da literatura brasileira aos primeiros séculos do período colonial[34].

Num primeiro momento, parece seguir por critérios rigorosos de avaliação interna da obras em detrimento dos "*fatos e épocas da história política*" (nega os elementos externos na análise da obra literária): "*não tive os fatos da história política. Atendi, pelo contrário, às próprias evoluções íntimas da literatura, como quisera o ilustrado escritor peruviano [Santiago Nunes Ribeiro]*"[35].

A tentativa de criar critérios de avaliação das obras literárias − dentro de ângulos apertados de uma investigação interna em detrimento da contribuição dos elementos externos (biografia, mudanças sociopolíticas e culturais) – era mais por necessidade de alargar a periodização da literatura brasileira para bem antes de 1822. Isto porque naquele momento era importante relativizar a argumentação que imbricava autonomia da literatura brasileira com a nossa autonomia política de Portugal. Senão não haveria como defender a ideia de que tínhamos uma literatura nacional instaurada e em progresso desde o período colonial.

Assim, tanto Santiago Nunes como Joaquim Norberto, este pelo menos no princípio da sua atividade literária, investigavam as produções literárias no intuído de nelas encontrar "*as evoluções íntimas*" que esteticamente recriassem de certa forma o gosto romântico.

Porém este critério, muito palatável para o tranquilo e centrado professor de retórica do Colégio D. Pedro II, Santiago Nunes, inviabilizava em grande parte o trabalho de homens como Joaquim Norberto, envolvido num imenso esforço de coletar e analisar escritos literários produzidos desde Anchieta.

Afinal, em meio a um universo tão amplo de obras literárias e tão precário para a atividade das letras, quais as obras nacionais a serem selecionadas dentro

34 SILVA, J. N. S. História da literatura brasileira. In: SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.37ss.
35 SILVA, J. N. S. História da literatura brasileira. In: SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.49.

deste critério que dissociava o político do literário? Neste sentido, para Joaquim Norberto, dedicado a um monumental trabalho historiográfico dentro da literatura, o critério soava às vezes "*demasiado rigoroso*"[36] e despropositado.

Assim, Norberto trocará este critério por outro influenciado por Gonçalves de Magalhães, cujo princípio era mais plástico e factível com os limites das literaturas nascidas dentro de um precário universo social e institucional. Basta relevar, que a literatura brasileira carecia até aquele momento de uma história das suas próprias criações e não conseguia sequer ainda enumerar quais foram os ilustres pródromos da literatura brasileira.

Assim Joaquim Norberto romperá com o critério hermético de investigação literária de Santiago Nunes e passará a avaliar o material literário, anterior ao romantismo, dentro de outros critérios. Norberto se valerá de uma investigação construída sob os contornos dos temas nacionais românticos (o indígena e a paisagem tropical) e a avaliação das obras literárias do ponto de vista da sua elaboração interna e dos elementos externos. Esta união será fundamental para o avanço da sua maior aspiração: chegar à consolidação de uma historiografia da literatura brasileira, que será enfim conquistada por Sílvio Romero.

A partir daí, o critério consolidado entre os integrantes da Primeira Geração Romântica para estabelecer os elos entre as criações literárias coloniais e as românticas será segundo aquele sugerido por Gonçalves de Magalhães, a saber, formulado em torno dos "princípios ativos" capazes, a seu ver, de singularizar a literatura brasileira: a natureza, o índio e os nossos costumes.

Para o que estivesse além destes aspectos, Magalhães sugeria passos e diretrizes a serem seguidos, tais como o trabalho de consolidação de uma história da literatura brasileira e a definição do que se compreendia por literatura brasileira[37].

Era uma definição das letras mais voltada ao trabalho de delimitar aquilo que em nossa literatura nos singularizava dentro das Luzes, como observa Antonio

36 SILVA, J. N. S. Introdução histórica sobre literatura brasileira. In: SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.25.
37 MAGALHÃES, D. J. G. de. Opúsculos históricos e literários. 2ª ed. RJ: Garnier, 1865, p.252-253.

Candido. A proposta de Magalhães era chegar a um "princípio da teoria literária, estudar os escritores brasileiros do passado para definir a continuidade viva entre ele e o presente"[38] à luz dos temas românticos do índio, da natureza e dos costumes nacionais.

Magalhães lançara os fundamentos da historiografia literária em cima de uma percepção e apreciação possível e pertinente do momento literário, que era muito propensa a periodizar a nacionalidade política com a nacionalidade literária. Neste aspecto, a chegada de D. João VI era interpretada como o momento fundante da moderna literatura brasileira, em decorrência das mudanças administrativas, científicas e institucionais operadas com a vinda da Corte para o Brasil[39].

Não obstante a tudo isto, era uma historiografia seletiva o bastante para depurá-la dos movimentos sociais de contestação do poder político e de resistência aos estratos dirigentes patrimonialistas.

Haja vista, no épico nacional de Gonçalves de Magalhães "*A confederação dos Tamoios*", ele propositalmente escolher a comunidade indígena mais agressiva aos portugueses para demonstrar a miséria e a ganância destes últimos. Entretanto, o seu épico silenciava-se sobre os movimentos nativistas contra a Monarquia, nos quais a presença indígena tivera algum destaque.

Do que vimos até aqui acerca da "*Polêmica da Minerva Brasiliense*", é importante reter como as ideias de Denis somente deslancharam sob a "autoridade literária" de Gonçalves de Magalhães e o trabalho da Primeira Geração Romântica de encontrar os elos de continuidade entre a literatura colonial e a literatura romântica.

Este elo de continuidade fora construído em torno de temas românticos originais e nacionalistas, capazes de projetar a literatura brasileira para além de qualquer outra literatura universal e consolidar a legitimidade de um projeto de nacionalização das nossas letras.

38 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.331.
39 MAGALHÃES, D. J. G. de. Opúsculos históricos e literários. 2ª ed. RJ: Garnier, 1865, p.252.

Caráter híbrido e transicional dos pré-românticos

A discussão, se alguns escritores nacionais anteriores ao período romântico foram ou não românticos, parece seguir o consenso geral de que os pré-românticos eram ainda neoclássicos no uso de figuras mitológicas greco-romanas e medievistas portuguesas; no cultivo generalizado do gênero poesia; e no uso de formas métricas clássicas. Todavia, as suas literaturas já possuiriam rasgos de brasilidade, tais como as personagens indígenas, a recorrência à paisagem tropical, o uso das figuras mitológicas indígenas e o aumento do interesse pelos costumes e as lendas nacionais.

Como ainda não haviam sido criadas as faculdades de direito imperiais, os pré-românticos ou eram bacharéis formados em Coimbra[40], a exemplo de: José Bonifácio de Andrada e Silva, Direito e Matemática em Coimbra; Marquês de Maricá, Matemática em Coimbra; Domingos Borges de Barros, Direito em Coimbra; João Francisco Lisboa, autodidata; José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, Direito em Coimbra; José Feliciano Fernandes Pinheiro, Direito em Coimbra.

Ou, então, eram religiosos como: Sousa Caldas, ordenado em Roma e formado em Matemática por Coimbra; Frei Francisco de São Carlos, ordenado no Rio de Janeiro e professor de teologia dogmática; Januário da Cunha Barbosa, ordenado no Brasil; Frei Francisco de Monte Alverne, ordenado na Coroa e professor de filosofia.

Fernando de Azevedo atribui aos poetas inconfidentes os primeiros rasgos românticos surgidos no Brasil, em especial com Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749−1814) ao nos legar "*Glaura, poema erótico, uma poesia essencialmente brasileira*". Contudo, a seu ver, maior poeta do que Silva Alvarenga fora Tomás Antônio Gonzaga (1744−1792). Primeiro, porque escreveu "*Marília de Dirceu*", uma poesia em que o autor associou "emoção comunicativa, naturalidade das pinturas e a elegância da linguagem sem afetação".

Segundo, porque nas "*Cartas chilenas*", "terrível sátira em versos (...) e documento precioso da crítica de costumes", a qualidade literária esteve acima

40 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1963, p.322ss.

de tudo o mais produzido pelos outros poetas inconfidentes. Isto, graças a sua bem dosada poesia conjugar "poesia bucólica" com "ideias revolucionárias de libertação do país" e os seus versos constituírem-se num "grito de revolta contra os moldes clássicos"[41].

Ainda mais, Fernando de Azevedo entende que os poetas inconfidentes transitaram entre os árcades e os românticos em razão dos mineiros abrandarem, em grande parte, as formas neoclássicas por meio do recurso da erotização do verso. Um recurso construído em cima de apelos aos traços de beleza e de sensibilidade da mulher brasileira, em lugar da recorrência à beleza das deusas e vestais greco-romanas.

Para Fernando de Azevedo, as propostas de transformação da poesia, a fim de torná-la mais próxima dos temas da vida nacional, resultaram em parte das mudanças operadas nos meios urbanos com o crescimento da mineração em Minas Gerais.

A mineração de ouro e de pedras preciosas exigia, em razão da natureza do seu mercado, a presença de indivíduos detentores de conhecimentos da arte de lapidar e de funcionários públicos para o comércio, o controle e a segurança das casas de fundição, além do mais atraia um grande número de aventureiros. Com isto, havia a pressão para a criação de mais infraestrutura nas cidades, no sentido de garantir o conforto social, a proteção e a guarda do comércio de ouro e de pedras preciosas. Ao mesmo tempo, o incremento da vida urbana pressionava pela fragmentação da riqueza e a expansão da cultura tendendo, no dizer de Fernando de Azevedo, a "nivelar as classes, desenvolvendo em consequência as ideias igualitárias e democráticas".

Não obstante a tais mudanças, Fernando de Azevedo entende que somente foram processadas algumas renovações de envergadura na técnica do verso, para além das formas clássicas, com a chegada de poetas da qualidade de Basílio da Gama com o "*Uraguai*". E acima dele, atingindo vôos mais altos rumo ao romantismo e à conquista da brasilidade dos temas literários, o poeta

41 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1963, p.325, 327.

Sousa Caldas com os seus poemas sacros: “obra de mais forte originalidade no período colonial” [42].

No artigo “*Os pródromos do romantismo*”, José Aderaldo Castelo entende como características do pré-romantismo a “mistura de Arcadismo, Pré-Romantismo, até mesmo Romantismo e o despontar da literatura folclórica. Autores portugueses, brasileiros e estrangeiros integram o clima do momento (...) de raízes portuguesas, nativistas e também patrióticas”.

No mesmo artigo, Aderaldo Castelo cita como pré-românticos a Sousa Caldas, José Bonifácio de Andrada e Silva, Domingos Borges de Barros, Januário da Cunha Barbosa, Ferdinand Denis, Frei Francisco de São Carlos e Almeida Garrett.

Antes mesmo de a Primeira Geração Romântica abrir as suas frentes de trabalho para o progresso da historiografia literária nacional e colocar os marcos institucionais para o avanço da literatura brasileira, o pré-romântico Januário da Cunha Barbosa mais os letrados Visconde de Cairu, Silvestre Pinheiro Ferreira e o Marquês de Maricá foram os membros das duas juntas diretoras da *Impressão Régia* entre 1808−1815 e 1815−1830. Posteriormente, quando foi reformulada a administração da Impressão Régia veio a ser Januário da Cunha Barbosa o seu primeiro diretor de 1830 a1834.

Clérigo regular e funcionário público da administração imperial, Januário da Cunha Barbosa foi um dos letrados que se antecipou à Primeira geração Romântica no ensejo de posicionar toda a poesia criada deste o período colonial como poesia brasileira. Nesta aspiração, teve a feliz ideia de fundar o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* (1838) e publicar a sua antologia *Parnaso Brasileiro* (escrita em1828, mas publicada em 1829): *o ponto de partida para a construção de uma História da Literatura Brasileira, que Antonio Candido afiança ser continuação do esforço de Ferdinand Denis*[43].

Nesta obra, Januário da Cunha Barbosa reuniu poesias inéditas e consagradas de autores nacionais vividos no período colonial e se lançou no trabalho de

42 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1963, p.326.
43 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.12.

datá-las; procurou tornar conhecidas as origens familiares dos poetas estudados; dar conta das suas formações escolares e das obras literárias por eles lidas; e alguns aspectos das suas vidas profissionais e literárias.

Em razão do seu grande esforço e iniciativa literária, apesar da sua formação clássica e do seu gosto neoclássico prevalecer nos seus estudos literários, a Primeira Geração Romântica reconheceu a sua primazia no trabalho de consolidação das letras nacionais. Por isto, alcunharam-no de o "*decano da literatura brasileira*"[44].

Aderaldo Castelo figura entre os críticos literários que periodizam o pré-romantismo de 1808 a 1836, com base no critério do surgimento de uma literatura em poesia, que trocou os temas neoclássicos (mitologia greco-romana) por temas nacionais (mantém-se a língua lusa, mas há esforço por introduzir paisagens, temas e personagens nacionais):

> Uma exaltação da paisagem e das possibilidades da terra, uma esperança profética na grandeza do grande Império que aqui se formaria (...) a consciência de nossas próprias possibilidades culturais nas ciências, na literatura, na política (...). A cultura clássica, universalizante, tornar-se-ia, inevitavelmente, descaracterizadora, em especial no caso de nossa formação literária (...) em síntese, tudo se converte, historicamente, na preparação da ambiência própria à aceitação do Romantismo[45]

Afrânio Coutinho, por sua vez, é contundente em afirmar que os pré-românticos mantiveram-se fiéis, mormente, "na forma, aos modelos clássicos e lusos, deixando para o romantismo a conquista de um nativismo também de emoção e motivos (...). Mistura e interpretação de tendências estéticas, de formas novas com temas cediços ou de assuntos novos com gêneros superados (...) tudo mostrando a indefinição e incaracterização da época, dominada por um subarcadismo ou pseudoclassicismo"[46].

Contudo, em momentos posteriores do seu artigo, Afrânio Coutinho reconsidera a sua posição primeira nos termos de que "no período pré-romântico é que se deve colocar o germe da independência intelectual do Brasil. E nesse trabalho distinguiram-se José Bonifácio, o promotor da independência literária, e Sousa Caldas. O papel revolucionário que

44 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.14.
45 CASTELO, J. A. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, A. (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.43; 36; 39.
46 COUTINHO, A. O movimento romântico. In: COUTINHO, A (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.13.

desempenharam foi a despeito de seu caráter híbrido e transicional, pois se conservaram neoclássicos por certos aspectos, e adotaram atitudes e formas inovadoras, inspiradas no Pré-romantismo e no Romantismo europeu, ou decorrentes da própria vida do país"[47].

Bosi, por sua vez, tirando algumas conclusões acerca do movimento pré-romântico e romântico, faz algumas ressalvas acerca do "*nacionalismo crônico*" entre os letrados românticos. A seu ver, o seu caráter "*às vezes agudo*" e de traços bastante fortes pode enganar ao "*observador menos avisado*", predisposto a estabelecer fronteiras delimitadas e traços uniformes dentro do movimento romântico.

Em torno da proposta de nacionalização das letras, sugerida pelos românticos, há "expressões diversas de grupos diversos que, pela estrutura em arquipélago do país, aparecem às vezes em tempos díspares não sendo possível construir para todos uma linha simples de evolução". Daí Bosi sugerir que havia dentro do romantismo quatro grupos: "grupo fluminense", "grupo paulista", "grupo maranhense" e "grupo pernambucano".

Assim, as ideias que nortearam o "grupo fluminense" − incluso a tentativa de ligação dos românticos com os pré-românticos − eram "poucas, pobres e repetidas à saciedade: o Brasil tem uma literatura original a partir da Independência ou há, desde os tempos coloniais, motivos brasílicos de inspiração: a natureza, os índios, os nossos costumes".

Todos estes temas românticos, prossegue Bosi, foram diluídos na "água morna do conservantismo", assumiram a "forma passadista e eclética", aspirando por "firmar uma nova poética" [48] à religião tradicional e ao Segundo Reinado. Dentro de uma conciliação ideológica de proveito a estes letrados bem-posicionados junto do poder político e próximos do Imperador D. Pedro II.

Antonio Candido considera estar por trás da proposta dos românticos de determinar os elos entre eles e os pré-românticos, o empenho de repetir o feito da Independência política nas letras. Desta forma, visavam chegar a uma

47 COUTINHO, A. O movimento romântico. In: COUTINHO, A (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.13; 16.
48 BOSI, A. A consciência histórica e crítica. In: BOSI, A. Historia concisa da literatura brasileira. 2ª ed. SP: Cultrix, 1979, p.171, 172, 173.

“literatura nova no Brasil que fosse no plano da arte o que fora a Independência na vida política e social”.

Informa-nos ainda Antonio Candido que esta aspiração era anterior aos românticos, porém só com os últimos assumiu os contornos de um projeto fundamentado e consciente:

> Já os predispunha a doutrina e exemplo de Ferdinand Denis e os franco-brasileiros, reapreciando e valorizando a tradição indianista de Basílio e Durão; as vagas aspirações antipagãs hauridas em Sousa Caldas e Monte Alverne (...) o pequeno mas significativo esforço de Januário da Cunha Barbosa (...) Evaristo da Veiga (...) José Bonifácio[49]

Desdobramentos do projeto de nacionalização da literatura brasileira para a inclusão dos neoclássicos como pré-românticos

Potencialidades estético-literárias e político-históricas dos temas românticos nas mãos da Primeira Geração Romântica

Potencialidades estético-literárias dos temas românticos

A natureza tropical, enquanto tema romântico e nacionalista, não oferecia maiores dificuldades para ser introduzida nas narrativas literárias de verve nacional, afinal a flora e as faunas existentes na Europa são muito distintas daquelas encontradas aqui.

Mesmo na construção das personagens ficcionais, as diferenças entre os índios e os brancos não eram tão difíceis de ser estabelecidas, pois, de certo que, o tipo indígena era diferente do europeu pelos hábitos, pelo biótipo, pelas soluções técnicas, pela cultura e pela racionalidade emolduradora das suas instituições sociais.

Entretanto, havia o problema de como sobrelevar a cultura indígena, já que a cultura européia era ascendente sobre aquela e, naquele momento da história, não era a cultura européia colocada em dúvida como superior a qualquer outra existente.

A solução encontrada pelo movimento romântico – iniciada com Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, Joaquim Norberto e Pereira da Silva, mas só definitivamente consolidada com Gonçalves Dias e José de Alencar − foi

49 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.12; 13. VERÍSSIMO, J. História da literatura brasileira. 4ª ed. Ed. Univ. de Brasília, 1981, p.25; 26.

projetar no indígena, traços de distinção comuns aos nobres europeus no áureo período feudal. Estes traços eram considerados como qualificativos de superioridade de caráter e de distinção de classe: fidelidade à palavra, honradez nas atitudes, força física, belicosidade, amor à liberdade, e respeitabilidade.

Entre os integrantes da Primeira Geração Romântica, o mérito de ter postulado o indígena como possível tema da ficção literária brasileira coube a Gonçalves de Magalhães com o artigo "*Discurso sobre a história da literatura do Brasil*", anteriormente visto neste trabalho, no qual aparecem os princípios e fundamentos do romantismo nacional dispostos como tópicos de um projeto a ser realizado.

Neste artigo, Gonçalves de Magalhães fez um balanço da literatura brasileira e definiu como temas românticos nacionais a paisagem, a religião e o indígena. Contudo, para o tema indígena, Gonçalves de Magalhães não se alongou em discussões, por considerá-lo como intrinsecamente pleno de figurações:

> Pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas e ter uma poesia própria? Os seus indígenas cultivaram porventura a poesia? Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade, que a disposição e caráter de um país grande influenciam sobre o físico e o moral dos seus habitantes, que a damos como um princípio e cremos inútil insistir em demonstrá-lo com argumentos e fatos por tantos naturalistas e filósofos apresentados[50]

Ao longo do seu artigo, o maior destaque atribuído à cultura indígena reduz-se quase exclusivamente a possível contribuição da arte musical indígena para a renovação da poesia nacional. Com isto o autor silenciou-se sobre outras contribuições mais amplas da cultura indígena na formação da cultura nacional.

Esta atitude parece uma decorrência da proposta do autor, a saber, fundamentalmente lançar um manifesto para a renovação da literatura brasileira. No caso em questão, a poesia, que a seu ver ainda estava muito presa a modelos greco-romanos: "*tão grande foi a influência que sobre o engenho brasileiro exerceu a grega mitologia, transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes os poetas brasileiros se metamorfoseiam em*

50 MAGALHAES, D. J. G. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00762.htm>. Acesso em 17 out. 2008, p.09.

pastores da Arcádia, e vão apascentar seus rebanhos imaginários nas margens do Tejo e cantar à sombra das alfaias[51].

Gonçalves de Magalhães sugeria para a renovação da poesia nacional, trocar as paisagens europeias pelas nacionais, substituir as alfaias pelas "*sombras das palmeiras da América*" e tomar "*por um rouxinol o Sabiá que gorjeia entre os galhos de uma laranjeira*".

Magalhães sugeria aos poetas nacionais que aprendessem com os índios novas formas de poesia, pois eles teriam realizado este percurso anteriormente e de forma melhor, devido à proximidade destes povos da pródiga natureza brasileira que:

> Necessariamente devia inspirar os seus primeiros habitantes. Os Brasileiros deviam nascer músicos e poetas (...). Sabemos que algumas tribos indígenas se avantajam pelo talento da música e da poesia, entre todas, os Tamoios, que no Rio de Janeiro habitavam, eram os mais talentosos (...) também os Caetés ainda mais os Tupinambás[52].

A contribuição de Gonçalves de Magalhães ao indianismo não foi além de estabelecê-lo como um tema romântico estruturalmente central à renovação das letras e ao avanço da compreensão do elo de continuidade entre a literatura "desde o descobrimento" até o romantismo.

Este elo de continuidade, na observação de Magalhães, era a base para a compreensão da "marcha do desenvolvimento intelectual" e da consolidação de uma composição "senão acabada, ao menos um verdadeiro quadro histórico da nossa literatura (...) um caráter nacional pronunciado, que a distinga da portuguesa" [53].

No pioneiro trabalho de Adolfo de Varnhagen a "*História Geral do Brasil*", a primeira história geral do Brasil escrita em base a pesquisa documental ampla, o indígena aparece qualificado como integrante de um "*povo primitivo*" sem

---

51 MAGALHAES, D. J. G. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836. Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00762.htm>. Acesso em 17 out. 2008, p.07.

52 MAGALHAES, D. J. G. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00762.htm>. Acesso em 17 out. 2008, p.07;10.

53 MAGALHAES, D. J. G. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00762.htm>. Acesso em 17 out. 2008, p.03; 09.

história e sem futuro. Verdadeiros "fósseis vivos" de uma época remota e resíduos de uma civilização a ser superada devido ao seu atraso técnico e social, posição que Varnhagen deixou-se influenciar pelos estudos de Karl Friedrich Philippe von Martius sobre as culturas ágrafas.

No entender de von Martius, o indígena brasileiro "*não era senão o resíduo de uma civilização muito antiga, posto que perdida na história*"[54] e que dentro de pouco tempo deixaria de existir. Esta posição fora defendida por Martius no seu trabalho vencedor do concurso "*Como Escrever a História do Brasil*", patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB.

Quase dez anos depois da publicação do livro de von Martius, Varnhagen publicaria "*História Geral do Brasil*". Neste estudo, Varnhagen retomaria algumas das ideias etnológicas de Martius para então concluir que: "de tais povos na infância não há história: há só etnografia" [55].

Dentre os intelectuais da Primeira Geração Romântica, Joaquim Norberto foi quem mais contribuiu para que o tema indígena progredisse dentro do romantismo. Neste aspecto, ele dedicou-se à pesquisa sobre as cosmogonias indígenas, ao estudo dos relatos dos jesuítas sobre as missões indígenas e à análise das pesquisas sobre as populações autóctones feitas por naturalistas europeus.

Um balanço geral dos artigos de Joaquim Norberto, "*Da inspiração que oferece a natureza do novo mundo a seus poetas*" (Revista Popular, 1862); "*Originalidade da literatura brasileira*" (Revista Popular, 1861); "*Tendências dos selvagens brasileiros*" (Revista Popular, 1859); "*Catequese e instrução dos selvagens brasileiros pelos jesuítas*" (Revista Popular, 1859), permite perceber que a sua maior contribuição foi aplainar os caminhos para deslanchar o tema indianista. O que foi feito por meio do levantamento das fontes e da pesquisa dos hábitos, costumes, lendas e tradições indígenas.

Estes estudos irão oferecer melhores recursos literários aos escritores para não se sentirem tão ameaçados e inseguros pela tensão entre ficção e

54 MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1982, p.91-92.
55 VARNHAGEN, F. A. Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: VARNHAGEN, F A. História geral do Brasil. RJ: Laemmert, 1854-1857, XIV-XXVIII (Discurso preliminar)

verossimilhança, num momento em que a literatura nacional estava enveredando pelas construções do romance indianista nos anos 50 e 60 do século XIX e não havia modelos prévios nacionais nos quais se mirar.

Assim, o indianismo de Joaquim Norberto situa-se entre a percepção do indígena como um tema potencialmente rico de significados literários e o seu grande esforço por tornar acessível e difundido o material literário acerca dos povos indígenas encontrados no Brasil. Neste sentido, Joaquim Norberto perseguia horizontes teóricos muito amplos para o tema indianista:

> Remonto-me aos primeiros anos do descobrimento, passo em revista todos esses povos, que povoaram as costas, os sertões e ainda as serras de nosso majestoso país; examino as suas tendências para a poesia e para a música, quais tribos, que mais se avantajaram em sua cultura; quais usos, os costumes, os mitos de suas crenças mais favoráveis a essa tendência[56]

Nesta empreitada, não lhe faltou empenho, ainda que ao preço das "horas roubadas ao repouso (...) que se sacrificam ao estudo, às pesquisas, às indagações históricas, em detrimento da saúde e dos cômodos da vida, e ainda dos interesses matérias"[57].

Dão testemunho do seu persistente e esmerado esforço os artigos que publicou tanto na consolidação dos temas românticos como no avanço da historiografia literária nacional. Dentre tantos por ele publicados, destacamos estes: "*Introdução histórica sobre a literatura brasileira*" (Revista Popular, 1859); "*Da nacionalidade da literatura brasileira*" (Minerva Brasiliense, 1843); "*Estudos sobre a literatura brasileira*" (Minerva Brasiliense, 1843); "*As academias literárias e científicas no século décimo oitavo*" (Revista Popular, 1862); "*Poetas moribundos*" (Revista Popular, 1861); "*A língua brasileira*" (Revista Guanabara, 1855).

56 SILVA, J. N. S. Introdução histórica sobre literatura brasileira. In: SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas de José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.50.
57. SILVA, J. N. S. Introdução histórica sobre literatura brasileira. In: SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas de José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.56.

Potencialidades políticas dos temas românticos: a invenção de uma tradição Imperial

Enquanto intelectuais aproximados do poder político, os temas românticos ganhariam na forja da Primeira Geração Romântica as suas feições políticas iniciais bem ao gosto do Imperador e dos grupos políticos dirigentes.

As suas tendências políticas, associadas às conquistas estético-literárias, foram desdobradas em temas indígenas e de exaltação dos heróis nacionais, assim como na busca da glorificação da natureza brasileira. Estes temas desdobrados constituíram-se nos elementos de *continuidade* e *originalidade* entre a literatura colonial e a literatura romântica, entre os símbolos literários e os símbolos nacionais.

Neste sentido, Antonio Candido situa o projeto literário nacionalista dos românticos e a literatura dos pré-românticos como unidos pela aspiração de posicionar o Brasil entre os Estados-Nações Ocidentais civilizados. O elo entre os dois grupos estaria fundamentalmente no Indianismo, contudo, Antonio Candido vê distinção entre o projeto das luzes concebido no período pré-romântico e aquele concebido no período romântico:

> O *indianismo dos neoclássicos* pode ser interpretado como tendência para *dar generalidade ao detalhe concreto*. Com efeito, concebido e esteticamente manipulado como se fosse um tipo especial de pastor arcádico, o índio ia integrar-se no padrão corrente do homem polido; ia testemunhar a viabilidade de incluir-se o Brasil na cultura do Ocidente (...). *O indianismo dos românticos*, ao contrário, d*enota tendências para particularizar os grandes temas, as grandes atitudes de que se nutria a literatura ocidental, inserindo-as na realidade local, tratando-as como próprias de uma tradição brasileira*[58]

O projeto das luzes idealizado pelos românticos, com forte acento nacionalista, tinha atrás de si o novel desejo de singularizar a civilização dos trópicos, por meio da supervalorização da exuberante e inigualável natureza tropical brasileira e da projeção no índio de traços feudais de distinção de classe, acrescida da visão idílica do branco como "colonizador épico".

Neste ensejo, os românticos estavam empenhados na construção de uma nação imaginada, a qual para ser considerada brasileira e civilizada "*era preciso gerar uma diferenciação com a antiga metrópole, uma origem nativa. Tratava-se de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um*

58 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.21 (Grifo nosso)

povo, enfim, inventar uma tradição nacional"[59]. Ainda que, africanos e indígenas, apesar do papel central na formação da cultura brasileira, ficassem na verdade à margem da materialização deste projeto.

Nos termos deste projeto de nacionalização das letras e de civilização da Nação, a criação de símbolos nacionais colocou a literatura e o alinhamento político-ideológico dos intelectuais a serviço do Segundo Reinado. De tal forma, que a Primeira Geração Romântica seletivamente aproximou-se de alguns movimentos nativistas, ocorridos no período colonial, em busca de apreender deles os temas românticos e aproveitar-lhes os movimentos de resistência política à exploração econômica e à dominação cultural exercidas pela metrópole portuguesa.

Daí, por exemplo, o alto empenho com que se lançaram no estudo da Inconfidência Mineira e o intenso trabalho que tiveram em tornar Tiradentes um herói nacional. Tanto fora o empenho, que no ano de 1846, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB promoveu debates e seminários sobre a Inconfidência Mineira e, em algumas das suas conferências, os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB esmeraram-se em trazer o "*último conjurado sobrevivente, José de Rezende Costa*"[60].

Ainda dentro da mesma proposta nacionalista e civilizadora, foram escritos alguns épicos nacionais em pleno romantismo. O ponto por todos eles compartilhado estava centralizado na estilização da formação da Nação brasileira, como um evento pontualmente sublime e inscrito numa suposta ordem cósmica a ser realizada num futuro próximo em meio a grandes feitos.

Nesta linha, temos as epopéias "*A Independência do Brasil*" (1847) de Teixeira e Sousa; "*A confederação dos Tamoios*" (1856) de Gonçalves de Magalhães; "*Os Timbiras*" (1857) de Gonçalves Dias; José Alencar com "*Os filhos de Tupã*" (1863); "*Colombo*" (1866) de Porto Alegre e "*Anchieta*" (1875) de Fagundes Varela.

---

59 ALONSO, A. O indianismo romântico: a nação imaginada. In: ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.58.

60 SILVA, J. N. S. Ao Instituto Histórico Brasileiro. In: SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira.RJ:Garnier,1860.Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html>. Acesso em 17 out. 2008, p.05.

Assim, a Primeira Geração Romântica abriu-se para mais uma frente de ação dentro da literatura, construída em torno da aspiração de estabelecer as especificidades da Nação brasileira dentro do projeto da luzes e a "invenção de uma tradição imperial". Estes aspectos, nós veremos nos subitens a seguir.

A invenção de uma tradição Imperial

Apesar das novelas históricas escritas por João Manuel Pereira da Silva (Rio de Janeiro/1817 – Rio de Janeiro/1897), dentre as quais a crítica literária atual dá destaque a "*Jerônimo Corte Real*" (1840) e "*O aniversário de D. Miguel em 1828"* (1839), interessa-nos no momento destacar as suas obras que trataram da História do Brasil e da História da Literatura Nacional.

Acerca destas obras, destacamos o trabalho de Pereira da Silva com o objetivo de reinventar a História do Brasil. Como a exemplo, dos seus trabalhos a "*História da Fundação do Império do Brasil*", "*Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*" (o livro é continuação do anterior História da Fundação do Império no Brasil) e "*História do Brasil de 1831 a 1840*"[61].

Contudo, o seu principal texto em história é a "*Nacionalidade da língua e literatura de Portugal e do Brasil*" (1862), no qual Pereira da Silva antecipara-se à *Escola do Recife* ao ressaltar que a conquista da autonomia literária ia além da introdução de temas religiosos e pitorescos nacionais. Para Pereira da Silva, a literatura brasileira só se tornaria singular frente às literaturas universais se fosse capaz de assimilar também a literatura popular e os costumes nacionais.

Posteriormente, a contribuição de Pereira da Silva para a História da Literatura Brasileira se daria com a publicação de três edições sucessivamente revisadas e enriquecidas sobre a antologia literária brasileira, todas de sua autoria: "*Parnaso Brasileiro*"; "*Plutarco Brasileiro*" e "*Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*"[62] .

---

61 PEREIRA DA SILVA. J. M. História da fundação do Império do Brasil. 7 vols. RJ: B. L. Garnier, 1864-68; Idem. Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil. Narrativa histórica. RJ: B. L. Garnier, 1871; Idem. História do Brasil de 1831 a 1840. RJ: Dias da Silva Júnior, 1878.

62 PEREIRA DA SILVA. J. M. Parnaso Brasileiro. 1ª ed. 2 vols. RJ: Laemmert, 1834-1847; Plutarco Brasileiro. 1ª ed. 2 vols. RJ: Laemmert, 1847 e Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais. 2ª ed. 2 vols. Paris: Franck Guillaumin, 1858; Idem, 3º ed. 2 vols. RJ: Garnier, 1868.

O "*Parnaso Brasileiro*" de Pereira da Silva, publicado depois do "*Parnaso Brasileiro*"[63] de Januário da Cunha Barbosa, situa-se apesar das incorreções, da "deficiência de informações e da fragilidade dos juízos"[64] como uma obra significativa. Isto se deve em razão do volume de poetas coloniais reunidos nesta obra e do valor das notas esclarecedoras que acompanham a cada poeta estudado, em particular pela relevância dada a Sousa Caldas.

Poeta, clérigo, tradutor e orador sacro renomado, Antônio Pereira de Sousa Caldas (Rio de Janeiro/1762 – Rio de Janeiro/1814) foi avaliado pela Primeira Geração Romântica como um pré-romântico de destacada atuação. No dizer de Pereira da Silva, foi o "primeiro lírico brasileiro" porque apesar da sua resistência ao "temário pagão dos neoclássicos", Sousa Caldas manteve os temas de acento indianista.

Enquanto poeta de apurada "sensibilidade", Sousa Caldas soube enriquecer os seus versos com a paisagem brasileira num momento em que imperavam as figuras e as paisagens neoclássicas. Expressões destes traços pré-românticos, segundo Pereira da Silva, seriam as seguintes obras poéticas de Sousa Caldas: "*Obras Poéticas*"; "*Poesias sacras e profanas*"; "*Obras poéticas*" e "*Poemas Sacros*"[65].

Pereira da Silva ainda observou que além do "temário religioso" seguir características pré-românticas nacionais, distintas daquelas comumente seguidas pelo romantismo europeu, Sousa Caldas teria se destacado pela resignificação inovadora na literatura brasileira do tema da "bondade do homem primitivo" de Rousseau, como se pode perceber na sua poesia "*Ode ao homem selvagem*" (1784).

Este tema será posteriormente desenvolvido pelos românticos com o indianismo de Gonçalves Dias e José de Alencar como veremos em capítulo posterior.

---

63 BARBOSA, J. C. Parnaso Brasileiro. RJ: Typ. Imperial e Nacional. 1829-1932. (1ª ed. 1829 e 2ª ed. 1832).
64 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.390.
65 Seguindo a ordem temos: SOUSA CALDAS, A. P. Obras poéticas. Tomo I. Paris: P. N. Rougeron, 1820; Idem. Poesias sacras e profanas. Tomo II. Paris: P. N. Rougeron, 1821; Idem. Obras poéticas. Coimbra: Imprensa de Trovão e Cia., 1836; Idem. Poemas sacros. Coimbra: Imprensa de Trovão e Cia. 1872. PEREIRA DA SILVA. J. M. Varões ilustres do Brasil. Vol. II. 3ª ed. RJ: Garnier, 1868, p.197-208.

A Primeira Geração Romântica tinha Sousa Caldas em tão alta conta, que no ano de 1841 fizeram publicar duas edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, nas quais editaram as suas cartas, tragédias, hinos, cantatas, sermões, estudos críticos e estudos de filosofia e religião[66].

Tamanha consideração pela atuação deste intelectual levou à Primeira Geração Romântica, talvez movida por excessivo senso de investigação biográfica, a mobilizar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB por sugestão de Joaquim Norberto (o então diretor do Instituto era Fernandes Pinheiro), para que enviasse Porto-Alegre ao Convento de Santo Antonio em Roma e identificasse "os despojos de Sousa Caldas". O que não foi possível fazê-lo entre tantas ossadas encontradas, apesar do traquejo de Porto-Alegre na "frenologia"[67].

O trabalho de consolidação de uma literatura brasileira: os pré-românticos na forja da Primeira Geração Romântica

Francisco Adolfo de Varnhagen

Domingos Borges de Barros: primeiros temas da literatura dos túmulos

Os poetas Domingos Borges de Barros, Frei Santa Rita Durão e Basílio da Gama figuraram entre os escritores para os quais os estudos de Varnhagen estiveram mais voltados, no sentido de perceber-lhes os traços pré-românticos.

Domingos Borges de Barros (Bahia/1779 – Rio de Janeiro/1855), aristocrata baiano formado em Direito por Coimbra, foi diplomata na Europa e graças aos seus relevantes serviços prestados à diplomacia do Império recebeu o título de Visconde de Pedra Branca.

Durante anos, ele viveu em Paris e, nesta cidade, aproximou-se de intelectuais como Filinto Elísio[68], que o ajudou a se aperfeiçoar nos estudos literários e vir a publicar "*Poesias oferecidas às senhoras brasileiras*" (1825). Título galante

66 Revista do Instituto Hist. e Geo. Bras. RJ. Tomo III, n.09, p.144-148, abr.1841. Revista do Instituto Hist. e Geo. Bras. RJ. Tomo III, n.10, p.216-221, jul. 1841.
67 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.351.
68 Filinto Elísio (Lisboa/1734 – Paris/1819). Clérigo, tradutor e escritor ligado ao neoclassicismo português. Fugido de Portugal por perseguição da Inquisição em 1778, Filinto Elísio migraria para Paris onde tomaria conhecimento do romantismo. Esta proximidade que o levou a traduzir para o português "Os Mártires" (1816) de Chateaubriand.

para uma coletânea de poesias em que algumas são traduções de poesias de pré-românticos europeus e outras tantas exaltam a vida campestre, o erotismo e o sentimento patriótico.

Por sinal, dentre as suas poesias de acento patriótico, em defesa da Independência do Brasil, encontram-se "Epístola" ao Dr. Francisco Elias da Silveira e "Epístola" a Filinto Elísio.

Aderaldo Carvalho observa que apesar do lirismo amoroso de Borges Barros ser ainda afetadamente árcade, no entanto, ele era na sua época o poeta nacional de "expressão mais libertada", como atesta o seu trabalho "*Os túmulos*"(1850)[69]. Neste poemeto, o autor "transferiu para a literatura brasileira, pela primeira vez, uma das correntes de inspiração mais intensa dos albores do Romantismo europeu, a chamada "literatura dos túmulos"[70], tocando em temas pré-românticos como a solidão, a melancolia e a vacuidade dos sentimentos e do espírito.

Entre os românticos, a difusão e o reconhecimento do valor das poesias de Borges de Barros se deram pelo destacado espaço que ganharam na principal obra literária de Adolfo de Varnhagen, "*Florilégio da poesia brasileira*". Neste trabalho, Varnhagen publicou dois cantos que compõem o poemeto "*Os túmulos*" (1º Canto/1825 publicado antes na sua obra "Poesias oferecidas às senhoras brasileiras" e 2º Canto em 1850).

Varnhagen observa que, no geral, apesar do poeta ser árcade, há na sua poesia o desejo intencional de associar "sentimento patriótico" com a natureza nacional e a libertação da pátria. Enquanto no 2º Canto, os temas o aproximariam de alguns românticos europeus inspirados na sombria "poesia fúnebre"[71].

Uraguai: um épico para o avanço do processo das luzes

José Basílio da Gama (Minas Gerais/1740 – Lisboa/1795), filho de rico senhor rural mineiro, foi noviço dos Jesuítas até o ano de 1759, quando se deu a

69 BARROS, D. B. de. Poesias oferecidas às senhoras brasileiras. 2 vols. Paris: Aillaud Libraire, 1825; Idem, Novas poesias oferecidas às senhoras brasileiras por um baiano. RJ: Laemmert, 1841; idem, Os túmulos. BA: Typ. de Carlos Poggetti, 1850.
70 CASTELO, J. A. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, A. (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.48;49.
71 VARNHAGEN, F. A de. Florilégio da Poesia Brasileira. 2ª ed. Vol.3. Prólogo. RJ: ABL, 1947.

expulsão dos jesuítas por Pombal. Como ainda não era professo, pôde optar por seguir pela vida secular ao invés de ser expulso do Império.

Contudo, como se manteve próximo dos jesuítas, quando decidiu ir a Coimbra para formar-se em Direito foi preso sob acusação de partidário dos jesuítas e recebeu como pena o degredo para Angola. Porém, conquistou o perdão da sua pena ao escrever um Epitalâmio[72] às núpcias de D. Maria Amália, filha de Pombal.

Esta investida foi certeira, pois o poema caiu nas graças de Pombal, que além do perdão da pena, concedeu-lhe cartas de nobreza e fidalguia e arrumou-lhe colocação no serviço público português como Oficial de Secretaria do Reino.

A partir daí, Basílio da Gama afinou-se à política pombalina e como sintoma do seu alinhamento político compôs "*Uraguaí*" (1769). Neste poema, os versos cantam a união entre os portugueses e os espanhóis para mover guerra às missões jesuíticas do Rio Grande, cumprindo as cláusulas do Tratado de Madri.

Fica claro ao longo dos cantos, a intenção de Basílio da Gama de associar a missão religiosa dos jesuítas a interesses essencialmente econômicos:

> *Essa riqueza*
> *Que cobre os templos dos benditos padres,*
> *Fruto da sua indústria e do comércio*
> *Da folha e peles, é riqueza sua.*
> *Com o arbítrio dos corpos e das almas*
> *O céu lha deu em sorte. A nós somente*
> *Nos toca arar e cultivar a terra,*
> *Sem outra paga mais que o repartido*
> *Por mãos escassas mísero sustento.*
> *Podres choupanas, e algodões tecidos,*
> *E o arco, e as setas, e as vistosas penas*
> *São as nossas fantásticas riquezas.*

72 Em literatura clássica, também neste sentido aspirado por Basílio da Gama, consistia em solenizar por meio da poesia o momento do casamento, enquanto evento social de nubentes socialmente bem-situados.

Muito suor, e pouco ou nenhum fasto[73].

Naquilo que interessa ao romantismo, Basílio da Gama cantava no poema "*Uraguai*" o índio como indivíduo puro, que estava exposto aos projetos de religiosos aprisionados aos poderes temporais. Todavia, não faltam ao longo do poema os atributos feudais de distinção de classe – ao gosto dos românticos – predicados ao índio, tais como o amor à liberdade, a fidelidade aos compromissos, a honradez e a destreza para a guerra.

Que estas terras, que pisas, o céu livres
Deu aos nossos avôs; nós também livres
As recebemos dos antepassados.
Livres as hão de herdar os nossos filhos.
Desconhecemos, detestamos jugo
Que não seja o do céu, por mão dos padres.
As flechas partirão nossas contendas
Dentro de pouco tempo: e o vosso Mundo,
Se nele um resto houver de humanidade,
Julgará entre nós; se defendemos
Tu a injustiça, e nós o Deus e a Pátria.
Enfim quereis a guerra, e tereis guerra[74].

Caramuru: a paisagem neoclássica dá lugar a flora e fauna brasílicas

Frei José de Santa Rita Durão (Minas Gerais/1722 – Portugal/1784), filho de um sargento-mor, foi poeta, religioso e teólogo formado em Coimbra. No início da sua vida intelectual e religiosa, posicionou-se ao lado de Pombal contra os jesuítas, porém, mais tarde, precisamente em 1761 rompeu com Pombal e fugiu para Roma, onde ficou até 1777, quando ocorreu a queda de Pombal.

Quatro anos após a queda de Pombal, Santa Rita Durão publicou "*Caramuru*" (escrito em 1764, mas publicado somente em 1781). Consiste numa epopéia em que, ao contrário daquela escrita por Basílio da Gama, o escritor posicionou-se a favor dos jesuítas, relevando os seus grandes feitos pela

73 BASÍLIO DA GAMA, J. Canto Segundo. In: Uraguai. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1769. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000094.pdf>. Acesso em 17 out. 2008, p.10.
74 BASÍLIO DA GAMA, J. Canto Segundo. In: Uraguai. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1769. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000094.pdf>. Acesso em 17 out. 2008, p.12.

difusão da fé entre os "gentios" e a manutenção da unidade geopolítica do Império Luso.

De Varões Apostólicos um bando
Tem de inocentes o Esquadrão disposto,
Que iam na Santa Fé disciplinando,
Todos assistem com modesto rosto:
O Catecismo em cântico entoando,
No idioma Brasílico composto
Do Exército, que Inácio à Igreja alista,
Para empreender a bárbara conquista.

São desta espécie os Operários santos,
Que com fadiga dura, intenção reta,
Padecem pela Fé trabalhos tantos;
O Nóbrega famoso, o claro Anchieta:
Por meio de perigos, e de espantos,
Sem temer do Gentio a cruel seta,
Todo o vasto Sertão tem penetrado,
E a Fé com mil trabalhos propagados.

Da antiga Lusitânia o rei potente,
Acompanhando o sol no giro imenso,
Vai rodeando todo o globo ingente,
Desde o aurífero Tago ao China extenso.
Por ele a fé recebe todo o Oriente,
O mouro cede de pavor suspenso,
E Europa admira pelo mar profundo
Que o seu reino menor subjugue um mundo[75]

A epopéia o "*Caramuru*" possui o mérito de ser construída numa narrativa romântica. Assim, a flora e a fauna são brasílicas (o Maracujá, a mangaba, o tatu, as belas araras, o inhame, o araçá, a taioba, o gengibre, o gergelim, "das

75 SANTA RITA DURÃO. J. Caramuru. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1871. Canto X: estrofes LIII, LV e LX.
Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000099.pdf>. Acesso em 17 out. 2008, p.201; 202; 203.

frutas do país a mais louvada, é o régio ananás", o palmito, o caju, a cutia, a paca, o periquito).

Ainda que a disposição dos versos tenha sofrido influência camoniana e o gosto barroco rebuscado lhe tenha traído algumas construções, entretanto, as figuras mitológicas e as paisagens neoclássicas não superaram o mérito de uma epopéia criada em torno de acontecimentos históricos nacionais (a colonização da Bahia, a luta entre portugueses e holandeses, a conquista dos sertões). Além do mais, é uma epopéia pontuada por grandes nomes nacionais (Vieira; Anchieta; Diogo Álvares Correia; o "capitão dos etíopes valentes", Henrique Dias; o "forte Camarão").

> *Nem podereis temer que ao santo intento*
> *Não se nutram heróis no luso povo,*
> *Que o antigo Portugal vos apresento*
> *No Brasil renascido, como em novo.*
> *Vereis do domador do Índico assento*
> *Nas guerras do Brasil alto renovo,*
> *E que os seguem nas bélicas ideias*
> *Os Vieiras, Barretos e os Correias.*[76]

Contudo, às vezes Santa Rita Durão distancia-se da proposta romântica indianista. Pois se, por um lado, valoriza algumas soluções indígenas bem-sucedidas na alimentação e na arte de guerrear, por outro lado, o indígena aparece em alguns dos seus versos como atrasado do ponto de vista da engenhosidade da sua técnica e como indivíduos de hábitos "bárbaros" e "cruéis":

> *Os sete, entanto, que do mar com vida*
> *Chegaram a tocar na infame areia,*
> *Pasmam de ver na turba recrescida,*
> *A brutal catadura, hórrida e feia;*
> *A cor vermelha em si mostram tingida*
> *De outra cor diferente, que os enfeia;*

76 SANTA RITA DURÃO. J. Caramuru. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1871, Canto I: estrofe VII. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000099.pdf>. Acesso em 17 out. 2008, p.02.

Pedras e paus de embirras enfiados,
Que na face e nariz trazem furados.

Na boca, em carne humana ensangüentada,
Anda o beiço inferior todo caído,
Porque a tem toda em roda esburacada,
E o lábio de vis pedras embutido;
Os dentes (que é beleza que lhe agrada)
Um sobre outro desponta recrescido;
Nem se lhe vê nascer na barba o pêlo,
Chata a cara e nariz, rijo o cabelo.[77]

Ao longo de toda a epopéia, percebe-se, em termos gerais, o contraste entre o homem indígena e o branco luso. O primeiro, um ser obtuso, "selvagem rude", um "bruto", "um bárbaro americano", um "ímpio", "gente miseranda e bárbara". Porém, o branco luso, por sua vez, fora apresentado como o esclarecido, "o lume da razão", "o sábio herói", homens de "sábios modos", "sábios capitães valentes", "sangue esclarecido", "campeões briosos".

Daí ser tão precisa a observação de Bosi:

> Se, pela cópia de alusões à flora Brasílica e aos costumes indígenas, o Caramuru parece dotado de índole mais nativista do que o Uraguai, no cerne das intenções e na estrutura, a epopéia de Durão está muito mais distante do homem americano que o poemeto de Basílio (...). O índio como outro, objeto de colonização e catequese, perde no Caramuru toda a autenticidade étnica e regride ao marco zero de espanto (quando antropófago), ou a exemplo de edificação (quando religioso).

Parece-nos que no "*Uraguai*", os temas românticos – a flora e a fauna brasílicas – estão diluídos e hibridizados nos tópicos neoclássicos, os quais, por sua vez, alcançam maior primazia que os temas românticos. Todavia, a epopéia é coerente com a proposta Iluminista de esclarecimento e civilização do país, ao atacar a instituição naquele momento mais resistente ao processo de secularização, a Igreja. Por sua vez, a Igreja tinha a Companhia de Jesus na linha de frente do ataque à modernidade, por sinal, a ordem religiosa contra a qual investia Basílio da Gama.

---

77 SANTA RITA DURÃO. J. Caramuru. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1871, Canto I: estrofes XIX e XX.
Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000099.pdf>. Acesso em 17 out. 2008, p.05.

A epopéia o "*Caramuru*", por um lado, é modelar como literatura aproximada dos temas românticos nacionais, pois apesar de concebida em ambiente neoclássico, no dizer de Varnhagen, estaria entre as poesias mais brasílicas pela "*exaltação do índio e o forte sentimento de pertença a terra*"[78].

Por outro lado, carece de coerência interna no que diz respeito à instauração do processo das luzes, pois coloca a ação dos jesuítas como a razão do esclarecimento e da civilização dos indígenas. O que não deixa de ser acertado do ponto de vista do processo de racionalização, cuja ação expulsou o mundo mágico-mítico do universo indígena com ajuda das religiões monoteístas.

Porém, naquele momento em que Santa Rita Durão escrevia, os jesuítas representavam o núcleo intelectual mais balizado da Igreja de resistência ao processo de secularização e de consolidação da técnica ocidental. Dois elementos por trás dos quais estava apoiada a atitude arrogante e a postura de superioridade diante do "selvagem americano", manifestada por Diogo Álvares Correia (herói branco luso da epopéia Caramuru).

Dentro de um referencial cultural construído nas bases de uma Europa branca, católica e vencedora belicamente sobre outros povos, a pressuposição era de que a cultura indígena, salvo alguns hábitos alimentares e a destreza para a guerra, era rasteira e embrutecida; as crenças religiosas eram atrasadas e mágicas; e as técnicas simplórias.

De certo modo, esta posição estava aproximada ideologicamente do pensamento de Varnhagen, que em pleno romantismo defendia a tese da tutoria dos índios pelos brancos, em razão da suposta incapacidade cognitiva dos primeiros. Neste sentido, observou Brito Broca: "*para Varnhagen o nosso silvícola constituía uma raça inferior, que devia não ser combatida, mas protegida (...) a força para ele seria, no entanto, apenas um meio de fazer o indígena compreender a necessidade de submissão*"[79].

78 VARNHAGEN, F. A. de. O caramuru perante a história. Revista Trimestral de História e Geografia do Inst. Hist. Geo. Bras. RJ. Tomo X, 2ª ed. p.129-152, 1870.
79 BROCA, B. Românticos, pré-românticos e ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro. Prefácio de Alexandre Eulálio. SP: Livraria e Editora Polis, 1979, p.194.

Ainda em torno dos temas nacionalistas românticos, Varnhagen publicou "*Épicos Brasileiros*", "*Florilégio da Poesia Brasileira*"[80], biografias sobre Santa Rita Durão, Eusébio de Matos, Basílio da Gama e Antônio de Gonzaga. No ensejo de reinventar a nossa história, escreveu os livros "*História geral do Brasil*", "*História das lutas com os holandeses no Brasil*" e a "*Narrativa epistolar de uma viagem à Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco*"[81].

A sua contribuição à consolidação da historiografia brasileira não está dissociada do seu empenho em introduzir entre nós o rigor na investigação histórica e o respeito às fontes. Ainda que, Varnhagen misturasse às suas qualidades de pesquisador, forte concepção providencialista da história, e, enquanto erudito medievalista e homem de letras próximo do Imperador, pesasse-lhe os valores passadistas e a repugnância pelos movimentos nativistas.

Daí, Varnhagen dar pouca atenção aos heróis da Revolução Pernambucana de 1817 e, nos seus estudos sobre a História do Brasil, mostrar-se reticente ao abordar a Inconfidência Mineira.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva

Joaquim Norberto de Sousa e Silva (Rio de Janeiro/1820 – Rio de Janeiro/1891), um dos principais pilares da historiografia literária, foi quem esteve mais dedicado a coletar, editar e reeditar materiais literários, assim como aos estudos biográficos sobre homens ilustres nacionais.

Este intelectual nacionalista, que sacrificou toda a sua juventude e trocou as oportunidades de enriquecimento para lançar as bases da historiografia literária nacional, foi quem mais contribuiu, entre os românticos, com materiais biográficos e fontes históricas, a fim de que o romantismo integrasse ao seu movimento alguns escritores coloniais.

---

80 VARNHAGEN, F. A. de. Épicos Brasileiros: Lisboa: Imprensa Nacional, 1845; Idem, Florilégio da poesia brasileira. Lisboa: Madrid, Imprensa Nacional, Imprensa da V. de D. R. J. Dominguez, 1850-1853.

81 VARNHAGEN, F. A. de. História geral do Brasil. Tomos I e II. RJ: Laemmert, 1854-1857; Idem. História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. Viena: Imp. Carlos Finsterbeck, 1871; CARDIM, Fernão. Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente desde o ano de 1583-1590. Org. dos textos Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

Sugestões românticas de um árcade – José Bonifácio de Andrada e Silva

José Bonifácio de Andrada e Silva (São Paulo/1763 – Rio de Janeiro/1838) destaca-se como um dos principais pré-românticos estudados por Joaquim Norberto. Já em 1861, Norberto organizou e publicou a 2ª edição de "*Poesias avulsas de Américo Elísio*" (pseudônimo de Bonifácio de Andrada).

Nesta reedição de "*Poesias avulsas*"[82], Joaquim Norberto também reproduziu a "Dedicatória" (escrita por Bonifácio de Andrada para a 1ª edição de 1825), que dentro de um balanço geral, permite perceber que José Bonifácio de Andrada e Silva foi um poeta de transição, "um precursor do pré-romantismo" pelas afinidades românticas, mas que ainda estava preso aos conteúdos e formas neoclássicas como também pondera Sérgio Buarque de Holanda no "Prefácio" às "*Poesias*"[83].

O Patriarca da Independência fora o maior erudito do seu tempo no Brasil e tivera uma formação solidamente clássica para permitir-lhe traduzir Voltaire, Newton, Hesíodo, Virgílio, Píndaro. Contudo, ele tivera uma formação além dos clássicos e ampla o bastante para também traduzir Scott, Byron, Ossin e Rousseau e publicar em 1825 a sua obra "*Poesias Avulsas*", antes mesmo do "*Résumé*" de Ferdinand Denis, datado de 1826, e de "*Suspiros poéticos e saudades*" (1836) de Gonçalves de Magalhães.

Nas "*Poesias avulsas*", José Bonifácio de Andrada e Silva manifestara o desejo de seguir pelos termos inovadores do romantismo de Scott e Byron, como deixara claro no texto da "Dedicatória":

> Fui nele assaz parco em rimas, porque a nossa bela língua, bem como a inglesa, espanhola e italiana, não precisa, absolutamente falando, do zum-zum das consoantes para fixar a atenção e deleitar o ouvido: basta-lhe o metro e o ritmo. E quanto à monotônica regularidade das estancas, que seguem à risca franceses e italianos, delas às vezes me apartei de propósito, usando da mesma soltura e liberdade, que vi novamente praticados por um Scott e um Byron, cisnes da Inglaterra[84]

Aderaldo Castelo considera o texto da "Dedicatória" um "perfeito manifesto pré-romântico", não só pelas indicações dos escritores românticos europeus como

82 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Poesias Avulsas. Bordéos: [s.n], 1825.
83 ELÍSIO, A. (José Bonifácio de Andrada e Silva). Poesias. Prefácio de Sérgio B. de Holanda. RJ: INL; Imprensa Nacional, 1942, XIII (Prefácio)
84 ANDRADA E SILVA, J. B. de. Poesias avulsas de Américo Felício. Dedicatória de José Bonifácio de Andrada e Silva. 2ª ed. (Org. de Joaquim Norberto). Bordéos: [s.n], 1825.

também pela "atitude inovadora" de proximidade dos temas românticos de "sentimento da natureza", "sentimento patriótico" e "ideais de liberdade".

Contudo, ao contrário de Aderaldo, Bosi destrata o autor de "Poesias avulsas": "no Patriarca, a leitura dos românticos ingleses, que ele cita com louvor, ficaram no plano de vagas sugestões sem que o árcade pudesse, sexagenário, absorver o espírito realmente novo que soprava na Europa. É no plano dos detalhes formais despregados do todo que ele recebeu a lição romântica"[85] .

A construção de uma tradição simbólica para o Império: a releitura da Inconfidência Mineira e dos poetas inconfidentes

Dentro de um balanço geral da obra de Joaquim Norberto, percebemos que ele deu maior ênfase aos estudos sobre os inconfidentes. Acerca deles escreveu trabalhos biográficos sobre Inácio José de Alvarenga Peixoto, Manoel Inácio da Silva Alvarenga (1749–1844) e Tomás Antônio Gonzaga (1744–1792), procurando lê-los como os precursores da nossa independência política de Portugal.

Neste sentido, observa Antonio Candido que Norberto e os seus companheiros românticos posicionavam-se como os herdeiros deste processo de construção da Nação iniciado anteriormente pelos poetas inconfidentes:

> Assinalemos de passagem que uma das expressões mais vivas do sentimento político desses escritores foi o interesse pela Inconfidência Mineira, que praticamente definiram, estudaram e incorporaram ao patriotismo dos brasileiros, vinculando os poetas arcádicos ao processo de construção nacional, ao proclamarem o seu papel de precursores da Independência. Deste modo, se elaborou uma concepção coerente da literatura brasileira como fator nacionalista, aparecendo eles, reformadores, como herdeiros legítimos e continuadores de uma tradição[86]

No ensejo de interpretar os inconfidentes como os pródromos do projeto de criação da Nação brasileira, elaborado nos termos de uma proposta nacionalista e civilizadora, Joaquim Norberto publicou "*História da Conjuração Mineira*" (1860). Nesta obra, aparece o seu trabalho de forjar Tiradentes como um herói nacional. Bem como parte do seu esforço de tornar público os raros e os numerosos documentos sobre o processo judicial dos inconfidentes, estudados nas sessões de 1846 do Instituto Histórico e

85 BOSI, A. A consciência histórica e crítica. In: BOSI, A. Historia concisa da literatura brasileira. 2ª ed. SP: Cultrix, 1979, p.82.
86 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.50.

Geográfico Brasileiro/IHGB, quando se contou até mesmo com a presença do último inconfidente vivo[87].

A estilização da morte de Tiradentes e o empenho em transformá-la num ato político de resistência à dominação de Portugal funcionaram como os eixos centrais deste livro de Norberto[88]. Nele, a linguagem narrativa misturou-se aos autos e documentos oficiais, de tal forma, a demonstrar que Tiradentes percorreu a trajetória de um mártir: obstinação misturada à grandeza de sentimentos; mostras de convicção e firmeza do seu ideal; e manifestações de extrema gratuidade.

A descrição da morte de Tiradentes foi construída em cima de um cenário, de forma a estilizar os últimos momentos de um justo e também mártir: o "magnífico e o esplêndido céu do Rio de Janeiro" como testemunha deste "espetáculo sempre bárbaro, sempre indigno de uma nação e sempre aviltante para a humanidade"; a "face do padecente cheia de unção", que nem mesmo o soar dos clarins e o rufar dos tambores anunciando-lhe a sua morte fizeram com que "a serenidade da alma do Tiradentes se alvoroçasse, sem que o menor sintoma de susto lhe alterasse a fisionomia" [89].

Esta narrativa em tons dramáticos atingirá o clímax na descrição dos últimos momentos de vida de Tiradentes:

> Subiu ligeiramente os degraus do trono que a escarnecedora sorte lhe destinara como seu desprotegido. Sem levantar os olhos, que tinha pregados na imagem do divino mártir, sem estremecimento algum que lhe traísse a coragem, deu lugar ao algoz para o fatal preparo, pedindo unicamente por todo o favor que abreviassem a execução, no que ainda insistiu por duas vezes. Era essa a última graça que solicitava, e nem assim lhe foi concedida
>
> Retida pelo baraço [a cabeça de Tiradentes] girou vertiginosamente e estorceu-se em convulsões por um momento até ser cavalgada pelo executor... Viu-se por algum tempo o homem-máquina e o homem-cadáver nessa luta ignominiosa do complemento do assassinato judiciário... Um grito imenso, ou

87 SILVA, J. N. S. Ao Instituto Histórico Brasileiro. In: SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira.RJ:Garnier,1860
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html>. Acesso em 17 out. 2008, p.05.
88 SILVA, J. N. S. Pelo frade que os assistiu de confissão (Apêndice). In: SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira. RJ: Garnier, 1860. Disponível:<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html>. Acesso em 17 out. 2008, p.172-179.
89 SILVA, J. N. S. Capítulo XIX. A morte e os desterros. In: SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira. RJ: Garnier, 1860.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html#IV>. Acesso em 17 out. 2008, p.154; 152.

> antes, um gemido surdo, roufenho e prolongado irrompeu da multidão, e foi abafado pelo rufo dos tambores...[90]

Com relação à proposta de transformar a Inconfidência Mineira num ato político de resistência a Portugal, acredito ter sido mais bem desenvolvida por Joaquim Norberto no prólogo por ele escrito, "Advertência". Este texto foi escrito em 1860 para a apresentação do livro a "*História da Conjuração Mineira*" em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, mais tarde foi introduzido ao texto impresso:

> Muitas vezes, pensando sobre os atos desse drama lúgubre, lancei os olhos pelas páginas de nossos historiadores que tiveram de julgar essa conjuração patriótica, pois que a qualifico sob o ponto de vista do pensamento de seus atores (...) ao grito insurrecional de Boston, que chamou às armas as colônias anglo-americanas, e hasteou entre os estandartes das nações a bandeira estrelada. Previu a Europa inteira que o exemplo seria fecundo em efeitos análogos, e esperou por tanto a repercussão do grito da independência. Portugal, porém, nem foi surpreendido, nem despertou de súbito ante a ideia de ver também o Brasil desembainhar a sua espada, desenrolar o pendão da nobre revolta, pelejar pela causa sagrada, e conquistar o lugar que lhe competia no mapa político das nações[91]

Entretanto, é preciso ressaltar que acima de tudo Joaquim Norberto era, como todos os intelectuais do seu tempo, um homem ordeiro que aspirava ver as reformas realizadas paulatinamente e dentro da mais completa ordem.

Por isto, mesmo diante do seu esforço de retraduzir Tiradentes e o papel da Inconfidência Mineira para a construção dos símbolos nacionais, Norberto relativizou a atitude política de Tiradentes, por considerá-la um perigo à unidade territorial e política da Nação:

> Morrera o Tiradentes, não como um grande patriota, com os olhos cravados no povo, tendo nos lábios os sagrados nomes da pátria e da liberdade, e na alma o orgulho com que o homem político encara a morte como um triunfo, convertendo a ignomínia em apoteose, mas como um cristão (...). Não foi a Conjuração Mineira uma tentativa que malogrou-se; jamais passou de uma ideia generosa quanto à essência, e mesquinha quanto à forma.[92]

---

90 SILVA, J. N. S. Capítulo XIX. A morte e os desterros. In: SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira. RJ: Garnier, 1860.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html#IV>. Acesso em 17 out. 2008, p.153.
91 SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira. RJ: Garnier, 1860.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html#IV>. Acesso em 17 out. 2008, p.08.
92 SILVA, J. N. S. Capítulo XIX. A morte e os desterros. In: SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira. RJ: Garnier, 1860.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html#IV>. Acesso em 17 out. 2008, p.153.

> Era sublime o pensamento da independência nacional, mas instituir uma, duas e quando muito três províncias em república, desanexando-as desse todo, que deve sempre permanecer unido e *constituir um forte e poderoso império*, seria retalhar a herança que sagraram os troféus das vitórias de Paranapacuí, Guaxinduba e Guararapes, para amesquinhá-la em insignificantes quinhões...
>
> Felizmente ecoou o brado do Ipiranga do norte ao sul, do oriente ao ocidente do grande e nascente Império, e a aurora da liberdade surgiu para sempre bela e radiante na terra de Santa Cruz![93]

Outros trabalhos de Joaquim Norberto escritos no sentido de forjar uma tradição para o Império são: "*Modulações poéticas precedidas de um bosquejo da história da poesia brasileira*" (1841), "*Obras poéticas de Alvarenga Peixoto*" (1865) e "*Cantos Épicos*"[94] (cantos dedicados ao Imperador Pedro II, aos episódios históricos da Guerra Holandesa e à Independência do Brasil).

A Revolta dos Balaios no Maranhão – uma típica leitura dos movimentos nativistas pela Primeira Geração Romântica

Dentro de um balanço geral, a leitura dos movimentos nativistas pela Primeira Geração Romântica quase sempre se silenciou acerca da resistência dos movimentos sociais contra a dominação patrimonialista, a casa de Bragança e as demonstrações de violência por parte do poder central.

Basta ver, como intencionalmente deram menor atenção ao papel dos líderes da Inconfidência Mineira (como os trabalhos de Capistrano de Abreu e Varnhagen) e da Revolução Liberal Pernambucana (a exemplo de Varnhagen).

Em geral, quando os integrantes da Primeira Geração Romântica conduziram os seus estudos sobre os movimentos nativistas para o terreno das questões políticas, quase sempre se perderam em considerações retóricas sobre a escolha da melhor forma de governo, a volatilidade dos partidos políticos e o lugar-comum do diagnóstico de que o nosso atraso político decorria da ignorância do povo.

Tenderam a silenciar-se sobre os apelos contra o ódio racial e os desmandos dos senhores rurais, bem como acerca das revoltas contra a miséria e a

93 SILVA, J. N. S. História da Conjuração Mineira. RJ: Garnier, 1860.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00766.html#IV>. Acesso em 17 out. 2008, p.158.
94 SILVA, J. N. S. Cantos épicos. RJ: Laemmert, 1861. Prefácio do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, traçando da poesia uma visão evolutiva baseada no prefácio de Cromwell, de Victor Hugo.

opressão provocadas pelo latifúndio. Havia também a intenção de transformar os movimentos nativistas em lutas partidárias ou em manifestações isoladas de indivíduos desordeiros, cruéis, ociosos e facinorosos.

Neste sentido, um dos melhores exemplos desta interpretação dos movimentos sociais pela Primeira Geração Romântica é a narrativa histórica de Gonçalves de Magalhães "*Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*" (1848)[95].

Em dezembro de 1839 o "vapor São Sebastião" saiu do Rio de Janeiro rumo a São Luís (Maranhão), levando Gonçalves de Magalhães, o coronel Luiz Alves Lima (posteriormente o Duque de Caxias), os seus oficiais e o novo ministério nomeado pela Corte para presidir a Província do Maranhão e comandar as forças militares provinciais, pois o Movimento Balaiada (1838–1841) estava "flagelando" a respectiva Província.

O texto é uma narrativa histórica escrita para ser apresentado em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB na presença do Imperador e dos seus associados. Ao longo do texto, Gonçalves de Magalhães situou a Balaiada como um movimento nascido de mais um lance do "sistema de transações"[96] e de trocas de influências políticas. Uma das marcas da nossa vida política nacional, que, a seu ver, havia "santificado" a máxima: "quem nada tem, nada alcança".

Causava-lhe desânimo o "fardo dos bacharéis", que lotados em cargos e postos públicos lutavam "*do extremo Norte ao extremo Sul para manter unido o Estado que herdamos de 1822. Nossa tarefa histórica é traduzir e civilizar a sociedade para construir a nação por hora inexistente*"[97].

Enquanto isto, os dois grupos políticos maranhenses – os "bemtevis" e os "cabanos"– revezavam-se no poder e cada qual esperava "o momento para derrubar o estabelecido", mesmo diante do perigo de desintegração da ordem e da unidade geopolítica da Nação.

---

95 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.14-66, marc. 1989.
96 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.15; 12, marc. 1989.
97 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.12, marc. 1989.

Neste vai e vem de intrigas palacianas, Gonçalves de Magalhães flagrou o sisudo e conservador em letras Francisco Sotero dos Reis, empenhado em "sorrateiramente maquinar a queda do presidente" para com isto vexar "o partido oposto"[98].

A causa do "Movimento Balaiada", segundo Magalhães, foi a decisão da Assembléia Provincial do Maranhão, a exemplo da de Pernambuco, decretar a "Lei dos Prefeitos" (1839), que em princípio concedia ao presidente da província a prerrogativa de poder nomear autoridades como o prefeito e o juiz de paz para os municípios.

Estas nomeações eram usualmente prerrogativas das câmaras municipais e funcionavam como a base da autonomia política dos municípios. Mais tarde, as câmaras municipais perderão definitivamente esta prerrogativa com o avanço do processo de centralização do Estado por meio da Lei de Interpretação de 12 de maio de 1840, posteriormente ratificada por decisão do Conselho de Estado (1841).

A ab-rogação da "Lei dos prefeitos" era um dos itens centrais reivindicados pelos "balaios", aos quais foram acrescentadas, ao longo do conflito, outras reivindicações. Tais como a "anistia aos revoltosos"; a "indenização da tropa" dos revoltosos; a "expulsão dos portugueses da província" e a "incorporação de alguns chefes das forças "bemtevis" às forças reais como oficiais[99].

O texto é uma narrativa histórica de um intelectual urbano próximo do poder, chocado com a crueldade dos conflitos e o nível de abandono de uma província localizada no extremo norte do Brasil. Ao mesmo tempo, o texto reflete a condição de Magalhães como um dos integrantes das "forças da legalidade".

Neste sentido, Domingos Gonçalves de Magalhães não poupava os balaios da acusação de "errantes salteadores", "facinorosos", "horda de devastadores", um "bando de salteadores, sem cor política (...) sem nenhuma inteligência (...) nem plano político bem concebido", que andavam "devastando tudo como

98 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.15, marc. 1989.
99 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.24, marc. 1989.

quadrilhas de bárbaros salteadores, capitaneados por diferentes caudilhos, que obravam sem concerto"[100].

Ao chegar numa província em que 70 mil indivíduos eram livres e 120 mil eram negros escravos, o maior temor deste letrado ordeiro era ocorrer a desintegração social pela "rebelião dos homens de cor".

Não obstante a esta condição, Gonçalves de Magalhães não tomou a escravidão como um problema central do conflito, apesar de relatar, dentre outros fatos semelhantes, a atitude do tenente-coronel Militão Bandeira de Barros. Este líder, à frente de 500 rebeldes, entrou na Vila do Riachão e num gesto simbólico, depois de tomá-la e assediá-la, permitiu que os revoltosos "arrombassem a cadeia e queimassem o tronco".

Os amotinados foram motivados, como informa Magalhães ao leitor, por "ódio de cor". Em particular, era este o sentimento que movia o mulato Militão: um militar a quem outrora recusaram conceder o cargo de Juiz de Paz, por "haver ele nascido escravo e ter sido forro por seu senhor e pai"[101]. Ainda neste sentido, Magalhães conhecera pessoalmente os líderes balaios e sobre eles anotara a particularidade: que eram todos "homens de cor", tanto Raymundo Gomes, "quase negro"; como Cosme, o "infame negro".

Apesar de não desconhecer a realidade social destes homens, tanto que relatou que os balaios eram indivíduos que viviam no limiar da pobreza e sob a opressão dos senhores rurais, Gonçalves de Magalhães destinou-lhes os piores predicados. Entretanto, silenciou-se sobre os coronelaços do tipo do Visconde de Paranaíba, que no mesmo período da Balaiada vivia pilhando fazendas e pequenas propriedades no interior do Piauí e do Maranhão[102] .

Ainda que ao longo de toda a história do Império, a relação da Primeira Geração Romântica com o poder político fosse indiscutivelmente próxima e possivelmente uma das mais bem-articuladas entre os intelectuais e o poder político, apareceram estudos que interpretaram os movimentos nativistas como

100 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.29, p.14-66, marc. 1989.
101 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.31, p.14-66, marc. 1989.
102 ALENCASTRO, L. F. Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.12, marc. 1989.

reações legítimas do povo brasileiro contra a Monarquia nacional, fundados na doutrina do direito dos povos de resistir aos governos absolutistas.

Nesta linha, foi escrito o "*Libelo do povo*" (1849) de Torres-Homem[103]:

> A revolução da independência, que devolveu-nos à posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo (...) em virtude daquele direito, preferiu a nação a Monarquia, do mesmo modo que poderia preferir a República de Franklin e Washington; aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança (...) esse rei era simples feitura de nossas mãos; (...) seu trono, contemporâneo da nossa liberdade, repousa sobre a mesma base que ela – a revolução! (...) o seu poder é emprestado, convencional, subordinado ao parecer e à vontade da nação[104]

Esta posição de Torres-Homem, ideologicamente resistente ao absolutismo materializado no Poder Moderador, foi aos poucos se abrandando: na medida em que Torres-Homem assumia cargos públicos relevantes (deputado, senador, ministro de Estado); trocou o Partido Liberal pelo Partido Conservador e, por fim, mais próximo do Imperador, recebeu da realeza o título de Visconde de Inhomerim.

A resignificação dos movimentos nativistas, ocorridos no período colonial e reinterpretados como reações de rupturas contra o regime monárquico e a ordem patrimonialista, só será retomada dentro do movimento romântico por alguns intelectuais do Norte. Estes, por sua vez, estavam envolvidos num complexo de fatores sociopolíticos e econômicos em parte distintos daqueles vividos pelo "*Grupo dos contentes*".

Os intelectuais do Norte guardavam algumas proximidades entre si quanto aos níveis dos seus capitais econômicos e o grau de conservação das suas heranças familiares. Objetivamente, todos reuniam baixos níveis de capitais de relações sociais e econômicos.

---

103 Francisco de Sales Torres-Homem nasceu no Rio de Janeiro (1812) e morreu em Paris (1876). Inicialmente estudou medicina no Rio, porém entre os anos de 1833–1837 foi viver em Paris onde se bacharelou em Direito. Em Paris, uniu-se a Magalhães e Porto-Alegre para fundar a *Revista Niterói*. Ainda vivendo em Paris, prefaciou o livro de Gonçalves de Magalhães "Suspiro poéticos e saudades", em 1836. De volta ao Brasil, continuaria a sua contribuição para as letras fundando com outros letrados a *Revista Minerva Brasiliense*. Em 1849 publicou "*Libelo do Povo*" sob o pseudônimo Timandro, um livro escrito em tons liberais e pontuado de ousadas críticas à Monarquia de D. Pedro II. Porém tal postura dará lugar à outra mais próxima do poder à medida que ele emplacava uma carreira política brilhante e próxima do Trono, cujo ápice ocorrerá quando assumiu cargo de chefe de Estado e, por fim, quando recebeu o título de Visconde de Inhomerim.

104 TORRES-HOMEM, F. S. O libelo do povo, por Timandro. RJ: Typ. Correio Mercantil, 1849, p.22, 23, 78,79.

Desta forma, letrados como Franklin Távora, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Inglês de Sousa e Capistrano de Abreu enfrentavam obstáculos para se firmar em carreiras profissionais liberais e público-burocráticas. Isto porque eram filhos de famílias sob ameaça de desagregação progressiva das suas heranças de relações sociais e expostos a níveis crescentes de rebaixamento dos seus capitais econômicos.

Além do mais, todos eles foram nascidos em províncias em grau avançado de empobrecimento e de perda do poder político por parte dos estratos oligárquicos rurais, depois de três séculos estabelecidos como grupo político e social estratégico.

Dentro deste quadro, podemos alinhar Franklin Távora com o romance "*Lourenço: crônica pernambucana*" (1878)[105], A trama deste romance regionalista fora desenvolvida em torno do conflito entre dois grupos sociais em disputa pela condição de grupo social estratégico.

De um lado, os senhores rurais de Olinda ameaçados nos seus três séculos de poder político e econômico pelo endividamento com os mascates, a queda de valores das suas commodities e a elevação do preço da força de trabalho escrava, intensificada depois de 1850 com a proibição do tráfico de escravos.

Do outro lado, estava a burguesia comercial do Recife, grupo social em ascensão política e econômica. Forte o bastante para impor preços reduzidos aos produtos vendidos pelos senhores rurais e, numa mostra da sua força política crescente, fazer valer os processos de liquidação judicial contra os senhores rurais, em decorrência do endividamento destes últimos em suas mãos[106].

105 TÁVORA, F. Lourenço: crônica pernambucana. Nova edição. RJ: H. Garnier, 1902.
106 Para uma contextualização do quadro socioeconômico, pano de fundo do romance *Lourenço*, ver FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.90; 109; 121; 157; 496; 756. Para a compreensão da crise econômica da Província de Pernambuco, o melhor estudo que conhecemos é EISENBERG, P. L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco. RJ: Paz e Terra, 1977, p.145-235.

Capítulo II − Um novo panorama nacional para o cultivo das letras − a criação de condições indispensáveis à produção literária

Vimos anteriormente que o trabalho de consolidação do projeto literário nacionalista movia-se numa dimensão estético-literária e numa dimensão política.

De tal forma, que os românticos seguiram por meio de um esquema no qual uniram historiografia literária e proposta literária romântica européia, resignificada esta última dentro dos temas brasílicos. Estes, por sua vez, estavam sob o lastro dos critérios de *originalidade* e *nacionalidade* (dimensão estético-literária).

Simultaneamente, os temas literários sofreram desdobramentos políticos para atender a proposta de criação de uma *tradição imperial*: a invenção de símbolos, imagens, heróis e a reinvenção da História do Brasil (dimensão política).

As suas aspirações iam além de obter os elementos para a discussão nos termos de possuirmos ou não uma literatura nacional autônoma da literatura portuguesa. Antes visava atingir latitudes maiores: as singularidades da civilização brasileira entre as civilizações ocidentais. Estava em questão um projeto legítimo o bastante − tanto do ponto de vista literário como político – capaz de conquistar o apoio dos neoclássicos; cair nas graças do Imperador D. Pedro II; e conquistar gerações futuras de escritores para além da escola romântica.

A possibilidade dos letrados, integrantes da Primeira Geração Romântica propor um projeto dentro da vida cultural brasileira, no sentido de assegurar a existência de uma literatura nacional autônoma e historicamente instaurada antes da nossa Independência política (1822), seria um projeto muito remoto sem os avanços culturais e institucionais anteriores ao surgimento da Primeira Geração Romântica.

Neste sentido, a viabilidade do projeto político-literário romântico é indissociável das conquistas institucionais e culturais processadas antes da chegada dos românticos: a crescente burocratização do Estado; a criação das editoras e livrarias; as fundações das duas faculdades de direito; o incentivo ao crescimento das cidades; a abertura dos portos; e mais outras tantas transformações administrativas, culturais, políticas e econômicas, operadas após a vinda da Corte de D. João VI ao Brasil em 1808.

Neste aspecto, o fenômeno da urbanização foi central ao permitir a ascensão das profissões liberais integradas por indivíduos consumidores de bens culturais. Com a urbanização, aumentou-se o universo do público interessado em literatura e artes, favorecendo assim o surgimento de um mercado editorial nacional e a projeção dos intelectuais na cultura nacional.

Estas transformações, ainda que incipientes entre os anos de 1810 a 1830, concorreram para o surgimento de algumas condições propícias à atividade das letras entre os pré-românticos. Posteriormente, elas abriram caminhos para os românticos se situarem numa plana superior da literatura e propor a criação de um projeto legítimo de nacionalização das letras.

As Ciências Sociais compartilham da ideia geral de que a chegada da Corte de D. João VI ao Brasil foi o marco da formação da sociedade moderna brasileira e do nosso Estado-Nação. Dentro de uma visão do processo de burocratização do Estado, a vinda da Corte é entendida como o início da reação mais efetiva do Estado contra o poderio dos senhores rurais, que ocupavam estratégicas posições políticas, econômicas e militares na burocracia estatal.

Estas posições foram conquistadas pela distribuição, inicialmente por parte da Coroa, nos primeiros séculos da colonização portuguesa, de prebendas políticas e econômicas aos senhores rurais, sem a exigência de contrapartida deste estrato social na forma de obrigações de tipo feudal com o Rei: fidelidade ao Rei, compromisso de organizar exércitos para lutar ao lado do Rei e dependência da realeza por meio da distribuição de pensões e terras.

O Estado Imperial nem reunia quadros burocráticos qualificados e nem era capaz de impor uma ordem legal válida e efetiva no sentido de superar

definitivamente a normatividade patrimonialista, cujo princípio basicamente estava assentado “no arbítrio patrimonial” do senhor rural.

Contudo, Fernando Uricoechea observa que “durante a primeira metade do século XIX, a burocracia central da Corte passou a ganhar considerável espaço, década após década, em comparação com as províncias” na sua luta contra o poderio dos senhores rurais.

O sentido desta reação era o de tornar efetivo “o desenvolvimento de uma representação legal-racional da norma”. Entretanto, esta reação modernizadora do Estado somente ganharia maior visibilidade a partir dos anos de 1880, com o monopólio estatal da nomeação dos presidentes e vice-presidentes de províncias; a militarização da Guarda Nacional; e a suspensão da autonomia das câmaras municipais de nomear os “juízes locais”, que eram consideradas as autoridades mais fortes no interior das províncias[107].

Fernando de Azevedo, por sua vez, considera a vinda de D. João VI com toda a sua Corte, como “certamente o acontecimento político de maior alcance para o Brasil sob todos os aspectos”. A seu ver, a chegada da Corte de D. João VI ocorreu num momento difícil da vida colonial devido à crise da lavoura de cana-de-açúcar no Norte e da exploração das minas no Sul[108].

Entre tantas modificações encabeçadas pelo Príncipe Regente, destaque para a criação da *Biblioteca Real* e a *Impressão Régia*. Já em 1828, a Biblioteca Nacional, na observação de Fernando de Azevedo, era “considerada uma das melhores do mundo”[109].

Por sua vez, a *Impressão Régia*[110] passou a oferecer melhores condições editoriais aos intelectuais brasileiros, ao lançar as bases para o surgimento de um mercado nacional de impressão de periódicos e livros.

Primeiro, porque não obstante a proibição das “letras impressas” vigorar em decreto régio de 20 de março de 1720, até 1821, quando houve a “Abolição da Censura Régia”, a *Impressão Régia* (criada em 13/05/1808) nem por isto

107 URICOECHEA. F. O minotauro imperial. RJ: DIFEL, 1978, p.105; 281; 111.
108 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963, p.327.
109 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963, p.327.
110 A tipografia imperial recebeu diferentes nomes ao longo do Império, respectivamente: Impressão Régia (1808–1817); Real Officina Typographica (1817–1821); Régia Typographia (1821) e ainda no mesmo ano recebeu o nome de Typographia Nacional.

deixou de publicar, desde 1808, documentos oficiais e livros com títulos em todas as áreas do conhecimento: medicina, matemática, física, biologia, história, literatura, moda, dicionários, teoria política, filosofia, religião, engenharia, música[111].

Segundo, a abertura da economia e dos portos brasileiros (1808) veio seguida do crescimento de uma indústria editorial em língua portuguesa na cidade de Londres que durou até 1814. Depois desta data, Paris assumiu esta posição de relevância, em meio a um movimento editorial ainda maior do que aquele observado em Londres.

Contudo, como ainda o decreto de 1720 estava em vigor, os livros e periódicos publicados na Europa eram contrabandeados. Desta forma, o ágio encarecia-os e tornava a leitura um hábito caro. Dentro deste quadro, a *Impressão Régia* ganhava com esta situação, pois os riscos aumentavam o preço das edições dos livros produzidos na Europa, tornando a impressão no Brasil mais atrativa.

Além do mais, o decreto (1808) da criação da *Impressão Régia* estabelecia ser do seu monopólio qualquer impressão na Província do Rio de Janeiro sob alegação de garantir-lhe segura capitalização e aporte financeiro.

Desta forma, de 1808 a 1822, a *Impressão Régia* juntamente com outras tipografias particulares publicaram cerca de 1.251 periódicos e livros. Deste total, 1.154 foram publicados pela *Impressão Régia*[112]. Não admira dentro deste quadro editorial, a estratégia comercial de Paulo Martim, o livreiro e tipógrafo mais antigo e dono da maior livraria do Império, de enviar contos, folhetos políticos, livros, poemas e orações para serem confeccionados pela *Impressão Régia* e revendê-los posteriormente na sua "livraria"[113]. Pois, de fato, os preços oferecidos pela tipografia oficial eram dos mais competitivos e a qualidade da sua impressão era tida como das melhores.

---

111 Para a relação dos livros publicados pela Imprensa Régia entre os períodos de 1808 a 1818 ver HALLEWELL, L. O livro no Brasil: sua história. Editor T. A. Queiroz. SP: EDUSP, 1985, p.38-40; Veja também MIRANDA, F. G. Memória histórica da Imprensa Nacional. RJ: Imprensa Nacional, 1922 e para um levantamento numérico de obras e livrarias no período de 1808 a 1840 ver IPANEMA, M., IPANEMA, Cybelle. Subsídios para a história das livrarias. Revista do Livro. RJ, 10 (32), p.22-32, 1967.

112 CASTELO, J. A. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, A (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.39.

113 MORAES, R. B. O bibliófilo aprendiz. 2ª Ed. SP: Nacional, 1975, p.173ss.

Todavia, como a fiscalização nos portos era precária e os crimes por contrabando de livros, apesar de rigorosos, o cumprimento da pena quase sempre era relaxado[114], os riscos de imprimir e publicar na Europa poderiam compensar: pela qualidade do acabamento da impressão européia e pela maior projeção oferecida pelo mercado do livro de Portugal. Por isto, durante os anos de 1810 a 1830, alguns livros com um mesmo título ganharam edições diferentes em Lisboa, Paris, Rio de Janeiro e Londres.

O fim do monopólio da *Impressão Régia* e da "*Censura Régia*" ocorreu em 1821. Na pressuposição de Hallewell, o fato se deu em decorrência do "*crescente volume de trabalho"*, tanto pelo aumento da demanda por *"impressos oficiais como de encomendas particulares e comerciais. Há inúmeras razões para acreditarmos que a atividade do governo crescia à medida que se acelerava o desenvolvimento do país, e, especialmente à medida que a Independência se aproximava*"[115].

Assim, com o fim do monopólio da *Impressão Régia* e da "*Censura Régia*", a Corte que antes possuía menos de meia dúzia de tipografias e livrarias passou de 1821 a 1830 a contar com 15 livrarias e próximo de 11 firmas impressoras (Officina Typographica; Typ. de Moreira e Garcez; Typ do Diário; Officina de Silva Porto e Cia.; Officina dos Anais Fluminenses; Typ. Astréia e Firma Torres e Costa; Villeneuve; Gueffier; Orgier e Prancher). Fica de fora desta contagem a editora de Paula Brito, pois a sua editora iniciou as suas atividades em 1831.

Todavia, todo este boom era ainda pouco, se compararmos a Paris, que possuía no mesmo período 480 livrarias e 850 tipografias[116].

Neste quadro ainda limitado, porém nada comparado com o estado de completa precariedade da atividade editorial de livros e periódicos observado nos primeiros trezentos anos do Brasil Colônia, os pré-românticos projetaram-se ainda mais na vida cultural brasileira com a fundação da imprensa periódica e tipográfica no Brasil.

---

114 MORAES, R. B. Livros e bibliotecas no Brasil colonial. RJ: LTC, 1979, 57-60.
115 HALLEWELL, L. O livro no Brasil: sua história. Editor T. A. Queiroz. SP: EDUSP, 1985, p.44.
116 Imprensa Nacional. RJ: Imprensa Nacional, 1922. Para um levantamento numérico de obras e livrarias ver IPANEMA, M. Atlas cultural do Brasil. Brasília: FENAME, 1972, p.75.

A conquista destas condições estruturais contribuirá para a criação de um ambiente cultural nacional mais propício à aceitação do Romantismo e do projeto literário nacionalista dos primeiros românticos.

Em meio à vida cultural da Corte que ganhava em densidade, a imprensa periódica constituía-se num dos poucos instrumentos para os escritores manifestarem as suas demandas, celebrarem-se e publicarem os seus trabalhos.

Ainda assim, era notória a ausência de instâncias específicas de consagração para os intelectuais como universidades, academias, revistas especializadas, fundações e sociedades científicas. E as poucas instituições existentes estavam muito próximas do poder político, como por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB e as Faculdades de Direito Imperiais.

Faculdades imperiais: espaços de desdobramentos de carreiras políticas

Quanto às faculdades imperiais, o espaço acadêmico era também um espaço de lutas políticas em razão de não existir dissociação entre a *vida política* e a *vida intelectual*.

Na medida em que aumentava a crise política e econômica do Império, pressionando os estratos da oligarquia rural a encastelarem-se ainda mais nas instituições políticas, consequentemente, os partidos políticos obstruíam cada vez mais a ascensão de indivíduos com baixos capitais de relações sociais.

Em decorrência deste quadro, as instituições de ensino superior estavam cada vez mais sob forte pressão exercida pelos apadrinhados políticos no preenchimento dos cargos docentes. Acrescente-se, ainda, que para alguns indivíduos, o magistério superior era parte do desdobramento das suas estratégias de ascensão em carreiras políticas.

Sobretudo, as faculdades de direito imperiais:

> Socializavam membros dos estamentos senhoriais para compor a elite política (...) houvera sempre uma válvula individual de ascensão. A lógica estamental do apadrinhamento e da patronagem beneficiava particularmente os indivíduos que demonstravam talento, na opinião de chefes partidários ou de membros da sociedade de corte, através da literatura ou de artigos de crítica política. Este

> mecanismo de incorporação garantia a nomeação para cargos executivos, judiciários ou no ensino[117]

Desta forma, as instituições de ensino superior, enquanto espaços de consagração e celebração dos intelectuais, tornaram-se alvo do desdobramento de estratégias políticas. E como não havia a separação entre os campos político e intelectual, as produções intelectuais ficaram mais voltadas ao debate político, como já havia diagnosticado o relator da "Reforma Leôncio de Carvalho", em 1879.

Para tornar o magistério mais atrativo, as soluções sugeridas pelo relator passariam pela criação de melhores condições estruturais para o exercício do ensino; seguidas de bons salários para os docentes de nível superior; e a introdução de mecanismos para obstruir o acúmulo simultâneo de cargos docentes e políticos[118].

Segundo Sérgio Adorno, o Estado patrimonialista brasileiro não assegurou às Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo as condições econômico-institucionais para o corpo docente conceber doutrinas jurídico-políticas mais consistentes e, assim, avançar no sentido de consolidar o campo intelectual pelo aumento do nível de formação dos seus quadros docentes.

Isto em parte, porque os concursos docentes nortearam-se formalmente por critérios meritocráticos, mas, na prática, os critérios obedeciam à lógica da afilhadagem e do apadrinhamento[119]. Por isto houve pouco avanço no campo do Direito.

Nesta linha, Sérgio Adorno elaborou um quadro, de 1827 a 1883, acerca das produções intelectuais docentes da Faculdade de Direito de São Paulo e das suas ocupações, incluso a docência. Neste quadro, percebe-se que, salvo algumas exceções, os indivíduos que se destacaram no cenário político e

117 ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.120; 123.
118 "Outra medida que reputo de súbito alcance e que convirá adotar [...] é a incompatibilidade do professorado com os cargos públicos e administrativos, repartindo o seu tempo e cuidados com o cumprimento de deveres inerentes a outros cargos, envolvendo-se nas lutas de que é arena a política. Desde pois, que seja possível melhorar a condição do nosso professorado, dando-lhe garantias de bem-estar e independência e aumentando seus vencimentos, de maneira tornar a carreira vantajosa e apetecida" MOACYR, P. A instrução e o Império.(1854-1888). SP: Cia. Editora Nacional, 1937, p.171, 172.
119"Contudo, efetivamente, virtudes oratórias, prodigiosa capacidade de memorização, qualidades carismáticas, presença na vida pública prevaleciam nos julgamentos sobre a capacidade intelectual do candidato ou sobre sua habilidade como docente" ADORNO, S. Os aprendizes do poder. RJ: Paz e Terra, 1988, p.120.

também estavam dedicados à docência, via de regra, a grande maioria produziu textos e artigos para a utilização como apostilas em sala de aula, cujo conteúdo acrescentava pouco aos estudos jurídicos[120].

As faculdades imperiais ainda conviviam com outro agravante. Alguns líderes políticos destacados como Zacarias de Góes (1815−18??) e Brás Florentino (1825−1870) dividiam a carreira intelectual com a carreira política. Quando de fato se voltavam para a academia, é porque eles debatiam-se com o drama do ostracismo político.

Isto fazia com que a qualidade do ensino decaísse, a exemplo de Zacarias de Góes que foi líder político de destaque no Império e docente da Faculdade de Direito de Olinda e do Recife *"durante muitos anos, mas não deixou documento algum, que perpetuasse a sua memória como lente"*[121].

A Faculdade de Direito do Recife obstruía as carreiras intelectuais de indivíduos com baixos capitais de relações sociais e econômico. Assim, Tobias Barreto, durante o concurso docente de 1883 da Faculdade de Direito do Recife, precisou escrever uma carta em tons dramáticos a D. Pedro II para ser escolhido na lista tríplice, apesar da sua aprovação em primeiro lugar pela banca examinadora.

Martins Júnior, outro intelectual com baixo montante de capitais econômico e de relações sociais, foi preterido três vezes em concurso docente da Faculdade de Direito do Recife, ainda que em dois concursos tivesse sido aprovado em primeiro lugar. Ele só conquistaria uma vaga como docente da Faculdade de Direito do Recife com o fim da Monarquia.

Por isto, não é de se estranhar a postura política radical de Martins Júnior: desejoso de dar fim à Monarquia e instaurar a República, mesmo que fosse pelo uso da força, e a sua defesa da abolição imediata da escravidão. Posições tornadas tanto mais radicais, quando ele e os seus colegas positivistas diagnosticaram nos anos de 1880 que a vida política nacional sofria retrocessos[122].

120 ADORNO, S. Os aprendizes do poder. RJ: Paz e Terra, 1988, p.121-122.
121 BEVILAQUA, C. História da Faculdade de Direito do Recife. 2ª ed. Brasília: INL, 1977.p.314.
122 ALONSO, A. Ideiass em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.318-322.

Em melhor situação socioeconômica dentro da Escola do Recife, encontrava-se Clovis Beviláqua. Filho de um padre e também líder político no Ceará, imediatamente após bacharelar-se, Clovis Beviláqua assumiu o cargo de promotor de justiça no Ceará e dois anos depois foi empossado em cargo docente na Faculdade de Direito do Recife.

A notória dificuldade dos letrados em encontrar instituições onde pudessem se celebrar e dedicar-se ao trabalho intelectual fez com que eles criassem muitas sociedades acadêmicas e literárias. Dentre elas, destacamos a *Sociedade Filomática,* formada por docentes e alunos da Faculdade de Direito de São Paulo e a *Sociedade Petalógica*, que tinha como ponto de encontro a sede da tipografia de Paula Brito, no Rio de Janeiro.

Reunia-se na *Sociedade Petalógica* "todo o movimento romântico de 1840−1860: poetas, de Antônio Gonçalves Dias a Laurindo Rabelo, romancistas como o próprio Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e Teixeira e Sousa, compositores como Francisco Manuel da Silva, artistas como Manuel de Araújo Porto-Alegre e atores como João Caetano dos Santos. Aí compareciam também líderes da sociedade, como Antônio Peregrino Maciel Monteiro, ministro do governo – inclusive José Maria da Silva Paranhos e Eusébio de Queiroz"[123].

Por sua vez no Norte, mais precisamente na cidade do Recife, os letrados fundaram "o *Areópago de Itambé*, com Arruda Câmara, as academias *Suassuna*, dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, e *Paraíso* do Pe. João Ribeiro Pessoa, a *Universidade Democrática*, de Antônio Carlos, a *Oficina de Iguaraçu*, de Francisco Xavier de Morais Cavalcanti, todas voltadas para os destinos do país, promovendo discussões de ideias políticas liberais, preparando as revoluções de 1817 e1824"[124].

123 HALLEWELL, L. O livro no Brasil: sua história. Editor T. A. Queiroz. SP: EDUSP, 1985, p.81.
124 CASTELO, J. A. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, A (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.53.

Crescimento da imprensa periódica e de livros: sinais do adensamento da vida cultural brasileira no início do século XIX

No Brasil do Segundo Reinado, quase sempre os periódicos tiveram uma vida efêmera, alguns não passaram do segundo número e outros duraram o tempo de uma polêmica. Eram raros aqueles que acolheram só uma área do conhecimento e, na maioria das vezes, um mesmo letrado tratava de todos os assuntos indistintamente: literatura, religião, matemática, biologia, mineralogia etc.

Durante o período pré-romântico, os principais periódicos criados na Corte foram a "*Gazeta do Rio de Janeiro*" (1808), fundada por Frei Tibúrcio da Rocha com apoio "semi-oficial" e o "*Correio Brasiliense*" (1808−1822), de tiragem mensal, fundado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça.

Por sinal, O "*Correio Brasiliense*" foi um dos periódicos mais lidos pela elite política brasileira na primeira metade do século XIX. Otávio Tarquínio informa-nos que este jornal era impresso na Inglaterra, mas "circulava também no Brasil, iludindo mais ou menos a proibição da polícia, e era lido até por D. João"[125].

Outros jornais de relevância foram a "*Aurora Fluminense*" (1827), fundado por Evaristo da Veiga; "*Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*" (1822); o "*Jornal Científico, Econômico e Literário*" (1826); o "*Spectador Brasileiro*", fundado pela editora Plancher. Mais tarde o editor Plancher comprou o "*Diário Mercantil*" da tipografia Francisco Manuel Ferreira & Cia e fundiu os dois jornais com o nome de "*Jornal do Commercio*".

Por fim, o jornal "*O Patriota*" (1813−1814), dirigido e fundado por Manuel Araújo Ferreira Guimarães, que mantinha seções de literatura, artes, mineralogia, história, política nacional, medicina, gramática e muitos outros assuntos.

"*O Patriota*", segundo José Veríssimo, funcionava como um "centro de convergência do trabalho mental brasileiro, particularmente aplicado ao estudo

125 SOUSA, O. T. O meio intelectual na época da Independência. Literatura. RJ, nº1, 1946.

das coisas do país"[126]. A sua ampla repercussão na Corte deveu-se à colaboração de pré-românticos da estatura de José Bonifácio de Andrada e Silva, Mariano José Pereira da Fonseca e Domingos Borges de Barros, como também dos árcades Manuel Inácio da Silva Alvarenga e Antônio Dinis da Cruz e Silva[127].

O sucesso dos periódicos de maior relevância no meio cultural da Corte, como "*O Patriota*" e "*A Gazeta do Rio de Janeiro*", parecia depender em grande parte dos capitais de relações sociais e econômicos mobilizados por seus fundadores. Em particular, dos capitais de relações sociais nas suas diferentes modalidades de composição.

Apreende-se daí haver proporção direta entre os fundadores dos periódicos de maior sucesso no Brasil Império serem também os indivíduos que ostentavam níveis elevados de capitais de relações sociais.

Isto porque, por meio destes capitais, eles podiam mobilizar recursos econômicos do Estado e ganhar o apoio dos seus pares intelectuais, que assim como eles, geralmente eram advindos dos estratos sociais ricos e politicamente fortes. Neste sentido, podemos tomar como exemplos Frei Tibúrcio e Manuel Araújo Ferreira Guimarães, ambos próximos do poder político e bem relacionados com as famílias da Corte.

Todavia, percebemos como muito mais incisiva a contribuição da imprensa periódica e editorial para o crescimento da vida cultural brasileira. Dentro da literatura, nós podemos pensar nos termos da empreitada assumida pelos românticos de elaborar uma linguagem mais aproximada do novo público leitor urbano, formado por mulheres, profissionais liberais, funcionários públicos, bacharéis e comerciantes em ascensão.

Reedições e traduções de livros de romances-folhetins europeus: estratégias para o cultivo de um público urbano mais amplo

A tarefa de ampliar a literatura para uma faixa maior de leitores foi iniciada em parte pelos pré-românticos, por meio da publicação de vários títulos literários

126 VERÍSSIMO, J. História da literatura brasileira. 4ª ed. Ed. da Univ. de Brasília, 1981, p.134.
127 CASTELO, J. A. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, A. (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.51.

(inéditos e reimpressos) e pela introdução do romance-folhetim. Neste aspecto, as suas iniciativas foram abundantes:

a) a publicação da primeira novela brasileira "*Statira e Zoroastes*", de Lucas José de Alvarenga. Rio de Janeiro: Typ. Prancher, 1826;

b) entre os anos de 1810 a 1830, a publicação de edições e reedições de autores portugueses e brasileiros pela *Impressão Régia*, dentre elas:

1) Primeira edição publicada no Brasil de *Marília de Dirceu,* de Tomás Antonio de Gonzaga. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. (Idem. 1ª ed. Lisboa: Typ. Numesiana, 1792, idem. 2ª ed. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1811);

2) publicada a 2ª edição de *Uraguai*. Basílio da Gama. 2ª ed. Uraguai. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811 (idem, Uraguay. dedicado ao illmo. e exmo. senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1ª ed. Lisboa: Regia Officina Typ., 1769);

3) o periódico "*O Patriota*" publica em 1813 uma tradução de *Henríada* de Voltaire. Antes da edição anterior, foi publicada a mesma obra: Voltaire. Henríada. Trad. de Thomas de Aquino Bello e Freitas. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812;

4) François Thomas Marie de Baculard d' Arnauld. *Eufemia*, ou *o Triunfo da religião*. Trad. de M. M. B. Bocage. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

4.1) M. M. B. Bocage. *Improvisos de Bocage*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

4.2) Jean Garpard Dubois-Fontanell. *Ericia*, ou, *A vestal*. Trad. M. M. B. Bocage. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811;

5) Gabriel Marie Jean Baptiste Legouvé. *O merecimento das mulheres*. Trad. de Domingos Borges de Barros. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813;

6) Jean Baptiste Rousseau. *As cantatas*. Trad. de Antônio José de Lima Leitão. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816.

c) As traduções de algumas novelas francesas despertaram o gosto pela ficção no Brasil, com "expressivos títulos que por si sós falam de uma antecipação romântica: *O amor ofendido e vingado*, *A boa mãe*, *O bom marido*, *Castigo*

da prostituição, *As duas desafortunadas*, *A infidelidade vingada*, *Triste efeito de uma infidelidade*"[128].

Na mesma linha segue Antonio Candido, ao afirmar que "no decênio de 30, a tradução foi também incentivo de primeira ordem, criando no público o hábito de leitura do romance e despertando o interesse dos escritores"[129].

Justiniano José da Rocha, um dos integrantes e fundadores da *Sociedade Filomática*, foi o letrado que mais traduziu romances europeus no Brasil até a consolidação da prosa de ficção com José de Alencar.

Coube-lhe o mérito da precedência de traduzir alguns romances franceses "quase simultaneamente com o jornal de Paris [Constitutionel ?]", os quais foram publicados com muito sucesso e na forma de romance-folhetim no "*Jornal do Commercio*". Dentre eles, "*O conde de Monte Cristo*", "*Os miseráveis*", "*A rosa amarela*" e "*Pele de leão*", de Charles Bernard e "*As armas e as letras*", de A. de Lavernay.

Na análise de Antonio Candido, o número de romances traduzidos alcançou as suas maiores cifras no ano de 1839 e as suas menores cifras em 1847 devido a dois fatores. Primeiro, há relação entre o aparecimento das primeiras manifestações românticas e o interesse do público brasileiro pelo gênero romance.

Segundo, "a intensidade dos romances-folhetins traduzidos diminui no momento em que houve maior definição da produção local, isto significa que ele [o romance nacional] tomou em parte o seu lugar"[130].

As iniciativas literárias de Justiniano José da Rocha, Teixeira e Sousa e Joaquim Manuel de Macedo abriram significativos precedentes na literatura brasileira, ao difundir um gênero distinto da poesia, que naquele momento era o gênero indiscutivelmente dominante. Ao mesmo tempo, introduziram alguns recursos que atingiram tanto o novo público menos favorecido, como aquele

128 CASTELO, J. A. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, A. (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.43.
129 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.121.
130 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.121.

em “busca de algum tipo de entretenimento, sendo o folhetim o que melhor respondeu à demanda e melhor se estruturou no seu nível”[131].

Entretanto, a conquista do novo público leitor pelo romance-folhetim ocorreu de fato a partir de 1839, quando jornais como o “*Correio da Tarde*” e o “*Jornal do Commercio*” aumentaram as suas tiragens, em grande parte graças à introdução das impressoras mecânicas[132].

Esta tecnologia permitia aproveitar as “formas de impressão” dos folhetins na edição de livros e com isto reduzir os custos de impressão. Por exemplo, o romance “*Helena*”, de Machado de Assis, foi publicado primeiramente em romance-folhetim. Mais tarde, guardados os caracteres, Machado de Assis acompanhou a sua edição em livro.

Para além deste aspecto técnico-editorial, o romance-folhetim atingirá o seu apogeu no Brasil entre 1850–1860. Isto graças ao processo cumulativo da pesquisa de ficção na prosa romântica, iniciada com o romance nacional de Teixeira e Sousa, “*O filho do Pescador*” (1843), até atingir o ápice com “*Senhora*” (1875).

O sucesso conquistado pelo romance é indissociável do auge do Segundo Reinado e do efetivo fortalecimento dos grupos urbanos, em particular dos indivíduos ligados às profissões liberais: *aspectos essenciais para a consolidação de um público leitor mais amplo e para o adensamento da narrativa dos romances, na medida em que o meio social tornava-se menos rarefeito*.

Por isto, não é por acaso que, segundo Werneck Sodré[133], o primeiro escritor brasileiro a emplacar a publicação de uma segunda edição no espaço de apenas um ano foi um romancista. Precisamente, foi Joaquim Manuel de Macedo com o romance “*A Moreninha*”.

---

131 BOSI, A. A consciência histórica e crítica. In: BOSI, A. Historia concisa da literatura brasileira. 2ª ed. SP: Cultrix, 1979, p.112.

132 Hallewell afirma que o Jornal da Tarde passou de 400 exemplares (1827) para mais de 4.000 (1840) e o Jornal do Commercio chegou a 15.000 exemplares. HALLEWELL, L. O livro no Brasil: sua história. Editor T. A. Queiroz. SP: EDUSP, 1985, p.7.

133 “A moreninha” 1ª ed. em 1845 e 2ª ed. em 1846. SODRÉ, N. W. História da literatura brasileira. 4ª ed. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p.216.

Por sua vez, José de Alencar foi tão bem-sucedido com os romances "*O Guarani*", "*Iracema*" e "*Senhora*" que veio a constituir-se no primeiro escritor brasileiro a assinar um contrato de publicação e edição dos seus livros com uma editora, a Garnier.

Poesia como gênero literário dominante entre os pré-românticos

Assim como os escritores nacionais árcades e neoclássicos, os pré-românticos cultivavam a poesia como o gênero literário por excelência, por considerá-lo o gênero mais sofisticado, douto e culto. Segundo Werneck Sodré, literatura até o final do século XVIII era a poesia:

> Só como poeta conseguia alguém realizar-se literariamente, e no reduzido círculo de interessados. Não só a maioria esmagadora dos trabalhos surgidos do primeiro ao terceiro século era constituída de versos, *como o verso era a forma alta, a forma nobre de traduzir o sentimento literário. A prosa era plebéia e vulgar*[134]

Durante três séculos, a poesia imperou como o gênero literário mais cultivado pelos letrados brasileiros, somente os escritos doutrinários e políticos puderam fazer-lhe alguma concorrência. Isto, em parte, porque a vida cultural brasileira ainda era muito rarefeita até a chegada da Corte de D. João VI e os potenciais consumidores de bens culturais eram poucos.

Por sua vez, estes poucos eram de formação neoclássica e tendenciosamente eles entendiam ser a poesia como o ápice da literatura, a forma literária mais requintada e sublime de expressão.

Neste momento da atividade literária, todos os letrados, incluso os pré-românticos e os integrantes da Primeira Geração Romântica, foram poetas ou aspiraram a tal e quase todos cultivaram vários gêneros literários (a poesia, o teatro, a "crítica literária", a historiografia literária).

Todavia, é importante ressaltar que a possibilidade dos primeiros românticos, ainda dedicar-se simultaneamente a muitos gêneros, foi um marco divisório na história da literatura brasileira. As gerações posteriores ao grupo de Gonçalves de Magalhães *cultivaram um único gênero*, em razão do adensamento das

134 SODRÉ, N. W. História da literatura brasileira. 4ª ed. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p.213. (Grifo o nosso).

produções literárias brasileiras na medida em que o meio social se condensava, o que impôs aos agentes literários *especializar-se*.

Depois dos dois maiores nomes do romantismo brasileiro, Gonçalves Dias na poesia e José de Alencar no romance, a atividade literária não mais permitiu aos escritores cultivar vários gêneros literários, como fizeram por quase três séculos os letrados nacionais.

Em decorrência das exigências de um ambiente literário que se complexificava, mesmo Gonçalves Dias e José de Alencar precisaram abandonar progressivamente os seus trabalhos no teatro para se dedicarem exclusivamente à poesia e à prosa.

A persistência de José de Alencar no cultivo simultâneo do teatro e do romance valeu-lhe o dissabor da disputa literária iniciada com Joaquim Nabuco, A "*Polêmica Alencar-Nabuco*" (1875)[135]. Esta polêmica tivera o seu começo com o reclame público de Alencar por ter sido um fracasso a apresentação da sua peça "*O Jesuíta*", encenada no Teatro São Luís, no dia 19 de setembro de 1875.

Na observação de Joaquim Nabuco, depois de Alencar ter publicado "páginas de ouro na literatura brasileira" como o "Guarani, Minas de Prata, Gaúcho, Iracema, Lucíola etc", ele incorrera num erro de avaliação: – arriscar-se num gênero que ele não dominava, o teatro.

Nabuco fez Alencar ver que "*O Jesuíta*" estava construído num estilo e tema datados. De tal forma, que mesmo corrigido, o drama continuaria ainda mal e sem convencer por ser "piegas" e ultrapassado. Enfim, seria uma peça em que " *não reconhecemos ao autor de Mãe uma só qualidade de dramaturgo, e nada há mais penoso do que assistir à queda de um escritor de talento que se obstina em lutar com a sua vocação*"[136].

Alencar se defenderia com base na argumentação de que estava alinhado à escola dos escritores nacionais, preocupados em definir os eixos centrais da

135 A "Polêmica Alencar-Nabuco" deu-se praticamente durante dois meses. Tanto Nabuco como Alencar polemizariam por meio do jornal "O Globo", o primeiro usando da rubrica "Aos Domingos" e Alencar sob a rubrica "Às Quintas".
136 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.15; 16; 17; 45.

“autonomia da literatura brasileira”. Estes eixos estariam construídos sob a “poesia americana” de inspiração “patriótica” e de “ficção de raiz e de fé” nacionais, e não, como queria o afetado “francesismo” de Nabuco, em cima de temas europeus.

Ainda com relação ao processo de especialização em curso na atividade literária, as histórias de vida dos ultra-românticos Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Junqueira Freire refletiram o estado de tensão imposto aos intelectuais depois dos anos de 1850.

Para conquistar o sucesso nas letras, estes intelectuais precisaram reunir maiores competências e reservarem às letras maior tempo de dedicação, em decorrência do adensamento do universo social. Não obstante a estas exigências, a vida profissional paralelamente passou também a exigir-lhes maiores empenhos.

Os ultra-românticos conviveram com o delicado impasse entre dedicar-se a um único gênero literário e o de ganhar a vida no exercício de profissões liberais ou burocráticas. Um drama acentuado pela distância em que se encontravam do poder político, pois os seus baixos capitais políticos aumentavam os seus óbices para se deslanchar em carreiras profissionais e intelectuais.

Eles se encontravam num momento da literatura em que a dedicação a um único gênero tornava-se a condição de sucesso nas letras, mas punia a quem tencionava torná-las a forma única de sobrevivência.

Observamos que os ultra-românticos desejavam viver um estilo de vida mais voltado às letras, o que, por sua vez, estava em descompasso com o aumento das exigências profissionais sobre os indivíduos. A vida profissional, mesmo naquela sociedade incipientemente burguesa, já impunha aos letrados que deixassem o seu tempo qualitativamente melhor à burocracia pública e às profissões liberais.

Daí, em parte, o alcoolismo de Aureliano Lessa; a exoneração a bem do serviço público sofrida por Bernardo Guimarães; o fracasso da vida religiosa de Junqueira Freyre; e a morte prematura de Álvares de Azevedo.

De fato, tudo em literatura, hoje para nós comumente aceito como objeto do romance, era matéria do conto, da narrativa poética e do poema. Mesmo na

poesia lírica dos pré-românticos, a herança greco-romana reluzia na escolha das suas formas literárias, quase sempre eram "*odes (religiosas, heróicas, filosóficas ou graciosas), cantatas (...), epístolas, éclogas, sonetos, idílios, epitalâmicos*"[137].

Basta pensarmos que Gonçalves de Magalhães, propondo para a poesia uma "reforma de gênero" para situá-la além das influências dos "antigos e safados ornamentos", ainda assim, em pleno auge do romantismo, publicou um épico, "*A confederação dos Tamoios*" (1856).

Isto, apesar de Gonçalves Dias introduzir já em 1846, com a poesia "*Primeiros cantos*", soluções estéticas capazes de renovar a poesia por meio da construção de versos, conjugando simultaneamente movimento, cadência e liberdade de mistura dos gêneros. Por sinal, no citado poema, Gonçalves Dias inovou ao misturar num mesmo poema, como era do agrado dos românticos europeus, três gêneros: o lírico, o épico e o dramático[138].

Contudo, os pré-românticos apesar das suas poesias pautarem-se no rigor da sintaxe portuguesa, no cultivo de gêneros antigos e na apropriação de formas mitológicas ao gosto do neoclassicismo, houve entre eles reações a estes modelos, que variavam segundo os diferentes graus de iniciação romântica de cada poeta.

Assim, como vimos nos parágrafos anteriores, Sousa Caldas e São Carlos trocaram o cenário e as mitologias greco-romanas por divindades indígenas e pela paisagem dos trópicos. Por sua vez, Domingos Borges de Barros arriscou-se com o poemeto "*Os túmulos*", pela literatura dos ultra-românticos, antecipando o gosto da geração romântica de Álvares de Azevedo.

Neste momento da história das nossas letras, a condição limite da literatura brasileira era a de conviver com apenas um único gênero literário e, ao mesmo tempo, introduzir inovações para superá-lo.

Neste estado de coisas, o letrado não ousava arriscar-se em outros gêneros, senão na poesia, porque o público ainda não ia "além de algumas centenas de

137 Virgínia Cortes de Lacerda. O pré-romantismo brasileiro. Estudo inédito apud COUTINHO, A. (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.16.
138 RICARDO, C. Gonçalves Dias e o Indianismo. In: COUTINHO, A (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.65 a 129.

leitores". Se o retorno econômico era baixo, em razão do limitado volume do público consumidor de bens culturais, o *lucro simbólico* poderia ser compensador para os poetas de qualidade.

Apesar de o cotidiano ser ainda miúdo e pedestre, processavam-se algumas transformações, para melhor, na imprensa periódica e tipográfica; na burocracia do Estado e na vida econômica e social do Brasil.

Ora, paralelamente a tais mudanças, a atividade das letras conseguia gradientes para arejar o universo literário brasileiro, em razão do "*advento da vida urbana, com o seu desenvolvimento, com a divisão do trabalho que correspondia à repartição social e às transformações que se vinham operando na estrutura econômica do país*"[139].

A partir daí, ocorreu a ampliação do volume de consumidores de bens culturais, e o romance, um novo gênero no horizonte literário nacional, respondeu à altura das novas exigências culturais e do gosto do novo público. Se bem que, inicialmente, ao preço da sofisticação dos escritos literários, até encontrar o maior romancista romântico nacional, José de Alencar.

Contribuição do teatro para o progresso da literatura romântica

Para o surgimento de uma ambiência favorável à projeção do romantismo, além da contribuição das traduções dos romances europeus encabeçadas pelos pré-românticos, merece destaque o papel exercido pelo teatro nacional.

O subsídio do teatro nacional ao romantismo resultou de aspectos intrínsecos à natureza desta forma de expressão artística:

(**a**) enquanto gênero usualmente menos sofisticado e mais pronto a receber rebatimentos ideológicos e sociais, ele revolucionou rapidamente na forma ao trocar a *tragédia*, um estilo notadamente neoclássico, pelo *drama*, o gênero teatral cultivado por excelência pelos românticos. Desta forma, o teatro foi sintomaticamente o gênero que primeiro atraiu para si o espírito romântico no Brasil;

139 SODRÉ, N. W. História da literatura brasileira. 4ª ed. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p.296.

(**b**) o teatro nacional com João Caetano dos Santos (Rio de Janeiro/1808 – Rio de Janeiro/1863) e Luís Carlos Martins Pena (Rio de Janeiro/1815 – Lisboa/1848) revolucionou ao relativizar a unidade da ação e da narrativa criada em torno de uma única personagem.

Acerca deste último elemento, o teatro introduziu, como percebemos nos trabalhos de Martins Pena[140], os temas sociais, políticos e religiosos conhecidos do público da Corte. Tais temas foram desenvolvidos sem a imposição de uma sequência rígida de ações no tempo e no espaço e por meio de ações que eram realizadas por muitas personagens.

Para Bosi, a sintonia das comédias de Martins Pena com a vida social em transformação no século XIX permitiu-lhe divertir sem tanto idealizar, como fez Joaquim Manuel de Macedo. Ainda mais, citando estudo de Paula Beiguelman, Bosi vê no teatro de Martins Pena algumas repercussões do "crescimento da urbanização, que desintegra o velho artesanato da corte e, com ele, o decoro de um estilo simples de viver"[141].

Certamente, a peça de estréia de Martins Pena, "*O juiz de paz da roça*" (apresentada em 1838, editada em 1842), uma comédia a ser apresentada num único ato, dá crédito à observação de Bosi.

A cena desenrola-se na roça e está protagonizada por personagens (o juiz de paz, a família de Aninha, o vigário, José o pretendente a casar-se com Aninha, os negros, os agricultores, o escrivão) deslumbradas pelos novos costumes da Corte e animadas a trocar a vida do interior pela vida urbana, a exemplo, de Aninha, tentada a encontrar na Corte a diversão e a beleza:

> Como é bonita a Corte! Lá é que a gente pode se divertir, e não aqui, aonde não se ouve senão os sapos e as entanhas cantarem. Teatros, mágicas,

140 Luís Carlos Martins Pena tornou-se órfão aos 10 anos de idade. O tio-tutor matriculou-o na Escola de Comércio do Rio de Janeiro, porém abandonou-a para se formar em belas-artes. Dramaturgo e crítico de teatro, ficaria conhecido como autor de comédias em torno de temas do cotidiano da Corte e do interior do Brasil. Chegou a ensaiar algumas peças no teatro histórico, mas percebendo o desinteresse do público manteve-se fiel ao primeiro tipo de teatro. Contudo, se o seu teatro testemunha a comicidade da vida cotidiana nacional, por sua vez, não deixou de fora a novidade e o choque dos novos hábitos europeus introduzidos pela sociedade da Corte. Assim, como alguns integrantes da Primeira Geração Romântica, Martins Pena procurou conjugar carreira diplomática com a carreira intelectual.

141 BEIGUELMAN, P. Análise literária e investigação sociológica. In: Viagem sentimental a "Dona Guidinha do Poço". SP: Ed. Centro Universitário, 1966, p.67-77 apud BOSI, A. A consciência histórica e crítica. In: BOSI, A. Historia concisa da literatura brasileira. 2ª ed. SP: Cultrix, 1979, p.167.

> cavalos que dançam, cabeças com dois cabritos, macaco major. Quanta coisa! Quero ir para a Corte![142]

Nesta peça, Martins Pena não deixou escapar o confronto e os movimentos entre dois mundos. A vida rural brasileira onde a maior autoridade pública (o juiz de paz) exercia a justiça segundo critérios afetivos. E a vida urbana da Corte já marcada por um estilo de viver cada vez mais europeizado, que ficou expresso no desejo de Aninha, dentre outros, de comprar "sapatos franceses" e vestir-se segundo o gosto parisiense. Desejos que o dramaturgo intencionalmente fazia contrastar com os seus tamancos e as calças de canga dos lavradores.

Todavia, os seus melhores trabalhos no teatro foram escritos entre os anos 40 e 50, quando o teatro "monopolizava a vida elegante da Corte (...) o ideal da boa gente era uma noitada no São Pedro (...). Nada havia melhor no Rio (...) a política dos bastidores, as intrigas de ribalta, dividiam platéias, a elite, a cidade. A construção de um amplo Teatro Lírico, em 1871, ambientou mais confortavelmente esse requinte, cujos paroxismos espantavam os diplomatas europeus, empolgavam a juventude das academias"[143].

Testemunham este bom momento do teatro nacional os trabalhos de Martins Pena "*Quem casa, quer casa*" (1845); "*O Judas em sábado de aleluia*" (1844) e "*O noviço*" (1845). As peças teatrais de Joaquim Manuel de Macedo "*A torre em concurso*" (1863); "*Lusbela*" (1862); "*Luxo e vaidade*" (1860). Gonçalves Dias com "*Leonor de Mendonça*" (1857), "*Patkull*" (1843) e José de Alencar com as peças teatrais "*As asas de um anjo*" (1858), "*Mãe*" (1859), "*O demônio familiar*" (1857), "*Verso e reverso*" (1857) e "*O jesuíta*" (1875).

Outro nome de destaque no teatro durante os anos de 1830 foi João Caetano dos Santos, ator e dramaturgo, que organizou a primeira companhia de teatro nacional formada por um elenco de atores nacionais, denominada de "*Companhia Nacional João Caetano*" (1833). O seu nome ficaria ligado à apresentação da peça escrita por Gonçalves de Magalhães, "*Antônio José ou O poeta e a inquisição*" (1838) apresentada no Teatro Constitucional

142 MARTINS PENA, L. C. O juiz de paz da roça. (1838). Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000241.pdf>. Acesso em 17 out. 2008, Cena III p.04.

143 CALMON, Pedro. Calmon, p. 241 apud Werneck SODRÉ, N. W. História da literatura brasileira. 4ª ed. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p.244 nota 41.

Fluminense, em meio a uma mobilização nacionalista como nos informa José Veríssimo:

> Uma fecunda iniciativa realizada, e não sem superioridade. Atores brasileiros ou abrasileirados, num teatro brasileiro, representavam diante de uma platéia brasileira entusiasmada e concorrida, o autor brasileiro de uma peça cujo protagonista era também brasileiro e que explícita ou implicitamente lhe falava do Brasil[144]

Esta boa fase do teatro nacional terá repercussão na composição da técnica literária dos romancistas brasileiros. Primeiro, treinará romancistas como Macedo e Alencar na conquista de uma linguagem literária mais solta e próxima do público. Haja vista a fluidez da linguagem no maior romance indianista de Alencar, "*O Guarani*" (1857) coincidir com o seu melhor momento no teatro: "*O demônio familiar*" (1857).

Segundo aspecto, a poesia reagirá ao avanço do romance apropriando-se de um recurso aprendido no teatro: a musicalização da poesia. A união entre a poesia e a música, dentro do teatro brasileiro, ajudou a publicizar a poesia entre o público menos sofisticado.

Neste sentido, observa Antonio Candido:

> Por tal forma, influíram na nossa música as recitações de piano, que muitíssimas foram as poesias que apareceram em seguida, com o mesmo ritmo e para igual fim (...) este dado é da maior importância e permite localizar, no processo de musicalização do verso romântico, um movimento decisivo, que reforça e amplia a tendência sensível desde Gonçalves Dias e extremado em Casimiro de Abreu[145]

A reação do gênero poesia ao avanço da prosa de ficção romântica

Apesar da inquestionável soberania da poesia como gênero literário até a chegada do movimento romântico, a prosa de ficção romântica saiu de certo modo à frente da poesia com alguns romances escritos em estilo, linguagem e temas aproximados da proposta romântica nacional.

Teixeira e Sousa (1812/Rio de Janeiro – 1861/Rio de Janeiro) publicara o primeiro romance nacional "*O filho do pescador*" em 1843. Por sua vez, Joaquim Manuel de Macedo (1820/Rio de Janeiro – 1882/Rio de Janeiro) veio

144 VERÍSSIMO, J. História da literatura brasileira. 4ª ed. Ed. da Univ. de Brasília, 1981, p.255-256.
145 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.153.

com os romances "*A moreninha*" e o "*Moço Louro*" respectivamente em 1844 e 1845.

Nestes romances, Macedo construiu a narrativa apoiando-se no ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro, o que representou um avanço na literatura brasileira, pois, até então, tanto a poesia como as novelas publicadas pelos primeiros românticos tinham como cenário o ambiente português.

Neste sentido, "*Suspiros poéticos e saudades*" (1836) fora um poema escrito de acordo com o rigor da língua lusitana. Este poema fora composto segundo modelos neoclássicos, como se pode observar em alguns dos seus versos, nos quais Gonçalves de Magalhães cantou louvores aos monumentos clássicos romanos e renascentistas[146].

Outro exemplo encontra-se nas "*Sextilhas de Frei Antão*" (1848) de autoria de Gonçalves Dias, cujos poemas cantam as glorias portuguesas em língua de Camões[147].

A reação da poesia veio com Gonçalves Dias ao publicar "*Primeiros Cantos*" (1846), "*Segundos Cantos*" (1848) e "*Últimos Cantos*" (1851). Com estas poesias, o tema indianista, proposto por Gonçalves de Magalhães e os seus colegas letrados da Primeira Geração Romântica, despontou dentro da literatura brasileira. Mais precisamente, o indianismo de Gonçalves Dias emplacou com as poesias reunidas nos "*Primeiros Cantos*": "*Canção do Exílio*", "*O Canto do Guerreiro*", "*O Canto do Piaga*", "*Deprecação*" e "*O Canto do Índio*".

Acrescentem-se ainda algumas poesias encontradas nos "*Últimos Cantos*": "*O Gigante de Pedra*", "*Leito de Folhas Verdes*", "*I Juca Pirama*", "*Marabá*", "*Canção do Tamoio*" e "*A Mãe d'Água*".

---

146 Ver poemas XIX, XX, XXII, XXVII e XXX. In: MAGALHÂES, D. J. G. Suspiros poéticos e saudades. RJ: Min. da Educação, 1939.

147 Sobre o debate, se Gonçalves Dias escreveu as Sextilhas em linguagem arcaica com objetivo de provocar os censores do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro por recusarem-lhe a apresentação da peça "Beatriz Cenci", acusada de possuir "erros crassos de linguagem" e "imoralidades", como afiança Antonio Henrique Leal, seu primeiro biógrafo. Ou se também nas "Sextilhas" teria permanecido os "brasileirismos", os "erros de concordância", os descuidos a respeito de "crase, pontuação, prosódia e ortografia", devido a necessidade de Gonçalves Dias criar um "estilo" (Lúcia Miguel Pereira) para dar conta da sua "aventura criadora". Consulte RICARDO, C. Gonçalves Dias e o Indianismo. In: COUTINHO, A (Dir.). A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). RJ: Editora Sul América, 1969, p.115-121.

As personagens indígenas criadas nestes versos são genéricas. Podem representar tanto indivíduos das comunidades indígenas do Rio Negro, com os quais entrou em contato nas suas incursões pelo Amazonas (1851); assim como podem ser os índios Guajajaras do Maranhão, uma etnia indígena da qual descendia a sua mãe e no meio da qual viveu quando criança; ou talvez os Timbiras, os Tupis, os Aimorés, outras das etnias presentes nos seus poemas.

Para idealizar heróis indígenas de modo que o indivíduo médio pudesse se mirar, a exemplo de Peri e Poti criados por José de Alencar, Gonçalves Dias foi quem melhor projetou no índio valores tais como a coragem, a lealdade, a belicosidade, a bravura, a valentia, a destreza para o combate, o amor à liberdade, a fidelidade às promessas e a honradez.

Valores interpretados como formadores dos povos "*Que vão do mar ao Andes, e do Prata/Ao largo e doce mar das Amazonas*"[148], em suma, a nossa Genesis americana.

"*I Juca Pirama*", um clássico da literatura nacional, dá conta do trabalho literário de Gonçalves Dias de tornar o indígena um ser moralmente elevado e de costumes distintos. O poema atinge o clímax com a maldição paterna dirigida ao filho, um guerreiro Tupi, que chorou diante da "cerimônia de sacrifício" dos Tupinambás e com isto se rebaixou ao se dispor a tornar-se escravo dos seus inimigos: "Serei vosso escravo:/ Aqui virei ter./Guerreiros, não coro/ Do pranto que choro".

Com o objetivo de tornar a poesia capaz de dar conta ao mesmo tempo do histórico, do épico, do lírico e das rotações psíquicas das personagens, Gonçalves Dias alargou a pesquisa lírica com segurança e competência bastantes para misturar numa mesma estrofe: versos de métricas diferentes, integrados ao recurso de usar simultaneamente movimento, cadência, rimas sonantes e liberdade de construção.

Desta forma, pôde tornar compreensível, no poema "*I Juca Pirama*", que o pranto e a atitude servil do guerreiro Tupi ressoavam como sentimentos de um

148 DIAS, G. Os Timbiras. (Canto Terceiro). Salvador: Livraria Progresso, 1956. Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0042-01202.html#>. Acesso em 17 out. 2008, p.18.

“embebe e fraco”, capazes de alvitrar a cerimônia do “sacrifício” (cerimônia antropofágica) e enfraquecer a “mais guerreira das tribos”[149]. Isto porque, a seu ver, o sacrifício não era, como usualmente se tinha em conta, um costume de bárbaros senão uma “honrosa função” para a qual “Convidam-se as tribos dos seus arredores,/ Cuidosos se incubem do vaso de cores” [150].

Esta tarefa de integrar o índio e a sua cultura ao processo civilizatório Ocidental, ao mesmo tempo em que garantia a singularidade dos temas românticos nacionais, encontrou no épico “*Os Timbiras*” uma das suas melhores formulações.

Nesta poesia, segundo as próprias palavras de Gonçalves Dias ao amigo Antônio Henriques Leal, tematizada ao redor da guerra entre duas etnias indígenas inimigas (Gamelas e Timbiras), as comparações entre as culturas e as práticas sociais indígenas e brancas alcançam resultados líricos de forte impacto ideológico, que permitem concluir que a cultura européia estaria decaída quando comparada à indígena.

Nos dois primeiros cantos da epopéia, os Timbiras e os Gamelas preparam-se para guerrear. Aos preparativos dos guerreiros, segue-se paralelamente o esforço de interpretação dos sinais da natureza: escuta-se o canto triste do “sabiá das matas”; reflete-se sobre o significado da “cinza quente”; o porquê das “cascavéis loquazes”; interpreta-se o sonho do guerreiro, afinal neste universo, os destinos humanos não estavam dissociados da ordem cósmica.

Dentro da mais completa inversão social em relação ao mundo dos brancos, o “louco Piaíba”, para os brancos um pária social e um embusteiro religioso, é o indivíduo no mundo dos índios mais consciente do perigo que se aproxima com a chegada dos brancos. Os seus presságios são tomados pela sua sociedade como preanuncio de tempos de aflição e sofrimento.

Gonçalves Dias dá um sentido muito singular ao encontro das culturas indígenas e europeias. Ao contrário de outros românticos como José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, muito propensos a aproximar índios e

149 DIAS, G. I-Juca Pirama. Porto Alegre, L&PM, 1997.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0053-02014.html>. Acesso em 18 de outubro de 2008. Cantos I, VII, VIII, p.07;08.
150 DIAS, G. Cantos e recantos. Versos IV. RJ: Ediouro, 1997, p.58-59.

brancos por meio de alianças de guerra e laços amorosos, Gonçalves Dias posicionou as duas culturas como inconciliáveis devido ao declínio moral dos europeus, que aqui chegaram quase somente movidos pelo desejo de cobiça:

As naus de Holanda, os galeões de Espanha,
As fragatas de França, e as caravelas
E portuguesas naus se abalroavam,
Retalhado entre si vosso domínio,
Qual se vosso não fora?

Na epopéia "*Os Timbiras*" (1857) há a construção proposital de versos, cujo sentido é destacar a relação de equilíbrio de forças entre as sociedades indígenas guerreiras e a estreita relação dos indivíduos com a monumental natureza tropical. Com a chegada do europeu, este equilíbrio se quebra a ponto dos mais valentes guerreiros amofinarem-se e se refugiarem nas "fundas matas".

Mesmo os anos de formação em Coimbra (Direito em 1844), os anos vividos em Lisboa, Paris e Dresden, assim como o seu domínio da cultura moderna européia italiana, francesa e alemã, tão bem aquinhoado que lhe permitiu traduzir Heine e Schiller para o português, não foram fortes o bastante para fazer Gonçalves Dias demover-se do juízo: – de que o homem europeu estava decaído; e a cultura e o progresso europeus tendiam a exterminar o diferente:

Da corrente impedrada: hoje acamados
Fósseis que dormem sob a térrea crusta,
Que os homens e as nações por fim sepultam
No bojo imenso! – Chame-lhe progresso
Quem do extermínio secular se ufana:
Eu modesto cantor do povo extinto
Chorarei nos vastíssimos sepulcros,

Escarnecendo, secar o nosso orgulho
De nação; mas nação que tem por base
Os frios ossos da nação senhora,
E por cimento a cinza profanada
Dos mortos, amassada aos pés de escravos.
Não me deslumbra a luz da velha Europa;

Há-de apagar-se mas que a inunde agora;
E nós?... sucamos leite mau na infância,
Foi corrompido o ar que respiramos,
Havemos de acabar talvez primeiro.

América infeliz! – que bem sabia,
Quem te criou tão bela e tão sozinha,
Dos teus destinos maus![151]

As pesquisas líricas de Gonçalves Dias permitiram à poesia retomar a dianteira das inovações, ao trazer para dentro do romantismo nacional os temas indianistas. Estas pesquisas gonçalvinas caminharam no sentido de atender a ousadia das suas criações literárias, como podemos ver, por exemplo, em "*I Juca Pirama*".

Nestes versos, encontram-se diálogos beirando à prosa; há a introdução de muitos metros dentro de um mesmo poema; e o emprego de vários ritmos num mesmo metro. Todo este intenso trabalho de apurar a métrica e o ritmo tinha por objetivo dar conta das mudanças de espírito das personagens e dos seus deslocamentos nos ambientes encenados, ao mesmo tempo, tornar os versos cadenciados, sonantes e musicais.

A musicalidade dentro da poesia tornou-a um gênero literário mais acessível aos grupos sociais urbanos em ascensão, formados por funcionários públicos, profissionais liberais e por "estudantes e mulheres, [que] no quadro urbano da sociedade imperial, constituem, pois, o público literário, na sua maior parte"[152].

De Gonçalves Dias até chegar ao extremo com Casimiro de Abreu, a "musicalização do verso romântico" levou a poesia às apresentações de teatro[153] e de óperas. Muitas destas apresentações foram apoiadas pela

151 DIAS, G. Os Timbiras. (Canto Terceiro). Salvador: Livraria Progresso, 1956. Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0042-01202.html#CANTOTERCEIRO Acesso em 18 de outubro de 2008. Canto Terceiro. p.18;19.
152 SODRÉ, N. W. História da literatura brasileira. 4ª ed. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p. 206.
153 A presença dos poetas no teatro não foi restrita à Corte. Neste sentido, tanto Tobias Barreto como Castro Alves ganharam espaço no Teatro Santa Isabel para estimular o ardor patriótico nos primeiros momentos da Guerra do Paraguai. Neste teatro se revezaram em disputas poéticas em torno de Adelaide Amaral e Eugênia Câmara, levando a mocidade a dividir-se entre os apoiadores de Barreto e os de Castro Alves. BEVILAQUA, C. História da Faculdade de Direito do Recife. 2a ed. Brasília: INL, 1977. p.351-352.

Imperial Academia de Música & Ópera Nacional (1857–1864), dirigida pelo diretor espanhol José De Zapata y Amat.

Don José Amat musicou a "*Canção do exílio*" e a "*Cantata da Arcádia*" de Machado de Assis. Ainda compôs libretos (textos tomados como peça musical) de Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis, José Bonifácio de Andrada e Silva, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Salvador de Mendonça, Quintino Bocaiúva e José de Alencar. Foi dentro deste espírito que "*O Guarani*" (romance, 1857) tornou-se inspiração para a ópera "O Guarani" (1870), de Carlos Gomes[154].

No contexto em que o romance-folhetim consolidava-se como um instrumento de difusão bem-ajustado do ponto de vista literário, a aproximação entre a música e o verso romântico representou uma reação da poesia com o intuito de expandir-se entre os novos grupos sociais urbanos.

De fato, o romance-folhetim deu retorno econômico aos jornais ao aumentar-lhes a tiragem. Isto porque ele havia conquistado espaço no jornal graças às suas inovações técnicas no sentido de prender o leitor pela curiosidade, pelos temas amorosos e pela linguagem mais simplificada.

Por sua vez, a reação da poesia foi bem-sucedida. Isto, se levarmos em conta que algumas poesias românticas foram celebradas tanto no seu tempo, como ainda hoje, estão entre as mais conhecidas da história da poesia brasileira: "*Canção do Exílio*", "*Meus Oito Anos*", "*Navio Negreiro*" respectivamente poesias de Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Castro Alves.

A "Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios": uma nova formulação estético-literária em questão dentro do movimento romântico

Dentro da história da literatura brasileira, "*A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*" (1856) representou um marco literário do romantismo nacional, ao confrontar duas estéticas em disputa pelo status de definidoras do cânon romântico.

De um lado, encontravam-se Gonçalves de Magalhães e os seus colegas da Primeira Geração Romântica, ainda presos aos conceitos da estética

154 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p. 151-152.

neoclássica. Do outro lado, Alencar, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo eram os representantes de uma nova estética, da qual afirmavam ser continuação dos trabalhos literários dos pré-românticos Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Frei de São Carlos.

O poema épico "*A confederação dos Tamoios*" foi composto em versos decassílabos num total de dez cantos com estrofação livre. Ao longo dos seus versos, cantam-se as lutas dos Tamoios aliados aos franceses contra os portugueses e canta-se também o mito da fundação do Império do Brasil, começado com D. João VI e tendo conquistado o seu melhor momento com a maioridade de D. Pedro II.

Publicado com o apoio direto do Imperador, o poema épico de Gonçalves de Magalhães chegara com atraso de 10 anos. Isto, se colocarmos a publicação da poesia "*Primeiros cantos*" (1846) de Gonçalves Dias como o início da melhor fase do romantismo brasileiro.

Parte deste atraso de Gonçalves de Magalhães explica-se pela sua ascensão bem-sucedida na carreira público-burocrática começada nos anos de 1840. A sua ascensão na carreira burocrática contribuiu para que ele se distanciasse do debate romântico e viesse a publicar um épico, num momento em que o romantismo nacional estava envolvido na superação das formas poéticas de herança greco-romana e dos seus desdobramentos (odes, cantatas, epístolas, sonetos, éclogas, idílios, épicos etc).

Gonçalves de Magalhães, defasado em literatura e distante das inovações introduzidas pelos românticos nacionais, não percebera que estava em consolidação uma nova estética, que ajustava ao pensamento e à imagem a palavra e o som. Em contraposição à estética neoclássica, que impunha ao pensamento e à imagem ajustar-se aos esquemas estéticos e formas mitológicas preestabelecidas.

A nova estética, adensada pelas pesquisas líricas de Gonçalves Dias, colocava-se o desafio de fazer com que "o pensamento dominasse em todo

verso. Que fosse menosprezada a metrificação – e a rima que naturalmente se lhe sujeita – e o metro que se desdobra em todos os sentidos"[155] .

Daí Alencar desqualificar a "*A confederação dos Tamoios*" como um poema na via contrária de todo o trabalho do romantismo nacional de superação das formas poéticas neoclássicas. A seu ver, Magalhães usava de um gênero superado: "*a forma em que Homero cantou os gregos não serve para cantar os índios; o verso que disse as desgraças de Tróia, e os combates mitológicos não pode exprimir as tristes endeixas do Guanabara, e as tradições selvagens da América*"[156].

Na observação de Alencar, Gonçalves de Magalhães estava tão preso aos modelos e formas poéticas neoclássicas que não fora sequer capaz de vislumbrar no seu épico os avanços conquistados pelos trabalhos dos pré-românticos.

Por exemplo, Santa Rita Durão com o "*Caramuru*" (1781) estilizara a tradição religiosa indígena em cosmogonias; e Basílio da Gama com "*O uraguai*" (1879) aproveitara nos seus versos a natureza tropical e os elementos organizativos da cultura indígena, "*apesar de ambos viverem no tempo das musas e dos sátiros*".

Por sua vez, Gonçalves de Magalhães patinava nas formas superadas neoclássicas, as quais lhe tolhiam de chegar "*ao verdadeiro poema nacional, onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a forma, desde a imagem até o verso*"[157] .

Alencar, altamente qualificado para o debate, acusava Magalhães de desconhecer os trabalhos sobre a poesia indianista, produzidos tanto por brasileiros como por europeus. Em particular, acerca de "Natchez" de Chateaubriand, cuja inspiração na natureza da América e o trabalho de projeção nas personagens indígenas de traços e valores dos heróis de Homero

155 DIAS, G. Poesia completa e prosa escolhida. Segundos cantos. Prólogo. RJ: José Aguilar, 1959.
156 ALENCAR, J. Carta segunda de 11 de junho de 1856. In: CASTELO, J. A. A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios. SP: FFLCH/USP, 1953, p.17.
157 ALENCAR, J. Carta segunda de 11 de junho de 1856. In: CASTELO, J. A. A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios. SP: FFLCH/USP, 1953, p.17. (Grifo nosso).

constituiriam alguns exemplos que deveriam ser seguidos na criação de uma epopéia nacional[158].

De certa forma, as "cartas" publicadas por Alencar contra Gonçalves de Magalhães funcionaram como o "prólogo" dos seus romances indianistas. Alencar demonstrara ao longo da polêmica muita segurança e conhecimento para colocar em questão a posição literária de Magalhães de "chefe de uma nova escola literária", tomando como fundamento da sua argumentação a firme convicção de que havia uma nova formulação estética em questão.

Com base no abandono das formas pré-estabelecidas neoclássicas, a nova estética estaria sendo elaborada no sentido de dar ampla liberdade de composição artística ao criador literário. Neste sentido, nos termos da literatura brasileira, a inovação viria formulada na tentativa de aproximar poesia e música; palavra e som; harmonia dos versos e cadência.

Alencar retomaria o avanço introduzido por Gonçalves Dias na poesia, que consistia em ajustar a linguagem ao pensamento e à representação tomando a música como auxiliar: "*a poesia, a pintura e a música são três irmãs gêmeas que Deus criou com um mesmo sorriso (...) a forma, o som e a cor são as três imagens que constituem a perfeita encarnação da ideia; faltando um desses elementos, o pensamento está incompleto*"[159].

A proximidade entre as três expressões artísticas decorreria, segundo a estética alencariana, da "sensação voluptosa", que produz no sujeito o sentimento de contentamento pela compreensão das coisas num patamar diferente do usualmente sentido e compreendido.

O trabalho de resignificar a nova estética para o romance de ficção viria com as publicações de "*O guarani*" (1857) e "*Iracema*" (1865). A "carta ao Dr. Jaguaribe" (1865), publicada no romance "*Iracema*", é esclarecedora do seu intenso esforço em consolidar o romance de ficção frente à poesia.

158 ALENCAR, J. Carta primeira e segunda de 10 e 11 de junho de 1856. In: CASTELO, J. A. A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios. SP: FFLCH/USP, 1953, p.9-13.
159 ALENCAR, J. Carta quarta de 05 de julho de 1856. In: CASTELO, J. A. A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios. SP: FFLCH/USP, 1953, p.25.

Neste sentido, concluía que a sofisticação da poesia tinha como aspecto negativo a necessidade do gênero estar submetido a excessivo número de regras fixas, cuja rigidez comprometia a riqueza da expressão:

> O verso pela sua dignidade e nobreza não comporta certa flexibilidade de expressão que entretanto não vai mal à prosa mais elevada. A elasticidade da frase permitiria então que se empregassem com mais clareza as imagens indígenas, de modo a não passarem desapercebidas. Por outro lado conhecer-se-ia o efeito que havia de ter o verso pelo efeito que tivesse a prosa[160]

Em suma, a poesia não oferecia os recursos estéticos à altura do romance, capazes de permitir ao escritor transmitir os diferentes estados de espírito dos homens: os seus dramas existenciais; os sentimentos e os valores morais desencontrados entre índios e brancos. A rigidez do verso exigia do poeta esmerilhar até a fadiga a imagem e o pensamento e, ainda assim, incorria-se no "risco de não ser entendido, e quando entendido não apreciado"[161].

Processo de Urbanização do Recife no século XIX: momentos decisivos para a ascensão dos intelectuais

Dentro da análise de Freyre em "*Sobrados e Mucambos*", o declínio dos senhores rurais iniciara-se no século XVIII: crises econômicas sazonais; inoperância dos senhores rurais exportadores de cana-de-açúcar em reconverter os seus ganhos de capitais em melhorias técnicas de cultivo e produção; e a resistência em não eliminar o trabalho escravo, a sua maior fonte de riqueza.

Todos estes aspectos estão entre os fatores que funcionaram como os elementos centrais para abrir frestas no poderio dos senhores rurais. A crise econômica emparedava-os entre a liquidação das suas propriedades e a estratégia de contorná-la pela tomada de capitais das mãos dos mascates, banqueiros e "comissários de açúcar e de café"[162].

O econômico foi a força inercial promotora desta desestabilização e do "desprestígio da aristocracia rural"[163], em razão da forma de reprodução da sua

160 ALENCAR, J. Carta ao Dr. Jaguaribe. In: ALENCAR, J. Iracema. 15ª ed. SP: Ática, 1984, p.90.
161 ALENCAR, J. Carta ao Dr. Jaguaribe. In: ALENCAR, J. Iracema. 15ª ed. SP: Ática, 1984, p.90.
162 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.117.
163 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.120.

riqueza estar essencialmente fundada na exploração da força de trabalho escravo.

As sucessivas crises de preço das commodities de açúcar haviam descapitalizado a maioria dos senhores rurais, o que inviabilizava a compra de novos braços negros escravos para a expansão da produção e o aumento da produtividade, entendidas como duas das soluções capazes de tornar os preços dos seus produtos mais competitivos.

Entretanto, se a força de trabalho escravo era uma das linhas mestras de sustentação e reprodução da opulência da sociedade patriarcal, por sua vez, Freyre constrói a sua análise nos seguintes termos: apesar da crise econômica, os senhores rurais reuniam outros trunfos, não fundamentalmente econômicos, mas potentes o bastante para mantê-los como grupo estratégico por mais um século[164].

A "nobreza rural" nacional entrou no século XIX lutando contra o empobrecimento material. Porém, os seus maiores líderes não foram facilmente expurgados da vida social e política brasileira, ao contrário, eles encastelaram-se nas instituições imperiais estrategicamente mais poderosas (Senado, Conselho de Estado, Ministérios) até o final do Império[165].

Isto graças ao seu grande poder político, consolidado durante três séculos no interior das províncias, sobre o latifúndio, numa clara demonstração de que o poderio econômico não era necessariamente imprescindível para a manutenção da posição de grupo estratégico naquela sociedade patrimonialista.

Por sua vez, os estratos sociais dos comerciantes iniciaram-se no século XIX, com a chegada do príncipe-regente ao Brasil, como um grupo social fortalecido do ponto de vista econômico e político: "os reis portugueses do Brasil passaram a prestigiar os interesses urbanos e burgueses, embora sem hostilizar rasgadamente os rurais e territoriais"[166].

Neste sentido, Gilberto Freyre enumera duas conquistas da burguesia comercial em ascensão: o prestígio político junto da coroa que lhes permitiu

164 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.44-47.
165 ALONSO, A. Ideiass em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.100; 101.
166 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.109-110.

obter algumas facilidades em impostos e privilégios políticos para ocupar cargos e postos públicos; e, segundo, a segurança da execução judicial pelo Estado dos contratos de empréstimos e de liquidação do passivo de dívidas contraídas pelos senhores rurais[167].

Entretanto, ressalta Freyre, o avanço da burguesia comercial nas primeiras décadas do século XIX foi mais visível na esfera econômica, em decorrência do alto nível de cristalização do poder político da nobreza rural e do grau de sedimentação da Ordem patrimonialista na sociedade brasileira.

Tanto que, ainda permaneceu até o fim do Império o personalismo e o favor na condução das coisas públicas; as oligarquias rurais nas províncias resistiram à imposição de uma ordem legal-racional impessoal e o trabalho escravo não foi abolido, senão no fim do Império.

A maior visibilidade social da ascensão do estrato dos comerciantes e dos grandes "comissários do açúcar" tornar-se-ia mais perceptível, segundo Freyre, na ostentação e opulência dos seus sobrados e no seu estilo de vida europeizado:

> Uma das mais ostensivas alterações na organização social do país, desde a chegada ao Rio de Janeiro de D. João, vinha sendo precisamente o declínio do poder patriarcal como que substituído nas cidades pelo poder suprapatriarcal (...) do Estado, representado também pelo poder judiciário de magistrados revestidos de becas orientais para melhor enfrentarem, como rivais, o puro poder patriarcal dos chefes de família (...). Nos documentos brasileiros do século XVIII, já se recolhem evidências de uma nova classe, ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos (...) a aristocracia da cidade, de corrente de ouro em volta do pescoço, de cartola inglesa, morando em sobrado de azulejo, andando de vitória de luxo, comendo passas, figo, ameixa, bebendo vinho do porto[168]

Corrobora para a tese da ascensão da burguesia comercial ter sido mais visível antes no plano econômico do que no político, o crescente número de prestadores de serviços diversos no meio urbano do Recife, para atender as demandas movidas por hábitos estranhos à nobreza rural.

Tais como, os cocheiros de aluguel, os afinadores de piano, os atendentes de tabacarias especializadas, os livreiros e bancários, a presença de artistas de teatro, os mecânicos de máquinas hidráulicas e os importadores de incontáveis

167 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.111, 117 a 135.
168 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.424, 111, 117.

produtos alimentícios e de consumo. Novas ocupações surgidas para suprir os novos hábitos, alguns como tomar sorvete, os homens usarem bengala e vestirem fraque e cartola e as mulheres usarem decotes e espartilhos[169].

Porém, merece ressalva a reprodução de alguns hábitos dos senhores rurais pelos estratos enriquecidos urbanos, como construir sobrados imitando o estilo arquitetônico dos senhores e o excessivo número de escravos domésticos como sinal de distinção de classe: ambos os aspectos testemunham o alto grau de cristalização do estilo de vida e da forma de produção econômica dos senhores.

Contudo, o maior abalo sofrido pelo poder político e econômico dos senhores rurais veio por meio da oposição política movida pelos bacharéis, profissionais liberais, funcionários públicos e outros grupos urbanos do Recife. Eles tomaram como bandeiras, primeiro, a defesa da abolição da escravidão e, segundo, a reforma da Lei Eleitoral, respectivamente as vigas mestras da reprodução da riqueza e da manutenção do poder político da nobreza rural nacional.

Periódicos: o instrumento por excelência de manifestação dos intelectuais no Recife durante o Século XIX

Entre os anos de 1810 e 1836, melhores condições para o exercício da atividade intelectual estavam sendo processadas a passos lentos: foram criadas as Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo (1827); a imprensa tipográfica e de periódicos ganhou certa expressividade; a Igreja inaugurou o Seminário de Olinda, o primeiro centro de formação para clérigos regulares capaz de concorrer com as ordens religiosas na formação de religiosos qualificados.

A vida cultural no Recife ganhava contornos mais definidos, por sinal, distintos em muitos aspectos da vida intelectual da Corte, como veremos adiante.

Como os espaços institucionais de consagração e de reprodução dos intelectuais eram ainda raros, um dos recursos colocado em prática pelos letrados para compensar este desequilíbrio foi o de fundar muitas sociedades para a promoção das letras e da cultura em geral.

169 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.253, 419, 435, 440.

Como a exemplo das academias "*Suassuna e Paraíso*"; a "*Universidade Democrática*"; a "*Oficina de Iguaraçu*"; e o "*Areópago de Itambé*", fundado por Arruda Câmara. A título de curiosidade, foi no "*Areópago de Itambé*" que surgiu a proposta de alguns letrados de libertar Pernambuco de Portugal com o apoio de Bonaparte.

Muitos periódicos apareceram depois de 1831, redigidos por estudantes da Faculdade de Direito: "*O Olidense*" (Texeira de Macedo/1831); "*Eco de Olinda*" (Nabuco de Araújo/1831); "*O velho de 1817*" (Nabuco de Araújo/1833); "*A voz de Biberibe*" (Sousa Franco/1835); "*O Aristarco*" (Nabuco de Araujo/1836); "*Argus olidense*" (Antonio Borges Leal/1836)[170].

Ainda merece destaque na imprensa pernambucana a contribuição de Vauthier. Engenheiro francês a serviço da Província de Pernambuco na melhoria da infraestrutura da cidade do Recife. Nesta cidade, ele fundou os jornais "*Democracie*"; "*Socialiste*" e "*Phalange*", todos empenhados na difusão do socialismo utópico[171].

A história da imprensa de Pernambuco iniciou-se com o movimento de 1817, quando o impressor inglês James Prinches, mais um operador de impressão francês e outros dois frades brasileiros fundaram a "*Oficina Tipográfica da República Restaurada de Pernambuco*". Ela durou até o fim do movimento, quando vieram ordens do governo central determinando o seu fechamento.

Em 1820, o presidente da Província de Pernambuco, Rego Barreto, criou a "*Officina do Trem Pernambuco*", mais tarde chamada de "*Officina do Trem Nacional*" (1821). Em 1822, ela passou a chamar-se de "*Typographia Nacional*", nome semelhante ao da tipografia da Corte.

Este quadro editorial e da imprensa de Pernambuco permaneceu sem grandes alterações até 1825, quando Miranda Falcão comprou a "*Typographia Nacional*" pernambucana e nela começou a imprimir o "Diário de Pernambuco". Depois dela viria a "*Typographia Fidedigna*" (1827–1840) de Manuel Zeferino dos Santos, a "*Typographia do Cruzeiro*" (1829–1840) e, por fim, a mais famosa delas "*Pinheiro, Faria & Cia*" (1831), onde foram

170 BEVILAQUA, C. História da Faculdade de Direito do Recife. 2a ed. Brasília: INL, 1977, p.442; 443.
171 QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.155.

impressos muitos trabalhos dos professores da Faculdade de Direito de Olinda[172].

Porém, Hallewell, citando estudo de Alfredo Ferreira de Carvalho, considera os anos de 1870 como o marco do crescimento da imprensa tipográfica no Recife:

> A capital da província possuía [por volta de 1875] quatorze firmas impressoras e quatro estabelecimentos de litografia (em comparação com apenas seis tipografias em 1849). Só uma tipografia de Recife é apontada como tendo seguramente produzido livros: a União, de Santos e Cia, fundada em 1836 pelo padre Ignácio Francisco dos Santos, que durou algumas décadas[173]

Contribuições e retrocessos da Igreja para o avanço das instituições de ensino e da cultura sofisticada laica no Recife do século XIX

Ainda que a formação dos clérigos regulares deixasse muito a desejar, ao contrário destes, as ordens religiosas possuíam quadros de professores bem-preparados e infraestrutura para garantir uma formação mais sólida. A exemplo, das Ordens Franciscana, dos Jesuítas, dos Carmelitas e dos Beneditinos que enviavam os seus melhores para aperfeiçoar-se nos estudos na Europa, onde estas ordens possuíam casas para acolher os religiosos brasileiros e universidades da qualidade da Gregoriana de Roma, conduzida pelos Jesuítas.

Exceção à regra, para o caso da formação dos clérigos regulares no Império, somente a partir da criação do Seminário de Olinda, fundado pelo Bispo D. Azeredo Coutinho, em 1817. O Seminário de Olinda fora inovador já mesmo no núcleo de disciplinas ensinadas. Ensinava-se física, botânica, química, mineralogia, desenho e matemática[174], quando, em geral, o núcleo de disciplinas era matemática, filosofia, retórica, língua pátria, geografia, línguas clássicas, história, poética e noções de ciências naturais.

A Igreja de Olinda contribuiu muito para a instalação da Faculdade de Direito de Olinda. Primeiro, cedendo parte das dependências do Mosteiro de São Bento para o funcionamento da Faculdade, que aí ficou até 1854. Outro

172 HALLEWELL, L. O livro no Brasil: sua história. Editor T. A. Queiroz. SP: EDUSP, 1985, p.116-117.
173 CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Livros e bibliotecas no Brasil colonial. 1979:165-167 apud HALLEWELL, L. O livro no Brasil: sua história. Editor T. A. Queiroz. SP: EDUSP, 1985, p.117.
174 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1963, p.279.

aspecto, o Curso Preparatório da Faculdade, iniciado em 1832 com o nome de Colégio de Artes, funcionava dentro do Seminário de Olinda.

O Seminário de Olinda contribuiu, em particular, para a ação urbanizadora, europeizante e civilizadora ao introduzir um núcleo de disciplinas secularizadas, o que estava na contramão da reação católica contra a modernidade, que tinha à frente os Jesuítas.

Não bastasse a Igreja oferecer a infraestrutura ao funcionamento da Faculdade de Direito de Olinda e do Recife, o corpo docente do Colégio de Artes era "repleto de padres", lecionando latim, geografia, retórica e filosofia[175].

A presença de religiosos no corpo docente da Faculdade de Direito não era pouco expressiva. Para se ter uma ideia, dos cinco primeiros diretores da Faculdade de Direito de Olinda, dois deles eram religiosos (D. Tomás de Noronha e Lopes Gama, professo pela Ordem de São Bento e dispensado dos votos posteriormente, motivado pela necessidade de ajudar a família em dificuldades econômicas).

Mesmo entre os professores, havia alguns notadamente católicos como o Cons. Pedro Autran da Mata Albuquerque, Braz Florentino, Tarquínio Bráulio e José Soriano de Souza.

Os intelectuais católicos como Pedro Autran e José Soriano de Sousa assumiram a dianteira da defesa da fé católica a partir dos anos de 1860, quando os jesuítas retornaram ao Recife a convite do bispo de Olinda Dom Manuel do Rego Medeiros e fundaram o Colégio São Francisco Xavier em 1867.

Na ocasião, o superior do Colégio destacara ser finalidade primeira da instituição a "educação religiosa da mocidade (...) formar o coração dos alunos para bem cumprirem com os seus deveres, esclarecendo-lhes a inteligência nas verdades e preceitos da religião cristã"[176].

Em menos de duas décadas, os jesuítas passaram a ocupar posição de destaque no meio culto do Recife, ganhando o apoio de intelectuais como José

175 BARRETO, Luiz Antônio. A fé e a razão. (Introdução). In: BARRETO, T. Critica de religião. 2ª ed. RJ: Record, 1990, p.39.
176 AZEVEDO, Ferdinand. Ensino, jornalismo e Missões jesuíticas em Pernambuco. Recife: FASA, 1983.

Soriano de Sousa e Pedro Autran. Este fortalecimento dos jesuítas foi graças aos seus trabalhos nos colégios, na formação dos clérigos regulares e na imprensa. Nesta última, os jesuítas destacaram-se com a publicação das suas ideias nos periódicos "*O Cathólico*" e na "*Revista contemporânea de Paris*", ambas de tendências neotomistas.

Soriano de Sousa, mais católico que o papa, editaria o livro "*Lições de filosofia elementar, racional e moral*" (1871), publicação da sua tese em filosofia pela Universidade de Louvain. Por meio desta publicação, ele defendeu a subordinação da filosofia à teologia e a precedência do magistério da Igreja, pelo dogma, sobre a razão, com base no conceito eclesiológico católico de que a Igreja era um sacramento de salvação instituído por Jesus:

> A Igreja é uma sociedade perfeita, absolutamente independente da sociedade civil em seu fim, meios e origem. Com efeito, chama-se perfeita aquela sociedade que é completa em sua natureza, e tem em si mesma todos os meios necessários e suficientes para atingir o seu fim; ora, neste caso está a Igreja de Jesus Cristo, logo é uma sociedade perfeita[177]

Contra Soriano de Sousa, Tobias Barreto escreveu três artigos no *Jornal do Recife* em 1872 intitulados "*O atraso da filosofia entre nós*". Ao longo deles, Tobias Barreto discordou de Soriano sobre a possibilidade de se fazer ciência com a teologia, pois nela toda a "dúvida se acha de antemão resolvida".

Ainda mais, Tobias Barreto acusava Soriano de opor-se em absoluto ao espírito científico, em razão da "sua filosofia ter um propósito firme: desprezar, como indignos de atenção, os achados da ciência moderna, máxime os que podem contrariar a teologia escolástica" [178].

Pedro Autran da Mata e Albuquerque (Bahia/1805 – Rio de Janeiro/1881) era docente da Faculdade de Direito do Recife formado na Universidade de Aix (1827). Durante os anos de 1860 a 1875, ele fora um dos intelectuais mais próximos da Igreja do Recife.

A sua atuação era em particular por meio do jornal, por ele fundado, "O católico" (1869–1872), cuja tiragem era quinzenal e contava com o apoio do Bispo D. Francisco Cardoso Ayres. Neste jornal, era intensa a participação dos

177 SOUSA, J. S. Lições de filosofia elementar, racional e moral. Paris, 1871apud BARRETO, Luiz Antônio. A fé e a razão. (Introdução). In: BARRETO, T. Critica de religião. 2ª ed. RJ: Record, 1990, p.42.
178 BARRETO, T. Estudos de filosofia. 3ª ed. RJ: Record, 1990, p.168.

jesuítas como nos esclarece Ferdinand Azevedo: "*O jornal tinha também a colaboração dos jesuítas italianos que trabalhavam no recém-fundado Colégio de São Francisco Xavier. Esta colaboração cresceu tanto, que graças ao padre Mario Arcioni, S.J, logo em 1870, O Católico praticamente se tornou um jornal jesuítico*"[179].

De fato, Soriano de Sousa e Pedro Autran estavam muito próximos dos jesuítas, pois, como eles, o dois professores estavam também empenhados em fazer valer a reação da Igreja contra a modernidade, reafirmada nas Encíclicas de Pio IX "Quanta cura - Syllabus" (1864) e no Concílio Vaticano I (1869–1870).

Neste sentido, o avanço dos jesuítas contra a modernidade e o progresso científico ultrapassava os limites da revista católica "*Revista Contemporânea de Paris*" e dos inúmeros jornais católicos surgidos no Recife. A ação dos jesuítas atingiu até mesmo a laica "*Revista Mensal de Instrução Pública de Pernambuco*", como podemos perceber em alguns dos seus números de 1872.

Dentre eles, merece relevância o artigo do jesuíta Francisco Rodina escrito em 1872, no qual ele ataca o progresso das ciências modernas: "*O progresso das ciências, das artes e da indústria parece favorecer o desenvolvimento dos instintos menos nobres da nossa natureza (...). A ciência sem a virtude é tão fatal no indivíduo como à sociedade*".

Ainda na mesma revista e no mesmo número, vemos o jesuíta Clemente Negri sair em defesa do controle da liberdade de ensino: "*a liberdade de ensinar, dada a todos, é essencialmente imoral, e, por conseguinte, ilícita, visto que franqueará o ensino ao incrédulo, ao racionalista, ao protestante*"[180].

Neste ambiente, às vezes em patente contraste com a alegria, as festas e a vida boêmia de alguns alunos, não admira que a vida acadêmica transcorresse entre eventos religiosos, por meio dos quais

> Professores e estudantes austeros, esforçando-se para aparentar a máxima severidade, tomavam parte em grandes procissões (...) professores de direito,

179 AZEVEDO, Ferdinand. Ensino, jornalismo e Missões jesuíticas em Pernambuco, 1866-1874. Recife: FASA, 1983, p.33.
180 Revista mensal de instrução publica de Pernambuco. Recife, 1872 apud BARRETO, Luiz Antônio. A fé e a razão. (Introdução). In: BARRETO, T. Critica de religião. 2ª ed. RJ: Record, 1990, p.41.

> revestidos de negras sobrecasacas e metidos em opas de cor, iam ouvir, na capital de Pernambuco os sermões na Igreja do Espírito do Santo[181]

Não obstante à contribuição da Igreja para o adensamento da vida cultural do Recife, a presença da Igreja nas instituições de ensino foi, em geral, um obstáculo à projeção de alguns intelectuais. Muitos letrados não tinham como concorrer com a formação recebida por alguns religiosos enviados à Europa para os estudos; e nem podiam contar com a estrutura administrativa e econômica da Igreja, dispensada aos seus quadros.

O retorno dos jesuítas à educação no Brasil representou a continuidade de uma cultura padronizada, universalista e de tipo neoclássica, basicamente voltada à formação de clérigos e letrados. Não era uma formação passível de ser acessada pelas classes populares e nem à altura de preparar indivíduos para as ocupações técnicas. Era, de fato, uma formação destinada à educação das elites.

Por isto, a Companhia de Jesus usualmente estabeleceu as suas casas e colégios, conduzidos sob dura disciplina e no excessivo recurso à formação clássica, nas capitais das províncias, para onde migravam os estratos enriquecidos em busca de formação ou aí se encontravam estabelecidos.

Neste aspecto, como bem observou Fernando de Azevedo, a valorização da formação clássica pelos jesuítas, além de se voltar essencialmente às elites, formou no Brasil Império e Brasil Colônia gerações de letrados e clérigos sem qualquer projeção nas ciências físicas e naturais. Ao contrário disto, “foram todos letrados, cronistas e historiadores” os ex-alunos e religiosos jesuítas. Neste sentido, temos Pedro Taques, Gregório de Matos, Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama, Padre Vieira e Santa Rita Durão[182].

O confronto direto entre os religiosos e os letrados-bacharéis terá os seus melhores lances com os “poetas científicos” recifenses e alguns integrantes da Escola do Recife, em particular com Tobias Barreto, Franklin Távora e Graça Aranha, todos atuantes entre 1860 e 1880. Alguns aspectos deste debate, nós veremos em capítulo posterior.

---

181 FREYRE, G. Vida social no Brasil nos meados do século XIX. RJ: Editora Artenova, 1977, p.96-97.
182 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963, p.530.

Antônio Pedro de Figueiredo: um típico intelectual recifense na primeira metade do século XIX

Entre os anos de 1820 e 1840, o Recife tivera a participação de letrados e líderes sociais da envergadura de Saldanha Marinho, Frei Caneca, Abreu e Lima, Antônio Borges da Fonseca, Nunes Machado, Frei João Capistrano de Mendonça, Antonio Pedro de Figueiredo e Vauthier, que mantiveram acesas as brasas de três revoluções (1817, 1824 e 1848).

Estes intelectuais destoavam da posição política do "*Grupo dos contentes*" e dos intelectuais-burocratas aproximados de D. Pedro I, como Alves Branco, Bonifácio de Andrada e Januário da Cunha Barbosa, aos quais Frei Caneca denominara de "*clube dos aristocratas servis*"[183].

Como vimos nos parágrafos anteriores, estavam em curso algumas transformações sociopolíticas que aos poucos colocavam em xeque os três séculos de poder político e econômico dos senhores rurais.

Eles foram os arquitetos de uma dominação de tipo patrimonialista, politicamente forte e economicamente amparada na grande propriedade e no trabalho escravo. Esta formação sociopolítica fora tão bem-sucedida que ficara cristalizada em todas as instituições públicas e privadas do Brasil Império.

Ainda que estejamos num período anterior ao dissenso intraelite dos anos de 1860; à edição da Lei de Terras; ao fim do tráfico de escravos intercontinental em 1850; e à Lei do Ventre Livre de 1871, nós percebemos que aos poucos a sociedade brasileira estava deixando de ser essencialmente patrimonialista e patriarcal, agrária e escravista para então tornar-se também urbana, burguesa e concorrencial.

Apesar de conjugar formas de trabalho livre com o trabalho escravo e instituições modernas com as pré-capitalistas, o universo social ia aos poucos substituindo o status social e os hábitos da nobreza rural por outros burgueses e europeizados. Com isto, surgiram competências e estilos de vida estranhos aos senhores rurais.

Nesta sociedade em transição, os senhores rurais sentiam-se inseguros e pressionados por interesses dos grupos urbanos, que exigiam uma maior

183 BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 2ª ed. SP: Cultrix, 1979, p.90.

participação na vida cultural e política da nação. Com o tempo, abriram-se alguns espaços institucionais aos letrados detentores de conhecimentos clássicos e eruditos.

A presença de um indivíduo mulato, pobre, católico, ordeiro, detentor de saberes clássicos e em busca de ascensão social por meio da ocupação de cargos públicos comumente preenchidos por indivíduos enriquecidos e brancos, era um sintoma destas transformações sociais e políticas, operadas na sociedade pernambucana a partir do século XIX.

Antonio Pedro de Figueiredo (Pernambuco/1814 – Pernambuco/1859) era um mulato nascido em Iguaraçu (interior de Pernambuco), onde os pais eram donos de uma pequena propriedade, por meio da qual a família retirava o seu sustento. Outras informações esclarecedoras quanto à sua origem, ocupação profissional, condição social e econômica, nós sabemos por meio de jornais de vida efêmera publicados de 1830 a 1840.

Tomamos conhecimento pelo "*Volcão*", jornal liberal ligado ao movimento Praieiro, que nasceu Antonio Pedro de Figueiredo de uma pequena família de pardos estanceiros:

> Aquelle tostado que vem ao seu lado é o ridículo Cousin fusco, filho do pardo Basílio lá de Iguarassu, onde sempre viveo de limpar a estrebaria do pai, e de pescar os seus ciriz e bodiões[184]

Por sua vez, o Jornal "*O Proletário*" usou de versos satíricos, cujo conteúdo nos informar que, como era pobre, Antonio Pedro de Figueiredo aspirando tornar-se um letrado, precisou contar com a ajuda dos carmelitas para estudar

> *Não tendo lugar*
> *Onde recolher-se*
> *No Carmo meter-se*
> *Foi por fim de contas:*
> *E poz-se a estudar...*[185]

Ainda em outro número, o "*Volcão*" informa-nos que Antonio Pedro de Figueiredo era um mulato desejoso de tornar-se bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda; e que tinha como mecenas Francisco do Rego Barros (o

184 Jornal "O Volcão". Recife, Ano I, n. 05, 30 agosto. 1847.
185 Jornal "O Proletário". Recife, 01 set. 1847.

Barão da Boa Vista), o então presidente da Província de Pernambuco quando se deu a Praieira

> Aquelle tostado quis estudar, e indo fazer exame de geometria na Academia de Olinda, foi ali reprovado, o primo Chico Barão que sempre gostou, e teve muitas simpatias pela estupidez, o despachou para substituto do Liceu desta cidade na mesma faculdade, onde ele havia sido reprovado; é um mentiroso, e o maior caloteiro: não quer ser pardo, e chama a todos nós de canalha[186]

Graças ao seu mecenas e o apoio dos Carmelitas, que lhe deram domicílio no mosteiro mesmo não sendo religioso, Figueiredo pôde dedicar-se aos estudos e traduzir para o português a obra de Victor Cousin "Curso de história da filosofia", o que lhe valeu a alcunha de Cousin Fusco.

Ainda com a ajuda do seu mecenas Rego Barros, o Cousin Fusco seria empossado no cargo de professor adjunto de Geometria do Liceu Provincial em 1844. Mais tarde, fora demitido pelo presidente da província, o liberal Chichorro da Gama, em 1846, sob a acusação de se opor aos praieiros. No entanto, foi reempossado na cadeira de português do Ginásio Pernambucano em 1849, por renomeação de Honório Hermeto Carneiro Leão.

Se nos basearmos no estudo de Amaro Quintas, "*O Sentido social da Revolução Praieira*", de fato, um dos melhores trabalhos sobre o Cousin Fusco, os ataques dos praieiros a Antonio Pedro de Figueiredo parecem resultar da sua crítica aos tons e semitons do movimento praieiro. A seu ver, predominava neste movimento uma visão "utópica e impregnada de retórica e de divagações estéreis"[187].

Amaro Quintas aponta como a base teórica da crítica de Antonio Pedro de Figueiredo aos praieiros a sua aproximação dos socialistas franceses Fourier e Saint Simon. Estes socialistas utópicos foram traduzidos para o contexto nacional segundo uma "orientação própria e original" e para além "dos princípios do liberalismo da Revolução Francesa":

> Que é a igualdade onde um pequeno número de privilegiados gasta na ociosidade o produto do trabalho de muitos milhares de seus irmãos? Que é a fraternidade num grêmio social que deificou o egoísmo sob as formas, e escreveu na sua bandeira esta imortal divisa: chacun pour soi; chacun chez soi? Que é que pode significar o vocábulo liberdade numa sociedade em que

186 Jornal "O volcão". Recife, Ano I, n. 05, 30 agosto. 1847.
187 QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.13.

> as massas dependem de um pequeno número de homens que, de fato, exercem sobre elas um direito de vida e de morte, por mercê do capital[188]

Amaro Quintas destaca que ao longo dos dois anos de existência da Revista "*O Progresso*" (1846–1848), criada por Antonio Pedro de Figueiredo, o socialismo de Figueiredo aproximou-se aos poucos do socialismo cristão de "Buchez com tendências românticas de Pierre Leroux". Haveria nesta aproximação, uma clara tentativa de sintetizar o socialismo com o cristianismo e o sentimentalismo romântico, sem, contudo, com isto, nublar-lhe os objetivos de superar a grande propriedade.

Primeiro, pela criação de pesados impostos territoriais para forçar a desintegração do latifúndio. Segundo, pela superação do capital, forma que no seu entender "defrauda desapiedadamente o trabalho"[189].

A novidade da crítica socialista do Cousin Fusco foi colocar no centro da sua análise o impacto negativo do latifúndio na formação social brasileira. Antonio Pedro de Figueiredo demonstrou ser a grande propriedade a base da força social e política da nobreza rural, em razão do homem livre pobre sujeitar-se à dependência do senhor para garantir a sua sobrevivência e segurança, em troca da transferência do seu apoio político:

> A maior parte do território da nossa província está dividido em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias, das quais mui poucos têm sido subdivididos. O proprietário ou rendeiro ocupa uma parte delas, e abandona, mediante pequena paga, o direito de permanecer n'outra e de cultivá-la, a cem duzentas e algumas vezes a quatrocentas famílias de pardos ou pretos livres, dos quais ele se torna protetor natural; mas deles também exige obediência absoluta, e sobre eles exerce o mais completo despotismo[190]

Para Amaro Quintas, o mulato socialista reinterpretou, para o cenário nacional, prodigamente o socialismo utópico dentro de apelos fortemente "político-sociais. Isto porque o Cousin Fusco teria visto como a fonte estrutural da 'feudalidade' da nobreza rural nacional o grande latifúndio:

> Viu no domínio dos senhores da casa-grande, já se transferindo para os sobrados, na 'feudalidade' da nobreza rural, o maior entrave ao nosso progresso (...) viu mais longe do que outros; o mal não estava somente nos Cavalcanti (...) o despotismo exercido pela aristocracia campesina não advinha

188 FIGUEIREDO, Antônio Pedro. O Progresso. Recife, tomo III, pags. 6, 7 apud QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.14-15.
189 QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.157.
190 FIGUEIREDO, Antônio Pedro. O Progresso. Recife, tomo III, pags. 6, 7 apud QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.15.

> unicamente da oligarquia Rego Barros-Cavalcanti, mas sim do latifúndio, gerador de um regime arbitrário, de mandões violentos e tirânicos[191]

A defesa destas ideias movera ataques tanto dos liberais como dos conservadores, alguns registrados nos explosivos jornais e folhetos de vida curta surgidos durante a Praieira. Entre tantos, selecionamos estes: "*A ratoeira*"; "*A reforma*"; "*O brado do povo*"; "*A mentira*"; "*O lidador*"; "*O macabeu*"; "*O liberal*"; "*O proletário*", "*A Tempestade*" e "*O volcão*"[192].

Foi por meio dos "periódicos de momento" que Antonio Pedro de Figueiredo defendeu as suas ideias socialistas contra Pedro de Autran. Este afirmava no jornal católico "*A União*" [193], que o socialismo difundido por Figueiredo era contrário à doutrina cristã, em razão da sua defesa da luta de classes e de "cifrar-se na comunhão das mulheres e dos bens". Um argumento apelativo, mas de impacto no meio social conservador.

Em artigos publicados na "*Aurora Pernambucana*", "*A Carteira*" e no "*Diário de Pernambuco*", o mulato respondeu a Autran nos termos de que o socialismo não se opunha à fé cristã. Para isto, recorreu à doutrina do doutor da Igreja São Clemente: "*o uso de todas as coisas que estão neste mundo deve ser comum a todos os homens. A iniqüidade foi que permitiu que um dissesse: isto é meu; e o outro: isto me pertence. Deste fato proveio a discórdia entre os mortais*".

Entretanto, mantendo-se numa atitude ordeira, marca de todo os letrados do Brasil Império, Antonio Pedro de Figueiredo retirou do socialismo a aresta incômoda da luta de classes: "*a fórmula geral da escola socialista a que pertenço, é a realização progressiva do princípio cristão da liberdade, igualdade e fraternidade, efetuada sem violência*"[194].

O fato dos letrados Tobias Barreto e Antonio Pedro de Figueiredo ainda depender de mecenas é devido ao precário estado da cultura em geral e das

191 QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.15.
192 CARVALHO, A. F. Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1908.
193 Dentre os principais jornais católicos recifenses destacamos: A religião (1862); O Católico (1872); A união (1972); Cáritas, Caridade (1874); O Estudante Católico (1875); A Santa Cruz (1871).
194 FIGUEIREDO, Antonio Pedro. O Progresso. Recife apud QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.153. AUTRAN, Pedro. Antonio Pedro. A União. Recife apud QUINTAS, A. O sentido social da Revolução Praieira. RJ: Ed. Civilização Brasileira, p.152.

instituições intelectuais. Aspectos vistos nos parágrafos anteriores, nos seguintes termos: *instituições culturais e espaços acadêmicos eram raros e, quando existentes, eles estavam muito próximos do poder político*.

Não obstante a este quadro, a presença de um letrado-mulato nos cargos públicos usualmente preenchidos por brancos e o fato do seu mecenas pertencer a uma das três famílias mais poderosas da nobreza rural pernambucana, sugere que estavam em processo algumas mudanças na estrutura social pernambucana.

A nova configuração social que se estruturava foi catalisada pelo processo de urbanização, que lentamente delineou uma formação social adensada pela presença de grupos sociais com estilo de vida diferente daquele, comumente aceito pelos senhores rurais. Como aponta Gilberto Freyre, os novos hábitos internalizados pelos novos grupos sociais em ascensão viriam da:

> Europa burguesa de onde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais (...) novos valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. De uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis talvez mais que a dos negociantes ou industriais[195]

Há um paradoxo no fato de o mecenas, um poderoso senhor rural, conceder a Antonio Pedro de Figueiredo um tipo de prebenda política usualmente destinada a indivíduos brancos e bem-relacionados politicamente.

A compreensão deste paradoxo pode ser entendida como sintoma da valorização das competências intelectuais, num universo social em que os senhores rurais, ainda politicamente poderosos, ocupavam posições políticas relevantes, mas sentiam-se ameaçados e inseguros diante da ordem burguesa que se instaurava.

Neste sentido, o processo de urbanização introduziu novos grupos sociais e novas ocupações, em parte estranhas aos senhores rurais, como bem observa Fernando de Azevedo:

> A escolha das profissões liberais que passaram a ter uma supremacia evidente, como ocupações nobres, sobre todas de caráter técnico, manual e mecânico (...). Em nossa elite, porém, quase sempre inteiramente constituída

195 FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. SP: Global, 2003, p.712.

> de advogados, médicos e engenheiros, foram aqueles bacharéis e doutores, que adquiriram na hierarquia interprofissional, maior autoridade e prestígio[196]

Ainda assim, a ordem patrimonialista foi reproduzida em alguns dos seus aspectos. Haja vista a distribuição de prebendas, nas suas diferentes modalidades, passar pelas mãos dos senhores rurais, presentes em postos chaves do *establishment imperial* e, por sua vez, o próprio Estado Imperial nunca ter abandonado o sistema de distribuição de prebendas políticas e econômicas.

Neste sentido, não houve letrado que tenha ascendido profissionalmente sem apoiar-se nas cartas de indicações e concessões de prebendas. Nem mesmo os grandes escritores Machado de Assis e José de Alencar.

196 AZEVEDO, F. de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963, p.295.

Capítulo III – Carreira intelectual: uma escolha condizente com os níveis dos capitais e as histórias de vida dos letrados da Primeira Geração Romântica e da Escola do Recife

Percebe-se depois de 1840 que se tornaram raros os exemplos de letrados bem-sucedidos na atividade literária e ao mesmo tempo na atividade política ou religiosa, como frequentemente aconteceu no período colonial com José Bonifácio de Andrada e Silva, Basílio da Gama, Frei Santa Rita Durão, Frei de São Carlos e Domingos Borges Barros. De certo modo, todos estes letrados realizaram-se tanto na literatura como na vida burocrática, religiosa ou política.

Nestes primeiros momentos, em que se emoldurava a vida literária entre melhoras institucionais bem acima daquelas encontradas no Brasil Colônia e as produções literárias internamente alçavam patamares mais elevados, a imbricação entre a vida literária e a vida política constituía-se no maior obstáculo ao desenvolvimento da atividade literária.

Isso em grande parte, devido ao drama dos letrados em dar conta da elevação da qualidade das suas obras literárias e ao mesmo tempo fazer face ao imperativo de viabilizar as suas carreiras políticas ou as suas carreiras público-burocráticas. De certa forma, era este o percurso em geral a ser seguido pelos letrados na luta pela sobrevivência, num meio social ainda sem as esferas culturais consolidadas e, de um ponto de vista sociopolítico mais amplo, num universo de ordem patrimonialista.

O desejo de conjugar a vida intelectual com a atividade política ou a necessidade de viabilizar a carreira intelectual com a carreira público-burocrática representou, em termos gerais, uma força inercial para retardar o progresso da vida literária.

De um lado, o emprego no serviço público e a ação do Estado Imperial, materializada por meio da distribuição de prebendas políticas e econômicas, criaram condições para o exercício das letras. Por outro lado, estas soluções imprimiram, ao mesmo tempo, retrocesso ao crescimento das letras, na medida

em que o Estado distribuía cargos e recursos primordialmente pautando-se na lógica do afeto e no quantum de capital de relações sociais mobilizado por cada indivíduo.

De tal modo que se impunha a todos os letrados, por meio de diferentes mecanismos, ou a dependência direta do mecenato do Imperador Pedro II ou de alguma forma de prebenda dispensada pelas instituições burocráticas imperiais. Este estado de coisas tornou-se tão generalizado entre nós, que não é temerário afirmar: − *não houve letrado de Gonçalves de Magalhães a Machado de Assis capaz de se colocar acima deste horizonte. Todos foram prebendados do Estado*.

De certa forma, o drama entre calibrar a vida intelectual e a vida político-burocrática foi agudo para aqueles letrados bem-sucedidos nas letras como Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Gonçalves Dias. Menos dramático, para alguns letrados que em dado momento das suas vidas trocaram as letras pela carreira política como Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva, Torres-Homem, Porto-Alegre e Januário da Cunha Barbosa.

Enquanto para outros a relação entre a carreira intelectual e a carreira político-burocrática resultou no fracasso das suas histórias de vida, como ocorreu com Tobias Barreto, Antonio Pedro de Figueiredo, Manuel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães e Franklin Távora.

Domingos Gonçalves de Magalhães representa o caso típico do letrado que reunia heranças familiares em níveis avançados de desagregação e limitados capitais de relações sociais e econômicos para alavancar-se em carreiras dirigentes. Em decorrência disto, num primeiro momento, aproximou-se da carreira intelectual, cuja procura não se situava entre as ocupações aspiradas pelos indivíduos advindos das frações dos estratos estratégicos.

Num segundo momento, Magalhães, já próximo do poder político, acumulou capitais de relações sociais num patamar elevado. Isto lhe permitiu seguir, dentro do Estado, por uma trajetória de carreira burocrática ascendente, que foi deslanchada no exercício de cargos e postos públicos estratégicos.

Sob o ponto de vista pessoal, ele foi bem-sucedido, pois ascendeu tanto social como economicamente, preenchendo cargos e postos públicos relevantes

(Secretário de Estado e funções diplomáticas nas principais capitais europeias). Analisado sob o aspecto literário, a maior dedicação à vida político-burocrática impediu-lhe de acompanhar as inovações introduzidas na literatura por Gonçalves Dias, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo.

Daí as produções literárias de Magalhães aparecerem publicadas em patente descompasso com as inovações introduzidas na poesia e na prosa. Como a exemplo da sua epopéia "*A confederação dos Tamoios*" (1856), que lhe custou a amarga experiência de ver a sua "autoridade literária", conquistada nos anos de 1830, ser rebaixada publicamente nos anos de 1850. Por sinal, foi tamanho o rebaixamento por ele sofrido que tornou inviável a sua continuidade na literatura, fazendo, por sua vez, com que migrasse para os estudos filosóficos.

A posição de destaque de Gonçalves de Magalhães na vida cultural brasileira foi conquistada, primeiro, com a publicação da *Revista Niterói* em Paris, precisamente com o "*Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*" (1836).

Nesse artigo, Magalhães foi além dos trabalhos anteriores de Sismonde de Sismondi e Bouterwek ao sugerir um "projeto" nacional para as letras, a ser construído nos termos:

(**a**) de uma historiografia literária capaz de recuperar obras e autores desde o período colonial, como se fossem partes integrantes da literatura brasileira e não portuguesa;

(**b**) e a proposta de superação dos temas neoclássicos pela introdução de temas românticos nacionais.

Outros aspectos que reforçam a posição de "autoridade literária" de Magalhães foram as publicações de "*Suspiros poéticos e saudades*" (1836)[197] e da tragédia "*Antônio José ou o poeta e a inquisição*" (1838), uma peça de teatro escrita em gênero clássico (uma tragédia) apesar do romantismo europeu já pregar a substituição deste gênero pelo gênero dramático.

Ainda que "*Antônio José ou o poeta e a inquisição*" fosse uma tragédia, Gonçalves de Magalhães foi além dos neoclássicos ao propor uma peça teatral em que a personagem era brasileira; o desenrolar da trama se dava em parte no Brasil; e, melhor, foi encenada por atores nacionais em sua maioria, num teatro nacional e contou com concorrida presença do público da Corte.

Tudo isso, num momento em que ainda pairava soberana a cultura neoclássica em todos os segmentos da vida cultural brasileira, inclusive no teatro, com apresentações, ainda que raras e mal-encenadas, de peças clássicas do teatro grego e europeu.

Com Gonçalves de Magalhães e os seus companheiros, a história da intelectualidade brasileira viu a ação de um grupo literário solidário, coeso e ideologicamente aproximado pelo desejo de realização de um "projeto" literário nacionalista e civilizador.

O projeto fora proposto por Gonçalves de Magalhães, que no entender da Primeira Geração Romântica era o "chefe" e também o fundador "de uma nova escola literária", no dizer de Pereira da Silva. O "chefe de uma revolução toda literária, que marcava nos anais da literatura do novo mundo uma época brilhante da poesia", isto segundo as palavras do incansável trabalhador pelas letras nacionais, Joaquim Norberto.

197 O livro foi publicado em Paris em 1836 pela editora Dauvin et Fountaine. Consiste numa coletânea de cinquenta poesias distribuídas em quase 400 páginas, que tratam de temas variados, desde a "saudade" até a queda de "Evaristo Ferreira da Veiga" e a derrota de "Napoleão em Waterloo". Apesar de na "Advertência" (LEDE) propor-se a romper com "as musas do Hélicon", manteve-se no mais contumaz estilo neoclássico de versificar: "As Ruínas de Roma" (XXII); "O Cárcere de Tasso" (XXIX); "Uma noite no Coliseu" (XXVII) dentre outras. Além do mais, os versos foram escritos dentro do mais corrente português de Portugal. "Suspiros poéticos..." não supera o "Discurso sobre a história da literatura do Brasil", pelo fato do segundo retomar o debate sobre a existência ou não de uma literatura brasileira; e apontar com clareza pontos que foram tomados na construção do projeto literário nacional romântico. MAGALHÂES, D. J. G. Suspiros poéticos e saudades. RJ: Min. da Educação, 1939 (Prefácio Sérgio Buarque de Holanda e Advertência LEDE).

Para Santiago Nunes, Magalhães seria nas letras "o seu representante legítimo e natural". Por sua vez, para Porto-Alegre, escrevendo na *Revista Guanabara* − o último reduto literário do grupo − seria Magalhães "o Garrett brasileiro, e para melhor o dizer, o fundador da nova escola. Foi ele que contrabalançou a glória do poeta português, precedendo [o] na reforma do teatro, com duas tragédias"[198].

O reconhecimento da autoridade e da precedência literária de Magalhães tinha fundamentos objetivos, que estavam alicerçados no seu "projeto" literário e civilizatório esboçado na *Revista Niterói*. Este projeto foi desdobrado efetivamente pelos seus companheiros Joaquim Norberto, Adolfo de Varnhagen, Pereira da Silva, Porto-Alegre, Torres-Homem e Santiago Nunes, em torno de alguns aspectos já tão repisados: a consolidação de uma historiografia literária brasileira; a substituição dos temas neoclássicos em literatura por temas românticos nacionais; a invenção de uma tradição do Estado-Nação Imperial; e a maior aproximação da literatura francesa em detrimento da portuguesa[199].

À exceção das divergências sobre o indianismo, encabeçadas pelo erudito e iluminista Varnhagen, a Primeira Geração Romântica permaneceu por quase uma década apontando novos caminhos literários e na dianteira das inovações em literatura.

Os integrantes da Primeira Geração Romântica sempre estiveram muito afinados ideologicamente na defesa do seu projeto literário nacionalista, como se pode perceber nas *Revistas Niterói* (1836), *Minerva Brasiliense* (1843−45) e na *Revista Guanabara* (1849−1855). Esta última sob a direção de Porto-Alegre, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo (1ª fase da Revista Guanabara).

As três revistas cobriram o período de 1836 a 1855; porém, a partir de 1845, o grupo dava mostras de esvaziamento. Certamente, provocado pela sua menor

198 Respectivamente as citações são: PEREIRA DA SILVA, J. M. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836; SILVA, J. N. S. História da literatura brasileira. In: SILVA, J. N. S. Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos. Edição e notas de José Américo Miranda. BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2001, p.75−78; 159−160;164; RIBEIRO, S. N. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: MB. RJ, t.I, v.1, p.23, (01) nov. 1843; PORTO-ALEGRE, M. J. A. Revista Guanabara. RJ, t. II, p.42.

199 Ver estes aspectos desenvolvidos nos capítulos I e II.

dedicação às letras em contraposição ao seu maior envolvimento com os trabalhos nos cargos burocráticos e postos políticos.

Varnhagen seguiu pela carreira diplomática na Europa a partir de 1847 e morreu na Áustria em 1878, a serviço da diplomacia. De 1840 a 1888, Pereira da Silva trocou a docência pela carreira política. Primeiro, como deputado e depois como Senador do Império. Por sua vez, Manuel de Araújo Porto-Alegre, inicialmente dedicado à carreira intelectual, posteriormente ingressou na carreira diplomática em 1858 e morreu na Europa a serviço da diplomacia.

Torres-Homem aproximou-se do poder em 1850 e a partir daí descreveu uma carreira política ascendente: deputado, senador e, por fim, Ministro de Estado do Império. Gonçalves de Magalhães, de 1838 a 1841, e de 1842 a 1847 foi respectivamente Secretário de Estado no Maranhão e no Rio Grande do Sul. A sua entrada na carreira diplomática deu-se depois de 1847.

Mesmo sendo a precedência de Gonçalves de Magalhães em literatura mais de "mérito cronológico" do que em razão das suas inovações literárias, na observação de Bosi, a sua figura como letrado era de uma "autoridade literária", pelo menos até os anos de 1850. E bem poderia permanecer como tal na história da literatura brasileira, se Magalhães não tivesse retornado à vida literária, desatualizado das novas técnicas literárias e das conquistas literárias introduzidas por José de Alencar e Gonçalves Dias.

Como veremos no próximo item, as suas defasagens literárias parecem coincidir com o seu maior envolvimento em cargos burocráticos relevantes. Primeiramente, como Secretário de Estado no Maranhão e no Rio Grande do Sul e, posteriormente, com a sua opção de seguir pela carreira diplomática a partir do ano de 1847 (Rússia, Espanha, Áustria, Argentina, Estados Unidos, Santa Sé). Por sinal, morreria no ano de 1882, também na Europa, em missão diplomática, assim como alguns dos seus colegas integrantes do "*grupo dos contentes*".

A aproximação de Gonçalves de Magalhães da carreira burocrática e diplomática descortinou-se aos poucos e parece distanciar-se do seu ensejo primeiro de dedicar-se mais às letras e à docência. Basta relembrar que a sua

trajetória de carreira profissional iniciou-se com o curso de Belas-Artes da Academia do Rio de Janeiro, onde Debret era então docente.

Porém, abandonaria o curso para enfim diplomar-se em medicina (1832). Formado numa profissão com alguma projeção social, ainda assim manifestaria anseios acadêmicos, tanto que viajou em 1832 para Paris em busca de se especializar em Medicina, e o sentido mais apropriado de uma especialização durante o Império era a docência.

De certa forma, a vida intelectual era a carreira mais condizente para homens como Gonçalves de Magalhães e os seus companheiros da Primeira Geração Romântica: formados em profissões liberais e obstruídos de ascender na vida política e público-burocrática durante os anos de 1830.

Isto porque a chegada destes intelectuais coincidiu com o momento político da Independência, que ainda surtia os seus efeitos, e do governo das Regências. Dois eventos políticos que marcaram o contexto nacional pela instabilidade sociopolítica, a qual, por sua vez, veio acompanhada de novos realinhamentos dos grupos políticos.

A Primeira Geração Romântica no contexto da crise sociopolítica Pós-Independência e do governo das Regências

Tanto Magalhães como o seu amigo Manuel José de Araújo (mais tarde acrescentou ao seu nome Porto-Alegre) assemelhavam-se pela falta de recursos econômicos. Neste sentido, os seus estudos em Paris somente tornaram-se possíveis graças a ajuda de políticos como Evaristo da Veiga e José Bonifácio de Andrada e Silva.

Evaristo da Veiga garantiu, por meio de uma carta de apresentação endereçada ao almirante francês Grivel, a passagem de Porto-Alegre, sem nenhum ônus, à Europa, em navio francês. Enquanto José Bonifácio de Andrada e Silva assegurou-lhe junto do Estado Imperial “a quantia de 400 mil-réis fortes”[200].

Foi graças ao político fluminense e amigo de José Bonifácio de Andrada e Silva, Luís Meneses de Vasconcelos Drummond que Porto-Alegre recebeu a

200 BROCA, B. Românticos, pré-românticos e ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro. Prefácio de Alexandre Eulálio. SP: Livraria e Editora Polis, 1979, p.60.

quantia de vinte mil francos. Com esta quantia, Porto-Alegre custeou, em Paris, a publicação do livro "*Suspiros poéticos e saudades*", de Gonçalves de Magalhães, bem como ainda bancou a estadia do amigo até ser este nomeado como adido de legação em Paris, em 1836. Cargo conquistado por Magalhães pelas mãos do Conselheiro José Joaquim da Rocha (1777–1848).

Na Europa, onde ficaria até 1837, Magalhães deu pouca atenção aos estudos de medicina. Neste sentido, viajou pela Europa Ocidental a passeio; empenhou-se em estabelecer contados com intelectuais românticos europeus; fundou uma revista de literatura em 1836, a *Revista Niterói*; publicou um livro de poesias aproximado dos temas românticos: "*Suspiros poéticos e saudades*" (1836); e, quando retornou ao Brasil, assumiu em 1838 o cargo de professor de filosofia do Colégio Pedro II.

Em geral, as carreiras de medicina e de engenharia ofereciam certa projeção social e algum retorno econômico. Todavia, não resultavam em retornos simbólicos e econômicos como a carreira de bacharel, que era usualmente aspirada por indivíduos advindos dos estratos dirigentes, por ocupar hierarquicamente o topo dentre as carreiras de posição de mando.

Guardadas as devidas proporções dentro de um Estado Patrimonialista em que o peso das boas relações sociais era imprescindível para os indivíduos ascenderem nas carreiras, tanto os diplomados como aqueles sem qualquer formação acadêmica, a carreira de bacharel oferecia retornos econômicos e simbólicos consideráveis, tanto na vida pública (Ministros de Estado, Secretários de Estado, promotoria, magistratura, diplomacia) como na vida política (Senadores, Deputados pela Assembléia Geral, Lideranças partidárias, Conselho de Ministros do Império).

Na medida em que acelerava o declínio dos senhores rurais, observava-se escassear a presença de indivíduos sem formação de nível superior nos postos chaves do *establishment Imperial*. Neste aspecto, podemos constatar dentro da primeira metade do século XIX, delinear-se como raro encontrar homens de projeção político-administrativa e na direção intelectual e moral da nação sem alguma formação de nível superior.

Em geral, os grandes nomes da elite política na primeira metade do século XIX eram também indivíduos com formação superior. Por exemplo, a Trindade Saquarema (o Visconde de Itaboraí, Rodrigues Torres; o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa; e Eusébio de Queirós), Nabuco de Araújo, Saraiva, Zacarias de Góes, Cotegipe, Paraná, Visconde do Rio Branco, Honório Hermeto Carneiro Leão entre outros[201].

Os letrados integrantes da Primeira Geração Romântica (Gonçalves de Magalhães, Adolfo de Varnhagen, Pereira da Silva, Joaquim Norberto, Porto-Alegre e Torres-Homem) descreveram trajetórias profissionais assemelhadas: *iniciaram as suas histórias de vida em carreiras intelectuais (a docência e o cultivo das letras). Logo, em carreiras de posição dominada.*

Nesta condição, eles permanecerão durante a década de 1830, como consequência dos obstáculos por eles encontrados no sentido de ascenderem em carreiras políticas e dirigentes. Todavia, aproximados do poder político nos anos de 1840, com a chegada de Dom Pedro II ao poder, eles reconverteram as suas carreiras para cima por meio de carreiras político-burocráticas.

Os intelectuais da Primeira Geração Romântica pertenceram à geração nascida entre as novidades estrangeiras e o prestígio inédito alcançado pela cultura trazida pela Corte de Dom João VI. Tanto que se formaram na *Escola de Medicina do Rio de Janeiro*[202] (criada em 1813), na *Academia Real Militar* (1810) e na *Academia de Belas Artes* (1820). De fato, todas estas instituições de ensino foram criadas após a chegada da Corte de Dom João VI.

Ao mesmo tempo, a Primeira Geração Romântica viveu a experiência da instabilidade sociopolítica ocorrida com a Independência e as Regências. Quando se deu a Independência do Brasil (1822), eles tinham em média 12 anos. Exceto Adolfo de Varnhagen e Araújo Porto-Alegre, os outros integrantes

201 Com base em levantamento estatístico que cobre os períodos de 1822 a 1889, José Murilo de Carvalho esclarece que o nível educacional dos Ministros e Senadores era muito alto. Ainda segundo o seu estudo, seria mesmo a educação "uma marca distintiva da elite política" e burocrática nacional. CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.63-72.

202 Domingos Gonçalves de Magalhães e Sales Torres-Homem eram formados em medicina, como também Joaquim Manuel de Macedo e Manuel Antônio de Almeida. Manuel Araújo Porto-Alegre era formado em Artes, ainda que também Gonçalves de Magalhães tivesse iniciado a graduação em Artes. Adolfo de Varnhagen era engenheiro militar, como também fora a carreira inicialmente de Araújo Porto-Alegre, depois trocada pelas artes.

da Primeira Geração Romântica nasceram na Corte, onde presenciaram de perto os momentos finais da dominação política portuguesa.

Chegados à idade média de 22 anos, já estavam formados e em busca de colocação profissional. No entanto, o momento político-econômico não era dos melhores. A vida política estava atravessada pelo sentimento de insegurança e incerteza: havia tanto a subida meteórica de uns líderes políticos como a queda humilhante de outros e o cenário social estava conturbado, em parte, pelos movimentos separatistas e os movimentos sociais de resistência à monarquia. Eram os tempos da Regência[203].

Foi dentro deste período de incertezas políticas e de descontentamentos sociais que os integrantes da Primeira Geração Romântica iniciaram as suas carreiras profissionais. Eles chegaram como indivíduos detentores de capitais econômicos e de relações sociais situados em níveis medianos, tanto que se formaram em algum curso superior. Todavia, os seus capitais não eram elevados o bastante, por exemplo, a ponto de lhes permitir que graduassem em Direito, senão em carreiras hierarquicamente menos significativas como a carreira de medicina e, bem mais rebaixada, a carreira de artista.

Neste aspecto, como vimos anteriormente, as viagens à Europa de Gonçalves de Magalhães e de Araújo Porto-Alegre só se tornaram possíveis pela mobilização de indivíduos ligados à elite política do Primeiro Reinado, cuja ação foi materializada por meio de bolsas de estudos e de verbas de ministério, garantidas por José Bonifácio de Andrada e Silva e Evaristo da Veiga. Com isto, o grupo literário de Gonçalves de Magalhães demonstrou possuir capitais de relações sociais em bons patamares.

Contudo, estes capitais não eram suficientemente elevados a ponto de lhes permitir alguma arrancada de envergadura na carreira política. Entre a Independência e a Maioridade de D. Pedro II, era alto o nível de disputa entre os líderes políticos, em razão do grau de instabilidade do quadro sociopolítico nacional. Daí, os atores políticos ficarem sujeitos, em curtíssimo espaço de

203 Para a contextualização do momento político em que se criaram as Regências, como uma solução política encontrada para corrigir o vazio institucional com a abdicação de D. Pedro I; e o crescente aumento da polarização entre o grupo dos federalistas e dos republicanos, contrastados com os “adeptos do absolutismo”, ver BEIGUELMAN, P. Formação Política do Brasil. SP: Livraria Pioneira, 1967, p.53−68.

tempo, tanto ao rebaixamento como à elevação. Haja vista a derrota de Evaristo da Veiga[204] e a ascensão de Aureliano de Sousa Coutinho com a abdicação de Dom Pedro I.

O ensino surgiu como a possibilidade profissional mais compatível com o nível dos seus capitais, com as suas histórias de vida e com o contexto de crise sociopolítica do Brasil das Regências. Concretamente, o Colégio Pedro II (criado em 1838)[205] foi a instituição de ensino mais procurada pelo grupo da Primeira Geração Romântica. Nele, foram docentes Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Santiago Nunes.

Os bons ventos só chegaram ao grupo dos primeiros românticos com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB (1838) e com a "Maioridade" de D. Pedro II[206].

Conquistada a "Maioridade", a "Lei da Regência" caiu e o Poder "Moderador foi restaurado na plenitude dos seus poderes constitucionais". O Poder Moderador concedia, até mesmo como parte da sua prerrogativa, a possibilidade de dissolver a Câmara dos Deputados. De tal modo que aquele partido chamado ao poder pelo "Moderador" recebia em suas mãos grande apoio político para se sustentar.

Às avessas do processo parlamentarista clássico, o "legislativo se tornava uma criação do Executivo, ganhando a disputa partidária uma nova dimensão"[207]. Daí, José Murilo de Carvalho afiançar que "até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil"[208], pois a delineação dos partidos políticos somente

---

204 A derrota política de Evaristo da Veiga delineou-se progressivamente. Ela resultou do crescente choque de Evaristo da Veiga contra os seus antigos correligionários Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto, os quais se alinharam cada vez mais à política centralizadora e de seqüestro dos direitos do indivíduo, por fim, expressas no Ato Adicional. Na ocasião, Gonçalves de Magalhães escreveu um poema em defesa do protetor decaído: "Como posso louvar-te, ilustre Veiga/Caíste, enfim caíste! Mas com glória!/Caíste, mas sem nódoa..." MAGALHAES, D. J. G. Evaristo Ferreira da Veiga (poesia XXXVII). In MAGALHAES, D. J. G. Suspiros poéticos e saudades. RJ: Min. da Educação, 1939, p.255.

205 O Colégio Pedro II foi superposto a uma instituição de ensino que era voltada à educação de meninos pobres. Ao contrário da antiga instituição, o Colégio Pedro II era destinado em "especial aos filhos de famílias ricas que se preparavam às escolas superiores; e também formava bacharéis em letras" CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.60.

206 BEIGUELMAN, P. Formação Política do Brasil. SP: Livraria Pioneira, 1967, p.68−72.

207 BEIGUELMAN, P. Formação Política do Brasil. SP: Livraria Pioneira, 1967, p.69.

208 CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.158.

se deu nos anos de 1840 com a "Maioridade". Momento em que, grosso modo, de um lado, Restauradores e Liberais Monarquistas filiaram-se ao Partido Conservador e, do outro lado, Republicanos e Liberais ao Partido Liberal[209].

Nos anos de 1840, alguns dos integrantes da Primeira Geração Romântica filiaram-se ao Partido Conservador e aproximaram-se ainda mais do Imperador Dom Pedro II por meio das suas participações no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB. Antes mesmo da criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB, o grupo já estava envolvido, como se pode perceber por meio das *Revistas Niterói* e *Minerva Brasiliense*, com a tarefa de "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos"[210]. Aspectos já observados nos capítulos I e II.

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB ofereceu à Primeira Geração Romântica mais do que incentivo intelectual. Abriu-lhes as portas de uma agremiação essencialmente integrada por indivíduos aproximados por "relações sociais", na medida em que eram recrutados à maneira das "sociedades da Corte".

O recrutamento estabelecido pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB não estava consolidado em "critérios acadêmicos" e na "suposta competência nas suas áreas de atuação", como analisa Lilia Schwarcz[211] e cuja posição é compartilhada por Maria Alice Rezende de Carvalho, ao analisar o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB como um "salão elegante de atividade política cortesã"[212].

A composição social do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB, mesmo nos seus primeiros dez anos de existência, parece ser complexa. Os seus integrantes eram socialmente heterogêneos: havia tanto indivíduos ocupando "posições de destaque na hierarquia interna do Estado", tais como Ministros do

209 Sobre a delineação dos partidos imperiais nos anos de 1840; as plataformas políticas dos Partidos Conservador e Liberal; as dissidências intrapartidárias que levaram à criação do Partido Progressista em 1864 e posteriormente do Partido Republicano (1870) ver em CARVALHO, J. M. Capítulo VIII. Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia. In: CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.158−171.
210 SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. SP: Cia das Letras, 1993, p.99.
211 SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. SP: Cia das Letras, 1993, p.100−101.
212 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.136−137.

Supremo, desembargadores, Conselheiros de Estado e Senadores; como havia também professores, proprietários de terra, religiosos e profissionais liberais.

Acresce-se que a Primeira Geração Romântica, quase toda nascida na cidade do Rio de Janeiro, engrossa a tese do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB prioritariamente exercer a função de "consagração da elite local"[213].

Ao mesmo tempo, a presença no interior do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB de um grupo social marginalizado politicamente, que estava obstruído de descrever trajetórias políticas ou mesmo trajetórias em outras carreiras de posição de mando, reforça a ideia de que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB era um espaço institucional representativo da presença de pequenos grupos em torno do "monarca ilustrado".

Neste sentido, os integrantes da Primeira Geração Romântica eram jovens letrados motivados pela aspiração de construir um projeto literário nacionalista, que cada vez mais foi assumido como (**a**) tarefa de construção de uma história da Nação e da invenção (**b**) de uma tradição imperial.

Tornar-se-iam tanto mais ideologicamente assemelhados com as suas entradas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB. Isto porque, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB lhes oferecia mais do que oportunidades acadêmicas, ao concorrer com ajuda financeira e ótimas oportunidades de ampliação das suas "relações sociais", aspectos cuja importância era central para alavancar os capitais de relações sociais.

A ampliação das "teias de relações sociais"[214] era estratégica numa sociedade patrimonialista em que o *mérito* e o *favor* não estavam dissociados, antes unidos, e eram centrais para o sucesso dos indivíduos. Afinal, havia a ausência de instituições acadêmico-intelectuais que estivessem distantes do poder político, bem como faltavam instituições culturais capazes de oferecer simultaneamente, como no caso Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB, retorno simbólico e econômico no curto e longo prazo.

213 SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. SP: Cia das Letras, 1993, p.105.
214 SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. SP: Cia das Letras, 1993, p.101.

O fato dos primeiros românticos formarem-se, em geral, nas Faculdades de Medicina e de Artes, poderia levar a um menor envolvimento com o nosso processo de formação de um Estado centralizador e pouco aberto à ação dos grupos políticos e sociais[215]. Todavia, nós observamos que o grupo estava afinado ideologicamente com a proposta política oficial de construção de uma Nação monárquica; ordeira; geopoliticamente unificada; e muito atarefados em descobrir as singularidades da nossa formação social e étnica entre as grandes civilizações ocidentais.

O exercício de cargos e postos públicos relevantes, preenchidos em geral pela Primeira Geração Romântica na carreira diplomática, reforçou ainda mais a "*homogeneidade ideológica*" entre os seus integrantes. Isto porque o peso do treinamento no exercício de carreiras burocráticas do Estado Imperial[216] aproximou-os dos letrados bacharéis, usualmente envolvidos no projeto de construção do Estado Imperial.

Neste aspecto, concorreu o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB para esta maior unidade ideológica, pois como já observamos anteriormente, esta agremiação era um espaço de disputas políticas "onde reconhecidamente prevaleciam sistemas de privilégios e a proliferação de interpretações morais do mundo"[217].

De tal forma que a mobilização pela obtenção de prebendas e de recursos estamentais, conquistadas por meio das relações sociais cultivadas pelos românticos dentro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB, reforçou, por um lado, a unidade ideológica entre os indivíduos e, por outro lado, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB funcionou como um espaço estratégico para os integrantes da Primeira Geração Romântica viabilizarem as suas carreiras em posição de mando.

A reconversão de carreiras, realizada pela Primeira Geração Romântica, foi decisiva para o sucesso das suas histórias de vida. Se não fosse processada, possivelmente eles amargariam o final de muitos homens dedicados às letras.

---

215 CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.23−40.
216 CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.32.
217 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.136.

O que se deve, entre outros aspectos, ao fato da *carreira intelectual ser um mau negócio do ponto de vista econômico, por comportar a possibilidade de oferecer retornos simbólicos aos bem-sucedidos, mas não retornos econômicos*.

Neste sentido, nem mesmo escritores da envergadura de José de Alencar e de Machado de Assis, os primeiros letrados que assinaram contratos literários com as editoras, puderam viver unicamente do cultivo das letras, apesar das mudanças para melhor, com o aumento do público consumidor de bens culturais e com os progressos observados no mercado editorial e de periódicos no século XIX.

A escolha de carreiras e ocupações de mando como sintomática entre os indivíduos bem-nascidos

Apesar de Gonçalves de Magalhães ter exercido cargos e postos públicos relevantes, a sua trajetória de carreira profissional, bem como a dos seus companheiros de grupo literário, comparativamente não se enquadra no perfil dos indivíduos pertencentes aos estratos estratégicos. Em parte porque estes se ocuparam quase sempre de posições dirigentes e evitaram as carreiras intelectuais.

Dentro dos grupos dominantes havia uma fração de indivíduos que seguiu por trajetórias de carreiras profissionais muito assemelhadas, a exemplo de Joaquim Nabuco de Araújo (1849/Pernambuco – 1910/Washington), Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas (1854/Bahia – 1901/Paris) e o Barão do Rio Branco (1845/Rio de Janeiro – 1912/Rio de Janeiro).

Eles herdaram das suas famílias boas condições econômicas e excelentes relações sociais. Os seus pais chegaram à velhice exercendo cargos de senador, Conselheiros do Império, chefes de partido político e como prestigiadas autoridades políticas nacionais, como José Tomás Nabuco de Araújo (1813−1878), Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831−1894), pai de Rodolfo Dantas e o Visconde do Rio Branco (1819−1880).

A deputação destes homens bem-nascidos, sempre antes dos 30 anos para cargos e postos políticos cobiçados, dá mostra das boas relações sociais por eles herdadas das suas famílias. Neste aspecto, apesar de Joaquim Nabuco

eleger-se aos 29 anos (1878, no mesmo ano da morte do seu pai), Carolina Nabuco, no seu livro "A vida de Joaquim Nabuco", assegura que a eleição do seu pai (Joaquim Nabuco), como deputado à Assembléia Geral, foi imposta ao Partido Liberal pernambucano.

A indicação de Joaquim Nabuco como deputado deu-se por força dos laços de amizade, relações familiares da mãe de Joaquim Nabuco com as oligarquias pernambucanas e a lealdade do Barão de Vila Velha (Domingos de Sousa Leão) ao antigo "aliado político", o senador Nabuco[218]. Joaquim Nabuco representava a quarta geração ininterrupta da sua família na política.

Rodolfo Dantas, por sua vez, em 1882 tornou-se Ministro da Justiça aos 28 anos, durante o Gabinete de Martinho Álvares da Silva Campos. Já o Barão do Rio Branco estreou na carreira diplomática aos 24 anos, quando foi nomeado Secretário da "Missão Especial ao Rio da Prata e ao Paraguai" (1869), chefiada por seu pai.

Percebemos nas suas histórias de vida certa regularidade: *a de evitar as carreiras intelectuais, em particular, a docência e a dedicação às letras*. Os textos produzidos por eles, quase sempre, retomam temas ligados aos altos cargos por eles ocupados. Em geral, foram elaborados em base a pareceres e estudos sobre a integridade geopolítica da nação; procedimentos e despachos burocráticos da Justiça; e sobre questões de litígios internacionais sobre as nossas fronteiras.

Neste sentido, são ilustrativos os textos produzidos por Nabuco: "*The share of America in civilization*" (1909), "*A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*", "*La guerra del Paraguay*" (1901), "*Balmaceda*" (1895), "*The approvach of the two Americas*".(1908)[219].

---

218 NABUCO, C. A vida de Joaquim Nabuco. 5ª edição. RJ: José Olympio; Brasília, INL, 1979, p.46.

219 Sobre os relatórios e pareceres do Barão do Rio Branco ver: Rio Branco. RJ: Min. das Relações Exteriores, 1945; VIANA FILHO, L. A vida do Barão do Rio Branco. RJ: José Olympio, 1959 e LINS, A. O Barão do Rio Branco. RJ: José Olympio, 1945. Sobre Rodolfo Dantas, apesar da curta e destacada ascensão profissional como Ministro, há pouco material salvo: DANTAS, R. E. S. Correspondência de Rodolfo E. de Sousa Dantas. Org. e notas Américo Jacobina Lacombe. RJ: Casa Rui Barbosa, 1973. Acerca dos seus despachos como Ministro da Justiça, ver DANTAS, R. E. S. Despachos e discursos.
Disponível:<http://biblioteca.senado.gov.br:8991/F/D1XI4QMBEE5XPF419E47IQPUDKTDPA43BNE9PQJKX8QAR288IL-00402?func=short-previous>. Acesso em 18 nov. 2008.

Se bem que Joaquim Nabuco fuja dentro de certo aspecto à regra ao produzir alguns textos literários como a "*Polêmica Alencar-Nabuco*"[220] (1875), "*Minha formação*" (1900) e as suas conferências sobre "*Camões*"[221].

Do ponto de vista literário, a "Polêmica" entre José de Alencar e Joaquim Nabuco representou um testemunho do processo de transição literário entre o romantismo e o realismo, bem como fazia parte da pressão dos segmentos literários da Corte (Taunay) e das províncias (Franklin Távora, Bernardo Guimarães e Inglês de Sousa) para que as narrativas românticas fossem além do Indianismo, pela recorrência aos temas regionalistas.

"Minha formação" é um livro rico por seu valor histórico-político-literário. Como memória, ele cumpre a máxima: é um gênero visado por personalidades políticas consagradas diante "dos primeiros sintomas de uma baixa na cotação de seu prestígio"[222].

De fato, Joaquim Nabuco, apesar de publicar as suas memórias quando já havia retornado ao poder político durante a República, o livro foi escrito durante os anos do seu ostracismo político[223], vivido tanto por ele como pelo seu círculo restrito de amigos ricaços, monarquistas e católicos: Eduardo Prado e Rodolfo Dantas.

Por fim, com respeito ao valor literário dos seus textos sobre "Camões", percebemos ser uma forma inteligente de cantar a saga dos portugueses na descoberta do Novo Mundo e de celebrar o Brasil como a maior de todas as glórias das conquistas épicas portuguesas[224]. Não consta, porém, nenhuma indicação sobre estes trabalhos literários de Nabuco na nossa melhor crítica literária contemporânea, encabeçada por Antonio Candido, Alfredo Bosi, Lúcia Miguel Pereira, dentre outros.

---

220 O debate literário entre Joaquim Nabuco e José de Alencar deu-se por meio do Jornal "O Globo" entre 03/10/1875 a 21/11/1875, o primeiro usando da rubrica "Aos Domingos" e Alencar da rubrica "As Quintas".
221 Nabuco, J. Camões e assuntos americanos. Org. de Carolina Nabuco. SP: Cia. Ed. Nacional, 1940.
222 MICELI, S. Intelectuais à brasileira. SP: Cia. Das Letras, 2001, p.84.
223 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.16.
224NABUCO, J. Camões.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0042-00740.html>. Acesso em 18 nov. 2008, p.1−12.

Os bem-nascidos, Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco e Rodolfo Dantas, refletindo as suas boas condições de berço e os altos níveis dos seus capitais políticos e de relações sociais: *descreveram trajetórias profissionais preferencialmente em carreiras aspiradas pelos estrados estratégicos, dos quais eram originados; e, regularmente, não se sentiram atraídos por carreiras intelectuais*. Parte das suas estratégias de carreira se deve ao treino e aos seus modelos familiares; aos níveis dos seus capitais; e à convivência, durante gerações, com indivíduos envolvidos na ocupação de cargos e postos públicos relevantes.

Escola do Recife: intelectuais periféricos e duplamente marginalizados dentro do movimento da Geração 1870

Ao contrário dos primeiros românticos tão identificados ideologicamente e politicamente tão afinados entre si, os integrantes da Escola do Recife conviviam com o aumento das suas divergências internas.

Já no início da formação da Escola do Recife, durante a década de 1870, percebia-se que eram poucos os pontos doutrinários mais ou menos acordados[225] entre os seus principais representantes. Com o passar do tempo, as suas diferenças foram aumentando à medida que as reformas sociopolíticas, aspiradas pela Geração 1870, mostravam-se obstruídas. Como de fato ficou confirmado com o retorno dos conservadores ao poder em 1885[226].

Enquanto Tobias Barreto passara sucessivamente pelo ecletismo, o positivismo e nos anos de 1880 aportou no monismo de Haeckel, Sílvio Romero foi de Littré a Spencer e de Renan a Taine. Por sua vez, Aníbal Falcão e Martins Júnior passaram de engajados abolicionistas nos anos de 1870 a positivistas

225 "A Escola do Recife não era um rígido conjunto de princípios, uma sistematização definitiva de ideias, mas sim uma orientação filosófica progressiva, que não impedia a cada um investigar por sua conta e ter ideias próprias, contanto que norteadas cientificamente" BEVILAQUA, C. História da Faculdade de Direito do Recife. 2a ed. Brasília: INL, 1977.p.375.
226 ALONSO, A. Ideias em Movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.314.

endurecidos politicamente, nos anos de 1880, na defesa da república e na luta contra a escravidão[227].

Tobias Barreto e Silvio Romero estiveram quase sempre ausentes da luta abolicionista, enquanto o envolvimento e o engajamento dos outros integrantes da Escola do Recife na luta contra a escravidão eram patentes. Aníbal Falcão, Clóvis Bevilaqua, Artur Orlando, Martins Júnior, José Higino e Faelante Câmara estiveram juntos na defesa das teses republicanas, abolicionistas e positivistas. Merecem destaque os jornais em que eles atuaram juntos na difusão destas ideias: "*Folha do Norte*" (1883–84), "*O diabo a quatro*" (1875–76; 1878); "*A república*" (1887–88); "*A academia*" (1889).

Ainda juntos, eles atuaram aguerridamente nas sociedades abolicionistas recifenses: na "*Sociedade Positivista do Recife*" (1880), na "*Sociedade Nova Emancipadora do Recife*" (1883) assim como no "*Clube Relâmpago*", "*Clube do Cupim*" e "*Ave libertas*".

A "*Folha do Norte*", considerada a "fina flor dos jovens intelectuais", no dizer de França Pereira, foi fundada em 1883 pelos bacharéis Martins Júnior, Francisco Campelo e Faelante Câmara, o primeiro formado em 1883 e o último em 1885.

Este jornal de vida efêmera, como foram quase todos os periódicos fundados por estes indivíduos de limitados recursos econômicos, dá certa ideia do processo de radicalização política assumido pelos integrantes mais jovens da Escola do Recife. Sobre eles recaíram os primeiros sintomas da crise econômica e política da Província de Pernambuco, cujos efeitos retardavam-lhes a entrada nas carreiras políticas ou intelectuais.

Em sintonia com este estado de marginalização política, o editorial de abertura da "*Folha do Norte*" (abril de 1883) testemunhava o forte espírito combativo e o desejo dos seus editores de seguir na defesa de propostas políticas pouco moderadas: "*Não é um órgão de grupo, de cotterie alguma. Não vem à luz para*

227 Segundo Alonso, os "positivistas abolicionistas do Recife" aproximaram-se de Miguel Lemos, o qual teria rompido com Laffitte por este ter-lhe exigido o retorno ao Centro Positivista Brasileiro do membro Ribeiro de Mendonça, um positivista expulso por Lemos por possuir escravos. A postura política intransigente contra a escravidão e a monarquia era compartilhada pelos mais novos integrantes da Escola do Recife, obstruídos de seguirem em carreiras políticas e intelectuais no Recife durante os anos de 1880. ALONSO, A. Ideias em Movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.21−221.

defender esta ou aquela ideia exclusiva, este ou aquele interesse designado. Não tem compromisso com tais e tais corporações ou tais e tais indivíduos (...) morrer antes de mercadejar a dignidade que a imprensa deve guardar"[228].

Um ano depois, o tom político radical dos editoriais escritos na "*Folha do Norte*" tornar-se-ia ainda mais elevado, pelo fato dos seus integrantes estarem ainda mais sintonizados com o contexto político nacional de crise do Império e mais aproximados dos positivistas de São Paulo: "somos abertamente, desassombradamente, republicanos e abolicionistas".

De 1888 a 1889, Martins Júnior e Aníbal Falcão radicalizaram ainda mais o discurso político. O que parece decorrer do retrocesso político com o retorno dos conservadores ao poder (1885), sem que os grupos dissidentes conseguissem (abolicionistas, positivistas, liberais, cientificistas, republicanos): a abolição da escravidão; sucessos na eleição de algumas lideranças reformistas; e a consolidação de um partido político para além do Partido Conservador e Liberal.

Acresce-se a ameaça de morte sofrida por Martins Júnior e Silva Jardim em 1889, por conta da propaganda republicana e abolicionista; os óbices enfrentados por Aníbal Falcão para se estabilizar profissionalmente no Recife, que lhe obrigaram a migrar para a Corte. Enfim, a recusa do poder central de nomear Martins Júnior ao cargo docente da Faculdade de Direito do Recife em 1887[229]. Na ocasião, foi escolhido como docente Oliveira Escorel, um candidato reprovado e, portanto, fora da lista tríplice enviada ao poder central.

Neste contexto de retrocessos e realinhamentos de forças políticas, Martins Júnior não recuou. Ao contrário, partiu para o enfrentamento e avançou para além do lugar-comum das posições políticas dos intelectuais do seu tempo: "*Só uma revolução pode limpar os miasmas da atmosfera política que nos*

228 Editorial. Folha do Norte. Recife, abr. 1883 apud NASCIMENTO, L. Três mestres de direito no batente do jornal. Recife: Imprensa Oficial, 1966, p.53.
229 Martins Júnior prestaria ainda dois outros concursos ao cargo docente durante o Império. Porém, não será nomeado ainda que aprovado em ambos. Somente com a instauração da República virá a sua nomeação em 1889 ao cargo docente da Faculdade de Direito do Recife. BEVILAQUA, C. História da Faculdade de Direito do Recife. 2a ed. Brasília: INL, 1977.p.383.

cerca (...) quem há aí que ignore que está iminente uma revolução? Ninguém. O nosso dever, pois, é apontá-la ao povo e dizer: prepara-te"[230].

Por sua vez, Aníbal Falcão e os positivistas recifenses desdobravam o positivismo europeu para contestar a escravidão e a monarquia. Eles resignificaram a "teoria positiva das acumulações" de Laffitte nos seguintes termos "*a origem do capital é social; a sua conservação exige o concurso social: logo o seu destino deve ser também social. Ora, o emprego do capital exige que os possuidores consagrem a renda à manutenção dos agentes que a produzem e à aquisição de seus instrumentos de produção, reservando para si uma quota sabiamente determinada*"[231].

A escravidão no Brasil representava uma solução "cruel" e "anacrônica", criada por uma nação européia em decadência (Portugal), que retardava a efetiva realização do modo capitalista de produção entre nós. Desta forma, a reprodução do capital exigiria trabalho livre e o controle social do Estado na garantia dos direitos dos trabalhadores.

Ela era um obstáculo à evolução da sociedade brasileira rumo ao estágio positivo, ao colocar indígenas e negros como indivíduos biologicamente inferiores, com base no falso pressuposto da "inaptidão social e intelectual intrínseca" destas raças, e não nas "circunstâncias sociais"[232] anômicas.

Na contramão deste movimento de radicalização política assumido pelos jovens bacharéis recifenses, Tobias Barreto procurava desqualificar o movimento abolicionista em pleno ano de 1888:

> A meu ver, as sociedades de proteção aos animais, como elas existem fundadas em alguns países da Europa, encerram muito mais senso ético e religioso, do que, por exemplo, as sociedades abolicionistas entre nós. Não é motivo de espanto; reparem bem. O escravo, até certo ponto sofre porque quer, desde que pode reagir, ou evitar o martírio pela fuga. Mas os pobres animais não estão no mesmo caso[233]

230 O Norte. Recife. 1º de Junho de 1889 apud NASCIMENTO, L. Três mestres de direito no batente do jornal. Recife: Imprensa Oficial, 1966, p.52; 56.
231 LEMOS, M. O positivismo e a escravidão moderna. RJ: Igreja Positivista do Brasil, 1884, p.33.
232 FALCÃO, A. Fórmula da civilização brasileira. (1883). Guanabara, 1933, p.94.
233 BARRETO, T. Vários escritos. RJ: Laemmert, 1900, p.319 apud MORAES FILHO, E. Medo à utopia. RJ: Nova Fronteira, 1895, p.155.

Pela forma da sua abordagem política e da sua proposta de reformas, Tobias Barreto esteve mais próximo dos Liberais Republicanos[234] como Quintino Bocaiúva[235], Saldanha Marinho[236] e Américo Brasiliense de Melo[237]. Tanto eles como Tobias Barreto priorizaram temas como a defesa da descentralização política, a emancipação da mulher, a liberdade de culto, a liquidação da monarquia, a defesa da livre expressão, a separação entre Igreja e Estado, o fim do Poder Moderador e a universalização dos direitos civis aos analfabetos e aos pobres livres[238] .

Contudo, estes temas políticos não eram estranhos aos positivistas e republicanos filiados à Escola do Recife. Eles também foram tratados por Aníbal Falcão, Franklin Távora, Martins Júnior, Faelante Câmara, Graça Aranha, Artur Orlando e Clóvis Beviláqua a partir de doutrinas europeias resignificadas para responder ao contexto de crise do Brasil Império.

Precisamente, os integrantes da Escola do Recife estão aproximados entre si politicamente na defesa de um Estado laico, na liquidação da monarquia e na reforma da lei eleitoral.

Por sinal, tais temas faziam parte do repertório comum dos grupos formadores da Geração 1870, compostos basicamente de indivíduos marginalizados políticos do *establishment Imperial*. Isto, apesar das múltiplas configurações políticas assumidas por estes grupos em decorrência das oportunidades políticas mobilizadas por cada indivíduo; do nível de dissenso do poder político imperial demonstrado por um determinado grupo; e da "sua posição de marginalização em relação aos recursos sociais e políticos da sociedade imperial, em vez de acorde com suas preferências teóricas"[239].

234 "De uma parte, mais assemelhados [Tobias Barreto e Sílvio Romero] em situação social com os positivistas abolicionistas de Pernambuco [...] de outra, sua forma de abordagem da política e suas propostas de reforma os põe muito próximos dos liberais republicanos". ALONSO, A. Ideias em Movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.221.
235 BOCAIÚVA, Quintino. As ideias políticas de Quintino Bocaiúva. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Casa Rui Barbosa, 1986.
236 MARINHO, S. A Igreja e o Estado. RJ: Typ. Perseverança, v.4, 1874-1876; idem, A questão religiosa no Brasil. Discurso na Câmara dos Deputados. RJ: Typ. Perseverança, 1880.
237 BRASILIENSE DE MELO, Américo. Os programas dos partidos e o Segundo Império. SP: Typ. J. Seckler, 1878
238 ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.105–112.
239 ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.103.

Assim como tantos outros intelectuais da Geração 1870, os integrantes da Escola do Recife não conceberam doutrinas e projetos políticos com fronteiras teóricas delimitadas o bastante que não se aproximassem em muitos pontos dos projetos de outros intelectuais da Geração 1870.

Por exemplo, Tobias Barreto, Franklin Távora, Graça Aranha, Martins Júnior e Artur Orlando defenderam a liberdade de crença e a laicização da sociedade por meio do monopólio do Estado tanto da educação como da emissão de certidões de registro civil e de casamento, em geral serviços que estavam nas mãos da Igreja.

Tobias Barreto e alguns dos seus colegas positivistas do núcleo do Recife compartilharam também da aspiração de elaborar uma "*ciência política positiva*", pautada em princípios tais que permitissem superar as diferenças, os conflitos sociais, as efervescências políticas e ideológicas oriundas das diferentes demandas surgidas no contexto de crise do Brasil Império.

Por meio dela, esperava Tobias superar os interesses polarizados e orientar a Nação nos seus passos rumo à modernização, prescindindo do recurso da revolução.

A sua ideia de modernização estava alicerçada numa concepção de progresso, entendida como esclarecimento dos indivíduos por meio da razão e pela difusão das ciências positivas, não obstante vivendo numa província de tradição libertária, onde os intelectuais da plana de Antonio Pedro de Figueiredo, Vauthier e Abreu e Lima saíram em defesa do socialismo e da reforma agrária na primeira metade do século XIX.

> O fato mais avultado e talvez mais fatal da política estéril, em que nos debatemos é a ausência de um ponto de apoio comum aos nobres agitadores das ideias salutares. Todos não querem a mesma coisa, não visam todos ao mesmo alvo. Cremos, pois que o que há de mais sensível, em matéria de governo, *é a falta de uma doutrina positiva, livre de presunções de hipóteses, que firmada na experiência direta dos acontecimentos que têm força de modificar os hábitos e tendências do povo*, pondo de parte o enganoso método de comparação com outras nações, que está hoje muito em moda, não obstante a sua improcedência e completa esterilidade, determine, por justas induções, os verdadeiros princípios orgânicos de uma política salutar[240]

240 BARRETO, T. Política Brasileira. In: BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.67;87−88 (Grifo nosso).

Os abolicionistas recifenses tomaram como bandeira a abolição imediata e irrestrita da escravidão. Ainda assim, Tobias Barreto considerava estes temas políticos como muito "retóricos, demagógicos e anárquicos".

Daí, ao longo de toda a sua vida intelectual, Tobias Barreto viver preso à sua máxima:

> Minha ideia, pondere-se bem, a ideia que eu esposo, não é a da rápida transição de um extremo ao outro. Nada haveria de mais perigoso do que essa passagem [...] *Festina Lenté* – também é neste, como noutros pontos, a minha norma de conduta[241]

O positivista e abolicionista Aníbal Falcão assemelhava-se a Tobias Barreto na proposta de construção de uma "doutrina positiva", legitimada na ideia de progresso e de civilização sem prescindir da manutenção da ordem.

Neste sentido, parece desenvolver-se a tese ibérica de Aníbal Falcão, que segundo a interpretação de Alonso, a racionalidade dos ibéricos permitiria a "síntese subjetiva do estado positivo" preservar a hierarquia social; e o "caráter antiindividualista, centralizador e anti-revolucionário na política"[242]. Por fim, preservaria a forma comunitária de sociabilizar concebida pelos povos ibéricos: – distinta do modo descarnado e individualista protestante de construção da vida social.

Ainda que tenha vivido na Corte, Taunay figura como mais um caso típico de intelectual atuante no Império, que parece ter construído um projeto político-civilizatório, aproximado em alguns pontos daquele pensado por Tobias Barreto e Aníbal Falcão.

Isto porque Taunay também aspirava à elaboração de um "único princípio de organização sistêmica capaz de conter os efeitos mais ou menos destrutivos da iniciativa individual"[243]. Neste caso, Taunay projetava no Estado-Nação a condição de entidade social e política, agregadora e legitimadora por excelência, da construção e formação da civilização nacional[244].

A proximidade de certos aspectos doutrinários e políticos (laicização do Estado, criação de uma doutrina positiva de renovação nacional, respeito à ordem e

241 BARRETO, T. A alma da mulher. In: BARRETO, T. Estudos Alemães. RJ: Record, 1991, p.60, 61 (Grifo nosso).
242 ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.217.
243 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.52.
244 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.52.

resistência à revolução e às rupturas) decorre, por um lado, da homogeneidade ideológica dos intelectuais formados nas Faculdades Imperiais e treinados no funcionalismo público, que segundo José Murilo de Carvalho favoreceram a composição de uma "*elite ideologicamente homogênea*"[245].

Ainda sobre este aspecto, Maria Alice Rezende de Carvalho aponta Joaquim Nabuco como detentor de uma "agenda intelectual" pouco distinta da geração que o precedeu. Esta proximidade seria mais um reflexo da formação "ideologicamente homogênea", emoldurada nas Faculdades de Direito do Império, e compartilhada pelos intelectuais brasileiros atuantes no século XIX. Haja vista, por exemplo, os autores citados por Joaquim Nabuco já estarem no repertório intelectual do Visconde de Uruguai[246].

Por outro lado, o fato das fronteiras ideológicas e doutrinais não estar tão delimitada – por exemplo, entre os integrantes da Escola do Recife e alguns intelectuais da Geração 1870 – resultaria também da ausência de esferas culturais consolidadas.

No caso aqui em questão, não estava a esfera intelectual autonomizada ou, então, sujeita a avançados processos de racionalização. Logo, não há como esperar destes letrados doutrinas e formas políticas muito elaboradas, pois o passivo institucional era ainda muito emblemático.

Se, por um lado, Tobias Barreto e Silvio Romero aproximavam-se dos Liberais Republicanos quanto à abordagem política e às propostas de reforma. Por outro lado, quanto ao nível dos seus capitais nas suas diferentes modalidades, eles estavam mais aproximados dos positivistas abolicionistas do Recife[247], os quais gozavam de menores recursos estamentais e canais políticos para conquistar boas colocações na vida política, no funcionalismo público e, em particular, nas cátedras das faculdades.

---

245 CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.32ss.

246 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.37 (nota 42).

247 "Não pertenciam às influentes famílias que dominavam a vida econômica e política da província, 44,8% eram ainda estudantes de direito e 10,2%, já advogados. De outro lado, o movimento atraía setores urbanos desvinculados da agroindústria: professores 6,1%, guarda-livros 2%, empregados do comércio 2%, farmacêuticos 2%, empregados públicos 2%, caixeiros 2% e artesãos 4%". HOFFNAGEL, M. J. Rumos do Republicanismo em Pernambuco. In: Dantas Silva, L (org) A República de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990, p.176.

De fato, os baixos capitais de relações sociais e econômicos moveram os integrantes da Escola do Recife, antes do aumento da crise política ocorrida em 1885, a estabelecer redes de relações sociais fundadas na solidariedade de grupo, com o objetivo de viabilizar estratégias de ascensão socioeconômicas.

Neste sentido, Tobias Barreto e Franklin Távora estiveram juntos no jornal "*O Americano*" durante a polêmica contra os católicos no ano de 1870. Por sua vez, os católicos estavam reunidos em tono do jornal "*O Católico*", dirigido pelo professor da Faculdade de Direito e reacionário católico Pedro Autran.

Em apoio aos dois letrados na luta contra a Igreja, uniram-se alguns jornais editados por jovens bacharéis recifenses "*A Regeneração*", "*O Liberal*", "*O Vesúvio*", "*A Consciência Livre*"[248], aos quais ainda se uniu o jornal maranhense "*O País*", dirigido por Temístocles Aranha, pai de Graça Aranha.

Outro exemplo desta solidariedade de grupo entre os integrantes da Escola do Recife, nós vemos no apoio de Tobias Barreto à indicação de Martins Júnior como docente da Faculdade de Direito. Tobias Barreto escreveu uma carta, em 6 de novembro de 1887, a Sílvio Romero para lhe pedir apoio à nomeação de Martins Júnior como docente da Faculdade de Direito. Tobias informa nesta carta que teria dado o seu voto na Congregação ao jovem positivista e insiste com Romero para que se associe a ele "nesta causa, escrevendo alguma coisa e fazendo que escrevam os seus amigos daí [da Corte]".

Por ocasião do Concurso de Tobias Barreto ao cargo de docente da Faculdade de Direito do Recife, Graça Aranha, Martins Júnior, Faelante Câmara e Artur Orlando se uniram a outros estudantes para pressionar a banca examinadora do concurso docente de 1882[249], a fim de que Tobias Barreto fosse nomeado ao cargo.

Quando Sílvio Romero fixou-se no Rio de Janeiro em 1883, somente o pouco expressivo jornal "*O Repórter*" franqueou-lhe acesso para então publicar os seus polêmicos artigos contra Lafayette Rodrigues, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, dentre outros. A oportunidade de Sílvio Romero de escrever num periódico de destaque somente veio pelas mãos de Franklin Távora, que

248 BARRETO, T. Crítica de religião. 2ª ed. RJ: Record, 1990, p.88ss.
249 ARANHA, G. O meu próprio romance. SP: Cia Editora Nacional, 1931, p.147-150.

lhe abriu as portas para publicar na "*Ilustração Brasileira*" (1876–1878) e na "*Revista Brasileira*" (1879–1881), ambas publicadas na Corte. Nelas, Sílvio Romero publicou "*A poesia popular do Brasil*" (1879) e "*Cantos populares do Brasil*" (1883).

O aumento do dissenso intragrupo entre os integrantes da Escola do Recife durante o quadro de crise sociopolítica do Império

A solidariedade de grupo, inicialmente observada entre os integrantes da Escola do Recife, parece que cedeu ao quadro de crise do Brasil Império.

Nos anos de 1880, quando o quadro político definiu pelo retorno dos conservadores ao poder; percebeu-se não haver mudanças na lei eleitoral; e não se deu a votação pelo fim da escravidão, então, o núcleo dos intelectuais do Recife respondeu com novos alinhamentos políticos e reposicionamentos ideológicos. Os positivistas Aníbal Falcão e Martins Júnior aproximaram-se dos positivistas do Sul e elevaram o tom do discurso político, exigindo o fim imediato e irrestrito da escravidão e a instauração da República.

Simultaneamente, aumentaram os desafetos e as diferenças entre os integrantes da Escola do Recife. Tobias Barreto em carta a Silvio Romero, de 6 de abril de 1888, "falando de gente, que nada vale", inclui Aníbal Falcão, a quem passou a denominar de "um verdadeiro bobo, positivista ortodoxo, bacharel taquígrafo, e taquígrafo medíocre".

Na mesma carta, ainda hostilizaria a Clóvis Bevilaqua, que dentre os integrantes da Escola do Recife era quem reunia os melhores níveis de capitais econômicos e de relações sociais: "*quer saber qual é o meu juízo sobre ele? É o seguinte: não passa de um felicíssimo desfrutável, e o mais pretensioso da nova geração (...) não se iluda; Clóvis não vale nada. Alguma coisa melhor que escreve, é plagiada*"[250].

Sobre Martins Júnior, escreveu Tobias Barreto em carta a Sílvio Romero, datada de 18 de outubro de 1888: "o miserozinho ia falar de mim com o José Higino, que há muito me detesta e me morde às ocultas. É coisa ruim o tal Martins. Tem-se na conta da primeira cabeça do Brasil, escreve artigos ruins

250 Correspondências. In: BARRETO, T. Estudos alemães. 5ª ed. RJ: Record, 1991, p.245.

com este título: 'Martins Júnior ao público' (...) É um bobete, Sr. Sílvio: um talento comum, e um péssimo caráter"[251].

Não ficou atrás Sílvio Romero nos seus ataques aos colegas da Escola do Recife. Sobre Martins Júnior ter afirmado estar toda a concepção etnográfica de Silvio Romero em von Martius, Sílvio Romero retrucou publicamente nestes termos: de que Martins Júnior só teria "conhecimento de fontes secundárias e pouco se aproveitou dos livros que lhe havia emprestado".

Quanto a Graça Aranha, por ele compartilhar da posição de Martins Júnior anteriormente vista, Silvio Romero atacou-o violentamente, afirmando que o romance "Canaã" era uma "*criminosa loucura, ao representar o tipo brasileiro nalgum agrimensor idiota que não sabia armar um teodolito; ou nalgum rábula de aldeia imbecil e falastrão (...) a contrastar com pretensiosos germânicos, discutidores de metafísica e da política realista do imperialismo*"[252].

Este aumento dos níveis de desagregação, observado no interior da Escola do Recife, resultava da *condição de intelectuais duplamente marginalizados*.

a) Como primeiro aspecto desta marginalização, temos: os intelectuais da Escola do Recife não reuniam capitais econômicos num patamar tal para resistir ao processo de exclusão a que estavam submetidos, enquanto intelectuais marginalizados do *Status quo Imperial*. Como a exemplo, dos "Federalistas Científicos de São Paulo", que contavam com a presença de alguns integrantes bem-nascidos, tais como Alberto Sales, Júlio de Mesquita, Luís Pereira Barreto e Prudente de Moraes.

Os "Federalistas Científicos de São Paulo" aproximavam-se do núcleo intelectual do Recife em razão de compartilharem assemelhada distância da sociedade da Corte e das instituições chaves do *Establishment Imperial*. Porém, eles guardavam um diferencial. Como reuniam excelentes recursos econômicos, eles eram "detentores de meios próprios de vocalização, de uma estrutura partidária bem fincada na província, divulgaram o seu programa em

251 Correspondências. In: BARRETO, T. Estudos alemães. 5ª ed. RJ: Record, 1991, p.248.
252 ROMERO, S. Zeverissimações apud MORAES FILHO, E. Medo à utopia. RJ: Nova Fronteira, 1895, p.54.

manifestos e opúsculos nestes anos de 1878 e 1880, como também o efetivaram em atividades de própria iniciativa, como ferrovias e escolas"[253].

b) Podemos entender, como o segundo elemento desta dupla marginalização, os seguintes aspectos: os integrantes da Escola do Recife moviam-se numa sociedade patrimonialista, na qual as poucas instituições intelectuais e culturais existentes eram também espaços de disputas políticas. Em consequência disto, o sucesso nestes espaços precisava conjugar simultaneamente *competências* e *apoio político*.

As agremiações literárias, as sociedades abolicionistas e os grupos literários criados por suas iniciativas não emplacavam, em razão de não mobilizarem qualquer apoio oficial ou privado capaz de bancá-las. Faltavam-lhes recursos econômicos para a publicação dos seus livros e o custeio das suas viagens ao exterior em busca de formação. Eles careciam de boas relações sociais para haurir prebendas econômicas com o objetivo de fundar jornais e revistas; ou para obter prebendas políticas para se assegurarem em cargos políticos e burocráticos de posição de mando.

Por isto, além da ausência de instituições intelectuais autônomas, um dos pressupostos para o surgimento dos intelectuais como grupo social separado do poder político e como carreira separada da carreira política, os integrantes da Escola do Recife estavam muito distantes dos recursos da sociedade da Corte.

Desta forma, o somatório dos passivos sociais e econômicos abria muitas brechas ideológicas entre os integrantes da escola, que como vimos, tornaram-se mais acerbadas e frequentes com o aumento do processo de dissensão e de crise política observado no final do Império.

Na sociedade patrimonialista brasileira, a formação de grupos sociais muito identificados ideologicamente dependia de o grupo social orbitar ao redor do "sistema de privilégios" oficiais, como, por exemplo, o caso dos primeiros românticos ligados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB.

Esta agremiação constituía-se num espaço de disputas políticas onde prevalecia o "sistema de privilégios", que segundo Maria Alice Rezende de

253 ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.154.

Carvalho, permitia "*à consolidação da identidade de grupos letrados, emprestando às ideias em circulação notável capacidade de organização e de alinhamento político dos seus portadores*"[254].

Reconversões de carreiras para cima: desajustes entre a vida literária e as carreiras burocráticas – as letras como um mau negócio

Ao longo da pesquisa, observarmos que a impossibilidade ou a incapacidade de reconversão de carreiras para cima, por alguns letrados, estava entre as causas dos seus fracassos individuais. Este fenômeno parecer ter sido muito recorrente entre alguns integrantes da Escola do Recife, a exemplo de Franklin Távora, Tobias Barreto e Martins Júnior.

Poderíamos acrescentar outros, não integrantes da Escola do Recife, que lhes foram assemelhados, por se encontrarem também em processo avançado de desagregação as suas heranças familiares e convivendo com baixos montantes dos seus capitais econômicos e de relações sociais: como a exemplo de Manuel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, Junqueira Freire e Antonio Pedro de Figueiredo.

De tal forma, ser possível afirmar pela regularidade do fenômeno observado na Primeira Geração Romântica e na Escola do Recife, *que a carreira intelectual era em geral um péssimo investimento econômico e comprometeu o sucesso das histórias de vida de alguns indivíduos com poucos recursos econômicos*.

A escolha de carreiras intelectuais por Franklin Távora e Tobias Barreto já era reflexo do empobrecimento progressivo das suas famílias; da maior presença no universo familiar de figuras femininas fortes[255]; e em razão das múltiplas falências familiares.

No caso de Távora, a prisão do pai, um dos líderes da Revolução Praieira, teve como consequência a necessidade das mulheres (a mãe e a avó) de tomar a

254 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.136.
255 "O ingresso nas carreiras intelectuais associa-se, de um lado, à posse de trunfos que resultam da posição na fratria ou na linhagem (como, por exemplo, o fato de ser filho único, de ser primogênito, de ser o único filho homem, etc.) e, de outro, aos efeitos que provocam handicaps sociais (tais como a morte do pai, a falência material da família etc.), biológicos (em especial, nos casos de tuberculose), ou, então, estigmas corporais (como, por exemplo, a surdez, a gagueira etc). MICELI, S. Intelectuais à brasileira. SP: Cia. Das Letras, 2001, p.22.

peito a manutenção da casa, inclusive de garantir o bacharelado em direito de Távora. Contudo, as mulheres da família Távora não conseguiram reverter a perda do padrão de vida da família, que se viu obrigada a vender a pequena propriedade no interior e migrar para a cidade do Recife.

Por sua vez, no caso de Tobias Barreto, a figura forte da mãe foi marcante em razão da sua luta por garantir junto ao marido recursos financeiros para o estudo do filho e assegurar-lhe melhores condições de vida. Pois, quando Tobias Barreto nasceu, o seu pai já tinha uma amante, com a qual tinha seis filhos.

Exceto Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Sousa Bandeira e Araripe Júnior, a carreira intelectual foi a primeira forma de realização profissional procurada pelos integrantes da Escola do Recife. Nesta afirmativa, enquadram-se, em particular, tanto Távora (1842/Ceará – 1888/Rio de Janeiro) como Tobias Barreto (1839/Sergipe – 1889/Pernambuco).

As publicações literárias de Franklin Távora dão testemunho de que ele aspirava, desde jovem, ao reconhecimento pelas letras. Neste sentido, sustentando-se economicamente com trabalhos em jornal, Távora publicou "*A trindade maldita*" (contos, 1861), "*Um mistério de família*" (drama, 1862), "*Os índios do Jaguaribe*" (romance, 1863), e "*A casa de palha*" (romance, 1863).

Todos estes trabalhos foram publicados pelo jornal *Diário de Pernambuco*. Por sinal, os romances de Távora foram publicados na forma de romance-folhetim, refletindo o processo iniciado na Corte com o romance, que por fim ganhou também nas províncias um novo e mais amplo público ledor.

Por sua vez, Tobias Barreto descreveu uma trajetória intelectual mais aproximada da docência. Neste aspecto, aos 15 anos tornou-se professor substituto de latim em Maroim (interior de Sergipe); aos 18 anos, aprovado em concurso público, assumiu a vaga de professor de Latim em Itabaiana, onde lecionou de 1857 a 1859. Foi ainda quando lecionava em Itabaiana, que o seu mecenas, o major Tertuliano Manuel de Mesquita, conseguiu-lhe uma licença de seis anos com vencimentos, a contar de 1860, para bacharelar-se na Faculdade de Direito do Recife.

Durante o bacharelado na Faculdade de Direito do Recife, Tobias Barreto prestaria dois concursos para a docência, sendo aprovado em ambos, porém não empossado. O primeiro aos 26 anos (1865) à Cadeira de Latim do Curso Preparatório anexo à Faculdade de Direito do Recife; e o segundo aos 28 anos (1867) à Cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano.

A carreira política descortinou-se, em geral, para os integrantes da Escola do Recife, depois da carreira intelectual. O que não implicava ser a tentativa de reconversão para cima, por meio das carreiras dirigentes, devido necessariamente aos fracassos na vida literária ou na docência, mas em parte resultava do reconhecimento público dos seus trabalhos como professores e jornalistas; a aproximação de grupos sociais bem-instalados politicamente; e o uso do casamento e dos estudos como estratégias de ascensão social.

Enquanto *intelectuais periféricos*, tanto mais marginais porque se encontravam numa província em crise político-econômica; distantes da Corte; e limitados nas suas possibilidades de mobilização de bons níveis de capitais de relações políticas, *as suas deputações deram-se por meio de cargos políticos elegíveis, hierarquicamente menos significativos, tais como de deputados provinciais*.

Neste sentido, Tobias Barreto iniciou-se na vida política aos 39 anos, como deputado provincial. O que só se tornou possível depois de Tobias Barreto casar-se com a filha de uma das lideranças políticas do interior de Pernambuco. Precisamente, Tobias Barreto elegeu-se como deputado provincial em Escada, um pequeno povoado, no interior de Pernambuco, economicamente formado por grandes latifúndios escravocratas, dedicados ao plantio da cana-de-açúcar.

Silvio Romero (1851/Sergipe – 1914/Rio de Janeiro) foi deputado provincial aos 24 anos (1874) por Estância, interior do Sergipe e reduto político dos seus pais. E, por sua vez, Franklin Távora (1842/Ceará – 1888/Rio de Janeiro) elegeu-se pela primeira vez em 1867, aos 25 anos, como deputado provincial por Recife.

Dentre os três da Escola do Recife, somente Távora foi eleito numa capital de província. Um sinal certamente de força política, mas que encobre o preço

pago por ele e o seu padrinho político, o conselheiro e presidente da província Francisco de Paula Silveira.

Isso porque a indicação política de Távora – justificada por seus relevantes trabalhos ao então incipiente Partido Progressista no Recife – e a sua consequente posse do cobiçado cargo político de "Diretor-Geral da Instrução Pública de Pernambuco" (1867) foram tomadas como uma provocação e um desafio às lideranças políticas pernambucanas, tanto liberais como conservadoras. Na medida em que a sua indicação ao cargo de deputado e de diretor não passaram pela consulta a estas lideranças.

Como Távora não mobilizava relações políticas à altura de se manter em dois cargos políticos relevantes e o conselheiro Francisco de Paula perdeu o apoio das elites políticas pernambucanas[256], ambos acabaram sendo exonerados dos seus respectivos cargos em 1869.

Algo esperado numa sociedade patrimonialista, em que o respeito à hierarquia interna dos partidos e às alianças políticas eram procedimentos institucionalizados, cuja eficácia não poupava algumas atitudes isoladas. Nem a de Joaquim Nabuco ao propor a sua reeleição pelo politicamente frágil e isolado Partido Abolicionista. Nem muito menos a de um deserdado de capitais políticos como Tobias Barreto, ao tomar a iniciativa de se candidatar à reeleição, sem o apoio das lideranças do Partido Liberal Pernambucano.

Os partidos políticos puniram tanto Nabuco, impondo à família Nabuco-Araújo colher a sua primeira grande derrota depois de quase um século ininterrupto no poder político, como também puniram Tobias Barreto e mais o seu companheiro Távora.

Os dois últimos foram tão ridicularizados publicamente que selaram em definitivo as suas carreiras políticas. Haja vista ambos seguirem o resto das suas vidas distantes dos partidos políticos imperiais e ausentes dos principais acontecimentos e debates políticos durante o Império.

256 Para o realinhamento das forças políticas ocorrido nos anos de 1860, a reposição das forças políticas partidárias deu-se, como ressaltou Angela Alonso, em meio à crise intraelite do Partido Conservador e não por meio da ação de indivíduos isolados. ALONSO, A. O conflito intraelite e a reiteração do espírito do regime. In: ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.87–92.

Para tornar ainda mais sofridas as suas histórias de vida, Távora ganhou muitos inimigos políticos com a sua atuante participação na "Questão Religiosa", que teve como desfecho a prisão de Dom Vidal, no Recife (1873), tornando a sua presença na cidade do Recife insuportável[257]. Acresce-se o seu casamento (casou-se em 1869 com Alexandrina Guilherme dos Santos Teixeira, com a qual teve filhos); o encargo de cuidar da mãe e dos irmãos caçulas; além do drama de conviver com o rebaixamento social e econômico, ao depender novamente do emprego precário de jornalista do *Jornal do Recife*.

Diante deste estado de coisas, a migração (1874) para a Corte surgiu-lhe como a solução mais viável. O que de fato se deu depois de Távora ter conquistado, por indicação política, o cargo de Oficial de Gabinete da Secretaria do Império, no Rio de Janeiro.

Por sua vez, Tobias Barreto batendo de frente nas lideranças políticas de Escada e em litígio com a família da esposa por questões em torno da posse de escravos, foi "expulso" do vilarejo pelos cunhados e líderes políticos locais, contra os quais não poupava críticas, que estão entre as melhores por ele elaboradas.

Ao longo delas, Tobias Barreto deu mostra da sua consciência política e social acerca da força exercida pelo latifúndio e dos efeitos da dominação patrimonialista nas coisas públicas. Como se pode ver, a título de exemplo, no seu texto "*Um discurso em Mangas de Camisa*" (1877), pronunciado no "clube" por ele criado para "organizar a vida social do lugar"[258].

Tão logo abandonada a vida política, Tobias Barreto e Távora procuraram se recompor profissionalmente por meio da carreira burocrática e intelectual. O primeiro conseguiu ser aprovado em concurso docente da Faculdade de Direito

257 AGUIAR, C. Franklin Távora e o seu tempo. SP: Ateliê Editora, 1997, p.222.
258 Tobias Barreto acusava as lideranças políticas do interior de Pernambuco de formadoras de uma "açucarocracia", que conduz "o povo brasileiro, ou mui restritamente, o povo de Escada" como "uma coisa apropriável, se já não apropriada (...) uma sociedade de privilégios (...). Um açucarocracia, a qual se julga com o direito à posse de todos aqueles que vieram tarde e não encontraram um pouco de terra para chamarem sua, e dentro desse domínio manejar sem piedade o bastão de prepotência" BARRETO, T. Um discurso em manga de camisa. In: BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.126,127.

do Recife em 1882 e Távora, por sua vez, assumiu um cargo burocrático subalterno na Corte (1874).

Contudo, nunca mais conseguiram reunir condições para tentar segunda reconversão para cima. Primeiro, em razão da perda dos apoios políticos, segundo, talvez em decorrência das suas atitudes de desconfiança e de distanciamento dos grupos políticos dirigentes.

É o que se percebe no deslocamento de Távora na Corte, quase que exclusivamente entre grupos literários: participou da criação da Revista "*Ilustração Brasileira*" (1876–1878), atuou na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB (1881–1887) e refundou a "*Revista Brasileira*" (1879–1881); aproximou-se de todas as panelinhas literárias fluminenses; e passou a conviver com escritores como Taunay, Machado de Assis e José Veríssimo. Todavia, não se percebe a sua aproximação dos partidos políticos e dos homens bem-relacionados com o poder.

Na mesma atitude arredia e distante dos grupos políticos dirigentes seguiu Tobias Barreto. Na condição de docente da Faculdade de Direito do Recife encontrou condições para publicar os seus melhores trabalhos em Direito, dentre os quais destacamos "*Menores e loucos*" (1883) e "*Questões vigentes*" (1888).

Contudo, havia um agravante para o sucesso de Tobias Barreto dentro do ambiente acadêmico. Ele reproduzia no seu interior a mesma postura combativa e arrogante que mantivera com os colegas políticos durante a sua permanência na vida política: sentia-se superior aos seus colegas professores e se impunha sobre eles por meio de uma postura agressiva, irônica e soberba, parecendo ser seu desejo assegurar para si a distância dos colegas.

A postura de Tobias Barreto não passaria impune dentro da Faculdade de Direito do Recife, um espaço simultâneo de ensino e de disputas políticas. Neste sentido, houve o aumento do número de alunos e de aulas nas Faculdades de Direito, com a reforma modernizadora iniciada pelo Gabinete

Rio Branco, que fez aumentar de 710, o número de bacharéis formados de 1830 a 1839, para "quase dois mil bacharéis nos anos de 1880" [259].

Apesar disto, Tobias Barreto amargou até o final da sua vida acadêmica não ter mais do que poucas aulas para lecionar. Isto porque os colegas mais velhos de Congregação podiam, legalmente, acumular maior número de disciplinas ou então repassá-las aos outros colegas. Porém, todos resistiam abrir mão das suas aulas em favor de Tobias Barreto, o que enfim pressionou-lhe a dar aulas particulares fora da Faculdade: "*Conseguiu a Congregação reduzir os vencimentos de Tobias pela metade, 300 mil réis mensais. Para se ter um referencial, à mesma época, Machado de Assis, exemplar chefe de seção, recebia 400 mil réis (...)*"[260].

Tobias Barreto tornou-se entre os seus colegas de Congregação "persona non grata". Nem diante da sua morte os colegas sentiram-se tocados: "*A Faculdade de Direito do Recife ignorou que o seu mais ilustre professor estava agonizante. Em fevereiro de 89, o próprio Tobias, em carta a Sílvio Romero, lamentava-se: "tenho estado prestes a morrer e os tais colegas nunca mandaram saber do meu estado*" [261].

Tanto Távora como Tobias Barreto incorreram num erro fatal, tentaram demonstrar o domínio de competências e qualificações dissociadas dos capitais políticos e de relações sociais. O que era uma atitude improcedente numa sociedade patrimonialista, cuja racionalidade das instituições tendia a diluir os esforços, que separavam em fronteiras muito bem delimitadas competência e afeto.

Na sociedade patrimonialista do Segundo Reinado, um indivíduo não elevava o seu padrão social e econômico somente apelando para os seus méritos. Era preciso associar *méritos* e *afetos*; *competência* e *boas relações sociais*; *qualificações individuais* e o *cultivo de boas relações políticas*, como fizeram os letrados da Primeira Geração Romântica ao aproximar do trabalho

259 GRAHAM, S. L. Patronage and politics. In 19th Century Brazil. Palos Altos: Stanford University Press, 1990, p.266.
260 VEIGA, G. Tobias Barreto e a teoria política no Brasil. In: BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.261.
261 BARRETO, T. Correspondências. In: BARRETO, T. Estudos alemães. 5ª ed. RJ: Record, 1991, p.250.

com as letras o bom trânsito no poder político. Disto resultaram os seus sucessos nas suas histórias de vida.

Seguir pela estratégia de Távora era fracassar, como de fato lhe ocorreu no fim da vida, quando sintomaticamente queimou todos os seus artigos e vendeu os livros aos alfarrábios, diante do desespero da pobreza e da doença.

A conjugação entre vida profissional e o cultivo das letras podia levar ao fracasso, se não viesse acompanhada da elevação do padrão social e econômico. Naquele momento da vida cultural estava em processo a elevação do nível de qualidade das produções literárias, o que exigia maior dedicação dos letrados, sem, contudo, em contrapartida, a vida literária recompensá-los por meio de razoável retorno econômico.

Ao contrário de recompensá-los economicamente, percebemos aumentar o nível de conflito entre o trabalho profissional e a dedicação às letras. Neste aspecto, Clóvis Beviláqua relatou que pelo fato de ter Távora na Corte "*voltado inteiramente para a carreira literária, foi sempre, na Secretaria do Império, um funcionário de individualidade apagada*". A ponto dos companheiros de sessão salientarem a sua "*inaptidão oficial*"[262] para o serviço público.

O que certamente teve reflexos na composição dos seus livros, escritos apressadamente como ele próprio esclarece no "Prefácio" do livro "*O cabeleira*" (1876): "*inçado de tantas emendas e entrelinhas que a mim mesmo custa às vezes decifrá-las, pela razão de que tudo aqui se escreveu sem ordem, sem arte, sem se atender a ideal, por aproveitar momentos vagos e incertos de uma pena que pertence ao Estado e à família*"[263].

No mesmo caminho estava Manuel Antonio de Almeida (1831/Rio de Janeiro – 1861/Rio de Janeiro). Pobre e órfão de pai, ele formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, com a ajuda do tio, mas nunca exerceu a profissão de médico. Tão logo formado em 1855, voltou-se para o jornalismo, trabalhando no *Correio Mercantil* como tradutor de folhetins.

Parece ser o desejo de dedicar-se acima de tudo à vida literária, a razão da sua inaptidão para o serviço público.

262 BEVILAQUA, C. Franklin Távora. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, ano XLVIII, p.284, 1934.
263 TÁVORA, F. O Cabeleira. 2ª ed. SP: Melhoramentos, [19-], p.11 (Prefácio de 1876).

Graças à ação do amigo Sousa Franco, Manuel Antonio de Almeida chegou ao primeiro emprego público em 1858, como administrador da Typografia Nacional, onde Machado de Assis no mesmo período trabalhava como tipógrafo. Porém, não durou aí mais do que um ano, pois foi demitido por "inaptidão". A história se repetiria no cargo de segundo oficial da Secretaria de Negócios da Fazenda. Neste cargo fora empossado em 1859 e dele demitido em 1861, novamente por "inaptidão" e "morbidez de romântico" como nos informa Brito Broca[264].

Bernardo Guimarães, também funcionário público e escritor, viveu tão desajustado na profissão de Juiz Municipal em Catalão (interior do Goiás), que sofreu processo por negligência no serviço publico. De fato, estava mais envolvido com as suas viagens por Minas e o Goiás do que com tudo mais[265].

Nem mesmo Machado de Assis, na observação da requintada crítica literária Lúcia Miguel Pereira, parece escapar desta condição perversa que pesava sobre os letrados durante o Segundo Reinado, pois de acordo com o relato de Epitácio Pessoa "Machado seria um grande escritor e um péssimo secretário"[266].

264 BROCA, B. Românticos, pré-românticos e ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro. Prefácio de Alexandre Eulálio. SP: Livraria e Editora Polis, 1979, p.224.
265 CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. SP: EDUSP, 1975, p.383.
266 PEREIRA, L. M. Escritos da maturidade. RJ: Graphia Editoral, 1994, p.33.

Capítulo IV – Esgotamento do projeto político-literário nacionalista do movimento romântico brasileiro

Crise da poesia romântica: a excessiva musicalização do verso romântico

As ideias e o trabalho criativo de Gonçalves Dias alcançaram soluções poéticas que estão dentre as melhores de toda a poesia brasileira[267]. Como, por exemplo, o poema "*I-Juca-Pirama*" (*Últimos Cantos*), cujos versos reúnem técnicas que conjugam simultaneamente a introdução de muitos ritmos e de versos de métrica distintos[268]. No poema em questão, as novas técnicas criadas por Gonçalves Dias integravam parte do seu esforço em fazer com que os diferentes estados de espírito das personagens tornassem-se manifestos ao leitor, como se tratassem de diálogos em prosa.

Nos versos do poema "*I-Juca-Pirama*", os diálogos entre o guerreiro Tupi aprisionado e os chefes Timbiras dão conta de transmitir ao leitor os sentimentos de medo, vergonha, compaixão, valentia, coragem e conflitos íntimos, que emergem do drama do guerreiro aprisionado, na medida em que se aproximava, ao longo do rito antropofágico, o seu momento final.

---

267 Pesquisas detalhadas sobre a poética e a história de vida de Gonçalves Dias, eu sugiro os estudos de BANDEIRA, M. Gonçalves Dias: esboço biográfico. RJ: Pongetti Editores, 1952, RICARDO, C. Gonçalves Dias e o indianismo. In: COUTINHO, A. A literatura brasileira. Vol. II. RJ: Editorial Sul América, 1969, p.65–129. Contudo, considero o melhor estudo sobre Gonçalves Dias feito por Lúcia Miguel Pereira. A vida de Gonçalves Dias: contendo o diário inédito da viagem de Gonçalves Dias ao Rio Negro. RJ: José Olympio, 1943.

268 "Verificamos que nos Primeiros, Segundos e Últimos Cantos (...) há um total de 142 poemas, 75 em que variam os metros e muitas vezes as estrofes. A variação obedece sempre a uma necessidade de expressão, e é curioso notar que onde há movimento belicoso ou sentimento de orgulho, indignação, revolta, surge frequentemente o ritmo ternário do anapesto, não só nos eneassílabos e hendecassílabos (...). Atesta-o a harmonia das suas combinações polimétricas, as mudanças de estrofação e de ritmo" BANDEIRA, M. A poética de Gonçalves Dias. In: BANDEIRA, M. Gonçalves Dias: esboço biográfico. RJ: Pongetti Editores, 1952, p.213–214; 215.

A qualidade alcançada pela pesquisa de Gonçalves Dias na poesia chegou a níveis tão elevados que José de Alencar, leitor atento de Gonçalves Dias[269], vislumbrou como plausível instaurar a prosa romântica segundo os modelos indianistas. Neste sentido, a "*Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*" (1856) marcou o momento dentro da literatura de superação da poesia pelo romance. O que se deve em grande parte a Alencar que abandonou repentinamente o teatro e retornou à prosa com a publicação de "*O guarani*" (1857), um romance indianista em que as fronteiras da prosa tocam na da poesia.

Entre Gonçalves Dias e Castro Alves havia poetas da qualidade de Álvares de Azevedo, Junqueira Freire e Casimiro de Abreu. Dentre os poetas românticos, Casimiro de Abreu foi quem mais investiu num estilo poético muito propenso a construções de versos de efeito rítmico, excessivamente musicais e sonantes, ao preço da riqueza do conteúdo e do primor do estilo. De tal forma que a transbordante sensibilidade por trás dos seus versos e personagens deixou-lhe pouco espaço para investidas em torno de questões existenciais.

Em razão do uso excessivo, a musicalidade no verso, surgida no romantismo nacional como uma técnica e recurso em favor da reação da poesia ao avanço da prosa, redundou por fim no empobrecimento da própria poesia. Descontada a sofisticação da formação intelectual exigida pelo gênero poesia do seu público consumidor, bem como dos seus cultivadores e especialistas, o esgotamento da poesia romântica parece tanto mais se confirmar pelo fato dos poetas românticos menores absolutizarem a melodia e o efeito da rima em detrimento da criação lírica.

Inicialmente, a aproximação entre o verso e a melodia foi um recurso técnico potente usado pela poesia frente ao avanço da prosa. Porém, o abuso do recurso resultou no empobrecimento da poesia, em particular, nas mãos dos

269 A "Carta quarta" escrita por José de Alencar durante a "Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios" ocupa posição central, pois nela Alencar fez uma retrospectiva da contribuição dos pré-românticos Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Frei São Carlos para lançar as bases da literatura brasileira. Ainda na mesma carta, Alencar reafirma a superioridade da poesia de Gonçalves Dias: "o metrificador perfeito, alma entusiasta e inspirada, que soube compreender os tesouros que a nossa pátria guarda no seu seio fecundo para aqueles de seus filhos que reclinar a cabeça sobre o regaço materno" ALENCAR, J. Carta quarta de 05 de julho de 1856. In: CASTELO, J. A. A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios. SP: FFLCH/USP, 1953, p.28.

poetas científicos. Daí, Machado alertar à "nova geração": o "pedantismo" era marca destes poetas menores tão lidos em Spencer e Darwin e ávidos em mostrar "às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidas ao papel"[270].

Depois de Gonçalves Dias e Castro Alves – já mortos nos anos 70 − os poetas tanto do Sul como do Norte, motivados pelo desejo de conquistar o verso mais melodioso, estavam presos à construção de modelos poéticos sentimentalistas e superafetados pela rima; pelo efeito do jogo das palavras; e demasiadamente apegados ao uso indistinto de diferentes formas métricas.

Todo esse espaço, cada vez mais concedido à melodia dentro do verso, foi feito em detrimento do conteúdo dos temas românticos, os quais, em boa medida unidos à música, foram capazes de possibilitar à poesia romântica repor a realidade num outro patamar. Ou, então, de conceber o sentimento lírico como uma potencialidade do indivíduo de estar no mundo sem o imperativo do engenho racional.

Pouco mais que versejadores, os poetas posteriores a Castro Alves não se impuseram o trabalho da pesquisa lírica como fizeram os maiores nomes da poesia romântica brasileira[271]. Podemos exemplificar esse processo de decadência da poesia, entre os poetas da "nova geração", usando da avaliação de Machado de Assis: estilo incorreto; versificação "sem apuro necessário"; "respira-se a aragem do improviso" e o "inacabado do amador".

Houve tamanha procura por produzir efeitos sonoros nos versos, que os poetas tornaram certos recursos estilísticos em meios quase de todo mecânicos, como por exemplo, a tentativa, até a exaustão, de unir rima e melodia. De tal forma que, como resumiu ironicamente Machado de Assis em 1879, "*aquele condor que à força de voar em tantas estrofes, há doze anos, acabou por cair no chão, onde foi apanhado e empalhado; vemos as epopéias, os prometeus, os*

270 ASSIS, M. Crítica literária. SP: Ed. Mérito, 1962, p.242.
271 Acerca da crítica literária aos "poetas científicos", entre os quais figuravam Silvio Romero e Martins Júnior da Escola do Recife, ver os estudos de Machado de Assis. A nova geração. Revista Brasileira. RJ, II, 1979. In: ASSIS, M. Crítica literária. SP: Ed. Mérito, 1962, p.181–243.

gigantes, as babéis, todo esse vocabulário de palavras grandes destinadas a preencher o vácuo das ideias justas"[272].

Graças aos talentos poéticos de Gonçalves Dias, Castro Alves e Álvares de Azevedo, a poesia romântica alargou os seus horizontes entre os meios letrados e celebrizou-se entre o público não especializado com poemas eternizados, mesmo entre o grande público: "*Canção do exílio*" e "*Canção do Tamoio*"; "*Espumas flutuantes*" e "*Navio negreiro*"; "*A noite na taverna*" e "*Lira dos vinte anos*".

Findado o auge da poesia romântica, a poesia brasileira precisou ainda esperar por mais de meio século[273] até surgir Manuel Bandeira, um poeta da envergadura de Gonçalves Dias. Entretanto, até aparecer Manuel Bandeira, a poesia romântica manteve-se absolutamente superior na história da poesia brasileira.

Crise da prosa de ficção romântica: o romance refletindo a resistência dos românticos ao adensamento social e à modernização da sociedade

O romantismo foi o maior movimento intelectual até então observado no Brasil. Ainda que os bacharéis estivessem entre os mais envolvidos no movimento, não houve grupo social hegemônico se considerarmos que dele participaram bacharéis, médicos, engenheiros, políticos, religiosos, funcionários públicos e indivíduos dedicados a profissões liberais, que em sua maioria se não eram nascidos na Corte pelo menos aí residiam a mais de dez anos.

Durante 40 anos ("*Suspiros poéticos e saudades*", 1836, e "*Senhora,*" de José de Alencar, 1875), o romantismo pôde contar com o esforço da elite político-administrativa nacional, no sentido de lançar os marcos de consagração da poesia nacional, em 1846, com Gonçalves Dias ao publicar "*I-Juca Pirama*" e da prosa de ficção nacional, com José de Alencar, com a sua obra "*O Guarani*" (1857).

272 ASSIS, M. A nova geração. Revista Brasileira. RJ, II, 1979. In: ASSIS, M. Crítica literária. SP: Ed. Mérito, 1962, p.239.
273 Manuel Bandeira (1886–1968) publicou "A cinza das horas" (1916) cuja publicação ocorreu 73 anos depois dos "Primeiros cantos" (1846) de Gonçalves Dias.

A possibilidade de surgimento deste movimento intelectual era um reflexo do melhoramento das condições necessárias à produção literária introduzidas pela Corte de Dom João VI. Todavia, aceleradas com a maioridade de D. Pedro II, quando o grupo dos primeiros românticos viu com o fim das Regências a possibilidade de redefinição dos grupos políticos mais próximos do poder, o que favoreceu às suas expectativas literárias e ambições políticas.

Exceto a Segunda Geração Romântica, formada por Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Bernardo Guimarães, Laurindo Lessa e Casimiro de Abreu, alguns românticos ocuparam cargos e postos públicos relevantes e estavam muito próximos do Imperador Dom Pedro II. Muitos foram monarquistas fiéis, gratos e reconhecidos ao Imperador, como se pode perceber nas dedicatórias dos seus livros e nas votações do Senado e do Conselho de Ministros.

A proximidade do Imperador Dom Pedro II e o treino ideológico, no exercício de mandatos políticos e de cargos administrativos públicos, cultivaram nos românticos a determinação de aproximar o movimento literário romântico da construção do Estado-Nação. De tal forma que se percebe o máximo empenho nestes intelectuais de tornar o romantismo um movimento político-literário.

Como vimos em particular nos dois primeiros capítulos, os românticos incumbiram-se da tarefa de criação da história da literatura brasileira e da criação de uma suposta tradição simbólica do Império. Tanto investiram na confecção de biografias literárias como de biografias políticas. Tanto publicaram antologias poéticas como estudos históricos sobre a Inconfidência Mineira, as lutas contra a ocupação holandesa no Brasil Setentrional e sobre a resistência dos Tamoios aos portugueses.

Tanto trabalharam na confecção de símbolos nacionais de resistência política aos portugueses, como Tiradentes, os Inconfidentes e os Tamoios, como, ao mesmo tempo, reabilitaram como letras nacionais as produções literárias de Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, Pe. Vieira, Anchieta e vários outros.

Na avaliação da Primeira Geração Romântica, estas personagens políticas e literárias, simbolicamente integradas à tradição imperial inventada, seriam vocalizadoras das expectativas de instauração de uma Nação livre, igualitária,

civilizada e nascida para a realização de feitos grandiosos, que, por sua vez, encontrariam a sua efetivação, no Estado Imperial do Segundo Reinado.

Com respeito a este último aspecto, as epopéias "*A Independência do Brasil*" (1847 − Teixeira e Sousa), "*A confederação dos Tamoios*" (1856 – Gonçalves de Magalhães) e "*Colombo*" (1866 – Porto Alegre) investiram forte na construção de imagens de heróis nacionais e de algumas formas políticas do Segundo Reinado como a síntese mais elaborada: – o termo de realização das expectativas de uma Nação civilizada conduzida por um rei paternal, sábio, justo, equânime e liberal.

Como os intelectuais românticos, guardadas algumas exceções, foram simultaneamente integrantes da elite política e burocrática, a "*unidade ideológica e de treinamento*" reincidia num conceito de Estado muito assemelhado, cuja elaboração tinha entre as suas teses a manutenção da ordem e a ampliação do poder do Estado.

A administração e a modernização dos processos sociopolíticos e econômico-burocráticos estavam escoradas na viga mestra da *tradição-memória* nacional. Neste sentido, a proximidade ideológica permite estabelecer semelhanças entre o papel esperado do Estado pelo autor de "*A retirada da Laguna*" (1871 – versão francesa) e o autor de "*Memórias da Balaiada*" (1848).

A "incorporação territorial e de civilização, sob os auspícios da Coroa", presente no projeto modernizante de Taunay[274], era o modo de correção da rusticidade e da tirania observadas no sertanejo José Francisco Lopes que, segundo o relato de Taunay, era um guia corajoso e altruísta, mas carente de liderança.

Em contraste com o otimismo de Taunay, o romântico Gonçalves de Magalhães, também a serviço do Império em missão de intervenção no Maranhão durante a Balaiada (1839−1840), relatou em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB o choque cultural por ele sofrido e a miséria social com que se deparou na Província do Maranhão.

274 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.53.

Nas “Observações preliminares” da sua “memória”, Gonçalves de Magalhães enfaticamente observou que o “desfiladeiro das rebeliões”, ocorridas no Império, era tanto resultado do “sistema de egoísmo santificado” dos partidos políticos, quanto da “extravagância” dos “pensamentos reformistas” europeus introduzidos entre nós*: “estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências, em desacordo com a vastidão de um terreno sem amanho, e diferenças inconciliáveis de classes*”[275].

Assim como Taunay, a proposta de Gonçalves de Magalhães passaria pelo aumento da presença do Estado na província mais aproximada de Lisboa e ainda dominada pelos antigos “barões”. Estes viviam “sem respeito algum às autoridades, vingando por suas mãos de particulares insultos, e ocultando nas suas terras os facinorosos que buscam o seu abrigo”[276] e os “homens não domados por nenhum freio”[277].

As vitórias de Caxias no Maranhão e posteriormente no Rio Grande do Sul, ambas presenciadas por Magalhães como integrante dos governos provisórios, reforçaram a sua confiança no Estado como a instituição capaz de “fazer nascer o espírito de ordem que esclareceria o futuro” e faria “abonançar os costumes”[278].

O respeito à ordem e o desejo de manutenção da integridade geopolítica nacional eram elementos ideologicamente fortes nestes homens ordeiros e envolvidos na construção político-cultural do Império. Basta asseverar que nem mesmo o símbolo nacional Tiradentes escapou da censura de líder “inconsequente”, formulada por Joaquim Norberto, diante da proposta da Conjuração Mineira de separar Minas do restante do Brasil. Na mesma linha seguiu Varnhagen, ao escrever a sua “*História geral do Brasil*” (1854), na qual tendenciosamente silenciou-se sobre a atuação dos heróis populares Henrique Dias e Camarão.

---

275 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.14,15, marc. 1989. (Grifo nosso).
276 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.16, marc. 1989.
277 MAGALHÃES, D. G. de. Memória Histórica e Documentada Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. SP, n.23, p.17, marc. 1989.
278 Idem. Ibidem. p.15;61.

O projeto nacionalista romântico naturalizou a *tradição-memória* nacional como fato positivo, evidente, inelutável e necessário à legitimação da história, da vida político-econômica e como o pressuposto à introdução de qualquer técnica e doutrina transformadora. Diante da possibilidade ameaçadora das rupturas, em parte vividas pela Primeira Geração Romântica, todo medo e conservantismo seriam traduzidos em *norma* e *tradição*, que se fazia necessário respeitar.

Ao colocar como mediadora dos grupos sociais a *tradição-memória* por eles inventada, interpretada e reconstruída, os românticos assumiram-se como nostálgicos reacionários. Desta forma, "*o tempo nacional cristalizara-se em uma realidade una, primordial e atemporal, levando a que a ontologia brasileira implicasse uma unanimidade moral e política escorada na tradição*"[279].

A perspectiva de um projeto nacionalista pouco inclusivo dos grupos sociais e muito resistente ao subjetivismo burguês em consolidação imobilizou a narrativa da prosa de ficção romântica. Os romances de costumes de Teixeira e Sousa, Macedo e Manuel Antonio de Almeida ressentiram de processar os interrogantes existenciais, tais como a relação do homem com Deus, com a natureza, com outros e consigo mesmo. Isto porque o romance, de modo geral, concede muita liberdade à criação, entretanto exige a estilização com base em possíveis literários.

Daí o porquê do relato dos acontecimentos tiranizar as personagens dos romances românticos e o autor resguardar o direito de ser tão onipresente na narrativa, pois o universo literário ecoava a resistência dos românticos à formação do individuo burguês, reificado nas suas relações consigo mesmo e com os outros.

Não faltaram nos seus romances a casa com os escravos domésticos, o salão de festas, o teatro e os saraus, o passeio na cidade, o romance lido pela moça e o agito da república estudantil. Estavam também presentes os médicos, as comadres na janela e os homens livres pobres, o bacharel, o comerciante enriquecido, o grande exportador ligado às firmas inglesas, o político, o

279 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.148.

funcionário público no exercício de alto cargo, a moça casadoira e o estudante enamorado.

Não ficaram de fora as inovações dos hábitos processadas com o declínio dos senhores rurais e a ascensão dos grupos urbanos, mais voltados às ultimas modas e gostos da Europa: a carruagem tocada por negros bem-vestidos, o prazer de fumar um charuto, o champanhe e o vinho importados e o uso do espartilho e do fraque, dois exemplos da imposição e da retenção da sexualidade na moda de tons burgueses.

As personagens romanceadas foram transportadas da realidade para o interior da trama com os seus hábitos, gostos, profissões e ocupações[280]. Todavia, o universo narrativo em que passaram a se deslocar não era regido pelos conflitos sociais entre livres e escravos, entre poucos ricos e muitos homens pobres livres.

Os indivíduos ficcionais não eram dilacerados pelo remorso e a solidão e desconheciam o drama do homem urbano do Brasil do século XIX, bem como de tantos outros indivíduos desejosos de mobilidade social.

Tudo isto porque *o universo ficcional romântico era o momento necessário de introdução de uma eticidade substancial, bastante integradora para unir consciência e atitudes, moral e política, modernização e tradição*. Os romancistas introduziram *uma ordem desejada, utopicamente vislumbrada na visão do "Paraíso perdido" tropical, que não encontrava correspondente na ordem social em processo crescente de estratificação social, secularização e estandarlização, cujos efeitos rompiam com as tentativas de recuperação de conceitos e práxis integradoras*.

Enredados num mundo ficcional em que os destinos individuais não se dissociavam da ordenação cósmica, as personagens eram moralmente íntegras, consistentes, previsíveis, consequentes, por isto mesmo, eram rasas existencialmente.

280 Machado de Assis chegou mesmo a acusar Macedo de simplesmente reduzir a ficção à realidade: "se a missão do romancista fosse copiar os fatos, tais quais eles se dão na vida, a arte era uma coisa inútil, a memória substituiria a imaginação, o culto do dever deitaria abaixo Corina, Adolfo, Manon Lescoult". ASSIS, M. Crítica literária. SP: Ed. Mérito, 1962, p.64.

Da “Introdução” de Mário de Andrade ao romance de Manuel Antonio de Almeida, “*Memórias de um sargento de milícias*”, vem a melhor definição do que representou o mundo “restaurado” dos românticos na ficção: ficou tudo tão reduzido e convencional, encontradiço e previsível que as personagens atingindo a “felicidade cinzenta e neutra”, por sua vez, toda a trama estava terminada. Afinal de contas “quando a inútil felicidade principia”[281] o que há mais a fazer?

A “Polêmica Alencar-Nabuco”: dois projetos nacionais em disputa

Num total de 14 artigos, a polêmica entre Alencar e Nabuco deu-se por meio do Jornal “*O Globo*” de 3/10/1875 a 21/11/1875, o primeiro escrevendo sob a rubrica “Às quintas” e Nabuco sob a rubrica “Aos domingos”.

O embate entre os dois iniciou-se em torno do drama “*O Jesuíta*”, escrito em 1861 por Alencar, mas somente dramatizado em 15 de setembro de 1875, no Teatro São Luís, no Rio de Janeiro, como parte das comemorações dos 53 anos da Independência. A peça foi recebida com tal indiferença pelo público da Corte que a direção do teatro retirou-a de cartaz logo depois da sua primeira apresentação. Com isto, nem mesmo Alencar a pôde assistir.

Anchieta, Estácio de Sá e Basílio da Gama, dentre outros, figuram nesta peça construída sobre o ambiente do Brasil Colônia, cuja personagem principal era o jesuíta Samuel, um religioso desejoso de ver a Independência política do Brasil instaurada.

Segundo a explicação do próprio Alencar, não era a peça maçom ou carola, mas um drama escrito por um brasileiro com o fim de glorificar “a inteligência e a encarnação das primeiras aspirações da independência desta pátria repudiada”. Tanto que o jesuíta Samuel protagonizava o sentido elevado de “personificação de um povo e de uma raça, que surgia no solo americano”[282].

O primeiro artigo de Nabuco, na ocasião “crítico literário” do jornal “*O Globo*”, analisava a peça em tom amigável, ainda que não deixasse de apontar a distância do tema: tão difundido entre os pré-românticos e a Primeira Geração

281 ALMEIDA, M. A. de. Memórias de um sargento de milícia. Introdução de Mário de Andrade. SP: Ed. Martins, 1941, p.5–19 (Introdução de Mário de Andrade).
282 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.24; 31.

Romântica, porém naquele momento afigurava-se como um tanto "remoto" e não "conveniente".

Em termos mais amplos, o balanço da peça por Nabuco foi até muito positivo. Chegou-se até mesmo prever que ela iria à posteridade como um "drama de todos os tempos (...) aplaudido e bem vingado da indiferença"[283].

A mágoa e o ressentimento de ver-se preterido pelo Imperador mesmo tendo o seu nome como o primeiro de uma lista sêxtupla de políticos mais votados a Senador e os ataques à sua obra literária[284], mais frequentes a partir dos anos de 1860, talvez estivessem entre os fatores que motivaram a resposta de Alencar, ao artigo de Nabuco, ser tão ríspida, provocadora e irônica.

A posição central de Alencar, ao longo da polêmica, retomava o debate entre duas concepções político-cultural-literárias ideologicamente contrastantes. De um lado, estava Alencar e os intelectuais românticos na defesa de que o Estado e a Tradição eram as formas objetivas de construção de uma sociedade civilizada americana. *Dentro desta sociedade não haveria modernização e individualidade efetivamente libertadoras sem a mediação ordenadora do Estado e a universalidade da cultura nacional*.

Estes aspectos eram tratados na polêmica nos termos de que a nossa inegável "origem européia" não estava acima da nossa "aura americana", nem da nossa tradição e nem dos "estímulos patrióticos" capazes de formarem "o grande vulto do império americano"[285].

Os seus fundamentos não estavam também na elite da Corte, em razão desta ser formada por indivíduos tendenciosamente "*positivos e sobretudo cosmopolitas, [que] gostam do estrangeiro; do francês, do italiano, do espanhol, do árabe, de tudo, menos do que é nacional. Isso apenas serve para a eleição*".

283 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.18.
284 Alencar enfrentou em defesa da sua obra literária os ataques, em especial, de intelectuais portugueses em decorrência da sua consciente proposta de não separar conteúdo e forma. Por exemplo, a seu ver não era possível criar o romance indianista (conteúdo) sem inovar na língua (forma). Pinheiro Chagas. Novos ensaios críticos. Porto, 1867, p.221ss; Antonio Henriques Leal. Lucubrações. Lisboa, 1874, p.214; 215; José Feliciano de Castilho (pseud. Cincinato). 3 vols. Questões do dia. RJ: Typ. Imparcial, 1871–1872, p.316–319. Mais ainda o brasileiro Franklin Távora. Cartas a Cincinato. Pernambuco/Paris: J. W. de Medeiros. 1872.
285 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.23; 24.

Os elementos da nossa identidade nacional estariam, sim, cristalizados no interior das províncias[286] onde "o sentimento nacional não está diluído no turbilhão: aprecia-se mais o que é nosso" e as instituições animam "os primeiros operários da seara civilizadora"[287].

Em consequência desta postura, Alencar acusava Nabuco de tentar esvaziar a proposta dos românticos por meio de um estrangeirismo corrompido. Daí, as muitas ironias ao longo dos artigos escritos por Alencar: "folhetinista parisiense", "crítico parisiense", "um rezador de "ladainhas antibrasileiras", um "elegante parisiense" catequizador dos "escritores nacionais".

Os primeiros românticos estiveram antes envolvidos na tarefa de invenção de uma tradição imperial do que na teorização do Estado. Como já adiantamos, os integrantes da Primeira Geração Romântica concebiam o Segundo Reinado como a mais avançada objetivação do Estado-Nação na civilização dos trópicos e a forma por excelência de realização da tradição nacional, entendida como: o momento de manutenção da identidade nacional e o filtro para a assimilação das mudanças técnicas e das reformas sociais.

Baseado nestes aspectos, a *memória-tradição* funcionava como uma solução conservadora, imobilista, resistente às reformas e aos processos de rupturas. Haja vista a crítica de Nabuco a Alencar de que a escravidão era tratada, nos seus romances e na sua vida política, de forma engenhosa a estilizar positivamente uma "instituição" que colocava em xeque "a civilização proclamada pelo próprio dramaturgo escravagista"[288].

Alencar, argumentando dentro dos termos pacíficos e conciliadores da tradição, treplicaria a Nabuco de que pessoalmente não era um escravagista, mas, na

286 Maria Alice Rezende de Carvalho resume o projeto civilizador do grupo, representado por Alencar, ao definir o seu conceito de progresso: "o progresso era sinônimo de civilização, mas de uma civilização que tinha raízes nos costumes brasileiros, na "memória nacional" que permanecia solidamente plantada no interior do país, lá onde o povo – mescla de índio e sertanejo – guardava o sentimento de singular comunidade erigido nos trópicos. Cabia, assim, ao imperador sobrepor-se aos partidos, às facções da elite, e recompor o "eu próprio" antagonizando-se com a invasão de estrangeirismos representada pela agenda liberal burguesa" CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.151–152.

287 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.24;26.

288 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.106.

condição de homem público, ele se filiava à proposta de "*extinção espontânea e natural [da escravidão], que deveria resultar da revolução dos costumes*"[289].

Ainda segundo Alencar, se ele era um escravista também o fora o pai de Joaquim Nabuco, o Senador Nabuco de Araújo, pois ele também votara contra a "abolição imediata" da escravidão. Ainda mais, prosseguia Alencar, não havia dentro da elite imperial quem pudesse eximir-se dos erros comuns do estigma da escravidão, em especial a família Nabuco Araújo, cujo "bem-estar viera do café, do algodão e da cana plantados pelo braço cativo"[290].

Do outro lado, em contraste com a concepção político-cultural-literária de Alencar, posicionavam-se Nabuco e os "Novos liberais"[291]. Eles demandavam por um projeto político que pressionava pela abolição da escravidão e pela modernização econômica do país. A escravidão era entendida como o obstáculo estrutural maior ao surgimento de um país economicamente viável, ao não permitir a formação de um mercado com a força de trabalho livre e a ampliação do mercado de bens de consumo.

No entender de Nabuco e dos "Novos liberais", a proposta de Alencar de extinção da escravidão, sequenciada no ritmo da "revolução dos costumes", seria o resumo e a prova de que a inércia política e social não liquidariam "um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores"[292].

Escaldados pela experiência política do imobilismo, tanto dos liberais como dos conservadores, Nabuco e os seus colegas viram no "poder pessoal" do

289 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.59 (Grifo nosso).
290 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.59.
291 Na tipificação de Alonso, o grupo dos "Novos liberais" seria também integrante do movimento político-intelectual da Geração 1870. Basicamente, o grupo era formado por indivíduos nascidos de famílias tradicionais do Império obstruídas politicamente e em processo de empobrecimento econômico. Entretanto, os seus capitais políticos e econômicos ainda guardavam considerável integridade. Figurariam entre os seus integrantes os intelectuais Joaquim Nabuco, André Rebouças, Rui Barbosa, Rodolfo Dantas, Muniz Barreto, Barros Pimentel, José Mariano Carneiro da Cunha e Gusmão, Lobo dentre outros. ALONSO, A. Os novos liberais. In: ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.112–120.
292 NABUCO, J. O abolicionismo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p.59.

Imperador a solução mais viável, rápida e ordeira no sentido de liquidar de imediato a escravidão, como fizera o Gabinete Rio Branco em 1871[293].

Nabuco e os "Novos liberais" eram monarquistas, ordeiros e centralistas como os integrantes da Primeira Geração Romântica. Os dois grupos projetavam no Estado Imperial a promessa de construção dum Estado-Nação que fosse a síntese dos contrários e a forma de edificação da identidade nacional.

Porém, não compartilhavam dos conselhos do "Erasmo" alencariano ao Imperador, formulados nos termos da sua alteza reinar acima dos partidos políticos; liquidar as rivalidades e as facções nascidas da classe política por meio do pleno exercício da soberania do monarca; e de tornar o Imperador o "chefe de Estado" de uma monarquia absolutista:

> Vossa missão é árdua (...) é quase a missão da Providência (...) o chefe por quem a parte sã da população almeja; o pensamento diretor contra o qual não se concebem rivalidades; o centro para onde convirjam as unidades esparsas; sereis vós, senhor. A flor do país se reunirá ao redor do trono. Esse há de ser o vosso partido, o grande partido da regeneração, de cuja substância devem sair os nossos partidos políticos (...) o resto são fezes, que só dão matéria vil para facções[294].

Joaquim Nabuco, ao longo da polêmica, repassou a vida política de Alencar para então concluir que o "chefe da nossa literatura" fora na Câmara um lisonjeador e um pomposo que se ardia pelo poder político, um "beija-mão" do Imperador. A presença de Alencar na tribuna da Câmara foi envolta pela eloquência e a representação de um "papel estudado": – sempre discursando em tom jocoso e usando de um "armazém de anedotas". Isto porque, segundo Nabuco, Alencar não possuía um projeto político definido.

Implacável, Nabuco esvaziaria a vida política de Alencar, considerando-o um inútil político sem a possibilidade de rever-se, devido à idade já avançada. Ironizando Alencar como um velho e decadente, Nabuco provocaria no último

293 Com respeito à atuação decisiva de D. Pedro II na aprovação da Lei do Ventre Livre, proposta pelo Gabinete Rio Branco, e entendida por Nabuco como uma intervenção no sentido de "economizar uma revolução", Maria Alice observa: "Assim, ainda no registro da sua percepção sobre esse episódio, isto é, na caracterização de um poder centralizado que encaminha o tema da reforma, Nabuco não demonstra ter-se desprendido das lições do liberal Guizot" CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.34. Ainda com relação ao Gabinete Rio Branco encontrar como solução pragmática a "reforma a partir do alto mobilizando diretamente a Casa Bragança, por sinal, também a mais viável aos olhos de Nabuco e do seu grupo para a questão da escravidão", ver ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.119.

294 ALENCAR, J. Cartas de Erasmo apud COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.212.

artigo "– *qual a sua posição política? Em que partido se acha? Que ideias apóia? (...). Ninguém poderia dizer o que ele quer, ele mesmo não o sabe (...) ele nunca foi mais do que um retórico, e nunca teve outras ideias senão as suas impressões*"[295].

Na análise de Nabuco, o projeto político-literário de Alencar e da "confraria", numa alusão de Nabuco à Primeira Geração Romântica, estava ultrapassado. Não servia a "nenhum partido" pelo fato mesmo de ser lisonjeador do "governo pessoal" e formulado sobre um "patriotismo imaginado" e convencional. Assim, como as personagens de Alencar viviam numa "idiossincrasia moral", o projeto político dos românticos, representado por Alencar, seria anacrônico e estava superado.

Na posição de Ministro de Estado (Alencar foi também Ministro da Justiça), o tratamento em tom irônico e anedótico – formulado nos termos de "patacho progresso" e "não regeneração"[296], dispensados por Alencar aos temas sobre o progresso e a modernização do país – era interpretado por Nabuco como elementos a mais, confirmadores de que o projeto dos românticos estava na contramão do esforço de civilização e modernização da Nação.

Joaquim Nabuco ironizava que o projeto dos românticos não servia a uma Nação que se mirava na Inglaterra, mas, talvez encontrasse aplicação "entre todos os povos da raça latina"[297]. Por detrás desta posição anglófila de Nabuco, Maria Alice Rezende de Carvalho vê como Nabuco entendia a possibilidade de modernização da Nação: como uma transformação "estética e eticamente, comprometida com a Inglaterra oitocentista inventora de uma forma de governo sólida e perpetua". Em contraposição, as instituições criadas pelos latinos, vistas por ele, como por demais "oscilantes"[298].

Do ponto de vista literário, a crítica de Nabuco aos românticos retomava os argumentos principais dos integrantes da Escola do Recife, formulados no início dos anos de 1870. No diagnóstico de Nabuco, a literatura romântica era artificial e de pretenso fundo nacionalista porque estilizava o indígena e

295 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.216.
296 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.214.
297 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.217.
298 CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.129.

celebrava uma cultura que fora pouco representativa na formação da sociedade brasileira.

O bovarismo dos românticos transformara indígenas de "dialetos selvagens, a religião grosseira, os mitos confusos, os costumes rudes"[299] em nobres cavaleiros à maneira européia da alta Idade Média, esboçados com sentimentos e atitudes morais somente conquistados depois de longo processo de civilização dos povos europeus.

Os românticos teriam criado, segundo Nabuco, personagens indígenas que eram impossíveis literários, em razão da elevada moralidade dos indivíduos contrastar com a cultura dos "verdadeiros selvagens". Haveria índios com "pistolas ricamente embutidas", "*lamparinas" em lugar de velas de cera, índias pedindo beijos na boca e "índios [que] pensam e sentem, como nós, e falam melhor, como se fossem poetas (...) Que selvagens são esses que têm uma delicadeza de sentimentos de homens educados no respeito ao ponto de honra?*"[300].

A "polêmica Alencar-Nabuco" de certo modo funcionara como um sintoma do esgotamento da proposta político-literária nacionalista dos românticos, que havia se retirado para o passado idealizado, tencionando repor toda a promessa de modernização e libertação na *tradição-memória*.

Entretanto, as fronteiras entre o projeto dos românticos e o projeto dos "Novos liberais" se tocavam na expectativa de construção de uma sociedade moderna pela restauração das vontades sob ação transformadora do Estado Imperial e pela elevação da subjetividade do Imperador.

Os "Novos liberais" foram intelectuais tão hostis como os primeiros românticos à participação dos homens pobres livres e escravizados nos movimentos sociais. Enquanto intelectuais periféricos, eles sentiam-se possuídos da missão de esclarecer e transformar uma sociedade formada por muitos párias sociais e um imenso contingente de homens livres pobres. De tal forma, que

299 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.190.
300 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.189. Outras passagens, em que Nabuco aponta a inverosimilhança entre o indígena possível e aqueles criados nos romances indianistas, encontram-se também nas passagens p.44,74,83–91,188–191;210.

consideravam a Nação tão mergulhada na ignorância e na miséria econômica que seria necessário uma solução via "governo central".

As diferenças entre os dois grupos, no entanto, alargavam-se quanto aos projetos de modernização. Os românticos projetavam as suas esperanças de transformação no tempo longo de maturação da "revolução dos costumes".

Por sua vez, os "Novos liberais" reuniam elementos para discordar da viabilidade de um projeto de modernização nascido de uma nação fechada sobre si mesma e sem se abrir às doutrinas e às novas conquistas técnicas europeias. Bem como discordavam da viabilidade do projeto político romântico, por não incluir alguns indivíduos marginalizados politicamente (mulheres e não católicos) e os grupos sociais burgueses em ascensão[301].

O adensamento social dos meios urbanos – o testemunho da ficção machadiana

No período das Regências, a elite político-letrada reunia um repertório doutrinário limitado. Ainda que a porcentagem de Ministros e Senadores do Império, do período de 1822 a 1831, fosse acima de 80% formada por indivíduos com educação superior[302], as condições institucionais e culturais (bibliotecas, museus, escolas de nível superior, editoras e livrarias, jornais) eram ainda precárias.

Não fora por acaso que os letrados da Primeira Geração Romântica fecharam um ciclo de intelectuais dedicados simultaneamente a muitos gêneros literários. Isto porque a literatura nacional, até a chegada dos românticos, fora de fato muito pouco adensada, enquanto consequência da indissociável imbricação entre a literatura e a política. Além do alcance da formação acadêmica, primeiro recebida em Coimbra, ser ainda notadamente neoclássica.

---

301 COSTA, C. Contribuição à história das ideias no Brasil. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1967, p.350.

302 José Murilo de Carvalho observa no quadro 4 (Nível Educacional dos Ministros) e no quadro 5 (Nível Educacional dos senadores não-ministros), ambos cobrindo o período de 1822 a 1889:

a) a porcentagem de indivíduos "Com Educação superior" e "sem Educação Superior" no quadro 4, de 1822 a 1831, era para os primeiros de 86,67; e para os segundos era de 11,11%;

b) por sua vez, no quadro 5, cobrindo o mesmo período e as mesmas variáveis de grupo, as porcentagens seriam respectivamente 81,82% e 15,15%. CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.63–64.

Nos anos de 1870, o universo social urbano havia se tornado um pouco mais complexo com a presença de novos grupos sociais. A burguesia comercial, representada por banqueiros, negociantes, financistas e importadores ligados às firmas inglesas, pressionava por "*uma legislação mais avançada (...) eram defensores de uma política imigratória como solução ao problema do braço para o trabalho, industrialistas que clamavam pela substituição da agricultura dispersa, pelas fábricas centralizadas*"[303].

Por sua vez, a burguesia agrária, integrada por grandes proprietários de terras, livre-cambistas e escravistas, exigia a "liberdade aduaneira, para saída do algodão, do fumo, do açúcar e do café para a Inglaterra e [eram] adversários intransigentes da política imigratória"[304].

Colocando à parte a discussão sobre as superposições sociais encontradas nas acomodações produzidas por indivíduos ligados à burguesia comercial, mas político e ideologicamente identificados com a burguesia agrária e vice-versa, a presença destes grupos era um fenômeno social crescente que se impunha a melhor ficção nacional do século XIX.

Machado de Assis, advindo de um grupo social que abaixo dele somente moviam-se os párias sociais, elevou-se até a burguesia. Os hábitos, o gosto, a cultura, os amigos e até a "mulher ilustrada" que desposara eram burgueses.

Na engenhosidade das suas criações narrativas, houve duas festas que excederam pela "qualidade dos convivas" e pelo testemunho da presença dos novos grupos sociais urbanos. A primeira datada de 1814[305] e a outra ocorrida pelos anos de 1864[306].

No romance em que se encontra a primeira festa, percebe-se que Machado de Assis deu-se ao trabalho de levantar a "genealogia" da família Cubas. Iniciada com o bisavô, um pobre lavrador bem-sucedido e, depois, passada ao avô de Brás Cubas, um estudante de Coimbra muito aproximado do vice-rei de Portugal, a quem foi concedido o título nobiliárquico de "conde da Cunha".

303 BESOUCHET, L. Mauá e seu tempo. RJ: Nova Fronteira, 1978, p.48.
304 BESOUCHET, L. Mauá e seu tempo. RJ: Nova Fronteira, 1978, p.49.
305 ASSIS, M. Um episódio de 1814. Cap. XII. In: ASSIS, M. Memórias póstumas de Brás Cubas. SP: Ed. Moderna, 1984, p.18–20.
306 ASSIS, M. Quincas Borba. 3ª ed. Cap. XXXV. SP: Ática, 1977, p.41–42.

O levantamento genealógico fazia parte da irônica desconstrução perpetrada por Brás Cubas do passado pretensamente nobre celebrado pelo pai. Ao mesmo tempo, recuperava as determinações sociais dos indivíduos que se moviam numa sociedade de corte, onde *estar junto da realeza exigia tanto moralmente dos indivíduos, como a posse do capital pelos homens contemporâneos*.

A queda de Napoleão em 1814 foi tomada pela família Cubas, politicamente reacionária e muito preocupada em demonstrar as origens nobres duvidosas, como a oportunidade de se fazer percebida e cair nas graças da família real. Assim, deu-se uma grande festa em comemoração à queda de Napoleão, para que esta chegasse "aos ouvidos de Sua Alteza".

Entre os convidados "*achou-se reunida uma sociedade seleta, o juiz de fora, três ou quatros oficiais militares, alguns comerciantes e letrados, vários funcionários da administração (...) no meio do interesse grande e comum, agitavam-se também os pequenos e particulares (...). Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro a notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Luanda*"[307].

A festa do pai de Brás Cubas, um genitor que vivia de heranças, contrasta com a festa do bem-sucedido "zangão da praça", a personagem Cristiano de Almeida Palha do romance "*Quincas Borba*", enriquecido em 1864 com algumas "falências bancárias".

As personagens convidadas para a festa do capitalista são quase todas ligadas às profissões liberais, ao contrário dos convidados para a "festa de 1814", em que os profissionais liberais estão ausentes, porém os ricos mercadores de escravos estão bem representados.

Na festa do burguês Palha, a presença de mercadores de escravos era uma possibilidade remota, se levarmos em conta o conselho de Palha a Rubião: *"... estava acostumado aos seus crioulos de Minas, e não queria línguas estrangeiras em casa, o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe necessidade de ter criados brancos. Rubião cedeu com pena. O seu bom pajem, que ele*

307 ASSIS, M. Memórias póstumas de Brás Cubas. SP: Ed. Moderna, 1984, p.18;19.

queria por na sala, como um pedaço da província, nem o pôde deixar na cozinha, onde reinava um francês, Jean"[308].

No romance "*Quincas Borba*" (1891), Palha e a sua mulher, agora endinheirados, dão uma festa limitada a poucos convivas. Todos os convidados eram aproximados da condição social elevada daquele casal moralmente desfrutável: o banqueiro, o ministro, um bancário "um comerciante inglês, um deputado, um desembargador, um conselheiro, alguns capitalistas, e pouco mais"[309].

O narrador relembra ao leitor que outrora, quando ainda o casal estava ascendendo, dera um jantar em que os convidados eram indivíduos, social e economicamente advindos dos grupos sociais remediados. Porém, naquela festa inauguradora da nova condição social do casal "não estavam ali o major Siqueira, nem a filha, nem as senhoras e os homens que Rubião conheceu naquele outro jantar" [310].

De certa forma, a ficção machadiana estava dando conta do crescimento da burguesia urbana ligada às profissões liberais. De fato, o estudo de José Murilo Carvalho contabiliza o aumento exponencial de indivíduos ligados às profissões liberais do período da Independência ao fim do Império. A ocupação "profissões" (professores, advogados, jornalistas, médicos, engenheiros), representativa dos profissionais liberais, teria ocupado os cargos de Ministros em números crescentes: 6,67% (1822−31), 14,29% (1831−40), 26,08% (1840−53); 40% (1853−71) e 65,09% (1871−89).

Das três categorias de ocupação, sugeridas por José Murilo, que preencheram cargos de Ministro do período de 1822 a 1889, cada uma participou globalmente com as respectivas porcentagens: a ocupação "Governo" (magistrados, militares, funcionários públicos, diplomatas e políticos)

308 ASSIS, M. Quincas Borba. 3ª ed. Cap.III. SP: Ática, 1977, p.14.
309 ASSIS, M. Quincas Borba. 3ª ed. Cap. CXV. SP: Ática, 1977, p.120.
310 ASSIS, M. Quincas Borba. 3ª ed. Cap. CXV. SP: Ática, 1977, p.120.

representou 59,83%; os profissionais liberais com 35,14% e a ocupação "economia" (fazendeiros e comerciantes) com apenas 4,57%[311].

Escola do Recife: a reação contra os românticos

A Escola do Recife surgiu no contexto de transformação sociopolítico do Império durante os anos de 1870. Dentre os temas mais trabalhados pelos seus principais integrantes, observamos: ataques aos grupos católicos e à religião; proposta de ampliação dos direitos políticos e civis às mulheres e aos não católicos; liberdade religiosa; extinção do Poder Moderador; fim do Senado vitalício; defesa da descentralização do poder administrativo; e a proposta de superação do movimento literário romântico.

Tobias Barreto, influenciado pelos trabalhos dos exegetas bíblicos alemães[312] Bauer e Ewald[313], colocou em questão a natureza divina do Filho de Deus ao afirmar que aquele que morreu crucificado não era o Cristo[314], mas Jesus, um homem histórico nascido no momento conturbado da dominação romana na Judéia.

A presença romana na Judéia favoreceu o surgimento de "profetas e messias" misturados a grupos religiosos ideologicamente distintos e conflitantes (Fariseus, Zelotas, Saduceus)[315]. Jesus fora mais um líder religioso, entre

311 Acerca do levantamento estatístico da "Ocupação dos Ministros", ver o quadro 11. Ainda segundo José Murilo de Carvalho, houve também o aumento da presença de profissionais liberais nos postos políticos. Neste sentido, ver o quadro 12 "Ocupação dos Senadores, por períodos, 1822–1889" e o quadro 13 "Ocupação dos Deputados por legislaturas, 1822–1886". CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981, p.79, 81; 83.

312 LEON-DUFOUR, X. Vocabulário de Teologia Bíblica. Petrópolis: Vozes, 2002; CERTEAU, M. de. L'écriture de l'histoire. Col. Bibliothèque des histoires. Paris: Gallimard, 1975; JEREMIAS, J. Jerusalém no Tempo de Jesus. SP: Paulinas, 1983; BRIGHET, J. História de Israel. SP: Paulinas, 1978; GIBERT, P. Une théorie de la Légende. Paris: Flammarion, 1979; GUNKEL, H. Les Légendes de la Bible. Paris: Flammarion, 1979.

313 BAUER, B. Hegel's Doctrine of Religion and Art. (1842). Aalen: Scientia, 1967. EWALD, Heinrich. Geschichte des volkes Israel bis Christus. Ver tradução em inglês no endereço eletrônico www.jewishencyclopedia.com/.

314 O nome Cristo é uma denominação de carga fortemente institucional (Eclesial). Isto em razão do Cristo ser entendido como primordialmente um líder religioso ou, então, o Filho de Deus, o que relativiza a condição do Jesus histórico. A terminologia faz parte de uma interpretação ligada aos estratos intelectualizados e aproximados da ortodoxia da Igreja, desejosos de situar a Igreja como uma instituição temporal e imperfeita, mas já inauguradora da Redenção. Sobre este debate, sugiro: SOBRINO, J. Jesus the liberator: a historical-theological reading of Jesus of Nazareth. NY: Maryknoll, 1993. SOBRINO, J. Cristology at the crossroad: a Latin American approach. NY: Maryknoll, 1978.

315 BARRETO, T. Notas de críticas religiosas (1870). In: BARRETO, T. Critica de religião. RJ: Record, 1990, p.70–72.

tantos surgidos naquele momento da história, que pregava a redenção do povo de Israel como próxima.

Citando Reuss, Tobias defendia que a mensagem de Jesus alinhava-se àquelas que traziam como boa-nova a realização da maior esperança do povo judeu: a libertação política. Este povo, oprimido e miserável, "persistia em volver as vistas para o lado oposto e aferrava-se à ideia de uma felicidade futura com tanto maior firmeza quanto a situação presente parecia dar às suas esperanças o mais solene desmentido"[316].

A luta entre Tobias Barreto e os católicos durou perto de 13 anos (1870−1883). A sua crítica da religião apoiava-se nas conquistas da exegese bíblica alemã, nas novas ideias cientificistas e na filosofia neokantiana. O centro da sua crítica girava em torno da proposta de situar a religião como um momento do espírito humano no seu esforço de desmitologização das primitivas magias e do império das forças anímicas, por meio da introdução da ideia de um Deus Uno pelo sujeito transcendental.

A dessacralização da figura de Jesus em bases históricas, o vigor das ideias cientificistas e o avanço da pesquisa exegética bíblica alemã constituíram no fundamento da crítica elaborada por Tobias Barreto ao Concílio Vaticano I, que entre as suas determinações "excomungava o progresso".

Enquanto um intelectual iniciado em Laplace e Darwin, Tobias ridicularizava o relato da criação do Gênesis como um "rasgo de primitiva ignorância", que estava em contraposição aos avanços esclarecedores das teorias da origem da vida feitas pela Ciência Biológica. Tobias Barreto contrapunha ao relato da criação do Gênesis as teorias científicas, nestes termos: "em certo ponto do tempo, a atmosfera solar, em virtude de um extremo calor, estendeu-se até as raias do nosso mundo"[317].

No melhor estilo iluminista, Tobias Barreto descreveu a saga da razão, que primeiro tornou "todos os deuses fundidos num só Deus, a fase monotéica", com o objetivo de expulsar do mundo dos homens "aquele mísero culto

316 BARRETO, T. Notas de críticas religiosas (1870). In: BARRETO, T. Critica de religião. RJ: Record, 1990, p.68.
317 BARRETO, T. Moisés e Laplace (1870). In: BARRETO, T. Critica de religião. RJ: Record, 1990, p.82; 83.

fetíchico, tão grosseiro e tão ridículo". Depois, passados outros tantos séculos, a razão aliou-se às ciências modernas para agora expulsar o "monoteísmo bárbaro que ajaeza a humanidade, sob a vigilância do látego divino e tem as mãos cruentas de sufocar auroras e garrotear ideias"[318].

No sentido de contestar a concepção dos primeiros românticos de que o catolicismo fora um elemento de integração e formação da nação brasileira, Tobias Barreto inaugurou uma linha crítica, depois seguida por Távora e Silvio Romero, que reinterpretava o repertório doutrinário Iluminista para o cenário nacional no sentido de combater o catolicismo.

A seu ver, o catolicismo não fora um elemento de integração nacional como acreditavam os românticos, mas uma força social retrógrada e reacionária, resistente às ideias reformadoras e modernizadoras. Neste sentido, segundo Tobias, bastaria ver a demora entre nós na consolidação de um Estado laico e universal. Pois, ainda o Estado Imperial possuía uma Constituição que legislava o "grande princípio da liberdade de pensar no mesmo livro em que consagra uma religião de Estado"[319].

Tobias Barreto e Sílvio Romero – por um projeto político-literário iluminista

Os desdobramentos, dentro da Escola do Recife, das teorias científico-literárias e das doutrinas políticas europeias foram dos mais matizados. Como proposta comum, os intelectuais do Recife romperam com o modelo de modernização e formação da identidade nacional a ser realizado segundo o ritmo das transformações da *tradição-memória*, proposto pelos românticos, por considerá-lo pouco inclusivo dos grupos sociais e incapaz de dar conta de superar o atraso da Nação.

Acerca da constatação de Maria Alice Rezende de Carvalho de ser notória durante o Império a "inexistência de uma cidade capaz de se organizar

318 BARRETO, T. Moisés e Laplace (1870). In: BARRETO, T. Critica de religião. RJ: Record, 1990, p.79–80 (Grifo nosso). Outros textos nos quais Tobias relata o excurso da razão esclarecida contra as forças irracionais anímicas e, posteriormente, contra a tirania de um Deus Uno, nós sugerimos: "Teologia racional" (1870); "O atraso da filosofia entre nós" (1872); "Sobre uma nova intuição do direito" (1881).
319 BARRETO, T. Estudos de direito I. RJ: Record, 1991, p.82.

intelectual e politicamente em oposição à corte"[320], parece decorrer da proximidade em muitos pontos dos projetos políticos e literários construídos pelos intelectuais da Corte e das províncias.

Neste sentido, apesar de viverem numa província historicamente marcada por movimentos sociais libertários e de contestação do domínio político centralizado, os grupos intelectuais surgidos no Recife, no Segundo Reinado, retrocederam em relação às propostas de ruptura política com a monarquia e com a ordem patrimonialista, aspiradas por líderes como Abreu e Lima, Pedro Ivo, Nunes Machado e Antônio Borges da Fonseca – o célebre repúblico.

O "*Manifesto ao Mundo*"[321] assinado pelos líderes praieiros e a ordem do dia de Abreu e Lima, estampada no jornal o *Diário Novo* (fevereiro de 1850), formulada nos termos de que era chegado o momento da "substituição da escravatura por braços livres em nossa indústria e a reforma do nosso sistema de propriedade territorial", contrastam por demais com o diagnóstico político dos letrados da Escola do Recife.

Tobias Barreto e Silvio Romero entendiam como mais urgente conceber uma "*doutrina política positiva*" tão bem construída racionalmente que fosse capaz de fazer gravitar em torno de si as vontades políticas divergentes e de civilizar a Nação. É notório que eles mobilizaram-se na vida política mais pelo ataque pessoal que por meio de um projeto político legítimo o bastante para colocar em questão a ordem monárquica e a escravidão, como fizeram os jovens intelectuais da Escola do Recife Martins Júnior e Aníbal Falcão.

---

320 Maria Alice introduz cinco pontos para dar conta desta lacuna: (**a**) a escravidão seria uma instituição total que retardaria o surgimento de indivíduos autônomos, "portadores de opinião e interesses qualificados"; (**b**) em concordância com Nabuco, os intelectuais dos países periféricos tenderiam a transformar o "impulso potencialmente revolucionário em 'simples desejo de aperfeiçoamento relativo, que constitui o espírito conservador"; (**c**) os "agrupamentos políticos estariam tão aproximados que "não produziria [m] os personagens da exclusão"; (**d**) a "institucionalização da narrativa oficial do Estado-Nação", ocorrida na década imediatamente seguinte à proclamação da Independência e submetido, como foi, à proteção oficial do príncipe; (**e**) a unidade ideológica e de formação da elite político-burocrática nacional era um limitador ao surgimento de doutrinas e soluções estruturalmente distintas. CARVALHO, M. A. R. O quinto século. RJ: Revan; IUPERJ, 1998, p.137; 138.

321 O "Manifesto ao mundo" foi elaborado por Borges da Fonseca em 1/1/1849 e assinado pelos líderes militares praieiros. Entre os pontos sugeridos pelos praieiros, destacam-se o voto livre e universal; a liberdade de pensamento e de imprensa; o trabalho livre e garantido aos cidadãos brasileiros; o fim do Poder Moderador; a isonomia entre os poderes constituídos; e a reforma judicial para garantir os direitos individuais do cidadão. MELLO, Figueira de. Chronica da Rebelião Praieira. RJ: 1850, p.194–195.

Com respeito às ideias políticas de Tobias Barreto, nós observamos que ao contrário dos intelectuais da Primeira Geração Romântica, fechados de certo modo às transformações europeias, elas se voltaram à Inglaterra para compreender o porquê de não termos uma monarquia representativa.

No seu diagnóstico, ele concluía que o sucesso do regime monárquico parlamentarista inglês deveu-se ao seu passado de guerras civis; lutas contra os reis e príncipes para garantir a Carta Magna; o enfraquecimento político dos feudos; e a contribuição da "reforma [protestante que] concorreu poderosamente para desenvolver as livres instituições daquele povo exemplar". A reforma protestante teria favorecido o cultivo "de hábitos de independência individual, que se não foram criados de todo, foram muito fortificados pela doutrina do livre exame"[322].

Nós, ao contrário, tínhamos instituições criadas sob influências profundamente "católicas e educadas no gosto da autoridade e resistentes às luzes científicas"[323]. A solução sugerida por Tobias era descentralizar o poder político, separar o Estado da Igreja, liquidar o Poder Moderador e ampliar os direitos civis e políticos aos novos grupos sociais.

A filiação ao Partido Liberal e o seu bacharelado em Direito ocorreram em 1870, quando em tom cerimonioso e movido pela tentativa de pensar no melhor estilo positivista a política nacional, Tobias Barreto procurou formular uma "ciência orgânica de positivar na prática".

No fundo, Tobias Barreto aspirava, como positivista e iluminista, criar uma "*doutrina positiva, livre de presunções e de hipóteses, que firmada na experiência direta dos acontecimentos que têm força de modificar hábitos e tendências do povo (...) determine, por justas induções, os verdadeiros princípios orgânicos de uma política salutar*"[324].

Ao longo da sua curtíssima atuação política como deputado provincial (1878−1879) e como um intelectual sintonizado com os problemas políticos nacionais, Tobias Barreto não reverá a sua concepção extremamente abstrata

322 BARRETO, T. Questão do poder moderador (1875). In: Estudos de Direito I. RJ: Record, 1991, p.91,92.
323 BARRETO, T. Questão do poder moderador (1875). In: Estudos de Direito I. RJ: Record, 1991, p.92.
324 BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.53;87.

e falsa de que um conjunto de ideias políticas bem construídas, a partir dos "fatos", seria o meio de agregar as vontades políticas franqueadas pelos "cálculos pessoais das pretensões egoístas". E a partir daí vencer a indiferença, a "falta de coesão social, o desregramento dos indivíduos, alguma coisa que os reduz ao estado de isolamento absoluto"[325].

De certa forma, a sua análise política era acertada quando observava que o Partido Conservador realizara alguns pontos do programa liberal. Por exemplo, a seu ver, foi o Partido Conservador que iniciou a modernização burocrática e votou a Lei do Ventre Livre. Ainda segundo o seu diagnóstico, o Partido Conservador nunca se propusera a dar fim ao Poder Moderador; aumentar a autonomia dos municípios e votar uma nova Lei Eleitoral que fosse inclusiva das mulheres e dos não católicos.

Isto, porque o princípio democrático da "abolição completa da menor aparência de privilégios" não poderia ser a língua dos conservadores. Afinal, os conservadores ascenderam ao poder político junto com a Lei de Interpretação de 1840, cuja maior arquitetura política foi conceber uma monarquia representativa sombreada pelo Poder Moderador, o qual concedia ao rei poderes acima da vontade dos partidos.

De forma irônica, Tobias observava que não se poderia esperar uma criação muito melhor para um povo como o nosso, "egoísta (...) onde as forças individuais não se agregam para formar qualquer todo"[326].

O Poder Moderador, tal como o definiram Zacarias, o Visconde do Uruguai e Brás Florentino, "aborrecia o progresso e comprazia-se nas sombras". Isto porque ele não educava nem politicamente os grupos políticos a liquidar de vez com "a afilhadagem e o parentesco [que] também representam um grande papel na vida política brasileira" e, nem cultivava no povo brasileiro, como a exemplo do inglês, o desejo "nobre do indivíduo de combinar e harmonizar os seus com os interesses alheios, e concorrer assim para o bem geral"[327].

A centralização político-administrativa seria a "chave de toda a organização política" nacional não se abrir à solução política de aumentar a autonomização

325 BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.124.
326 BARRETO, T. Estudos de Direito I, RJ: Record, 1991, p.94.
327 BARRETO, T. Estudos de Direito I, RJ: Record, 1991, p.94.

dos municípios. Deixando, assim, de fomentar "não só as instituições comunais, mais ainda um espírito que as sustente e vivifica (...). Não há entre nós esse primeiro alento da vida municipal"[328].

Em razão da nossa formação sociopolítica e cultural estar invertida de ponta a cabeça, os municípios viviam sob o domínio das fidalguias rurais que instauraram uma "sociedade de privilégios" sem que a população esboçasse resistência.

Disto resultaria, segundo Tobias Barreto, que somente o Estado estava organizado entre nós, não a Nação. O que havia entre nós funcionando era

> O governo é a administração por seus altos funcionários na corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; não o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo[329].

Tobias Barreto nunca se decidiu pela república, porém batia duro na monarquia nacional por considerá-la um "hediondo anacronismo", ao tentar conjugar liberalismo, representatividade e Poder Moderador. A seu ver, o Poder Moderador dava ao Imperador poderes de um "semideus por cima de todos nós"[330].

Tanto Tobias Barreto como Sílvio Romero assemelhavam-se aos românticos da Corte quanto ao ritmo demandado para a realização de algumas reformas. Por exemplo, a abolição imediata da escravidão era vista como um "absurdo" por "querer de um jato, repentinamente, retirar de um país a sua força produtora, e a leviandade de querer brincar com os fenômenos econômicos e sociais"[331].

Diante da proposta republicana, Tobias se dizia entusiasmado com a possibilidade de liquidar a monarquia que levava a Nação ao "precipício" social e político. Porém, dava um passo atrás – mesmo que teoricamente – ao transferir o papel da transformação histórica a outros homens ou ao ente, a ideia.

---

328 BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.72.
329 BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.124.
330 BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.114.
331 ROMERO, S. História da literatura brasileira. 7ª ed. RJ: J. Olympio, 1980, p.41–42. (Prólogo da 1ª ed.).

Para Tobias Barreto, a república "onde quer que ela apareça" seria um acontecimento positivo. Entretanto, o tempo da sua instauração não seria importante, porque na transformação da história "os homens por si sós são de pouca importância no desenvolvimento de uma ideia. *Ela marcha por si mesma*"[332].

Por sua vez Silvio Romero dizia-se, em 1888, "sectário da república unitária, livre autônoma, compatível com a boa e vasta descentralização administrativa e econômica"[333]. Mas as suas ideias republicanas nunca assumiram os contornos radicais dos seus colegas republicanos e positivistas Clóvis Beviláqua, Martins Júnior e Aníbal Falcão. Eles estiveram envolvidos com passeatas, comícios e edições de jornais de vida efêmera e muito comprometidos com a imediata instauração da república e o fim da escravidão.

Sílvio Romero e Tobias Barreto construíram um projeto político em cima de meios tons políticos e da defesa da ordem, cujo centro encontrava-se diluída a ampliação dos direitos civis e políticos aos homens livres pobres, às mulheres e aos não católicos.

Todavia, não havia aí espaço para os escravos, ainda que a inclusão deles fosse fundamental ao sucesso de qualquer projeto político elaborado sobre a garantia de um Estado de direito burguês.

A escravidão[334] obstruía a generalização das condições para o surgimento do indivíduo burguês moderno, porque não alcançava impor aos homens livres, expropriados dos meios de produção, a necessidade de vender a sua força de trabalho. Como também não tornava a forma mercadoria generalizada sobre o sistema de produção, de modo a favorecer o surgimento de um mercado de consumidores.

---

332 BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.99;100 (Grifo nosso).

333 ROMERO, S. História da literatura brasileira. 7ª ed. RJ: J. Olympio, 1980, p.43. (Prólogo da 1ª ed.).

334 "A escravidão constituía-se como um sistema de produção que se pretendia uma forma de exploração absoluta em benefício dos senhores (...). Entretanto, a escravidão se tornou um obstáculo insuperável para o desenvolvimento do capitalismo e um sistema de produção destinado ao insucesso diante da concorrência capitalista [porque] o sistema escravocrata impedia (...) a intensificação do processo de divisão técnica do trabalho e a especialização profissional" CARDOSO, F. H. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. 2ª ed. RJ: Paz e Terra, 1977, p.177; 177–186.

Desta forma, *a ampliação dos direitos civis e políticos soava como retórica, devido ao fato de não encontrar na sociedade do Segundo Reinado portadores sociais*. Bem como, não havia efetiva plausibilidade social os projetos políticos elaborados na aceitação mais ou menos tácita da escravidão e da não inclusão dos homens livres pobres.

Por trás dos seus avanços e recuos teóricos, contrastados com tantas teorias científicas e doutrinas políticas europeias por eles difundidas, percebe-se que faltava ao grupo uma "teoria social" mais inclusiva e robusta o bastante para resistir à constante naturalização dos conflitos sociais, por meio do caminho seguro da normatização. Como por exemplo, as soluções normativas sugeridas tanto por Tobias como por Silvio Romero[335].

A reação da Escola do Recife ao modelo literário dos românticos – intelectuais na periferia do Império versus intelectuais da Corte

Tobias Barreto – a cultura alemã contra a fraseologia dos intelectuais afrancesados da Corte

Não obstante a proximidade ideológica dos temas políticos trabalhados pelos românticos da Corte e os letrados da Escola do Recife, os intelectuais do Norte foram responsáveis em grande parte por esvaziar qualquer processo semelhante ao "narcisismo portenho" argentino, segundo o qual "fora das metrópoles não há civilização"[336].

Parte da resistência, a qualquer processo de metropolização da Corte, foi construída pelos integrantes da Escola do Recife na indissociabilidade entre a constatação do movimento romântico estar ultrapassado e os intelectuais da Corte não reunirem qualificações intelectuais para a superação dos seus impasses teóricos.

335 BARRETO, T. Crítica política e social. RJ: Record, 1990, p.50–65; 66–102; MELLO, E. C. O norte agrário e o Império. RJ: Nova Fronteira, 1984.41–98. Não é difícil encontrar nos artigos de Tobias Barreto a tendência à normatização do conflito. Porém, com respeito a Sílvio Romero, de quem tenho menor conhecimento, entendo como os mais representativos os artigos reunidos no livro ROMERO, S. Ensaio de filosofia do direito. 2ª ed. RJ: Francisco Alves, 1908, p.220 ss.

336 FREYRE, G. Americanidade e latinidade da América Latina. SP: Editora Oficial, 2003, p.76, 107.

Já em 1872, Tobias publicara no Recife o artigo "*O romance no Brasil*", no qual se perguntara o porquê da prosa de ficção nacional não ter ido além de "meia dúzia de romances fúteis, dilantescos e sem relação com a vida nacional".

Iniciava-se assim a crítica dos intelectuais do Norte ao romantismo. Segundo Tobias Barreto, a novelística nacional esteve perto de cinquenta anos nas mãos dos românticos e nada tinha de melhor a oferecer senão Macedo e Alencar. Dois autores de "anedotas de erótica fluminense, trivialmente prosaica e desenxabida".

De certo modo, Tobias Barreto, aproximado das críticas de Georg Brandes[337] e da exegese alemã, estava mais propenso a estabelecer a relação entre os níveis alcançados pela ficção e os limites histórico-culturais dos escritores. Tanto que ele reconheceu que a "monotonia contínua" da vida urbana nacional e o pouco desnivelamento social, observado tanto no "salão plutocrático" como no "covil do proletário", eram fatores explicativos do romance nacional de Alencar e Macedo ser ainda "baldos de saliência e originalidade"[338].

Com relação a este aspecto, a contribuição de Tobias Barreto à literatura nacional consistiu em ponderar que a literatura não era simplesmente reprodução da realidade. Todavia, as relações sociais e o momento histórico funcionariam como elementos enriquecedores da literatura:

> A história da literatura envolve a todos os grandes fenômenos da vida espiritual, uma vez que sejam provocados, não por um interesse prático, como são em geral os artefatos técnicos, mas, por uma aspiração de caráter especulativo, sem visar diretamente à utilidade, individual ou social, ainda que essa utilidade possa depois advir por si mesma[339]

Tobias Barreto entendia o romance como o gênero literário mais livre e o mais adequado para se tratar dos interrogantes existenciais humanos. Bem como a formulação literária mais apropriada para tornar as questões áridas e abstratas mais acessíveis ao homem médio.

---

337 Georg Morris Cohen Brandes (1842–1927) foi crítico literário dinamarquês que se posicionou contra a hiperestética e a fantasia em literatura. Afinado com os realistas e os naturalistas, entendia que a literatura deveria ser o espaço privilegiado de difusão das ideias de liberdade e de progresso dos homens.

338 BARRETO, T. Crítica de literatura e arte. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.64;65.

339 BARRETO, T. Crítica de literatura e arte. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.137–138.

Assim, exemplificava Tobias, o escritor Walter Scott por meio do romance conseguira tornar o "mecanismo do self government" mais compreensível ao público médio inglês do que todos os trabalhos dos historiadores do direito público. Da mesma forma, as ideias socialistas de Saint Simon e Fourier, acerca da "escravidão da mulher, da malvadeza da burguesia, da necessidade de acumular imensos capitais", teriam chegado ao grande público com o auxílio dos romances "Mistérios de Paris", "Judeu errante", "Indiana" e o "conde de Montecristo"[340].

Percebe-se na crítica de Tobias Barreto certa compreensão de que o romance romântico nacional não atingia a alta plana porque o ambiente social era ainda muito monótono e previsível. Contudo, ele entendia como injustificável o fato dos escritores românticos da Corte lançar mão do "poderoso médium" do romance para contar "anedotas de erótica fluminense". Ou então, para estilizar frivolidades e "devaneios pueris" sem qualquer "significação histórica", salvo atender o gosto da "fantasia dos moços"[341].

A incapacidade dos românticos da Corte em circunscrever dentro da narrativa o "político, religioso, estético, social e econômico" resultaria, no dizer de Tobias Barreto, do atraso vivido pelos intelectuais da Corte em relação aos grandes temas literários: "*O senso estético e literário"* de Alencar ainda era *"idêntico ao da quadra, na qual o Sr. Alencar, pela primeira vez, se deu a conhecer como escritor (...) [sem] nenhum progresso, nenhum desenvolvimento*"[342].

Importando livros e jornais alemães[343], que lhe informavam sobre o progresso técnico-cultural alemão, Tobias interpretava a derrota francesa em Sedan (1870) como o "*il momento in cui l'orbita ascendente dell'astro tedesco interseca e supera quella dell'astro francese (...) il 1870 è anche l'anno in cui, in Brasile, Tobias Barreto si lancia nel germanismo più radicale per innovare la dominante tradizione gallo-fluminense*"[344].

340 BARRETO, T. Crítica de literatura e arte. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.64;65.
341 BARRETO, T. Crítica de literatura e arte. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.65;66.
342 BARRETO, T. Crítica de literatura e arte. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.66.
343 LOSANO, M. G. La biblioteca tedesca di Barreto a Recife. In: LOSANO, M. G Un giurista tropicale. Milano: Editori Laterza, 2000, p.93–95.
344 LOSANO, M. G. Un giurista tropicale. Milano: Editori Laterza, 2000, p.65.

Intelectuais germanizantes como Berthold Auerbach, o romanista Rudolf von Jhering (pai do naturalista Hermman von Jhering) e Eduard Hartmann[345] passaram a figurar nos textos de Tobias Barreto como parte da munição contra os intelectuais da Corte. A seu ver, o francesismo iniciado com Gonçalves de Magalhães era, em parte, a razão daqueles não encontrarem as soluções para a elevação da cultura nacional.

Uma literatura construída em torno de "dinners e soupers filosóficos ou artísticos", traduzida entre nós num otimismo irreal de fraseomanias, tais como o "Brasil heróico, Brasil gigante, invencível colosso da América"[346], não poderia representar um passo adiante na renovação das letras e da cultura nacional.

Franklin Távora em defesa de uma Literatura do Norte: o romance sertanista contra o europeísmo da Corte

A crítica de Franklin Távora aos letrados da Corte iniciou-se com o romance "*O cabeleira*" (1876), pois as "*Cartas a Cincinato*" (1871), ao longo das quais criticou a obra literária de Alencar, estavam centradas numa injustificada crítica prioritariamente direcionada aos romances indianistas alencarianos.

Távora se desvelou nas "*Cartas a Cincinato*" em injustificados elogios aos romances de Macedo, afirmando que o autor de "*A moreninha*" atingira uma posição avantajada sobre todos os outros romancistas nacionais. Isto porque Macedo teria criado romances "repassados de sabor local, adubados do mais fino sal ático, sensatos, naturais, moralizadores, que são uma fiel fotografia da nossa sociedade..."[347].

Tobias Barreto, Sílvio Romero, Martins Júnior, dentre outros integrantes da Escola do Recife, consideravam a Corte atrasada intelectualmente porque estava ainda presa à literatura e às ideias científicas francesas de 40 anos atrás. Por sua vez, Franklin Távora destoava em parte deste diagnóstico por

345 LOSANO, M. G. Tobias Barreto e la Germania. In: LOSANO, M. G Un giurista tropicale. Milano: Editori Laterza, 2000, p.65–97.
346 BARRETO, T. Crítica de literatura e arte. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.83. Com respeito a crítica de Tobias formulada nos termos de que os românticos da Corte eram afrancesados e ultrapassados tanto nas letras como nas ideias políticas, nós sugerimos ainda os textos de Tobias Barreto: "Der Deutsche kaempfer" (1875); "Misérias do Império e sua Corte" (1875). In: BARRETO, T. Estudos Alemães. RJ: Record, 1991.
347 TÁVORA, F. Cartas a Cincinato. 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872, p.146–147.

entender que os letrados da Corte não avançavam intelectualmente porque estavam envolvidos num extremado europeísmo.

Para Távora, os letrados da Corte não estavam em atraso com respeito às últimas ideias europeias. Ao contrário disto, eles excediam-se na "importação" de modelos europeus, o que colocava em risco o trabalho da Primeira Geração Romântica na construção da cultura nacional.

Esta proximidade de Távora da proposta romântica de nacionalização da cultura da Nação chocava com o germanismo de Tobias Barreto. Daí o inevitável embate entre os dois pela imprensa pernambucana no ano de 1873.

De um lado, Tobias Barreto enfaticamente defendia que o progresso da literatura brasileira não viria pelo meridiano das literaturas de Lisboa e de Paris, mas pelas latitudes da literatura alemã[348]. A afirmação de Tobias Barreto vinha precedida de um estudo de Lessing, que tomava a literatura francesa como "desfrutável" e a de língua portuguesa como inexistente, em decorrência do forte predomínio dos intolerantes jesuítas num "país ignorante e sem energia".

Do outro lado, Franklin Távora vinha em defesa da literatura luso-brasileira sugerindo que a literatura moderna portuguesa tinha Herculano e Castilho como nomes a serem seguidos pelos letrados nacionais. Entretanto, o grosso da contra-argumentação de Távora fora construído em torno do ataque à "germanomania" de Tobias Barreto, cujo pedantismo das citações alemãs escondia, no dizer de Távora, o seu "desengano" intelectual e os prejuízos da sua formulação pouco aprofundada[349].

Na análise de Franklin Távora, homens europeizados como Tobias Barreto endossavam a tendência à invasão do estrangeirismo, que no "Sul de dia em dia" tornava-se cada vez mais generalizada. A tese de Távora, situada no debate literário, era de que o Sul não reunia elementos intelectuais para resistir criticamente à invasão dos modelos europeus. Por sinal, no entender de Franklin Távora, alguns destes modelos não tinham qualquer efeito prático e positivo na formação da literatura nacional.

348 BARRETO, T. A última obra do Sr. Alexandre Herculano. In: Liberal, Recife, jul. 1873 (3).
349 TÁVORA, F. Tobias ao dito "Lessing". In: Diário de Pernambuco. Recife, jul. 1873 (19).

Somente o Norte ainda oferecia "*feição primitiva, unicamente modificada pela cultura que as raças, as índoles, e os costumes recebem dos tempos ou do progresso, pode-se afirmar que ainda se conserva ali em sua pureza, em sua genuína expressão*"[350].

A sugestão de Távora à invenção de uma literatura nacional, de fato representativa da Nação e da sua cultura miscigenada, não viria do índio, mas do sertanejo vivendo em ambientes não litorâneos.

Durante a sua vida no Recife, Franklin Távora publicou três romances em estilo romântico "*Os índios do Jaguaribe*" (1863), "*A casa de palha*" (1863) e "*Um casamento no arrabalde*" (1869) sendo o primeiro notadamente indianista. Contudo, nos anos de 1870, Távora tornou-se contrário ao romance indianista, por considerá-lo um subgênero não representativo da literatura e da cultura brasileira, cujas existências deveriam ser "*filha legítima dos sentimentos e costumes reinantes no Brasil depois de realizado o cruzamento das três raças concorrentes na formação do brasileiro atual*"[351].

Na polêmica ocorrida em 1871, entre José de Alencar (pseud. Sênio) e Távora (pseud. de Semprônio) unido ao português José Feliciano de Castilho (pseud. Cincinato), os dois últimos procuraram rebaixar o trabalho literário de Alencar.

Primeiro, acusando-o de plagiador de Chateaubriand e de Cooper; e, segundo, criticando a invenção ficcional de Alencar pelo uso excessivo da imaginação e da fantasia, que resultariam na construção de personagens inverossímeis e na criação de ambientes narrativos pobres. Estas limitações decorriam por faltar a Alencar o que entedia Távora como decisivo ao criador de grandes romances: "a complexa e completa observação"[352].

Migrado em 1874 para a Corte, Távora iniciou com o romance "*O cabeleira*" o seu projeto de criar uma "literatura setentrional", como esclareceu no "prefácio" deste seu primeiro romance escrito na Corte. Neste ensejo, Franklin Távora

350 TÁVORA, F. O cabeleira. 2ª ed. SP: Melhoramentos, [19- -], p.15 (Prefácio de 1876).
351 Carta de Franklin Távora a José Veríssimo. Coleção do arquivo da ABL. Nov.1880 (11).
352 TÁVORA, F. Cartas a Cincinato. 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872, p.147 (grifo nosso). A passagem a seguir condensa a crítica de Távora: os romances indianistas de Alencar eram criações esvaziadas de qualquer proximidade dos "fenômenos da vida". Os moldes da poesia indianista "são espúrios". Fora das produções literárias, não se realizam e não exprimem "as ideias próprias do homem civilizado". Aquilo que criava Alencar era somente existente "no seu gabinete de improvisador". TÁVORA, F. Cartas a Cincinato. 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872, p.152.

publicou ainda os romances "*O matuto*" (1878), "*Lourenço*" (1881) e reeditou "*Um casamento no arrabalde*" (1881).

Em carta a José Veríssimo, datada de 1881, Távora passou a usar da expressão "*literatura do Norte*", entendida como um fenômeno tanto geofísico como geopolítico que se observava no ciclo de formação das letras nacionais.

A flora, a fauna, o relevo e o clima assinalariam um "papel importante às origens históricas". O próprio isolamento físico imposto ao sertanejo, expulso pelo latifúndio para longe das terras litorâneas, seria o fator principal da preservação da sua cultura tão distante daquela vivida pelos europeizados da Corte. O tipo social sertanejo teria resistido secularmente aos processos de dominação do Sul.

Neste sentido, Távora citando os versos de Gonçalves Dias "Sou bravo, sou forte/ Sou filho do Norte", argumentava ser histórica a resistência dos intelectuais do Norte aos processos de europeização. Em contraste, com a atitude dos "*escritores do Sul, em geral imitadores de literaturas estrangeiras, e por isso mesmo fracos desde que se trata de apurar as contribuições que mais fielmente representam o meio nacional (...). Plenamente convencido dessa divisão natural (...) sustentarei com a energia de que sou capaz a literatura do Norte*"[353].

A tese de uma "literatura do Norte" ganharia contornos políticos que não foram trabalhados nos romances escritos por Távora. Neste sentido, Maciel Pinheiro, resenhando o romance "O cabeleira", foi quem melhor desdobrou o tema da "literatura do Norte" em tema político.

Segundo o seu entendimento, tanto em termos literários como em termos políticos estava em curso a separação entre o Norte e o Sul. Em grande parte porque a política da Corte dava tratamento privilegiado às províncias do Sul, as quais contavam com "o favor do governo levantando no Sul empresas de melhoramentos que desenvolvem a iniciativa e a fortuna".

O Norte convivia com uma economia e vida social "tradicional e rotineira, e faz-se a cultura do solo como ela era feita antes de todo o progresso". Resultaria

353 Carta de Franklin Távora a José Veríssimo. Coleção do arquivo da ABL. Nov.1881 (01). (Grifo do autor).

deste quadro o resgate de uma cultura de resistência num meio social ainda tradicional. Porém, prosseguia Maciel Pinheiro, do ponto de vista econômico, o Norte estaria economicamente estagnado e incapaz de fazer com que as commodities, a sua fonte de divisas e de enriquecimento, pudessem "competir com os produtores dos outros países".

A correção das desigualdades, entre o Norte empobrecido e o Sul cada vez mais rico, passaria pela intervenção do Governo Central. Na sugestão do letrado recifense Maciel Pinheiro, a minimização das diferenças poderia vir por meio de uma política cambial e tributária favorável ao Norte, capaz de permitir maior capitalização dos senhores rurais. O que consequentemente permitiria a migração dos seus capitais para a compra de "aparelhos e máquinas, aumentando assim a produção e tornando-a melhor e mais barata".

Entretanto, observava Maciel Pinheiro, não era esta a postura do Governo Central: "*as leis do imposto são gerais; tanto paga ao fisco o capital improdutivo e morto do Norte do Império, como o do Sul, que se reproduz com rapidez pela assistência do governo (...). E o fato é que o Norte morre enquanto o Sul prospera. O levantamento dos quebra-quilos é o brado de uma população faminta e miserável*"[354].

Desta forma, a ideia de uma "*literatura do Norte*" chegava num momento politicamente oportuno do ponto de vista da crítica dos intelectuais do Norte ao tratamento desigual dispensado pela Coroa ao Brasil setentrional e meridional. E havia razões para o Norte pensar nestes termos, já que o Estado portava-se com pouca perícia na condução da sua política pública para as províncias.

Haja vista a convocação por parte do Governo Central de um Congresso Agrícola no Rio de Janeiro em julho de 1877, para o qual foram convidadas somente as províncias do Sul.

Dentro do contexto econômico delicado pelo qual passava o Norte e diante do quadro de fragilidade política crescente do governo monárquico, o Estado nem mesmo se sentiu tocado a oferecer, em contrapartida, um congresso similar no Norte, levando em conta os critérios de uma política pública isonômica.

354 L. F. MACIEL PINHEIRO. "Literatura". In: Diário de Pernambuco. Recife: nov. 1876 (11).

Em resposta ao Governo Central, os senhores rurais do Norte organizaram, por conta própria, o "*Congresso Agrícola do Recife*" em outubro de 1878. As reivindicações apresentadas ao longo das sessões do congresso englobaram um conjunto muito amplo: houve discussão sobre questões cadentes como "a falta de capitais para as grandes transações" e a modernização da agricultura; "a cessação do tráfico de negros" que encareceu a mão de obra escrava e aumentou a "falta de braços na lavoura"; a necessidade de uma política de crédito especial ao agricultor do Norte; e a necessidade de promover a emigração.

Ao mesmo tempo, houve a discussão de questões naquele momento tidas como menos importantes, tais como a deterioração do meio ambiente pela "derrubada das matas (...) sacando em favor do presente contra o futuro, que por mais remoto, não deixa de ser, todavia, problemática"[355].

Em meio a tantas propostas apresentadas nas sessões do congresso, observamos ter sido mais consensual a urgência de uma política pública de crédito agrícola especialmente voltada ao Norte; a descompressão do câmbio tornando os produtos agrícolas mais baratos e competitivos no mercado internacional; a redução dos impostos sobre os produtos agrícolas exportados; e a conquista de uma solução para a questão da falta de braços no trabalho agrícola.

Todas essas propostas possuíam um eixo comum: *a ideia de que a intervenção do Estado era a chave do sucesso da crise do Norte*. Por mais que esta solução fosse talvez a mais viável diante de um Estado centralizador e patrimonialista, não deixa de revelar a expectativa das elites agrárias e políticas: *de que o Estado funcionava como o único parceiro ou empresário confiável e seguro para dirimir os riscos de empreitadas como a emigração ou dar soluções ao endividamento dos senhores rurais, por meio da fórmula consagrada do perdão das dívidas sem exigir contrapartidas*.

Tão fortes como os sentimentos de ressentimento e animosidade em que transcorreu o clima do *Congresso Agrícola de Pernambuco*, diante da

355 Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878. Recife: Typ. de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1879, p.17;70;83;154;202;216;231.

inabilidade política de Sinimbu de convocar um congresso agrícola no Rio de Janeiro com o intuito de angariar os votos da lavoura cafeeira[356], fora a convicção dos congressistas do Norte de projetar na ação do Estado o meio de superação dos seus conflitos e impasses.

As propostas sugeridas pelos congressistas conjugavam a implantação de soluções modernas com a simultânea manutenção de elementos arcaizantes. Neste sentido, sugeriam a modernização das técnicas agrícolas sem abrir mão do trabalho escravo. Criticavam a centralização tributária e administrativa do Governo Central, entretanto multiplicavam as soluções[357], estruturalmente, apoiadas na intervenção direta do Estado.

No momento em que se ampliavam as diferenças entre o Sul e o Norte, a pertinência política da ideia de fundação de uma "*literatura do Norte*" não fora bem explorada por Távora, senão pelos "críticos literários" da sua obra, como vimos anteriormente com Maciel Pinheiro.

Mesmo do ponto de vista literário, se nós levarmos em consideração a sua tentativa de se tornar o chefe de uma escola literária, percebemos que era preciso que ele tivesse investido muito mais nos seus romances sertanistas. Com respeito a este aspecto, quando acusou Alencar de elaborar romances inverossímeis e sem qualquer respaldo na realidade pelo uso excessivo da imaginação em detrimento da observação, Távora não reuniu recursos ficcionais expressivos capazes de superar Alencar.

Não se coloca em questão o seu grande esforço de reunir lendas e tradições do Nordeste, muitas das quais publicadas por ele na "*Ilustração Brasileira*" de 1877 a 1880. Elas testemunham o seu empenho em preservar a memória literária popular do Nordeste: "*O sino encantado*"; "*O cajueiro do frade*"; "*Um verso popular*"; "*Lendas e tradições populares do Norte*"; "*A visão da serra aguda*"; "*A cruz do patrão*"; "*As mangas de Jasmim*"[358].

Algumas destas lendas estão presentes nos seus romances, como é o caso da personagem o Cabeleira, bandido vulgarizado pelo cordel pernambucano desde o século XVIII. Nos romances sertanistas escritos por Távora na Corte,

356 MELLO, E. C. O norte agrário e o Império. RJ: Nova Fronteira, 1984, p.124.
357 MELLO, E. C. O norte agrário e o Império. RJ: Nova Fronteira, 1984, p.178–179; 182.
358 TAVORA, F. Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro, n.13; 21; 35, 1877–1880.

as personagens deslocam-se em ambientes naturais construídos com a intenção de transmitir ao leitor informações precisas do relevo, das espécies vegetais e dos animais característicos do Nordeste.

Por exemplo, a fuga do Cabeleira da perseguição dos "milicianos" leva o leitor a entrar em contato com a Caatinga e com a vegetação de matas onde floresce a cana-de-açúcar. Em particular, a partir do capítulo XIII do romance "*O cabeleira*", o leitor é levado a conhecer, com precisão, os nomes das árvores e dos frutos específicos de cada ecossistema do Nordeste.

Não faltaram também nos romances de Távora dados históricos, como podemos ver, por exemplo, no romance "*O matuto*". Neste romance, o pano de fundo é a Guerra dos Mascates, vista do ponto de vista de Távora como o conflito entre os "nobres da cidade de Olinda" e os "negociantes de Recife".

A visão de um letrado atento às teorias científicas fez com que misturasse aos relatos históricos e às lendas do Nordeste algumas informações científicas. Neste aspecto, sabe-se que a febre amarela vem dos pântanos insalubres e da falta de higiene; discute-se que o Cabeleira nasceu bom, mas tornou-se uma "fera cerval" pelos "maus conselhos e os péssimos exemplos" dos pais; que o mau exemplo dos religiosos católicos, acobertados em "vestiduras episcopais antes para a representação", constituem um dos maiores empecilhos à renovação das mentalidades no Sertão"[359].

Todavia, apesar de todo o trabalho de Távora em reunir fontes históricas e coletar materiais da literatura popular, os seus romances perderam-se paradoxalmente no excesso de detalhes históricos e na descrição dos ambientes regionais.

Távora superdimensionou o papel ocupado na narração pelo geográfico, o lendário e a informação científica, impondo assim às suas personagens deslocar-se sob cenários comprimidos e empobrecidos. Ao invés de aprender de Alencar, a quem tanto criticava, a maestria da técnica de descrever os ambientes regionais sem deixar num canto da trama os traços das suas personagens.

359 TÁVORA, F. O cabeleira. 2ª ed. SP: Melhoramentos, [19- -], p.44; 53.

Os seus romances tiveram a ordem trocada, pois a riqueza da informação sobre o cenário contrasta com a pouca profundidade dos indivíduos ficcionais. Tudo se passa como se o sentido do romance não fosse o drama dos homens, mas a precisão daquilo que se é observado. Comparativamente, se Alencar fez com que os seus heróis deslizassem numa apoteose em meio à natureza tropical exuberante, Távora inverteu tudo isto, ao fazer com que os cenários tragassem os heróis e os vilões romanceados.

Toda esta inversão alcançou um nível tal que comprometeu a sua proposta de criação de uma "*literatura do Norte*". Assim, nós constatamos que mesmo os traços psicológicos constitutivos das personagens são projeções daquilo que ele entendia como formador do caráter do sertanejo, enquanto integrante de um grupo.

A pesquisa psicológica feita por Távora aparece traduzida na criação de personagens inteiriçamente sertanistas, não havendo lugar para a criação da individualidade. Desta forma, as pessoas ficcionais se assemelham em todos os seus romances.

O individuo ficcional permanece previsível e moralista, mesmo diante da grande miséria social contrastada com a vida farta de uns poucos, as inúmeras mortes violentas por assassinatos e as reações dos empobrecidos contra os poderosos. O ritmo da narrativa, quando é mudado, vem seguido da introdução de cenários geográficos regionais bem trabalhados. Porém, as personagens ficam a reboque ou deixam a desejar, se comparadas ao alto investimento do autor nos ambientes.

Daí as personagens processarem conversões súbitas e desencontradas, provocadas por amores acidentais e adocicados. O artigo escrito por F. D'Aguiar e publicado na revista "*Ilustração Brasileira*", tomando como exemplo "*O cabeleira*", já alertava a Távora do seu alto investimento nos cenários em detrimento das pessoas ficcionais:

> O criminoso sanguinário, completamente pervertido pelos exemplos e instigações de seu pai, que fez-se homem na estrada do crime, que viveu longos anos salpicado de sangue derramado por suas próprias mãos, que por tudo isso endureceu o coração e fechou-o a todo sentimento brando, *a transição, a transformação instantânea junto ao poço aonde Luizinha* – então moça, a qual se agarrava ao corpo quase inanimado de sua mãe adotiva,

> por ele [o Cabeleira] lançado por terra com um golpe bárbaro – *é brusca, e pouco natural, tanto mais quanto o bandido ameigou-se, o tigre transformou-se em cordeiro, sem tempo para uma luta interna necessária, sem demora do tempo preciso*[360].

Clóvis Bevilaqua fez a observação na mesma linha de Aguiar:

> Falta ao livro o que se poderia chamar, talvez, o tecido conectivo, para prender os acontecimentos e dar unidade ao conjunto. A ação desdobra-se em sobressaltos, sem a necessária intensidade e sem conseguir dar relevo suficiente ao protagonista e ao meio onde ele se move[361].

Sílvio Romero e Araripe Júnior − resistência ao reducionismo do modelo indianista-sertanista em literatura

Dentre todos os integrantes da Escola do Recife, Silvio Romero foi quem elaborou com solidez a melhor crítica contra o romantismo. Quase todos os seus estudos literários, de algum modo, passaram em revisão o romantismo brasileiro. Em especial, ele revisou os romances de Macedo e Alencar devido à alta visibilidade social e literária conquistadas por estes dois escritores.

Nos estudos "*A filosofia no Brasil*" (1878), "*A literatura Brasileira e a crítica moderna*" (1880) e a "*História da literatura brasileira*" (1888), Silvio Romero estava de acordo com o diagnóstico de Tobias Barreto de que se encontrava a Corte afrancesada o bastante para não resistir aos modismos parisienses em literatura e nos hábitos. Faltariam aos intelectuais da Corte o rigor nos estudos e o empenho em traduzir as novas doutrinas científicas para o contexto sociopolítico e literário do Segundo Reinado.

Ainda que o pouco conhecimento dos autores alemães, vez ou outra, surgiu como parte da explicação do atraso da Corte, Silvio Romero entendia a "falência da metrópole no terreno das letras e das ciências"[362] como um sintoma de análises de pouco aporte na realidade brasileira. Em termos literários, o indianismo seria a maior expressão desta vacuidade intelectual, em consequência do indígena ocupar o melhor lugar na formação da cultura nacional.

---

360 AGUIAR, F. D'. A propósito do Cabeleira. In: Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, n.09, nov. 1876 (01). (Grifo nosso).
361 BEVILÁQUA, C. O romancista. In: Revista da Academia Brasileira de Letras. RJ, n.09, vol.V, p.42, 1912.
362 ROMERO, S. Obra filosófica. RJ: José Olympio; SP: EDUSP, 1969, p.113.

Silvio Romero colocar-se-ia frontalmente contra esta proposição ao afirmar que a civilização e a cultura brasileiras não eram unilateralmente lusa, africana ou indígena. Seria até mesmo impossível, no dizer de Romero, determinar a parte que toca a cada um dos três grupos étnicos na formação da cultura brasileira. A seu ver, estava fora de dúvida que os três grupos eram formadores da cultura nacional, porém o mestiço era "o agente transformador por excelência"[363].

Ainda segundo o seu entender, não precisava sequer levar em conta os "300 anos" de domínio dos brancos a fim de esvaziar a argumentação dos indianistas. Isto porque, já mesmo a "influência africana" teria sido superior à contribuição do indígena para civilizar os trópicos: "o que quer que notardes de diverso entre o brasileiro e o europeu atribuí-o em sua máxima parte ao preto"[364].

Nem por isto, Sílvio Romero deixou de expressar certo pessimismo, diante da incompletude da nossa formação étnica ser um misto de composição de "brancos atrasados, selvagens culturalmente obtusos e africanos primitivos"[365].

Até mesmo a nossa imitação dos modelos intelectuais europeus explicar-se-ia, segundo Romero, pelo "corolário da evolução racial" miscigenada nacional. Este corolário estaria estampado na nossa cultura rebaixada à espera do predomínio, num futuro próximo, do "branco fenótipo", tomado como a etnia possível de formar uma civilização superior e elevada.

Os "enfatuados" intelectuais da Corte, "afrancesados em decadência que diziam a França é Paris"[366], cultuavam os "ismos da Corte alencarismo e macedismo". Eles eram os inventores de uma literatura bifronte "*que não é brasileira, nem indígena. A raça selvagem, com todos os encantos e alucinações do homem criança, virgem e travessamente agradável, com todos os aparentes eflúvios de poesia imersa, é hoje, um vulto mudo (...) não quis ou*

363 ROMERO, S. A literatura brasileira e a crítica moderna. p.27 apud CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.59.
364 ROMERO, S. A literatura brasileira e a crítica moderna. p.25 apud CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.43.
365 CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.43.
366 ROMERO, S. Obra filosófica. RJ: José Olympio; SP: EDUSP, 1969, p.113.

não pôde sentir as agitações de outro viver. Esta morta. Não temos nada mais a temer ou esperar dela (...) o índio não é brasileiro"[367].

Na observação de Romero, os letrados da Corte[368] não sabiam traduzir para a realidade nacional, Renan, Taine, Scherer, Max Müller, Spencer, Darwin, Haeckel, Büchner, Moleschott e Vogt.

No livro a "*História da literatura brasileira*" (1888), herdeira do incansável trabalho pela história das letras nacionais iniciado pela Primeira Geração Romântica, Silvio Romero traduziu Spencer e Haeckel para a literatura nos termos evolucionistas: a criação literária atravessaria "*períodos diversos no seu desenvolvimento filogenético, e mesmo na formação ontogênica de cada um dos seus representantes (...) a literatura rege-se pela lei do desenvolvimento à maneira das formações biológicas*"[369] .

Tanto as teorias de Spencer como as de Haeckel atendiam bem à confecção das noções de progresso, alicerçadas no aperfeiçoamento indefinido dos indivíduos e na diferenciação progressiva como a lei da evolução do universo.

Enquanto indivíduos desejosos de introduzir mudanças e transformações dentro da ordem, apetecíveis aos grupos urbanos e à burguesia ascendente, as doutrinas de Spencer e Haeckel diminuíam o drama de intelectuais nascidos numa sociedade católica, necessitada de modernizar-se tanto do ponto vista técnico como das mentalidades[370].

A teoria da formação do universo de Haeckel, segundo a qual a ontogênese (heranças recolhidas por uma espécie) liga-se à filogênese (ação do indivíduo

---

367 ROMERO, S. O romantismo no Brasil. In: Trabalho. Recife, abr. 1873.

368 Em 1908, respondendo ao questionário de João do Rio, acerca da quarta pergunta que inquiria se o "desenvolvimento dos centros-literários dos Estados tenderia a criar literaturas à parte", Silvo Romero concluía: – que o fim das literaturas, criadas nas antigas províncias, era de resistir às tentativas de metropolização da cultura pela ação de "provincianos acariocados". "A função das províncias, prefiro lhes chamar assim, do Norte, Sul, Centro e Oeste, é a de produzirem a variedade na unidade e fornecerem à capital os seus melhores talentos". JOÃO DO RIO. O momento literário. Curitiba: Criar Edições, 2006, p.42.

369 ROMERO, S. A História da literatura brasileira. Vol. 2, p.691 v.2 apud CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.76.

370 As doutrinas evolucionistas e darwinistas introduzidas pelos integrantes da Escola do Recife tiveram desdobramentos sociopolíticos e ofereceu limitada contribuição para o debate sobre a institucionalização da pesquisa e dos modelos científicos das Ciências Biológicas e Físico-matemáticas. De disseminado, houve uma "atitude científica" e "uma ética científica", como observou Lília Schwarcz. Ver SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. SP: Cia das Letras, 1993, p.151.

de uma espécie)[371], dava certo sentido aos interrogantes de homens de visão secularizada e muito confiantes no papel da ciência como Tobias Barreto e Silvio Romero.

Pois, por um lado, sugeria que o progresso e o sucesso de uma espécie dependiam do patrimônio genético por ela herdado e repassado aos indivíduos (ontogênese). Por outro lado, a capacidade de adaptação, evolução e diferenciação progressiva da espécie não acontecia sem a genialidade de alguns indivíduos, os quais encontravam soluções para além do patrimônio biológico herdado da sua espécie (filogênese).

Neste sentido, esclarecia Tobias Barreto:

> Fídias e os Praxíteles, os gênios da escultura em geral, que animam o mármore com o gracioso espírito de beleza, são descendentes diretos do selvagem das cavernas que animava o sílex (...). Lá mesmo, na primeira fase do período pré-histórico, a adaptação da pedra ao serviço humano não foi obra de todos ao mesmo tempo, mas descoberta de gênio[372]

Sílvio Romero, empenhado como Tobias Barreto na resignificação das doutrinas evolucionistas para o contexto sociopolítico do Segundo Reinado, concebeu a existência da literatura e da cultura nacional, até o início dos anos de 1880, como fenômenos indissociáveis da nossa composição étnica, do meio físico, da contribuição estrangeira e das tradições populares[373].

Entretanto, o último aspecto será enriquecido graças em grande parte à sua aproximação das ciências sociais, quando então Sílvio Romero passou a relevar ainda mais a importância dos fatores sociopolíticos e econômicos na formação da cultura e da literatura nacionais.

A par disto, percebemos que a literatura brasileira de certo modo foi alcançando maior complexidade com a Geração de 1870 e se corrigindo da ausência dos universos sociais e culturais no interior das suas produções literárias.

Assim, progressivamente passou a dar conta do urbano (Macedo, Manuel Antônio de Almeida, Alencar e Machado de Assis). Depois, vieram os

371 COSTA, C. Contribuição à história das ideias no Brasil. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1967, p.281–283.
372 BARRETO, T. Notas a lápis sobre a evolução emocional e mental do homem. (1884). In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.286.
373 CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.97ss.

romances regionalistas cobrindo as diferenças regionais (Bernardo Guimarães com Minas e o Goiás; Taunay com o Mato Grosso; Alencar foi quem mais se empenhou em ampliar o universo geográfico da ficção: Minas Gerais, o Nordeste e o Sul do país; Távora revelou Pernambuco, Ceará e a Paraíba; Inglês de Sousa tomou como cenário geográfico literário o Norte e, por fim, Porto Alegre tomou cenário literário os pampas do Sul).

Ainda dentro do esforço de tornar representadas as diversidades geopolíticas e a complexidade da nossa formação cultural, a literatura não deixou de fora também a tradição popular com os trabalhos de Joaquim Norberto, Celso Magalhães e Silvio Romero. Em particular com Sílvio Romero, a tradição popular foi elevada à altura de um dos fundamentos da identidade da literatura brasileira, por convergir para dentro de si as estratificações culturais resultantes das criações de negros, índios, mestiços e brancos.

Neste sentido, Sílvio Romero estabeleceu dentro da literatura brasileira uma interpretação em outro patamar sobre a contribuição da tradição popular.

Sílvio Romero resistia à introdução do referencial romântico *tradição-memória* como uma forma de resistência à descaracterização da cultura nacional. A seu ver, a tradição popular podia funcionar em algum momento contra os europeísmos. Mas, como ela era um conjunto de práticas sociais dinâmicas (aberta a novas significações da cultura em geral) e sem fronteiras rigidamente estabelecidas (entre as influências recebidas de diferentes grupos sociais e das diferentes culturas), logo a expectativa projetada na *tradição-memória*, como filtro cultural, não era procedente.

Na "*História da literatura brasileira*" (1888), observamos que Silvio Romero passou a relativizar a importância da tradição popular na formação da cultura nacional. Isto se percebe em particular dentro da literatura, na medida em que se lançava numa empreitada intelectual de envergadura: a reunião de um vasto material literário organizado de forma sistemática a dar à cultura nacional a sua primeira história da literatura.

Na observação de Sílvio Romero, a história da literatura nacional, "como força social", não fora escrita pelo homem médio. Mas, antes por indivíduos ligados

às “classes dirigentes”, agrupados numa “galeria viva de homens (...), belas espécimes da ontogênese literária”[374].

Dentro da avaliação de Sílvio Romero, o projeto romântico estaria seguindo um movimento contrário ao universalismo, cuja tendência estava inscrita, por exemplo, no positivismo ao defender os estágios evolutivos das sociedades como um fenômeno amplo e linearmente ascensional.

Também estava inscrito no universalismo as teorias evolucionistas. Elas induziam, a partir dos casos particulares da evolução das espécies, que os sistemas sociais estavam ordenados, dentre outros, por leis universais da seleção das espécies e pelas diferenciações maximizadas por alguns indivíduos em favor da maior adaptação da sua espécie.

Ao reconhecer como os princípios de avaliação da capacidade criativa da Nação, as reformulações das doutrinas europeias; o papel das tradições populares na gênese da composição da história da cultura nacional; a ação do meio físico sobre os indivíduos; e a formação racial, Romero reunia fundamentos para colocar em questão o *indianismo-sertanismo* dos românticos, entendido como as duas tendências literárias mais gerais e indicativas da “formação do caráter nacional”.

Daí Romero afirmar enfaticamente que os românticos eram avessos ao universalismo e às grandes conquistas da civilização moderna: “*o indianismo, de sabor local, foi mesmo movimento avesso a uma das suas virtudes básicas: o universalismo (...) o grande fenômeno moderno é a formação de uma consciência universalista, e não particularista. Seremos (...) mais nacionais, quando menos procuramos sê-lo*”[375].

Outros integrantes da Escola do Recife resistiram à tentativa do romantismo de fechar-se em copas contra a modernização. Assim como Sílvio Romero, eles orquestraram a crítica nos termos de que os intelectuais da Corte estavam atrasados nas suas ideias. Ou não tinham profundidade intelectual para

374 ROMERO, S. História da literatura brasileira, p.627 apud CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.76.
375 ROMERO, S. História da literatura brasileira, p.155 apud CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.48.

traduzir os modelos doutrinários europeus para atender o contexto cultural do Brasil Império.

Tanto Sílvio Romero como Araripe Júnior consideravam a "formação do caráter nacional" irredutível ao *sertanismo-indianismo*. Se a literatura estava envolvida no esforço de construção da identidade da cultura nacional, os temas indianistas e sertanistas estavam direcionando os esforços num sentido contrário[376], pois nem o índio e nem o sertanejo eram isoladamente os únicos formadores de uma autêntica cultura nacional.

Enquanto o fundamento da crítica literária de Sílvio Romero dera maior espaço às apreciações raciais, Araripe Júnior pensou em termos do que chamou de "*obnubilação brasílica*"[377]: um conceito histórico criado com a finalidade de compreender como a literatura traduzia a nossa vida social em "símbolos literários".

Assim, segundo Araripe Júnior, os processos de diferenciação operados na literatura guardariam o esforço de traduzir os costumes, a história e a vida política nacional. Como fizera o movimento romântico ao assimilar a "paisagem nativa e os modos de vida tropicais" e a "grande evolução (...) da nossa vida social" [378].

Assim, os símbolos literários, enquanto traduções dos processos de diferenciação histórico-sociais dentro da literatura, criados pelos românticos em torno do índio e do sertanejo, eram acima de tudo o resultado da tentativa de reação contra a cultura decaída de alguns letrados urbanos.

Segundo Araripe Júnior, os letrados da Corte eram pouco capazes de reunir elementos intelectuais para submeter as inovações doutrinárias europeias à nossa vida social:

> Opera-se a surda elaboração nacional (...) começa a reagir contra um certo descuido com que as populações sem autonomia das capitais, que vivem uma verdadeira vida de empréstimo, vão subscrevendo as revoluções europeias,

376 ROMERO, S. História da literatura brasileira, p.155 apud CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.46.
377 ARARIPE JÚNIOR. Obnubilação brasílica. In: Semana. 10/12/1887 apud BOSI, A. Araripe Júnior. SP: EDUSP, 1978, p.XVI (Introdução).
378 ARARIPE JÚNIOR. Sob o signo de Alencar, p.03 apud BOSI, A. Araripe Júnior. SP: EDUSP, 1978, p.03.

> sem fazer passar as conquistas da civilização pelo crivo da nossa índole social, expurgando o que absolutamente não pode adaptar-se à natureza tropical[379]

Araripe Júnior entendia que o indianismo e o sertanismo não eram criações literárias à altura de expressar as crescentes transformações por que passava a sociedade brasileira. Não pelo fato da sociedade brasileira ser miscigenada e a nossa formação racial ser preponderantemente mestiça, mas porque as transformações econômicas e histórico-sociais, iniciadas no século XVIII, estavam liquidando as formações sociais tanto rurais como urbanas até então existentes.

Neste sentido, Araripe Júnior apontava que o indianismo tinha muito do sabor fantástico e do épico. Todavia, o sertanismo, tomado como movimento de resistência dentro da literatura aos modelos europeus "copiados", por sua vez, também estava funcionando como um tipo literário inventado e sem correspondência na realidade.

As personagens dos romances regionalistas nacionais eram criadas, tomando-se como base as canções e as lendas populares num esforço de garantir a verossimilhança. Contudo, estas personagens ficcionais ficaram divididas entre dois pólos conflitantes: o da intenção e o da realidade sertaneja. Segundo Araripe Júnior, o escritor romântico estava em luta entre o que idealizara acerca do sertanejo e o que era de fato a vida do sertanejo[380].

Desde o final do século XVIII, no Brasil, os sentimentos de liberdade e de destemor, a atitude de resistência à dominação dos senhores rurais e o apego ao trabalho livre de pastorear o gado estavam tornando-se cada vez mais raros na vida do sertanejo.

Isto porque o "fazendeiro capitalista", na observação de Araripe Júnior, avançou a sua dominação rumo ao interior do sertão: "*daí a morte de todo sopro épico, e o surgimento de uma poesia popular entre saudosista e grotesca. A depressão e o ridículo de quem vê a si e ao companheiro despojado da sua primeira e única dignidade, que era ser livre*"[381].

379 BOSI, A. Araripe Júnior. SP: EDUSP, 1978, p.28.
380 BOSI, A. Araripe Júnior. SP: EDUSP, 1978, p.29.
381 BOSI, A. Araripe Júnior. SP: EDUSP, 1978, p.03.

Desde o momento em que o sertanejo fora exposto ao poder dos patronos ricos e dos fazendeiros notáveis, senhores de longas extensões de terras, as emoções e os sentimentos cantados nos poemas sertanejos, recolhidos na literatura popular, traduziriam um estilo de vida de movimentos épicos de outrora.

Antes de se dar o fenômeno social da maior expansão dos senhores rurais para o interior, os sertanejos eram homens de garbo, valentia, coragem e amantes da liberdade. Porém, este estilo de vida livre e descomplicado estava em crise a partir do século XIX, em razão do grau de expropriação a que foram submetidos os sertanejos pelos senhores rurais:

> O sertanejo colocou-se na terrível contingência de servir ou ser esmagado. Que poesia podia então brotar? Que sentimento heróico encontrar-se-ia em indivíduos, que, abocanhados em suas nobres aspirações, vivendo como escravos, oprimidos, eram obrigados a percorrer os campos[382]

Araripe Júnior posicionava-se, como Sílvio Romero, ao lado dos defensores da abertura da sociedade brasileira às novas doutrinas e hábitos europeus, como uma solução no sentido de fazer avançar ainda mais rápido os processos de diferenciação cultural, e, assim, impulsionar a Nação a modernizar-se. Ainda aproximado de Romero, Araripe Júnior via a subordinação do "influxo civilizador vindo de fora" e submetido à "força impulsionadora autóctone" como um dos modos de garantir a manutenção da identidade nacional.

Todavia, tinha a clareza intelectual dos limites deste "meio de aperfeiçoamento", pois via na força impulsionadora aqui nascida as marcas de um meio social ainda muito acanhado e contingente. Logo, era uma estratégia que não poderia funcionar como "a única condição de existência" dos movimentos civilizadores[383].

382 BOSI, A. Araripe Júnior. SP: EDUSP, 1978, p.30.
383 BOSI, A. Araripe Júnior. SP: EDUSP, 1978, p.106.

Para a compreensão de uma ontologia brasileira – contribuições do romântico José de Alencar e dos pródromos da Escola do Recife

Racionalidade dos ladrilhadores versus racionalidade dos semeadores – José de Alencar na encruzilhada da modernidade

A polêmica Alencar−Nabuco recuperou alguns aspectos de uma luta ampla, travada em torno de diferentes modelos literários e político-doutrinários surgidos nos anos de 1870.

De um lado, os primeiros românticos, mais Alencar, conscientes da necessidade de reformas sociopolíticas e institucionais. Todavia, resistentes à introdução de reformas sem que elas passassem antes pelo filtro da *tradição-memória*. Além do mais eram muito arredios à ampliação da participação de novos grupos sociais nas decisões dos rumos políticos da Nação.

Do outro lado, os integrantes da Geração de 1870, um movimento político-intelectual ricamente formado por grupos sociais com muitas clivagens políticas e por indivíduos detentores de diferentes níveis de capitais econômicos e de relações sociais. Estes indivíduos pressionavam pela abertura das instituições políticas chaves do Império (Senado, Conselho do Império, cargos de Ministros de Estado) e estavam muito convictos da necessidade de modernizar e civilizar a Nação em atraso, a começar pela aproximação das teorias cientificistas europeias.

José de Alencar, na condição de político e letrado, apresentava-se como o representante mais consciente do projeto político-literário romântico de formação da nossa identidade nacional. Acusado de anacrônico, tanto por Távora como por Nabuco, o autor de *Iracema* contra-atacava acusando-os de alimentar-se do mesmo manjar saboreado pela elite da Corte, que tinha entre os seus ingredientes principais as ideias evolucionistas europeias e tudo mais de "gosto estrangeiro", aspirado pela "alta classe [que] frequenta o estrangeiro".

Para Alencar, eles estariam tão afeitos à "ladainha antibrasileira" que o sentido de "progresso do Sr. Nabuco e outros remontam a história literária do Brasil às baladas de Gonçalo Hermigues e Egas Muniz".

Desconheciam a originalidade dos trabalhos literários nacionais, quando, por exemplo, impingiam ao romantismo nacional a acusação de movimento

plagiador dos modelos de Cooper e Chateaubriand. Sendo que "quando Chateaubriand publicou *Atala*, em princípio deste século, a poesia americana já estava criada no Brasil". Mais precisamente com "Santa Rita Durão, o autor do Caramuru, e José Basílio da Gama, com seu Uruguai, todos do século XVIII"[384].

Por trás do gesto alencariano de resistência ao movimento de modernização da nossa cultura e da sua resistência à pressão dos indivíduos marginalizados do *establishment Imperial* pela ampliação das suas participações na vida política, estava instalada a sua convicção intelectual e afetiva de que o avanço destas demandas redundaria em retrocesso de todo o esforço dos românticos de inauguração de uma forma de civilização até então desconhecida no Ocidente.

O último grande romance de Alencar, "*Senhora*" (1875), trouxe alguns dos elementos do impasse por ele vivido:

a) entre a perpetuação de formas sociais e políticas, vistas por ele como promotoras da integridade moral dos indivíduos e da vida coletiva elevada;

b) e a fragmentação produzida nos indivíduos e nas instituições (família, Estado, religião) pelas exigências de generalização dos processos capitalistas, aliados à reivindicação de uma nova ordem política mais inclusiva.

O romance transcorreu na Corte pelos anos de 1850, se levarmos em conta algumas das indicações históricas sugeridas por Alencar acerca dos espaços de diversão e reprodução da moda parisiense, frequentados usualmente no Rio de Janeiro por indivíduos bem-nascidos[385].

Aurélia Camargo e Fernando Seixas constituem as personagens principais do romance. Ela nascera de um jovem pai (Pedro Camargo), o qual por sua vez era filho de um rico senhor de terras (o velho Camargo). Enquanto a mãe de Aurélia (Emília Camargo) era nascida sob o signo da pobreza, que se tornou ainda mais aguda quando Emília precisou arcar sozinha com a criação da filha,

384 COUTINHO, A. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1965, p.24;94.
385 "Cassino Fluminense" frequentado pela alta sociedade dos anos de 1850 a 1880, incluso a família imperial; O café-concerto "Alcazar" foi inaugurado em 1851 no Rio de Janeiro.

depois de Pedro Camargo a abandonar por pressão do pai e, passado alguns meses, vir ele a falecer ainda muito jovem.

Fernando Seixas era filho de "um funcionário público" de cargo mediano. A morte prematura do pai impôs a Fernando interromper os seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo quando aí cursava o 3º ano, pois "o pai deixara o escasso patrimônio complicado com uma hipoteca, além de várias dívidas miúdas"[386].

Assim, a morte do pai rebaixou ainda mais o padrão econômico e social da família Seixas. O caçula Fernando Seixas passou de estudante a funcionário público. Por sua vez, a mãe juntamente com as duas irmãs tornaram-se costureiras.

Contudo, nem no longo prazo, o trabalho das mulheres e a posse do cargo público de função menor exercido por Fernando Seixas foram capazes de elevar o padrão econômico e social da família, ou mesmo repô-lo nos patamares em que se encontrava quando o pai ainda era vivo.

A vida da família Seixas seguia o modelo usual daquelas famílias na luta pela sobrevivência, cuja dinâmica tornava-se ainda mais mal tratadora da integridade psíquica das mulheres. Isto porque o trabalho feminino era retribuído sempre em níveis de valor rebaixados em comparação ao trabalho dos homens.

No plano afetivo, as perdas não eram menores: nem festas e nem passeios pelas ruas do Rio de Janeiro; as filhas envelhecendo sem ao menos conhecer outra intimidade senão a delas próprias; o trabalho tomando para si cada vez mais a afetividade e até mesmo o pouco tempo qualitativamente bom para cuidar de si.

O mundo das mulheres da família Seixas comprimia-se ao peso do imperativo do trabalho de subsistência, estendido no "*serão na sala de jantar, em volta do candeeiro, que alumiava a tarefa noturna. O mais das vezes solitárias; outras acompanhadas de alguma rara visita, que as frequentava no seu modesto e recatado viver*"[387].

386 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.34.
387 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.35.

Cada vez mais tolhidas pelo trabalho ao preço do sacrifício dos afetos, as carentes irmãs Seixas tomavam os relatos amorosos e as confidências do irmão Fernando como o tema das suas conjunturas. Às confidências do irmão, elas misturavam as suas orações pelo seu sucesso em alguma das suas alardeadas investidas amorosas: – talvez daí resultasse um casamento com uma moça de família rica.

Tão reduzido ficara o universo das mulheres da família Seixas que o plano do filho de levá-las a uma apresentação lírica tornou-se para ele motivo de vergonha e preocupação. A modéstia e a simplicidade no vestir, tanto da mãe como das irmãs, era traduzida pelo olhar severo em pontos da elegância, como um "vestuário esquisito" de três mulheres "alheias às modas e usos da sociedade".

O vestuário das irmãs e da mãe fez com que Fernando perdesse o chão e relutasse em voltar ao camarote da família, depois da observação sarcástica de um amigo no meio daquela noite de apresentação:

> *"– Ó Seixas, não me dirás onde foste desencovar aquele terno de roceiras? (...) Que temível!"*[388].

De fato, o mundo daquelas mulheres era construído em cima de interesses, hábitos e expectativas em muitos aspectos diferentes daqueles hábitos urbanos e refinamentos europeizados, cultivados entre os grupos sociais fartos e bem-instalados da Corte.

As mulheres da família Seixas viviam um cotidiano de regularidades quase rural. As irmãs, ainda que iniciadas no trabalho da costura, atendiam a pessoas simples e remediadas, como elas mesmas, nascidas na Rua do Hospício. De sorte que desconheciam as sofisticações e os requintes da moda consumida pela alta classe da Corte.

Ao longo do romance, Alencar trabalhou no sentido de estilizar o mundo dos indivíduos medianos e pobres como altamente previsível, ordeiro, ajustado e tradicional. Vez ou outra toda esta regularidade era quebrada com os jogos de sedução do tio Lemos sobre a sobrinha, que naquele momento estava

388 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.37.

fragilizada com a morte do irmão e com o agravamento da saúde da mãe, que veio também a falecer deixando assim Aurélia órfã e ainda mais pobre[389].

Neste mundo moralista e encontradiço, Alencar não deixou de fora o cinismo e o interesse escuso da "gente de condição inferior" ao redor de Aurélia: – num primeiro momento, tão folgada no juízo de que a mãe de Aurélia era uma "mulher perdida" e merecedora de se evitar o "contágio de sua reputação". Posteriormente, transmutou-se este juízo endireitador, em atitude de servilismo e bajulação, quando Aurélia foi agraciada, de um dia para outro, com uma rica herança do avô paterno[390].

Contudo, Alencar minimizava os conflitos sociais e evitava dilacerar intimamente as personagens nascidas nos meios urbanos pobres e interioranos. Esta postura estava de acordo com a sua ótica de restaurador de um passado cuja idealidade fora inaugurada teoricamente com os seus romances indianistas "*O Guarani*" e "*Iracema*".

Ao longo destes romances, incluso "*Senhora*", Alencar resistia à ideia de que as misérias e o rebaixamento moral dos homens são universais, logo, independem da condição de classe e estão acima das convicções ideológicas e das certezas religiosas.

Consequente com as suas ideias de preservar os homens pobres e interioranos, Alencar justificava a vileza de Lemos e de Firmina, na conquista de alguns réis a mais ilicitamente, como atitudes aceitáveis. Pois partiam de indivíduos que tinham as suas vidas estacionadas no limiar da extrema pobreza.

Em outro momento do romance, a vida de privações e de trabalhos das mulheres da família Seixas contrastava com a existência do irmão Fernando. Era uma existência alardeada nos salões e salas de espetáculos da Corte e muito destoante do modo de viver rígido das mulheres.

Basta elencar alguns dos hábitos europeizados, cultivados na Corte, que foram incorporados por Fernando Seixas: o chapéu "chaque do melhor fabricante de Paris"; o corte elegante e esmerado definido na "casaca preta" pelo alfaiate da

389 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.76.
390 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.93.

moda Raunier; as luvas de “jouvin cor de palha”; a botina confeccionada pelo primeiro fabricante de sapatos de pelica no Brasil, o sapateiro francês “Campas”; o hábito de fumar “charutos de Havana”; “no toucador de um rapaz à moda (...) as mais finas essências francesas e inglesas (...) das casas do Bernardo e do Louis”[391].

Diante do descompasso entre os dois estilos de vida e do peso desigual da distribuição das obrigações domésticas, acrescidas da luta pela sobrevivência e das exigências morais impostas às mulheres nascidas nos estratos sociais pobres, Alencar sem usar de qualquer ironia reduzia o seu juízo a determinações moralizantes e tradicionalistas.

Por exemplo, na avaliação de Alencar, os novos hábitos importados da Europa representavam um perigo à integridade da família brasileira. A solução por ele proposta seria recorrer à única força social capaz de resistir-lhes:

> A vigorosa educação (...) a antiga educação brasileira, já bem rara em nossos dias, que, se não fazia donzelas românticas, preparava a mulher para as sublimes abnegações que protegem a família e fazem da humilde casa um santuário[392]

A trama do romance “*Senhora*” opera entre dois universos narrativos. De um lado, encontram-se ambientes onde se preservava os traços de uma sociedade eticamente exemplar, enquanto reflexo da “adesão emocional à tradição, à história e aos costumes”, apontada por Angela Alonso como o fundamento do projeto de civilização alencariano[393]. Do outro lado, estava se formando um mundo em que a cultura era mais cosmopolita, os hábitos europeizados e as relações sociais cada vez mais regidas pela forma dinheiro. Em suma, um mundo pelo qual Alencar manifestava as mais fortes resistências.

Neste universo de relações sociais emprestadas ao econômico, Alencar introduziria a personagem Fernando Seixas que lançou mão do casamento como estratégia de ascensão econômica, ao aceitar um dote de cem contos. Este casamento era parte do plano de vingança de Aurélia, motivada pelo fato de Seixas a ter preterido por outra mulher de melhor condição econômica, quando ela era ainda uma órfã pobre.

391 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.29,30.
392 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.35.
393 ALONSO, A. Ideias em movimento. SP: Paz e Terra, 2002, p.148.

De certa forma, Fernando Seixas ajustava-se ao drama alencariano presente em alguns dos seus romances, nos quais se discutia as formas de ascensão social dos jovens bacharéis ou moços: todos muito talentosos, todavia pobres. Neste sentido, temos como exemplos Augusto Amaral em "*Diva*"; Leopoldo de Castro em "*A pata da gazela*"; Mário em "*Til*" e Ricardo em "*Sonhos d'Ouro*". Nestes romances, Alencar acomodou com solicitude os seus casamentos por meio da construção de muitos lances de amor, de tal forma a minorar a acusação de interesse.

A ascensão social destas personagens principais foi feita pela via do casamento, ao se unirem a mulheres ricas, filhas de endinheirados fazendeiros e comerciantes. Por sinal, fazendeiros e comerciantes eram os únicos grupos sociais na sua ficção em que os indivíduos se enriqueceram pelo trabalho e os dois únicos estratos sociais, tidos por Alencar, em conta de grupos sociais fartos e economicamente sólidos.

A ausência na *ficção de Alencar dos grupos sociais ligados às profissões liberais traduzia os aspectos de uma sociedade patrimonialista em que as relações sociais ainda estavam pouco reificadas*. Bem como *traduzia as resistências de um narrador ainda pouco afeito a admitir os processos de objetivação da forma dinheiro, cada vez mais planificada nas organizações sociais e nos impulsos dos indivíduo*s.

Contudo, havia outros heróis dos romances urbanos de Alencar que eram jovens talentosos, ricos, elegantes, educados, mundanos e regiam-se pela observância estrita das regras do bom-tom. Entretanto, eram em geral homens de vida ociosa, dedicados a nada fazer e nunca se portavam como empreendedores.

No romance "*Cinco minutos*", o narrador era um jovem pouco atarefado que viajou à Europa em busca da amada. Depois de retornado à Corte, ele andava desocupado a "passear pela Rua do Ouvidor e a ouvir falar de política e teatro".

No romance "*A viuvinha e cinco minutos*", não se sabe sequer qual a profissão de Jorge. Salvo que era "*o filho de um negociante rico que falecera, deixando-o órfão em tenra idade (...). Chegando à maioridade Jorge tomou*

conta de seu avultado patrimônio e começou a viver essa vida dos nossos moços ricos (...) gastar o dinheiro que seus pais ganharam"[394].

O herói cortejado das mulheres Hermano de Aguiar do romance "*Encarnação*", segundo a própria informação do narrador, vivia uma vida de aristocrata "não se lhe conhecia [a] profissão; sabia-se, entretanto, que era abastado, pois além da chácara de sua residência, possuía apólices e prédios na cidade"[395].

Indivíduos empreendedores e enriquecidos por meio do trabalho não estavam ausentes do universo narrativo de Alencar. João Barbalho, personagem de "*Sonhos D'Ouro*", "começara a vida como tocador de tropa". Conjugando arrojo e tino para os negócios, "em uma de suas viagens à corte arrumou-se como caixeiro no armazém de mantimentos do consignatário". Tornando-se assim, aos cinquenta anos, um bem-sucedido comerciante "possuidor de algumas centenas de contos"[396].

Quando de todo rico e bem-sucedido, João Barbalho sentiu-se atraído pelos títulos nobiliárquicos e convencendo-se de que não era de bom-tom um rico capitalista ser tratado como tropeiro comprou o título de Barão do Saí: "trocou por um título à-toa aquele nome que valia um brasão; fidalgo brasão, se já o houve, pois era o do trabalho e perseverança, e tinha por timbre e divisa a probidade"[397].

Outro indivíduo determinado e hábil nos negócios comerciais foi Camacho, que começou com uma espelunca onde ele emprestava dinheiro a "pretos quitandeiros". Os empréstimos eram feitos segundo as regras de uma tabuada suspeita e os lançamentos nos seus livros contábeis eram-lhe sempre favoráveis. O que fez com que se enriquecesse rapidamente.

---

394 ALENCAR, J. A viuvinha e cinco minutos. RJ: Garnier, 1924.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00702.html>. Acesso em 17 out. 2008, p.02.
395 ALENCAR, J. Encarnação.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-01153.html> Acesso em 17 out. 2008, p.03.
396 ALENCAR, J. Sonhos d'Ouro. RJ: B. L. Garnier. 1872.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-01229.html>. Acesso em 17 out. 2008, p.47.
397 ALENCAR, J. Sonhos d'Ouro. RJ: B. L. Garnier. 1872.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-01229.html>. Acesso em 17 out. 2008, p.47.

Tornara-se tão endinheirado em curto período de tempo, que o narrador informou com espanto ao leitor: – Camacho comprara de primeira o dispendioso e respeitado título de Visconde de Aljuba, sem sequer ao menos interessar-se ou ser-lhe exigido que primeiro se tornasse barão. O dinheiro fora mais forte que toda a hierarquia dos títulos nobiliárquicos [398].

A compra de títulos nobiliárquicos por João Barbalho e Camacho revela os conflitos instaurados sobre os grupos sociais estratégicos, inseridos numa sociedade em transição que conjugava ordens sociais e econômicas contraditórias.

A ordem burguesa e a ordem estamental patrimonialista conviviam numa perversa simbiose, refundidas em instituições políticas e sociais Imperiais, por meio da perpetuação da lógica do favor e da prebendalização de cargos e postos públicos. Isto graças ao apoio de grupos sociais ligados à economia agrário-escravista e à elite político-burocrática.

Como vimos no Capítulo III, a elite político-burocrática era integrada por grupos sociais muito distintos (funcionários públicos, profissionais liberais, magistrados e políticos, dentre outros), ainda que ideologicamente fosse bem homogênea, graças ao treinamento nas carreiras públicas e na educação.

As personagens Fernando Seixas e Aurélia retomam alguns elementos do embate entre as duas formas de configuração social. Na medida em que os seus conflitos articulam-se dentro da *oposição entre o ethos estamental dos senhores rurais e o ethos burguês*.

Fernando Seixas, antes do casamento com Aurélia, vivia segundo um estilo de vida aristocrático. Daí se impor coerções no sentido de assegurar prestígio e posição de relevância em eventos sociais, os quais ele tomava como deveres e exigências sociais.

No empenho de manter prestígio e autoafirmação social, Fernando Seixas gastava todo o seu vencimento mensal, ganho como funcionário público, e mais outro tanto retirado da poupança acumulada pela família, cuja administração do capital estava sob a sua guarda.

398 ALENCAR, J. Sonhos d'Ouro. RJ: B. L. Garnier. 1872.
Disponível: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-01229.html>. Acesso em 17 out. 2008, p.47.

Assim, enquanto as mulheres sobreviviam com 150$000 mensais, Seixas queimava mensalmente 6:700$000, “quantia que naquele tempo não gastava com a sua pessoa muitos celibatários ricos, que faziam figura na sociedade da corte”[399].

Ligando-se à alta roda social por meio de festas, jantares, bailes, idas ao teatro e namoricos, Seixas operava segundo comportamento e mentalidade aristocrática, transferindo toda a sua afetividade, inteligência e vontade à expectativa de retribuição de amizades. Acima de tudo, alimentava a esperança de se dar bem por meio de um casamento bem-sucedido.

Conquistado o casamento com a rica herdeira Aurélia, Seixas seria treinado em formas sociais distintas da anterior. Ele passaria a ser treinado na mentalidade burguesa. De certa forma, no ciclo de formação do Seixas burguês, não havia a gravidade da motivação do indivíduo pela valorização do cumprimento do dever, associado à realização de alguma vocação profissional ou eleição divina: elementos capazes de imporem-se como autorrealização moral mais abrangente e sistêmica de um modo de vida.

O empenho no aprendizado da acumulação e a motivação em treinar-se na capacidade de perceber as oportunidades econômicas de reprodução do capital, surgidas no seu cotidiano, mobilizavam a vontade e o entendimento de Seixas. Inicialmente, como reação ao cálculo de vingança colocado em prática por Aurélia de fazê-lo assinar um documento no qual reconhecia a dívida de cem contos referente ao dote.

De fato, a forma como se deu o casamento constituiu um negócio, pois foi feita por meio de um procurador que propôs a Seixas um dote de cem contos sem que ele conhecesse a mulher com quem iria se casar. Assinado o documento, Seixas foi apresentado à Aurélia, a qual não só exigiu a realização do casamento como ainda fez com que Seixas fosse morar com ela no seu palacete.

Morando juntos, Aurélia deu vazão aos seus sentimentos sádicos de “pungi-lo com o seu mais virulento sarcasmo”, num nível tal de provocação que fez com que Seixas quase sucumbisse à vergonha e à degradação. Tratado

399 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.36.

publicamente como adereço e acessório da "Senhora" nos círculos frequentados pela boa sociedade da Corte, Seixas tomou a decisão de dar fim à sua condição de homem vendido e "escravo branco", determinando-se a comprar a sua "alforria".

Neste sentido, ele passou a obrigar-se à contenção dos seus gastos; recusou a aceitar qualquer dinheiro ou presentes dados por Aurélia; e procurou aprender dela a condução dos negócios com a "gelidez" do argumento, "a perspicácia e o perfeito conhecimento que mostrava dos negócios".

Neste processo de autocoerção transformadora, Seixas interiorizou de tal forma a disciplina do trabalho que se antes ele consumia o tempo na repartição pública "na palestra e no fumatório", ele passou então à condição de funcionário público exemplar: – assíduo e pontual.

Tamanhas foram as transformações nele operadas que os colegas da repartição pública perceberam as mudanças na sua natureza íntima transbordarem-se nos seus gestos: "mudança notava-se em Seixas. Era a gravidade (...) ainda seus lábios se ornavam de um sorriso frequente; mas ele trazia o reflexo da meditação e não era como dantes um sestro de galanteria"[400].

Aos poucos o estilo de vida de Fernando Seixas foi formando um conjunto mais coerente de atitudes interiores e de condutas de vida metodicamente construídas, voltadas à reprodução da forma dinheiro, as quais, por sua vez, penetravam cada vez mais na sua existência inteira.

Elas se tornaram tão imperativas e estimulantes à autoinspeção contínua que a regulamentação planificada da vida pessoal de Seixas transformou-o num homem insensível e repugnante, mesmo para Aurélia. Por sinal, já bem avançada na condução da sua vida segundo a ética burguesa.

O trabalho de iniciação de Seixas no universo burguês, começado nas mãos de Aurélia, resultou na formação de um indivíduo cada vez mais sofisticado na conduta consentida de consecução do ethos burguês.

Daí o sentimento asfixiante, por trás do relato de Aurélia, acerca de Seixas:

400 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.118.

> Nem bom, nem mau. Nem digno de ser amado; nem tão vil, que lhe evite o contágio (...) um desses homens equívocos, produtos da sociedade moderna (...) Não me importaria que ele fosse Lúcifer, contanto que tivesse o poder de iludir-me até o fim, e convencer-me de sua paixão e inebriar-me dela. Mas adorar um ídolo para vê-lo a todo o instante transformar-se em uma coisa que nos escarnece e nos repele ... É um suplício de Tântalo[401].

Neste aspecto, o desabafo de Aurélia condensava toda a resistência do narrador Alencar ao avanço da ordem burguesa sobre a ordem patrimonialista. Nesta última ordem, Alencar projetava toda a sua esperança de realização da eticidade e de emancipação do homem dos trópicos, traduzida em termos científicos, na sua resistência aos elementos positivos e utilitários; e, nos termos políticos, na manutenção dos privilégios aristocráticos.

Nos romances anteriores à "*Senhora*", Alencar investira alto em narrativas literárias ao longo das quais as personagens pautavam as suas ações e atitudes pela extrema sensibilidade e coerência. Agora, no romance "*Senhora*", de certo que rompia com a unidade interior das criaturas, rebaixando-as pelo irreverente amoralismo.

Contudo, policiava-se, ponderava e interrompia os processos narrativos de destrato das criaturas ficcionais, ao procurar ajustá-las e reabilitá-las pelo sentimento reparador do amor, quase descabido em personagens tão amesquinhadas.

Deixaria a Machado de Assis dar o passo mais além e mais elaborado no sentido de amesquinhar as criaturas ficcionais, ao torná-las mutáveis, amorais e cínicas. Nunca inteiriças e coesas.

Por sinal, as personalidades ficcionais amesquinhadas, criadas por Machado de Assis, foram nascidas depois da sua doença nos anos de 1878 a 1879, cuja convalescência, demorada em Friburgo (interior do Rio de Janeiro), fez com que Machado de Assis temesse a morte como iminente.

Aos quarenta anos, o sentimento de medo pela proximidade da morte talvez tenha exercido papel mais central do que usualmente se admite na mudança tão profunda, observada entre o Machado dos romances anteriores e aquele surgido nos romances a partir de "*Memórias póstumas de Brás Cubas*" (1881).

---

401 ALENCAR, J. Senhora. 8ª ed. SP: Editora Ática, 1977, p.128; 129.

A partir deste romance, a frivolidade, o cinismo, as máscaras, que cada homem precisa se colocar, não são sentimentos que se abatem sobre as personagens ficcionais de modo periférico, mas tomam toda a sua existência.

Alencar resistia à modernidade quando procurava reconstruir nostalgicamente a unidade perdida entre *norma* e *tradição*. Neste sentido, havia a patente atitude intelectual e afetiva da sua parte de sugerir, como meio de superação da dissolução do ethos aristocrático dos senhores rurais, formas de conhecimento que não fossem unicamente centradas no saber formalista racional. Como, por exemplo, o respeito à sensação.

A sensação seria uma forma de saber e de se conduzir, estruturada na íntima relação entre a natureza e a tradição, instituída sob valores comumente aceitos por uma sociedade específica. Esta racionalidade estaria presente nas atitudes de Iracema e Poti, quando traçam planos, concebem formas de sociabilidade e se deixam absorver por estratégias em contrastes com alguns elementos da racionalidade dos brancos.

Dentro de certo aspecto, Alencar propunha outra forma de estar e conduzir-se no mundo que não aquela imposta pelo conhecimento formalista racional, cujo desdobramento estaria levando à criação do indivíduo burguês, coisificado nas suas relações com o mundo e consigo mesmo.

Neste sentido, Alencar era continuador de uma "ontologia brasileira" acerca da qual desconhecemos ainda os elos, mas que já estava presente na antologia dos "Sermões" de Vieira, precisamente no "*Sermão da Sexagésima*". Na ontologia de Vieira, a harmonia e o curso do universo estão construídos segundo a lógica de quem semeia e não segundo

> Como quem ladrilha ou azuleja. Ordenado, mas como as estrelas: Stellae manentes in ordine suo. Todas as estrelas estão por sua ordem; mas é ordem que faz influência, não é ordem que faça lavor. Não fez Deus o céu em xadrez de estrelas (...) Se de uma parte está em branco, de outra há de estar noite (...) se de uma parte dizem luz, da outra hão de dizer sombra[402]

Alencar levou o processo narrativo para um lado, de tal forma a demonstrar a negatividade do universo da troca em crescente consolidação no Segundo Reinado. E fez isto com muita propriedade ao levar o leitor a conscientizar-se de que as *existências dilaceradas e sofridas de Seixas e Aurélia*

402 VIEIRA, A. Sermões. 8ª ed. RJ: Agir, 1980, p.105.

decorriam da instrumentalização das relações sociais e das relações do indivíduo consigo mesmo em razão do imperativo da forma dinheiro.

Se, por um lado, o desapreço de Alencar pelo avanço das formas objetivas do capitalismo e do modo de vida burguês apoiava-se na sua crítica à fragmentação e instrumentalização dos indivíduos; por outro lado, Alencar aderia por demais ao estilo de vida de grupos sociais aristocráticos, cuja condução e a tomada de decisões políticas estavam restritas, como criticava Nabuco, a uma "confraria".

Neste sentido, o projeto político festejado pelo próprio Alencar, em discurso na Câmara quando assumiu o cargo de Chefe de Estado (Ministro da Justiça), por ele intitulado de "aurora da regeneração", propunha o exercício de um governo pessoal forte por parte do Imperador e a manutenção da restrição do acesso à tomada de decisões dos rumos políticos da nação. Era uma tese na direção contrária da proposta política de abertura dos processos políticos, defendida por Joaquim Nabuco e outros representantes dos grupos sociais emergentes.

Consequente com a sua atitude de resistência à expansão da participação política dos novos grupos sociais, o romance "*Senhora*", apesar de escrito em 1875, não inclui entre as suas personagens os profissionais liberais e nem os considera como integrantes dos grupos sociais estratégicos e endinheirados.

Além do mais, o romance reproduz com certa fidelidade o lugar a ser ocupado pelos escravos e homens livres pobres na sociedade do Segundo Reinado: no exercício dos serviços domésticos e ocupações manuais de toda ordem.

Neste aspecto, ao longo do romance, eles nunca são chamados pelo nome. Estes indivíduos são gente às quais a "*Senhora*" se dirigia somente para dar ordens. Quando muito valiam pelo valor de ostentação, pois quanto maior o número deles num "sobrado", mais indicativo das posses dos novos grupos sociais urbanos em ascensão.

Culturalismo: o conceito de cultura tomado como reação ao processo de auto-objetivação da razão – Tobias Barreto e Sílvio Romero

Em 1784, Kant publicou o artigo intitulado *Beantwortung der frage: was ist aufklärung?* (1784 – Em resposta à interrogação: o que é o Iluminismo?), escrito em réplica ao pastor Zollner.

Neste artigo, Kant procurou dar conta do que era o processo da aufklärung com base em três aspectos: a aufklärung era um processo que tinha por alvo esclarecer os homens da necessidade do livre uso do seu entendimento[403] a fim de que chegassem à maioridade (o uso do entendimento, isento de toda tutela); segundo, a aufklärung havia avançado no sentido de demarcar quais faculdades o indivíduo deveria mobilizar para atingir a maioridade; e por último, a aufklärung estabelecia previamente sobre quais condições a maioridade poderia efetivamente estabelecer-se (uso público e privado da razão)[404].

O livre uso do entendimento para Kant representava a condição para a conquista do estado de maioridade. Contudo, o seu uso deparava-se com duas condições limitadoras ao seu desenvolvimento. Primeiro, com a falta de coragem e a tímida determinação moral dos indivíduos diante do dever de pensar por si mesmos; e como segunda condição limitadora, a tácita aceitação de alguns homens de serem tutelados por outros ou aceitarem com certa passividade a dominação moral e política.

A conquista do estado de maioridade, na visão de Kant, constituiria a proposta maior da aufklärung, cuja realização se efetuaria quando o indivíduo renunciasse as tutelas teóricas, políticas, éticas e religiosas e se servisse "do seu entendimento sem a condução do outro"[405]. O que se daria quando o

403 KANT, I. De la déduction des concepts purs de l'Entendement. In: Critique de La Raison Pure. Paris: Presses Universitaires de France, 1975, p.129–144.
404 "Jé réponds: l'usage public de sa raison doit toujours être libre et il est seul à pouvoir apporter les Lumières. Mais ce que j'entends par usage public de as propre raison, c'est celui qu'en fait quelqu'en, en tant que savant, devant l'ensemble du public qui lit. J'applle usage privé celui qu'il lui est permis de faire de raison dans une charge civile qui a été confiée ou dans ses fonctions." KANT, I. Qu'est-ce que les Lumière? In: KANT, I. Vers la paix perpétuelle, Que signifie s'orienter dans la pensée? Qu'est-ce que les Lumières? Paris: Flammarion, 1991, p.45.
405 KANT, I. Qu'est-ce que les Lumière? In: KANT, I. Vers la paix perpétuelle, Que signifie s'orienter dans la pensée? Qu'est-ce que les Lumières? Paris: Flammarion, 1991, p.44.

indivíduo encontra nele mesmo a coragem e a força de se "decidir"[406] a emancipar-se por meio do "pensar por si mesmo" (*selbstdenken*)[407].

Todavia, a aufklärung não se instauraria necessariamente, na observação de Kant, por meio do progresso individual do conhecimento. Mas antes pelo progresso coletivo do conhecimento, que permite aos indivíduos se colocarem novas "noções do público", as quais, por sua vez, redefinem ou criam novas instituições (o Direito, o Estado, a imprensa etc).

A aufklärung seria um processo que exige do indivíduo, enquanto indivíduo, coragem de se emancipar da tutela do outro. Porém somente se realizaria, efetivamente, por meio da ação coletiva dos indivíduos. Kant parece que tinha em vista ressaltar que o processo da aufklärung, entre outros aspectos, difundia algumas máximas da razão moral (o dever, a moralidade, a intencionalidade, a vontade, a obediência) e colocava os limites da investigação racional diante da sobreposição do "uso universal, do uso livre e do uso público da razão"[408].

Para Kant, a aufklärung não guardava um fim em si mesmo, pois ela não consistiria na difusão do conhecimento pelo curso inexorável da razão. Mas pela realização das relações entre os indivíduos como sujeitos autônomos capazes de garantir a sustentação das instituições sociais. Com isto, Kant situou o processo da aufklärung nas fronteiras entre a "reflexão crítica e a reflexão sobre a história"[409].

A aufklärung é um processo dinâmico, simultaneamente, conjugador de "ratio" e "poder"; de saber e poder; de épistémè e "acontecimentos políticos, econômicos, sociais, intelectuais e culturais"[410]. Kant, como bem observou Foucault, rompeu com parte da tradição filosófica estabelecida na ideia de

406 KANT, I. Qu'est-ce que les Lumière? In: KANT, I. Vers la paix perpétuelle, Que signifie s'orienter dans la pensée? Qu'est-ce que les Lumières? Paris: Flammarion, 1991, p.43.
407 "Pensar por si mesmo significa procurar o critério supremo da verdade em si (quer dizer dentro de sua própria razão). E a máxima que ordena pensar a todo instante por si mesmo resume a aufklärung" KANT, I. Qu'est-ce que les Lumière? In: KANT, I. Vers la paix perpétuelle, Que signifie s'orienter dans la pensée? Qu'est-ce que les Lumières? Paris: Flammarion, 1991, p.43.
408 FOUCAULT, M. O que são as Luzes? In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos.Vol. 1. RJ: Forense Universitária, 2002, p.340.
409 FOUCAULT, M. O que são as Luzes? In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos.Vol. 1. RJ: Forense Universitária, 2002, p.341.
410 FOUCAULT, M. O que são as Luzes? In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos.Vol. 1. RJ: Forense Universitária, 2002, p.345.

progresso do conhecimento, por meio do uso da razão, como o único meio de emancipação do gênero humano.

Kant havia compreendido que o livre uso do entendimento tinha por guia a razão, a qual pela sua própria natureza ab-rogava para si a possibilidade de único conhecimento possível de todas as coisas na sua totalidade e essência (coisa em si). Ainda assim, Kant tratou de estabelecer os seus limites: a razão poderia chegar ao conhecimento dos fenômenos, mas não dos nôumenos (da coisa em si)[411].

Logo, o processo da aufklärung não avançaria pelo progresso inexorável do conhecimento racional. Ao contrário disto, Kant argumentava que este avanço dependia dos limites impostos à razão pelas instituições sociais e políticas (uso da razão pública e uso da razão privada). Nem o sujeito cognoscente (sujeito transcendental), nem o objeto conhecido são senão fenômenos "... a crítica kantiana questionava a possibilidade de um conhecimento sobre uma verdade ou uma realidade em si"[412].

Neste sentido, Foucault leu a epistemologia kantiana nos termos: "Kant foi o primeiro a manifestar explicitamente que as condições da experiência e do objeto da experiência eram idênticos"[413]. Foucault chegou a esta conclusão tendo diante de si a máxima kantiana enunciada no Segundo Prefácio da "*Crítica da Razão Pura*": "o objeto do conhecimento não constitui objeto do conhecimento, senão enquanto está provido das condições do conhecimento"[414] colocadas pelo sujeito que conhece.

Os dois maiores iluministas da Escola do Recife, ambos autodidatas, não poderiam se colocar na altura das epistemologias dos iluministas alemães. Tanto Tobias Barreto como Sílvio Romero não fizeram distinção entre razão, consciência, entendimento, vontade e espírito[415]. Desta forma, pressupunham a razão como a faculdade que diferenciava, desmembrava, destrinchava discursivamente e unificava todo o conhecimento humano.

---

411 KANT, I. Problème géneral de la raison pure. In: Critique de La Raison Pure. Paris: Presses Universitaires de France, 1975, p.43–45.
412 FOUCAULT, M. La Verdad y Las Formas Jurídicas. México: Gedisa Mexicana, 1983, p.29.
413 FOUCAULT, M. La Verdad y Las Formas Jurídicas. México: Gedisa Mexicana, 1983, p.23.
414 KANT, I. Critique de La Raison Pure. Introdução à Segunda Versão. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.
415 BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990.

Antonio Cândido percebera que no "método crítico" de Silvio Romero, às vezes, a investigação assumiu os contornos de "*uma análise intelectual que faz parte da lógica e se aplica à história do pensamento (...). Concebendo a crítica como método geral, aplicável a todos os setores do pensamento, tinha forçosamente que incluí-la na lógica – na metodologia*"[416].

Tobias Barreto, por sua vez, mais familiarizado com a leitura dos iluministas alemães Kant, Leibniz, Christian Wolff, Herder, dentre outros, entedia que a razão figurava como a faculdade humana que possibilitava todo o desenvolvimento do gênero humano.

A seu ver, a razão seria a instância habilitada, como tal, a estabelecer as conexões com a realidade objetiva: "*Não posso representar-me nenhum esforço, nenhuma ação racional, que não seja motivada pela razão. Qualquer que seja o alvo do meu esforço, por mais independente que ele seja, ele só será racional, associando-se à consciência de que tenho bons motivos para obrar assim*"[417].

O "processo de desencantamento" do mundo, levado com efeito pelos subsistemas da ação racional com respeito a fins, fez com que a razão, primeiro, expulsasse a unidade das imagens de mundo mágico-míticas do universo dos homens. Nesta empreitada, a razão tomou como aliada o pensamento teológico das religiões monoteístas e os princípios ontológico-metafísicos.

Num momento posterior, a razão aliou-se às Ciências Experimentais e Físico-matemáticas para então, agora, expulsar a religião e a metafísica para o reino do irracional. Neste processo, a razão procurou estabelecer-se pretensamente como o único saber capaz de restaurar a harmonia perdida, fundada outrora na íntima relação entre destinos humanos e destinos cósmicos.

Nos termos pensados por Tobias Barreto, todo o percurso do conhecimento formalista-racional começara com os gregos. Precisamente, quando eles, segundo Tobias Barreto, racionalizaram o uso do tempo; inferiram que a

416 CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.90; 93.
417 BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.297.

moderação era a maior virtude e perceberam pela reflexão que os meios deveriam antecipar os fins[418].

A metódica racionalização dos experimentos humanos e a compreensão pelo sujeito de que na realização das obras humanas os fins antecipam os meios, permitiram com que o pensamento metafísico expulsasse do mundo dos homens as imagens de mundo mágico-míticas[419].

O avanço do "processo de racionalização" teria alcançado a sua melhor formulação ao vislumbrar a possibilidade de que os homens, antes de obrar os fins, pré-estabelecidos pelo próprio sujeito, poderiam antecipar os meios às suas criações. Tamanha astúcia da razão, Tobias Barreto denominou de "conceito da finalidade", que é basicamente de fundo teleológico:

> Ela consiste na capacidade que tem o homem de realizar um plano por ele mesmo traçado, de atingir um alvo, que ele mesmo se propõe. (...) O jardineiro que se propõe produzir uma nova forma de flor ou planta, o criador de pássaros que se incumbe da produção de uma plumagem nova são dotados da faculdade de atingir um fim, por eles preconcebido[420].

O processo de intelectualização, por meio do qual a razão ab-roga para si na Modernidade a condição de única possibilidade de emancipação do gênero humano e detentora da compreensão daquilo que "não somos, mas do que

418 "Assim, quando Pítaco dizia: pondera bem o tempo, ou Cleóbulo aconselhava: moderação em tudo, ou Periantro de Corinto: refletir, antes de obrar eram os primeiros lineamentos de uma ciência futura". BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.315.

419 "A sabedoria gnômica dos sete sábios antecedeu às especulações metafísicas das escolas gregas. As sentenças ou máximas, que se lhes atribui, são induções baseadas na observação dos fatos e relações sociais". BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.315.

420 BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.302,303.

deveríamos ser"[421], fez com que os homens "desencantassem"[422] a natureza e, a duras penas, entendessem que "*aprender é desiludir-se*"[423].

A razão reivindicou para si aquelas condições e predicados que, durante séculos, os homens projetaram nos deuses:

> Não é decerto em nome de Deus que os planetas giram em torno do sol e as falenas em torno da luz, que vai queimá-las; não é decerto em nome de Deus que o mar se quebra na praia, ou os rios caem dos montes, ou a chuva estraga as searas [...] Que a humanidade se iluda, acreditando na realidade dos seus sonhos, ou como disse Feuerbach, convertendo os seus desejos em outros tantos deuses – pensamento este que já tinha germinado no espírito de Virgílio[424]

A correção – operada nas epistemologias de Tobias Barreto e Sílvio Romero de modo que as alargassem para além da auto-objetivação da razão – foi assegurada pela distinção dos conceitos entre natureza e cultura assimilados do culturalismo de Fröebel.

Os dois conceitos apareceram desenvolvidos por Tobias Barreto nos anos de 1880. Mais precisamente, iniciou-se em 1881 com o artigo "*Sobre uma nova intuição do direito*", escrito no momento em que Tobias se preparava para prestar concurso docente da Faculdade de Direito do Recife.

Na observação de Tobias Barreto, a natureza seria regida por leis inflexíveis e brutas. Logo, ela "se desenvolve segundo leis determinadas e forças que lhe são imanentes; não se afeiçoa de acordo com fins humanos".

Ainda interpretando Fröebel, Tobias Barreto entendia que a cultura está "*em oposição à natureza. É o processo geral da vida, apreciado, não segundo a relação causa e efeito, mas segundo a de meio e fim. Ela é o desenvolvimento*

---

421 HABERMAS, J. O conceito hegeliano de modernidade. In: O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990, p.36.

422 "[...] sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar e meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer a técnica e previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização [...] esse processo de desencantamento, realizado ao longo dos milênios da civilização ocidental [...]". WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. SP: Editora Cultrix, 1999, p.31.

423 BARRETO, T. Notas a lápis sobre a evolução emocional e mental do homem (1884). In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.282. (Grifo nosso).

424 BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.314.

vital, pensado como alvo, e até onde chegam os meios humanos, tratados também como alvos; é a vida mesma no ponto de vista da finalidade"[425].

A distinção entre os dois conceitos não sofrerá acréscimos significativos ao longo da vida intelectual de Tobias Barreto e de Sílvio Romero. O culturalismo de ambos é de base iluminista por conceber o fenômeno cultural como criação somente possível graças à ação da intencionalidade do sujeito sobre a natureza.

De tal forma que a apreensão dos "universais culturais" só se tornaria possível pelo trabalho do sujeito de investigação de cada camada formadora da sua cultura (formas biológicas, psicológicas, sociais)[426] até encontrar, pretensamente, os elementos universais constitutivos de uma cultura.

Há no culturalismo de ambos fronteiras muito bem delimitadas entre os dois conceitos. Os padrões culturais funcionam como de todo separados dos padrões comportamentais, instintivos e dos ambientes naturais. O que está em contraste com o real estado do homem que "precisa de tais fontes simbólicas de iluminação para encontrar seus apoios no mundo porque a qualidade não simbólica constitucionalmente gravada em seu corpo lança uma luz muito difusa"[427].

Neste sentido, a correção da sua incompletude animal precisa associar elementos biológicos e culturais, como exemplifica Geertz: a capacidade de falar é inata ao homem, porém falar línguas específicas é uma criação cultural.

Entretanto, foi por meio deste culturalismo que Tobias Barreto e Sílvio Romero dinamizaram as suas epistemologias de tal modo a torná-las menos metafísicas e mais sintonizadas com os fenômenos sociais. Neste sentido, Sílvio Romero no artigo "*Realismo e idealismo*", escrito de 1869 a 1875, entendia o real como positivo, ou seja, como tudo aquilo que a ciência estabelece como digno de ser conhecido.

425 BARRETO, T. Sobre uma nova intuição do direito. (1881). In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.247.
426 GEERTZ, CLIFFORT. A interpretação das culturas. RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1989, p.63.
427 GEERTZ, CLIFFORT. A interpretação das culturas. RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1989, p.57.

Contudo, o realismo não estaria em oposição ao idealismo, pois as ideias que formamos das coisas não são concebidas a priori. De certa forma, a centralidade da epistemologia de Sílvio Romero consistia em relativizar a possibilidade do conhecimento da coisa em si, mais precisamente ele se opunha à metafísica no que diz respeito à capacidade do sujeito apreender as ideias absolutas.

Mesmo que Sílvio Romero apelasse para Hegel, quando de fato desconstruía de certo modo a lógica hegeliana cujo sentido no "Hegel maduro" tentava reconstruir dialeticamente a unidade da razão cindida entre razão prática e razão teórica[428], ficou o testemunho do intenso esforço de Romero em tratar do problema do conhecimento em outros termos que não os metafísicos.

Num tempo em que "a crítica brasileira se nutria de abstrações e esquemas retóricos, não era pouco ver alguém se opor às suas categorias, ao mesmo tempo rígidas e simples"[429].

Estudando a "*História da literatura brasileira*" (1888), Antonio Cândido constata que a análise literária de Sílvio Romero tornara-se mais refinada, pelo fato de Sílvio Romero dar nesta obra "maior importância ao aspecto cultural da produção sobre o aspecto natural"[430]. Isto porque o culturalismo de Romero[431] estava se processando de tal forma a opor-se ao peso do naturalismo inicial, presente nos seus trabalhos "*Estudos sobre a poesia popular no Brasil*"(1870–80) e "*O naturalismo em literatura*"(1882)[432].

Ou seja, do ponto de vista da "crítica romeriana", estava em transformação os mecanismos de influência da raça e do meio sobre a cultura. De tal forma que a ação do homem estava acima da influência da ação do meio. Assim, se a

428 HABERMAS, J. O conceito hegeliano de modernidade. In: O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990, p.38; 42.
429 CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.38.
430 CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.71.
431 "Os grandes estudos da história, etnografia e antropologia mostraram o homem em estado de natureza mergulhado na miséria e na ignorância e mostraram que a Mãe-Natureza não produziu nunca arte, ou direito, ou religião, ou a poesia, ou a filosofia: mostraram finalmente que tudo isto é o resultado da evolução lenta da civilização humana. A intuição do cultural substituiu o conceito errôneo do natural" ROMERO, S. História da literatura brasileira, Vol. 02. 1ª ed., p.947 apud CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.72.
432 CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.71.

literatura estava sujeita aos processos biológicos, por sua vez, ela não era assimilada de todo por eles.

Sílvio Romero estava relativizando o impacto do meio ao conceituá-lo como "um agente de diferenciação, e, por isto mesmo, não é o elemento estável". O que estava em desacordo com o seu pensamento fortemente naturalista nos anos de 1870, quando Romero definira que o fator integrador por excelência da literatura:

> É a raça (...) já tem claramente determinado que a natureza em si não é o fator direto, mas repercute através do grupo e da raça (...) o progresso mais acentuado no sentido deste culturalismo é a inclusão de novos fatores sociais na explicação dos períodos, das escolas, dos gêneros, dos indivíduos[433]

A formação das sociedades humanas, na interpretação de Tobias Barreto, deu-se por meio do "livre acordo de vontades", motivado pela confiança na vida social como o melhor modo de realização dos homens.

A sociedade era a maior criação até então concebida pela cultura no seu esforço de reagir aos determinismos biológicos e ao individualismo, visto também este último como resquício da nossa "indisciplina e selvageria natural".

Assim, estaria na contramão de todo este esforço a seleção natural darwinista aplicada aos fenômenos sociais, ao propor a eliminação natural dos fracos diante dos fortes. Ou seja, Tobias Barreto argumentava que subtrair "dos mentecaptos e doentes as leis de socorros aos indigentes (...) [era] entregar os míseros à sua própria miséria" com a pretensão de acelerar o "depuramento da sociedade". Ao aplicar as dinâmicas biológicas às sociedades humanas, os evolucionistas demonstravam desconhecer que "ser natural não livra de ser ilógico, falso e inconveniente"[434].

Tobias Barreto entendia como falsas e na raiz de muitas "irregularidades sociais" as tentativas de pressupor a seleção natural das espécies como a forma de "eliminação consciente das anomalias da vida social". Neste sentido, tomava como exemplos desta improcedente transposição a escravidão: – "é natural a existência da escravidão; há até espécies de formigas, como a

433 CANDIDO, A. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. SP: EDUSP, 1988, p.73.
434 BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.304. Neste sentido, ver também os artigos: "Notas a lápis sobre a evolução emocional e mental do homem" (1884); "Relatividade de todo conhecimento" (1885); "Introdução ao estudo do direito" (1887–88) e "Recordação de Kant" (1887).

Polyerga rubescens, que são escravocratas; porém é cultural que a escravidão não exista".

Em outro momento da sua argumentação culturalista, contrária aos evolucionistas, Tobias Barreto posicionar-se-ia em favor da maior participação das mulheres na vida política e social da nação: – "é natural que a mulher, por sua fraqueza, seja sempre uma escrava do homem; mas é cultural que ela mantenha-se em pé de igualdade, quando não lhe seja até superior"[435].

Todavia, o culturalismo de Tobias Barreto alcançara a sua melhor amplitude analítica dentro do estudo do Direito. A pressuposição, de que as sociedades modernas ocidentais estavam construídas sobre "uma teia imensa de relações sinérgicas e antagônicas", por meio das quais os indivíduos se arrogavam "no direito de representar e subordinar a mesma sociedade ou o grupo social de que fazem parte"[436], tinha como implicação no pensamento de Tobias o imperativo do direito na harmonização dos conflitos.

Do ponto de vista da cultura, o Direito nas sociedades modernas teria o mesmo peso e importância da seleção natural nos fenômenos biológicos. Isto porque o Direito como "*um produto da cultura humana (...) é antes de tudo, uma disciplina social, isto é, uma disciplina que a sociedade impõe-se a si mesma na pessoa dos seus membros, como meio de atingir o fim supremo (...) da convivência harmônica dos seus associados*"[437].

Desta forma, dentre as contribuições intelectuais de Tobias Barreto figurou aquela em que o Direito foi compreendido como a criação social tornada central nas sociedades modernas. O que decorreria do fato do Direito constituir-se na instância de normatização dos conflitos entre os indivíduos e as instituições, tanto mais eficaz quando a norma jurídica esta sintonizada com os apelos dos grupos sociais.

---

435 BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.304. Acerca da ampliação dos direitos políticos às mulheres e os desdobramentos da argumentação culturalista de Tobias contra a tese da subjugação das mulheres em razão da pretensa diferenciação dos "pesos e medidas do cérebro", remeto o leitor aos textos: "Educação da Mulher " (1879) e "Educação da Mulher II" (1879).

436 BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.305,306.

437 BARRETO, T. Introdução ao estudo do direito (1887). In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.395.

Com respeito a este aspecto, Tobias Barreto lançou-se num intenso esforço no sentido de resignificar alguns aspectos do Direito positivo alemão para o contexto nacional.

Parte do seu trabalho de resignificação do direito foi consumido no ataque ao jusnaturalismo. Em especial, Tobias Barreto posicionou-se contra a tese dominante nas faculdades de direito imperial[438] de que a formulação do código do direito se dava pelo reto ditado da razão "jus naturale eft dictatum rectae rationis"[439].

Tobias Barreto, apoiado nos autores alemães, contra-atacava a perspectiva do jusnaturalismo. A seu ver, o direito era a efetiva normatização do modus operandi, nascida das relações de conflito dos grupos sociais entre si mediadas pelo Estado[440].

As leituras dos juristas alemães (Hugles Grotius, Jean Althusius, Samuel Pufendorf e Christian Wolff), em particular do romanista Rudolph Von Jhering[441], contribuíram para que Tobias relativizasse aos poucos a sua concepção de que o Direito Natural se constituía normativamente na instância legítima e correta, capaz de garantir um comportamento legalmente integrador aos indivíduos:

> Uma razão que, por si só, sem auxílio da observação, sem dados experimentais, é incapaz de conceber a mais simples regra técnica, é incapaz

438 O jusnaturalismo, entendido como a ordem jurídica que estabelece o lugar lógico para o sujeito político e econômico, por meio da proposição de regras sistematicamente elaboradas pela razão, foi dominante no Brasil Império: FILHO, A. V. Das arcadas ao bacharelismo. Ed. Perspectiva. 1982, p.152–163. ADORNO, S. Os aprendizes do poder. RJ: Paz e Terra, 1988, p.121ss.

439 GROTIUS, Hugles de. .Prolegomeni al Diritto della Guerra e della Pace (1625). Napoli: Morano Editore, 1979, p.57. "Así como el espíritu es capaz de levantar y construir, puramente de sí mismo de sus ideas innatas, el reino de la magnitud y del número, este mismo poder construcivo de la creadora edificacíon, le corresponde en el dominio del derecho. [...] Sólo así puede elevarse sobre la accidentalidad, la dispersión y la exterioridad de lo puramente fáctico, y lograr una sistemática jurídica en la que cada elemento se estructura en un todo y que cada solución recibe su garantía y sanción del todo mismo" CASSIRER, E. Filosofía de la Ilustración. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1993, p.265–266.

440 "A concepção do direito, como entidade metafísica, sub specie aeterni, anterior e superior à formação das sociedades contemporâneas, portanto [é uma] concepção retrógrada, que não pertence ao nosso tempo, mas continua a entorpecer-nos e esterilizar-nos" BARRETO, T. Ideia do Direito. In: BARRETO, T. Estudos de Direito I, RJ: Record, 1991, p.48

441 LOSANO, M. G. Introduzione. In: JHERING, R. V. Lo scopo nel diritto. Torino: Giulio Einaudi editore, 1972, p. LXVII, VIII. LOSANO, M. G. Introduzione. In: JHERING, R. V. Lo scopo nel diritto. Torino: Giulio Einaudi editore, 1972, p. VII–LXXXV passim. Cf. LOSANO, M. G. Tobias Barreto e Richard Lesser: alle origini dell'antropologia giuridica. Sociologia del Diritto. Milano, XIX, n.3, p.5–21, 1992.

> de elevar-se à concepção, por exemplo, de uma norma geral de fabricar bons vinhos, ou de preparar bons aceppes[442]

Na sua concepção de direito surgida nos ano de 1880, o Direito Positivo seria compreendido por Tobias Barreto como um conjunto de proposições que regulamentam os interesses simétricos de indivíduos sob a imposição de um Estado de Direito. De tal forma que "toda lei é emanada do poder público, tendo por alvo a ordem e a harmonia na sociedade".

Assim, Tobias Barreto relativizava o papel exercido pelo Direito Natural, cuja centralidade desconectava a norma dos aspectos sociopolíticos. E em decorrência disto, caia no apriorismo do direito que era analiticamente pobre para entender, por exemplo, que entre nós a indistinção entre os diferentes tipos de direito e mesmo a ausência de um Direito Civil deviam-se às condições de uma sociedade em que "tudo repousava ainda envolto nos costumes patriarcais".

Mesmo o direito de castigo, normatizado pelo direito criminal brasileiro, "prende-se a certas atribuições do pater famílias, que até hoje se têm conservado, principalmente o direito de castigo e correção dos filhos (...) ou o chamado jus modicae castigationis do marido em relação à mulher"[443].

Neste sentido, as contradições entre o direito criminal e o direito civil brasileiros ficariam patentes no tratamento desigual dispensado às mulheres. O direito civil negava às mulheres o direito de voto ou de instruir-se, sob o argumento das mulheres ainda viverem na menoridade intelectual e moral.

Entretanto, questionava Tobias, se eram nestas condições em que se achava a mulher, por que quando a mulher praticava algum crime "todas estas considerações não se estendem até os domínios do direito criminal?" Nem mesmo figuram "em seu favor uma circunstância atenuante?"[444].

Esta flagrante contradição dar-se-ia por vivermos numa sociedade em que os grupos dominantes tradicionalistas estavam em atraso, ironizava Tobias,

442 BARRETO, T. Sobre uma nova intuição do direito (1881). In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.240.
443 BARRETO, T. Prolegômenos do estudo do Direito Criminal. (1885). In: Estudo do Direito II. RJ: Record, 1991, p.101.
444 BARRETO, T. Menores e loucos (1884). In: BARRETO, T. Estudo do Direito II. RJ: Record, 1991, p.54; 58.

mesmo em relação aos Césares romanos, pois estes “procederam com mais justiça. Não trataram igualmente a seres desiguais”[445].

De fato, se a desigualdade civil e política da mulher em relação ao homem era normatizada pelo Direito civil com base na máxima “quia major dignitas est in sexu virili”. Por sua vez, o Direito Criminal estava em contradição com o Direito Civil, ao conceder o status de maioridade jurídica às mulheres bem como aos loucos e menores.

Pensando nos termos da ontologia de Tobias Barreto, percebe-se a tensão estabelecida, por um lado, entre a necessidade de se impor limites à razão na sua tendência a reificar as relações sociais. Isto se daria por meio da planificação dos indivíduos e das instituições em subsistemas, cuja organização constrói-se independente dos “motivos eticamente fundados de seus membros”[446].

Por outro lado, a ontologia de Tobias Barreto convivia com a concepção de que o conhecimento racional constituía-se no único potencial eficaz de instauração da dialética das luzes, inauguradora de um projeto de realização da promessa de emancipação e libertação dos homens de toda opressão.

Neste aspecto, a razão aliada às ciências estaria desiludindo os homens das explicações divinas, ao se autoapresentar como capaz de compreender e fundamentar o curso de nossas vidas e a regularidade dos fenômenos físicos[447]. Com isto, o indivíduo tornava-se a unidade de representação e de sentido do universo.

A secularização e a confiança no potencial emancipador do progresso, aceitas por Tobias Barreto como percursos a serem seguidos pelas sociedades modernas, precisavam dar conta do fenômeno dos processos de individuação que se seguiam à ascensão do sujeito burguês.

---

445 BARRETO, T. Menores e loucos (1884). In: BARRETO, T. Estudo do Direito II. RJ: Record, 1991, p.56-57.

446 HABERMAS, J. The theory of communicative action. Boston; Beacon, 1987, p.449ss.

447 “Que a humanidade se iluda, acreditando na realidade dos seus sonhos ou, como disse Feurbach, convertendo os seus desejos em outros deuses (...). Que ninguém, porém, pretenda mais iludi-la, nem impor-lhe cadeias, que ela mesma não se impõe – este, sim, é um dos grandes, um dos maiores problemas, que a ciência incumbe resolver” BARRETO, T. Variações anti-sociológicas. In: BARRETO, T. Estudos de Filosofia. RJ: Record, 1990, p.314.

Juntava-se ao processo de individuação em curso, os conflitos surgidos pelo crescente aumento de racionalidades conflitantes: “as funções da vida nacional são múltiplas e, como tais, divisíveis em econômicas, estéticas, políticas, religiosas, cientificas, literárias, e mais jurídicas”. Estas racionalidades conflitantes eram potentes o bastante para provocar rupturas sociais e retroceder-nos à barbárie.

A solução sugerida por Tobias Barreto viria pensada nos termos do Direito. Os conflitos sociais – movidos pelos interesses dos indivíduos e tanto mais elaborados com a chegada do sujeito burguês e a convivência de múltiplas racionalidades – seriam superados por meio da instância mais legítima concebida pelos homens no estado de cultura, o Direito:

> Todo e qualquer ato da vida do homem assume as proporções de uma função de direito, ou seja da primeira, ou seja ainda em maior escala, da segunda espécie (...) a vida do homem social, como a do homem natural, é um conjunto de funções. Estas funções, que são modos diversos de atividade, postas em relação com o Direito, que é função por excelência da vida nacional[448]

448 BARRETO, T. Menores e loucos (1884) In: BARRETO, T. Estudo do Direito II. RJ: Record, 1991, p.94.

Conclusão

Esta tese contemplou uma média de vinte letrados brasileiros do período de 1830 a 1880, e quase todos eles estiveram ligados à produção literária. Para contribuir na compreensão da história dos intelectuais brasileiros foi fundamental desdobrar as suas histórias de vida gravitando-as entre os níveis dos seus capitais, nas suas diferentes modalidades, mobilizados por cada indivíduo.

Numa sociedade patrimonialista em que os postos e os cargos públicos eram apropriados e distribuídos, basicamente, segundo a lógica do afeto e do favor, os níveis elevados dos capitais econômicos não garantiam aos letrados necessariamente a ocupação de posições de mando. Haja vista os endinheirados filhos dos barões do café paulista estar também entre os integrantes da Geração de 1870 marginalizados politicamente do *establishment* Imperial: isto porque os capitais de relações sociais e familiares eram, usualmente, mais decisivos na conquista de uma boa colocação profissional do que o quantum dos capitais econômicos.

Os diferentes patamares em que se encontravam os diferentes capitais, reunidos por cada indivíduo, eram estrategicamente centrais para o sucesso nas carreiras e ocupações de mando. Esta condição está por trás da raiz das especificidades tanto de grupo como das histórias de vida dos intelectuais brasileiros do século XIX. Neste sentido, a proximidade dos integrantes da Primeira Geração Romântica do Imperador foi decisiva para Gonçalves de Magalhães, Manuel Porto-Alegre, Torres-Homem, Adolfo de Varnhagen e Pereira da Silva alçar destaque na carreira diplomática ou preencher outros cargos burocráticos relevantes.

Mesmo na vida intelectual, a projeção de destaque da Primeira Geração Romântica nos meios literários dependeu substancialmente da subvenção econômica e do apoio político do Estado Imperial. As edições de livros, os estudos no exterior, as pesquisas de campo, os novos jornais fundados na

Corte foram algumas das atividades intelectuais somente bem-sucedidas graças ao apoio econômico e político dispensado pelo Estado.

Comparativamente, o boom cultural no Recife, ocorrido de 1840 a 1880, foi também tão intenso como aquele observado na Corte no mesmo período. Contudo, em razão da falta de apoio governamental e da distância política entre os letrados do Norte e o Imperador, as sociedades culturais, os institutos históricos, os jornais e as revistas criados pelos letrados da Escola do Recife não obtiveram o mesmo alcance literário e intelectual, observado nas iniciativas culturais bancadas pelo Estado na Corte. Como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB.

A compreensão das trajetórias, tanto profissionais como intelectuais descritas por cada indivíduo, ofereceu muitas dificuldades de análise. Isto em razão dos diferentes níveis de capitais, reunidos por cada letrado, vir acompanhados de muitas estratégias de ascensão pessoal e de grupo. Basta lembrarmos que dentro da Escola do Recife, Clóvis Beviláqua, Sousa Bandeira e Araripe Júnior ostentavam capitais situados em níveis superiores aos acumulados por Tobias Barreto, Franklin Távora e Silvio Romero.

Assim, os últimos lançaram mão de estratégias de ascensão socioeconômicas tais como o casamento em famílias economicamente mais estáveis e a migração para a Corte, como formas de contornar o perigo de rebaixamento ainda maior a que estavam expostos.

Todavia, é preciso observar que a migração também foi um instrumento usado pelos bem-nascidos, por motivações de outra ordem que não o imperativo da sobrevivência: Beviláqua, Sousa Bandeira e Araripe Junior migraram para a Corte na expectativa de preencher cargos públicos relevantes ou deslanchar as suas carreiras políticas em postos políticos hierarquicamente superiores aos encontrados nas suas províncias.

As heranças familiares (educação, escolaridade, patrimônios físicos, acesso à cultura em geral, tradição familiar no exercício de postos e cargos públicos), os capitais econômicos e de relações sociais foram tão decisivos nas histórias de vida dos letrados brasileiros, que podemos estabelecer certa regularidade

entre: *o nível destes capitais e a escolha de determinadas carreiras profissionais e de gêneros literários*.

Em geral, os indivíduos que reuniram os capitais mais elevados optaram por profissões (Direito) e carreiras com alto retorno simbólico e econômico (Ministros de Estado, Senadores, Diplomatas, Conselheiros do Império, Juízes, Secretários de Estado) como, por exemplo, o Barão do Rio Branco e Rodolfo Dantas. Por sua vez, os indivíduos detentores de capitais com pouco aporte de sustentação aproximaram-se de profissões e carreiras com baixo retorno financeiro e simbólico no longo e no curto prazos (a docência, as artes, a carreira militar, as letras e a vida religiosa).

Mesmo a opção dos letrados por determinado gênero literário decorreu em grande parte dos capitais mobilizados por cada um deles. Neste aspecto, a poesia, enquanto gênero literário mais sofisticado, exigia daqueles que a cultivavam o domínio da língua culta e de conhecimentos sobre a cultura clássica bem acima do mediano. Basta pensarmos que as grandes inovações introduzidas no romantismo, como a musicalização do verso, nasceram das mãos de poetas da plana de Gonçalves Dias.

Desta forma, os autodidatas tiveram pouca chance de sucesso no gênero poesia devido ao fato da correção das suas defasagens culturais demandarem tempo e dinheiro consideráveis. Neste sentido, nem mesmo a disciplina e a alta capacidade intelectual de Machado de Assis permitiram-lhe conquistar um lugar de destaque na poesia.

A consagrada posição de destaque conquistada por Machado de Assis na prosa de ficção, um indivíduo com baixos níveis de capitais escolares e econômicos, somente se materializou graças ao seu metódico estudo; à estabilidade econômica conquistada com o emprego no serviço público; e às adversas condições pessoais de uma doença. A convalescença impôs-lhe ausentar-se do trabalho e aproveitar o tempo livre com longas leituras, no intuito de corrigir as suas defasagens intelectuais e definir novas rotas literárias.

Assim como fizeram Pe. Vieira e posteriormente Manuel Bandeira, depois de dois anos de convalescença em Friburgo (interior do Rio de Janeiro), Machado

de Assis deu início a fase da sua vida literária mais fascinante e amadurecida, que foi iniciada com a publicação do romance "*Memórias Póstumas de Brás Cubas*".

Para pensar a história da inteligência brasileira durante o século XIX, foi preciso recuperar a ação literária e as histórias de vida dos letrados desde a Primeira Geração Romântica até os letrados da Escola do Recife. Os primeiros românticos abriram duas grandes frentes de trabalho de caráter político-literário: uma dedicada a comprovar que tínhamos desde o período colonial uma literatura brasileira; e, uma segunda frente, envolvida na tarefa de inventar a tradição Imperial.

Parte deste esforço ficou testemunhado na tarefa por eles empreendida de recuperar, antes de tudo se perder, as histórias de vida e as produções literárias dos letrados brasileiros desde o descobrimento do Brasil. Neste sentido, eles publicaram panteons, biografias, memórias, edições inéditas de literatura e os primeiros livros de História do Brasil.

A criação das faculdades de direito imperiais; a fundação da Biblioteca Nacional, da Impressão Régia e do Colégio Imperial Pedro II; o fortalecimento dos grupos sociais urbanos e a ascensão dos profissionais liberais foram transformações iniciadas com D. João VI e continuadas com D. Pedro II. Com estas conquistas, a vida cultural brasileira, encontrando melhores condições para o seu exercício e cultivo, alcançou gradientes mais concentrados.

A poesia, até então o gênero literário dominante e acessado por um público restrito, foi desafiada pelo romance. Primeiro, veio o romance europeu traduzido; depois vieram os romances nacionais de Teixeira e Sousa, Joaquim Norberto, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida e, por fim, José de Alencar. Estes romancistas inovaram de tal forma o romance de ficção que o gênero romance conseguiu ampliar o universo do público consumidor de literatura.

A poesia reagiu à investida do romance pelas mãos de Gonçalves Dias, que inovou ao conjugar música e verso e ao introduzir simultaneamente num mesmo verso ritmos e métricas diferentes, com o objetivo de tornar a rotação

psíquica das personagens acessível ao leitor. Ainda assim, a poesia não foi inovadora o bastante para conter o avanço ascensional do romance.

Romancistas da genialidade de Alencar e Machado de Assis, sintonizados com as conquistas literárias nacionais e europeias, emolduraram a prosa nacional dentro de avanços técnicos ficcionais, aspirações literárias nacionais e interrogantes existenciais que consolidaram de vez o romance como o gênero literário mais cultivado entre nós.

Em razão da elevação da qualidade das produções literárias, a Primeira Geração Romântica fechou o ciclo de possibilidade dos letrados dedicarem-se a muitos gêneros simultaneamente. Os românticos Gonçalves de Magalhães, Teixeira e Sousa, Pereira da Silva, Adolfo de Varnhagen e Joaquim Norberto puderam cultivar simultaneamente a poesia e o teatro, publicar trabalhos em história, envolverem-se em pesquisas biográficas e, ainda assim, dedicarem-se à docência ou à vida profissional.

Contudo, depois da Primeira Geração Romântica, a exigência de maior qualidade das produções literárias nacionais e a crescente complexidade da burocracia estatal impôs aos intelectuais a necessidade de se *especializarem*, consequentemente, de se dedicar a um único gênero. As resistências à especialização na literatura resultaram, por exemplo, nos fracassos de Alencar e Gonçalves Dias no teatro. Neste sentido, vale pensar que a "Polêmica Alencar-Nabuco" iniciou-se da insistência de Alencar no cultivo do gênero teatro, quando de fato era a sua vocação o romance.

Acrescente-se ao aumento da qualidade das produções literárias, outro fator que teve forte impacto sobre os intelectuais brasileiros no século XIX. Como as esferas culturais não estavam ainda autonomizadas, a necessidade de conjugar carreira profissional e intelectual ou então carreira política e vida intelectual resultou no fracasso das histórias de vida daqueles letrados que supervalorizaram as letras em detrimento da vida profissional.

Por exemplo, a exoneração do serviço público, por incompetência, sofrida por Bernardo Guimarães; o alcoolismo de Aureliano Lessa; o conflito interno e o desajuste moral de Junqueira Freire, provocado pela vida religiosa que ele

abraçara sem vocação; o alcoolismo e as atitudes de autodestruição de Fagundes Varela.

Ao contrário dos ultra-românticos, a Primeira Geração Romântica tendeu a abandonar as letras em troca do sucesso na carreira diplomática. Eles certamente foram os letrados mais bem-sucedidos na carreira pública, graças em grande parte ao abandono progressivo das letras, pois a *dedicação às letras representou um péssimo investimento financeiro e um dos principais fatores do empobrecimento de muitos intelectuais brasileiros*.

O esgotamento do projeto político-literário romântico colocou, de um lado, Alencar e os românticos e, de outro lado, Nabuco e os integrantes da Escola do Recife. Os primeiros queriam a modernização da Nação dentro dos lastros da *tradição-memória*. Com isto, mantiveram-se na esperança de não provocar fortes rupturas políticas e revoluções sociais, bem como de evitar o retrocesso de todo o trabalho de construção de uma singular civilização nos trópicos, começada com os românticos.

Tanto Alencar como os românticos queriam ver instaurada uma nova ordem social e literária, mas aspiravam vê-la realizada no longo prazo e dentro do curso da acomodação dos interesses das elites políticas. Nabuco e os integrantes da Escola do Recife desejavam, como os românticos, a modernização e o progresso da sociedade brasileira dentro da ordem. Porém, pressionavam pela urgente ampliação da participação política dos novos grupos sociais urbanos e pela modernização da Nação sob a influência das teorias científicas e das revoluções técnicas europeias.

Os “nostálgicos românticos” resistiam ao processo de formação do individuo burguês que vinha acompanhado da instauração da forma dinheiro e das relações de troca. No romance “Senhora”, cronologicamente o último romance publicado em vida pelo seu autor, José de Alencar desencantado com a vida política e magoado com os constantes ataques à sua obra literária, sentiu-se talvez mais à vontade para expressar toda a sua resistência e aversão à racionalidade burguesa em ascensão.

Dentro do seu diagnóstico, o universo das relações burguesas, onde se encontravam Aurélia e Fernando Seixas, amesquinhava os indivíduos,

rebaixava os sujeitos moralmente, esvaziava os significados socioculturais fundados na tradição e memória nacionais e instrumentalizava as relações dos indivíduos com os outros e consigo mesmos.

Contudo, a crítica de Alencar à modernidade é reacionária, na medida em que sai em defesa de um passado nostálgico, em que as formas sociais e políticas aristocratas são entendidas como estáveis e formadoras de um ethos social necessariamente emancipador do gênero humano. Logo, além da proposta de Alencar estar baseada num projeto sociopolítico passadista, reacionário e aristocrata é, também, sintomático do pânico enfrentado por um intelectual assaltado pelo medo de ver liquidado o "sistema de privilégios" do qual ele participava e ajudou a construir politicamente.

Por fim, a tese levantou sem grandes pretensões a questão de uma possível "ontologia brasileira". Parece-nos que Pe. Vieira, Alencar, Sílvio Romero e Tobias Barreto investiram de certo modo na construção de uma epistemologia resistente ao "projeto da razão", na modernidade, de se apresentar como o único meio e instrumento de conhecimento e de emancipação do gênero humano.

Neste sentido, mesmo o Culturalismo de Tobias Barreto, fundamentalmente de sentido iluminista, precisou encontrar as linhas de fuga para relativizar o peso exercido pela razão. O culturalismo de Tobias conceituava a natureza, num primeiro momento, como tudo aquilo que é bruto e irracional (o caos por excelência). Por sua vez, entendia o conceito de cultura como a capacidade do sujeito apoderar-se e transformar os objetos num fim previamente determinado.

Tobias Barreto abrandou o papel da razão aceitando outras formas de conhecimento que não só o racional. Isto porque ele percebeu que o mundo da vida era formado por muitas racionalidades, grupos e interesses conflitantes, que só não levavam às sociedades modernas a ruírem graças ao Direito, que normatizava os conflitos. O Direito teria o mesmo peso na vida das sociedades modernas, segundo a leitura de Tobias Barreto, como a Lei da Seleção Natural no progresso das espécies.

De certo modo, na epistemologia de Tobias Barreto há o estranhamento entre natureza e cultura. Certa relativização deste estranhamento e conflito entre os

dois conceitos precisou passar pela captura do não-ser social: as mulheres, os loucos e os menores que foram objeto dos seus melhores trabalhos em Direito. Numa leitura aproximada de autores contemporâneos, as múltiplas racionalidades percebidas por Tobias Barreto, como formadoras das sociedades modernas, estão alicerçadas em infinitas estratégias e interesses, os quais quase sempre não são reconhecidos socialmente ou racionalmente percebidos.

A multiplicidade é um sistema de rizoma[449], porque conecta modos de codificação muito diversos a qualquer outro[450]; não revela o que é uno[451]; nem o sentido final ou o valor primeiro e último das coisas. Mas revela a *"multiplicidade de erros e fantasmas (...) lança seus olhares ao que está próximo: o corpo, o sistema nervoso, os alimentos, a digestão, as energia, ela perscruta as decadências"*[452].

As multiplicidades não são compreendidas pela pretensa categorização das ideias e doutrinas de grupos ou dos indivíduos, com o objetivo de nelas apreender o que as definem enquanto tais. Mas, quando elas se deixam revelar pelas "linhas de fuga", pelo não-ser, pelos movimentos de desterritorialização que atravessam todos os sistemas de coisas, pelas multiplicidades submetidas ao processo de ruptura[453] *"por meio de linhas de fuga, de linhas de segmentaridade, linhas de estratificação, linhas que reterritorializam e desterritorializam as multiplicidades rizomáticas"*[454].

---

449 DELEUZE, G. et GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. RJ: Ed. 34, 1995, p.15-26.

450 DELEUZE, G. et GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. RJ: Ed. 34, 1995, p.15.

451 "As múltiplas afinidades entre os entes são recalcadas pela única relação entre sujeito doador de sentido e o objeto sem sentido, entre o significado racional e o portador ocasional do significado (...) a distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, esta fundado na distância em relação à coisa que o senhor conquista através do dominado" ADORNO, T. W. Dialética do Esclarecimento. RJ: Jorge Zahar Editor, 1997, p.25, 27-28.

452 FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 11ª ed. RJ: Edições Graal, 1979, p.29.

453 FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 11ª ed. RJ: Edições Graal, 1979, p.20, 23-25.

454 DELEUZE, G. et GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. RJ: Ed. 34, 1995, p.18.

A natureza externaliza-se pela multiplicidade de sistemas e caracteriza-se pelas infinitas constelações de "autômatos finitos" [455], logo não comporta modelos estruturais fechados que não dão conta das multiplicidades ou de conjuntos de sistemas.

Contudo, o conhecimento apresenta-se diante da natureza com arrogância e a vê a partir da pretensa altivez das suas categorias, que podem oferecer pouco mais do que sistemas binários (dicotômicos) à natureza tão múltipla.

Neste processo, que também é de luta por poder, o conhecimento nega a aplicar a si mesmo a sua própria lógica interna e recorre à argumentação valorativa, ao considerar que a natureza não encerra senão o instintivo, o caótico, a brutalidade, a finitude, a fragilidade, a dor, a contingência. A multiplicidade dos deuses, o animismo que remete ao medo e à superstição, a ignorância do xamã e a perversidade dos cultos pagãos.

O conhecimento contrapõe-se à natureza como a única possibilidade viável de superação da separação entre forma e conteúdo, corpo e alma, sagrado e profano, eu e psique, trabalho e interação, mundo e transcendência. Em suma, o conhecimento ab-roga para si a única condição possível de se chegar a uma pretensa totalidade ética, entendida como a realização do homem como humano; humano plenamente integrado com seu eu, com sua psique, com o outro e consigo mesmo.

Neste sentido, o conhecimento se apresenta como totalitário e totalitarista, pois para ele tudo que não constitui o ser (razão) é não-ser: "o conhecimento esquematiza, ignora as diferenças, assimila as coisas entre si, e cumpre seu papel sem nenhum fundamento na verdade. Por isto o conhecimento é sempre um desconhecimento"[456].

[455] DELEUZE, G. et GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. RJ: Ed. 34, 1995, p.27.
[456] FOUCAULT, M. La Verdad y Las Formas Jurídicas. México: Gedisa Mexicana, 1983, p.31.

Bibliografia

Periódicos

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "La traite négrière et l'unité nationale brésilienne". In: Revue Française de l'Histoire d'Outre Mer, t. 66, pp. 224-245, 1979.

_____ Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.23, p.12, março de 1989.

ALONSO, Angela. Epílogo do romantismo. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.39, n.2, 1996.

AMADO, Gilberto Amado. Tobias Barreto e o Cinqüentenário de seu Professorado. Revista Acadêmica, Faculdade de Direito de Recife. 1933, v. 41.

ARANTES, Paulo Eduardo. O positivismo no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.21, jul.1988.

_____ Manias e campanhas de um Benemérito. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.22, out.1988.

BANDEIRA, Sousa. Uma revolução literária entre nós. In: Revista Brasileira (2ª fase) Rio de Janeiro, v. 1, 1881.

BARMAN, Roderick & BARMAN, Jean. The role of the law graduate in the political elite Imperial Brazil. In: Journal of Interamerican Studies and World Affairs. University of Miami, v. 18, n.4, nov. 1976.

BARRETO, Tobias. A Crença. Correio Pernambucano, Recife, 30 maio 1875, n.04.

BARROS, Roque Spencer Maciel. O germanismo no fim do Império. In: O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 jan. 1958.

BEVILÁQUA, Clovis. O romancista. In: Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, n.9, vol. V, p.42, 1912.

CÂMARA, Faelante da. Tobias Barreto, o crítico. In: Revista Acadêmica. Recife, 14, Ano XIV, 1906.

ESPÍRITO SANTO, Frei José. Revista Brasileira de Filosofia. v.21, n.81, p. 67-87, jan./mar; 1971.

GIRÃO, Raimundo. Sobre Franklin Távora. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Tomo XCIX, p.26, 1985.

HALL, Michael Mcdonald. Reformadores de classe média no Império brasileiro: a sociedade central de imigração. Revista de História. São Paulo, n.105, p.146-171, 1976.

HAZARD, Paul. As origens do romantismo no Brasil. In: Revista Acadêmica de Letras, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.69, set. 1927.

HERCULANO, Alexandre. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: Revista Universal Lisbonense. Lisboa, Tomo VII, ano 1847-48, nov. (30), 1847.

IPANEMA, M., IPANEMA, Cybelle. Subsídios para a história das livrarias. In: Revista do Livro. Rio de Janeiro, 10 (32), p.22-32, 1967.

LEITE, Gonçalo R. Recordando Tobias Barreto. Revista da Faculdade de Direito do Sergipe, v.13, n.13, 1968.

LIMA, Carlos de Araújo. Brasil-Alemanha: presença de Tobias Barreto. Jurídica, Rio de Janeiro, n.123, out./dez. 1973.

LOSANO, MARIO Giusepe. Note di viaggio nel Brasile di Tobias Barreto. Quaderni (Nuova serie). San Paolo, n.2, p.143-153, 1992.

_____ Tobias Barreto e la cultura Tedesca fra cosmopolitismo e nazionalismo. Sociologia del Diritto. Milano, n.03, p.05-31, 1997.

_____ Tobias Barreto e Richard Lesser: alle origini dell'antropologia giuridica. Sociologia del Diritto. Milano, v.19, n.03, p.5-21, 1992.

_____ Le scienze sociali nei rapporti fra l'Italia e L'America Latina. Sociologia del Diritto. Milano, n.2, p.53-78, 1994.

_____ Una lettera ignota di Tobias sulla Deutsche Zeitung di Porto Alegre. Quaderni. (Nuova serie). San Paolo, n.2, p.149-153, mar 1992.

MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.23, p.14-66, março. 1989.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.04, n. 2, p. 73, Jun.1987.

MEIRA, Sílvio A. B. O germanismo precursor de Tobias Barreto. Jurídica, Rio de Janeiro, n.123, out./dez. 1973.

MELLO e SOUSA, Antonio Candido. Dialética da Malandragem. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n.8, 1970.

MENEZES, Djacir. A influência de Tobias Barreto na conceituação filosófica do direito de Clóvis Bevilácqua. In: Direito, Rio de Janeiro, mar./abr.1943.

MORÃES, Evaristo Filho de. Na Faculdade de Direito de Recife: Tobias Barreto como Criminalista. In: Revista Forense. v. 79, agosto 1939.

NAVES, Márcio Bilharinho. Reforma Constitucional e Ideologia Burguesa. In: Revista de Sociologia e Política, n. 01, 1993.

NOVAES, Fernando. Passagens para o Novo Mundo. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.9 jul. 1984.

OLIVEIRA, Teles. Missão Tobiática no Recife. In: Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife, 1925.

PANGE, Eul-Soo & Seckinger, Ron. L. The Mandarins of Imperial Brazil. In: Comparative Studies in Society and History. Cambridge University Press. v.14, n.2, p.215-245, mar. 1972.

PEREIRA BARRETO, Luís. Os abolicionistas e a situação do país. In: A Província de São Paulo. São Paulo, 20 e 21; 23-28; 30 nov. 1880.

REALE, Miguel. Centenário do Nascimento de Tobias Barreto. In: Revista de Direito Penal. Rio de Janeiro, v.24, n2/3) 1939 Centenário do Nascimento de Tobias Barreto.

REGO LEÃO, Walquíria D. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. In: Revista USP, São Paulo, v. n.17.

REVISTA DA SOCIEDADE FILOMÁTICA. Publicação mensal de literatura e ciência. São Paulo: Typ. Novo Farol Paulistano, 1833.

REVISTA DE DIREITO PENAL, Rio de Janeiro, v.24 n.2/3, 1939.

Revista do Instituto Hist.e Geo. Bras. Rio de Janeiro. Tomo III, n.9, p.144-148, abr.1841.

Revista do Instituto Hist.e Geo. Bras. Rio de Janeiro. Tomo III, n.10, p.216-221, jul. 1841.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO DE SERGIPE, n.15, 1939.

ROMERO, Sílvio. Uma página sobre a literatura nacional. In: O Momento, Recife, 15(05) 1872.

_____ Joaquim Nabuco; Lafayette Rodrigues; O Barão de Cotegipe, Afonso Celso; Sinimbu. In: O Repórter. Rio de Janeiro, Ano I, 1979, n.141; 148; 155; 162; 191.

SALES, A. Monarquia ou República. A Província de São Paulo. São Paulo, 15 dez. 1885.

_____ A oligarquia partidária. A Província de São Paulo. São Paulo, 15 dez. 1884.

_____ O projeto de reforma eleitoral e a exclusão dos analfabetos. A Província de São Paulo. São Paulo, 19 dez. 1878, 6, 8, 10, 14 jan. 1879.

_____ Empregomania. Gazeta de Campinas. Campinas, 21 jun. 1877.

SALGADO GUIMARÃES, M. L. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma Historia Nacional. Estudos Históricos. n 1, 1988.

SOUSA, José Soriano de. Jornal O Católico. Recife, ago. (20), 1870.

SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. In: American Sociological Review, v. 51, n. 2, p. 273-286, apr., 1986.

TÁVORA, Franklin. Resposta ao Partido Conservador. In: Diário de Pernambuco, Recife, 02(06)1869.

_____ Elemento Servil. In: Opinião Nacional, Recife, 28(01)1868.

_____ Discursos. In: Revista Trimensal do Inst. Histórico, Rio de Janeiro, 1881-1887.

VEIGA, Gláucio. Kant e o Brasil. In: Revista Brasileira de Filosofia. v.1, n1/2, 1951.

_____ Tobias Barreto e a teoria política no Brasil. In: Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Recife, v.2, n.3, 1989.

Livros e Teses

Artigos, livros e documentos – capítulo I

ABREU E LIMA. Bosquejo histórico, político e literário do Brasil. Niterói, [S.I], 1835

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Poesias Avulsas. Bordéos: [s.n], 1825.

_____. Poesias de Antonio Elísio (pseudónimo). Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: INL; Imprensa Nacional, 1942.

BANDEIRA, Manuel. Gonçalves Dias: esboço biográfico. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

_____ Poesia e vida de Gonçalves Dias. São Paulo: Américas, 1962.

BARBOSA, Januário da Cunha. Parnaso Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional. 1829-1932. (1ª ed. 1829 e 2ª ed. 1832).

_____ Parnaso Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1843.

BARROS, Domingos Borges de. Poesias oferecidas às senhoras brasileiras. 2 vols. Paris: Aillaud Libraire, 1825.

_____ Novas poesias oferecidas às senhoras brasileiras por um baiano. Rio de Janeiro: Laemmert, 1841.

_____ Os túmulos. Bahia: Typ. de Carlos Poggetti, 1850.

Bibliografia da Impressão Régia. Organizada por Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes. São Paulo, EDUSP; Kosmos, 1993.

BRASILIENSE DE MELO, Américo. Os programas dos partidos e o Segundo Império. São Paulo: Typ. J. Seckler, 1878.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

CARDIM, Fernão. Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente desde o ano de 1583-1590. Org. dos textos Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

COUTINHO, Afrânio. A literatura no Brasil. vol. II (Romantismo). Rio de Janeiro: Editora Sul América, 1969.

_____ A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.

DENIS, Ferdinand. Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil. Paris: Lecointe et Durey, 1826.

FERNANDES PINHEIRO, Joaquim Caetano. Curso elementar de literatura nacional. 3ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

BASÍLIO DA GAMA, José. Uraguai. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1769.

GAMA e CASTRO, José. Inventores portugueses. In: Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, jan. (19,21) 1842.

_____ Satisfação a um escrupuloso. In: Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, jan. (29) 1842.

GARRETT, Almeida. Parnaso Lusitano. Tomo I. Paris: J. B. Aillaud, 1826.

GUERRA, Álvaro. Gonçalves Dias: sua vida e suas obras. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

CESAR, Guilhermino. Historiadores e críticos do romantismo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

GÓES E VASONCELOS, Zacarias. Da natureza e limites do poder moderador. Brasília: Senado Federal, 1878.

_____ Reforma eleitoral. Discursos pronunciados no Senado. Rio de Janeiro: Typ. Diário do Rio de Janeiro, 1876.

HADDAD, Jamil Almansur. Revisão de Castro Alves. Vol. 3. São Paulo: Edição Saraiva, 1953.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Opúsculos históricos e literários. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

_____ Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: Revista Niterói, Paris, n. 1, 1836.

_____ Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: Revista Niterói. Paris, n.1, 1836.

_____ Suspiros poéticos e saudades. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda e Introdução de Torres-Homem. Rio de Janeiro: Min. da Educação, 1939.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

QUEIROGA, João Salomé. Canhenho de poesias brasileiras. Prólogo. Rio de Janeiro: Laemmert, 1870.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: Minerva Brasiliense [MB], Rio de Janeiro, t.I, v.1, (01) nov. 1843.

RICARDO, Cassiano. O indianismo de Gonçalves Dias. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.

SANTA RITA DURÃO, José de. Caramuru. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1871.

SILVA, João Manuel Pereira da. Plutarco brasileiro. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847.

_____ História da fundação do Império Brazileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1864-1868.

_____ História do Brasil de 1831 a 1840. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior, 1878.

_____ Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais. 2ª ed. 2 vols. Paris: Franck Guillaumin, 1858.

_____ Os Varões ilustres do Brasil. Vol. II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1868.

SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. In: Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos; edição e notas José Américo Miranda. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

_____ História da literatura brasileira. In: Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos; edição e notas José Américo Miranda, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

_____ Cantos épicos. Prefácio do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1861.

_____ História da Conjuração Mineira. Rio de Janeiro: Garnier, 1860.
SOUSAANDRADE. O guesa. Canto X, estrofe 61. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1966.
SOUSA CALDAS, Antonio Pereira de. Obras poéticas. Tomo I. Paris: P. N. Rougeron, 1820.
_____ Poesias sacras e profanas. Tomo II. Paris: P. N. Rougeron, 1821.
_____ Obras poéticas. Coimbra: Imprensa de Trovão e Cia., 1836.
_____ Poemas sacros. Coimbra: Imprensa do Trovão e Cia. 1872.
STAËL. Madame. De l'Allemagne. Nouvelle Édition, v.1. Paris: Garnier, 1932.
TORRES HOMEM, Francisco de Sales. O libelo do povo, por Timandro. Rio de Janeiro: Typ. Correio Mercantil, 1849.
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Florilégio da Poesia Brasileira. Tomo I. Prólogo. Rio de Janeiro: ABL, 1947.
_____ Correspondência Ativa. Rio de Janeiro: INL, 1961.
_____ História geral do Brasil. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854-1857.
_____ Épicos Brasileiros: Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.
_____ História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. Viena: Imp. Carlos Finsterbeck, 1871.

Artigos, livros e documentos – capítulo II

ALMEIDA, Manuel Antonio de. Memórias de um sargento de milícias. São Paulo: Editora Brasileira, [s.d].
ALMEIDA, Manuel Antonio de. Memórias de um sargento de milícia. Introdução de Mário de Andrade. São Paulo: Ed. Martins, 1941.
ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. A República Federal. São Paulo: Typ. Leroy Brookwalter, 1881.
AUTRAN, Manoel. Lei da Reforma Eleitoral. Rio de Janeiro: Laemmert, 1887.
AZEVEDO, Ferdinand. Ensino, jornalismo e Missões jesuíticas em Pernambuco. Recife: FASA, 1983.
BEVILAQUA, Clovis. História da Faculdade de Direito do Recife. 2ª ed. Brasília: INL, 1977.
BOCAIÚVA, Quintino. As ideias políticas de Quintino Bocaiúva. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Casa Rui Barbosa, 1986.
CALÓGERAS, João Pandiá. Os jesuítas e o Ensino. Rio de Janeiro: Pimenta de Melo. [s.d].
CARVALHO, Alfredo. F. Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1908.
CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ, 1998.
CASTELO, José Aderaldo. A polêmica sobre A confederação dos Tamoios. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.
COUTINHO, Afrânio. A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.
_____ A Polêmica Alencar-Nabuco. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965.
CUNHA, Fausto. O romantismo no Brasil de Castro Alves a Sousândrade. Rio de Janeiro: INL, 1971.
CUNHA, Hygino. O Momento Literário. Rio de Janeiro: Garnier; [18-].
DIAS, Gonçalves. Poesias: por Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Agir, 1980.
_____ I-Juca-Pirama seguido de os Timbiras. Porto Alegre: L&PM, 1997.
_____ Poesias Completas. Rio de Janeiro: Científica, 1965.

_____ Os Timbiras. Salvador: Livraria Progresso, 1956.

_____ Poesia completa e prosa escolhida. Segundos cantos. Prólogo. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.

FALCÃO. Aníbal. Campanha abolicionista no Recife. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1885.

FREYRE, Gilberto. Vida social no Brasil nos meados do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

_____ Sobrados e Mucambos. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003.

LEMOS, Miguel. Pequenos ensaios positivistas. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo editores, 1877.

_____ Luís de Camões. Paris: Apostolado Positivista do Brasil, 1880.

_____ cartas a Teixeira Mendes 1878-1888. Rio de Janeiro: Igreja Positivista, 1965.

MACEDO, Joaquim Manuel de. A moreninha. Prólogo: Duas palavras. 5ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1973.

MARINHO, S. A Igreja e o Estado. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, v.4, 1874-1876.

_____ A questão religiosa no Brasil. Discurso na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1880.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. A vida de Gonçalves Dias contendo o diário inédito da viagem de Gonçalves Dias ao Rio Negro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

MIRANDA, Francisco Gonçalves. Memória histórica da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

MOACYR, Primitivo. A instrução e o Império (1854-1888). v.2. São Paulo: Brasiliana, 1937.

_____ A instrução e o Império (1854-1888). v. 3. São Paulo: Brasiliana, 1938.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. Vindiciae: O Sr. Sylvio Romero crítico e o philosopho, Belo Horizonte: Os amigos do Livro, 1934, p.16.

PINTO COELHO, J. M. Vaz. Da propriedade literária no Brasil. In: Revista Brasileira. 2ª fase. Rio de Janeiro, v.8, 1881, p.494-495.

_____ Da propriedade literária no Brasil. In: Revista Brasileira. 2ª fase. Rio de Janeiro, v.6, 1880, p.475-490.

QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

RAMOS, Frederico José da Silva. Grandes poetas românticos. São Paulo: LEP, 1954.

ROMERO, Sílvio. A Imigração e o Futuro da Raça Portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1891.

_____ Obra Filosófica. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: EDUSP, 1969.

_____ História da literatura brasileira. 7ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

_____ O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil. Rio de Janeiro: Clássica, 1895.

_____ Folclore Brasileiro: Contos populares do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985.

_____ Ethnographia Brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Clássica; 1888.

_____. Novos Estudos de Literatura Contemporânea. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1898,

_____ Ensaios de Sociologia e Litteratura. Rio de Janeiro: Garnier; 1901.

_____ Obra Filosófica. Seleção Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____ Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira. Brasília: FUNCEP, 1987.

_____ Etnologia Selvagem. (Apêndice). Recife: Typ. da Província do Recife, 1875.

TÁVORA, Franklin, O cabeleira. 2ª ed. Prefácio de 1876, Rio de Janeiro. São Paulo: Ed. Melhoramentos, [19--], p.15.

_____ Cartas a Cincinato: estudos críticos de Semprônio sobre o Gaúcho e a Iracema, obras de Sênio [José de Alencar]. 2ª ed. Com extratos de cartas de Cincinato e notas do autor. Pernambuco: J. W. Medeiros, 1872.

_____ Um mistério de família. (drama). 1ª ed. Recife: Typ. Universal, 1863.

_____ A liberdade de Ensino. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1868.

_____ Um casamento no arrabalde: história do tempo em estilo de casa. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.

_____ Lourenço: crônica pernambucana. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

_____ Lourenço: crônica pernambucana. Nova edição. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Memórias. São Paulo: Inst. Progresso Editorial, 1948.

_____ Cartas Políticas. [S.l.]; [s.n.]. 1889.

_____ Céus e terras do Brasil; viagens de outrora; paisagens brasileiras. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

_____ Innocencia. São Paulo: Francisco Alves. 1920.

_____ Homens e causas do Império. Rio de Janeiro: Cayeiras, 1924.

_____ Discurso fúnebre a Franklin Távora. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico, Rio de Janeiro, tomo LI, 1888.

URUGUAI, Visconde de. Ensaio sobre direito administrativo (1862). Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1960.

VARELA, Fagundes. Obras completas. Organizada e revista e precedida de uma notícia biográfica por Visconti Coaracy e de um estudo crítico de Franklin Távora. Rio de Janeiro: H. Garnier, [18--].

_____ Poesias completa. São Paulo: Saraiva, 1956.

WERNECK, F. P. Lacerda. Diocese de Olinda: o casamento misto. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil. 1885.

Artigos, livros e documentos – Capítulo III

ALVES, Castro. Obras completas. Introdução e notas de Afrânio Peixoto. 2ª ed. Vols. 1 e 2. São Paulo: Nacional, 1942.

_____ Castro Alves. Seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico por Marisa Lajolo e Samira Youssef Campedelli. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____ Espumas Flutuantes. Brasília: GNT; INL, 1970.

_____ A cachoeira de Paulo Afonso. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

_____ Os Escravos. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

_____ Correspondências: Inéditos e dispersos. Salvador: Progresso, 1956.

_____ Correspondência e critica. Rio de Janeiro: H. Antunes, [19--].

ARANHA, Graça. Discursos Filosóficos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

_____ O Meu Próprio Romance. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1931.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Crítica literária. São Paulo: W. M. Jackson Inc, 1955.

_____ Correspondência de Machado de Assis. São Paulo: W. M. Jackson Inc, 1957.

_____ Esaú e Jacó. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____ Histórias da meia noite. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____ Iaiá Garcia. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955.

_____ Memorial de Aires. São Paulo: W. M. Jackson Inc, 1957.

_____ Várias histórias. São Paulo: W. M. Jackson Inc, 1962.

_____ Poesias completas: Crisálidas, Falenas, Americanas, Ocidentais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

BANDEIRA, Manuel. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

BARRETO, Tobias. Estudos de Filosofia. Tomos I e II. Rio de Janeiro. In: Revista dos Tribunais; Brasília: INL, 1966.

_____ Crítica Política e Social. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____ Monografias em Alemão. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____ Crítica de Literatura e Arte. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____ Estudos Alemães. Rio de Janeiro: Record, 1991.

_____ Estudos de Filosofia. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____ Crítica de Religião. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____ Estudos de Filosofia. São Paulo: Grijalbo,1977.

_____ Vários Escritos. Aracaju: Editora do Estado de Sergipe,1926.

_____ Estudos de Direito. Aracaju: Editora Estadual de Sergipe, 1926.

_____ A questão do Poder moderador e outros estudos brasileiros. Petrópolis: vozes, 1977.

_____ Estudos do Direito I. Rio de Janeiro: Record, 1991.

_____ Estudos de Direito II. Rio de Janeiro: Record, 1991.

_____ Estudo de Direito III. Rio de Janeiro: Record, 1991.

BRASILIENSE DE MELO, Américo. Os programas dos partidos e o Segundo Império. São Paulo: Typ. J. Seckler, 1878.

BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.

BEVILÁCQUA, Clóvis. Linhas e perfis Jurídicos. Salvador: Magalhães, 1895.

_____ Esboços e Fragmentos. Rio de Janeiro: Garnier,1899.

_____ História da Faculdade de Recife. 2ª ed. Brasília: Cons. Federal de Cultura; 1977.

_____ Estudos de Direito e Economia Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garnier; 1902.

_____ Civilização e Direito. Rio de Janeiro: Freitas Barros,1930.

_____ Obra filosófica. São Paulo: Grijalbo/ EDUSP, 1975.

_____ Juristas filósofos. Bahia: Magalhães, 1897.

BOCAIÚVA, Quintino. As ideias políticas de Quintino Bocaiúva. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Casa Rui Barbosa, 1986.

BOSI, Alfredo. Machado de Assis. São Paulo: Ática, 1982.

_____ O enigma do olhar. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BROCA, Brito. Machado de Assis e a política: e outros estudos. Rio de Janeiro: Simões, 1957.

CALMON, Pedro. Vida e amores de Castro Alves. Rio de Janeiro: A Noite, 1935.

_____ História de Castro Alves. São Paulo: José Olympio, 1947.

CARDOSO, Fausto. Concepção Monista do Universo. Rio de Janeiro: Laemmert, 1894.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ, 1998.

COUTINHO, Afrânio. Machado de Assis na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Livraria São Jose, 1960.

DANTAS, Rodolfo E. de Sousa. Correspondência de Rodolfo E. de Sousa Dantas.Org. e notas Américo Jacobina Lacombe. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1973.

HADDAD, Jamil Almansur. Revisão de Castro Alves. Vols. I, II. São Paulo: Saraiva, 1953.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

JHERING, Rudolph Von. O Espírito do Direito Romano. (1871) Rio de Janeiro: Alba, 1947.

JHERING, Rudolf Von. Lo scopo nel diritto. Torino: Giulio Einaudi editore, 1972.

ILTIN, Karl-Heinz. La forme logique et systématique de la philosophie du droit. Paris: PUF, 1979.

LIMA, Hermes. Tobias Barreto: a época e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

LINS, Álvaro. O Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

LOSANO, Mário G. Carteggio Jhering-Gerber (1849-1872). Milano: Dott A.Giuffr, 1977.

_____ Un giurista tropicale: Tobias Barreto fra Brasile reale e Germania ideale. Milano: Editori Laterza & Figli e Università di Milano, 2000.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. História do Direito Nacional. 2ª ed. Recife: Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual, 1941.

MARINHO, Saldanha. A Igreja e o Estado. v.4. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1874-1876.

_____ A questão religiosa no Brasil. Discurso na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1880.

MERCADANTE, Paulo. Tobias Barreto na Cultura Brasileira. SP: EDUSP, 1972.

_____ A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: EDUSP, 1965.

MORÃES FILHO, Evaristo. Medo à Utopia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NABUCO, Joaquim. Um estadista no Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____ Minha Formação. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1948.

_____ Eleições liberais e eleições conservadoras. Campanhas de Imprensa (1884-1887). Obras completas. V. XII. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____ A vida de Joaquim Nabuco. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1979.

_____ Camões e assuntos americanos. Org. de Carolina Nabuco. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.

NASCIMENTO, Luiz do. Atente do Jornal: três mestres do Direito no batente: Tobias Barreto, Martins Júnior e Clóvis Bevilácqua. Recife: Imprensa Oficial, 1966.

_____ História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Recife: UFPE, 1968.

ORLANDO, Arthur. Tobias Barreto. Recife: Diário de Pernambuco, 1904.

_____ Ensaios de Crítica. São Paulo: EDUSP, 1975.

_____ Tobias Barreto: filosofia e crítica. Aracaju: Imprensa do Estado do Sergipe, 1889.

_____ Ensaios de Crítica. São Paulo: EDUSP, 1975.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Revista Niterói. Paris, n.1, 1836.

PEIXOTO, Afrânio. O poeta e o poema. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

PIRANDELLO, Luigi. Um, nenhum e cem mil. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

SOBRINHO, Sebrão. Tobias Barreto, o desconhecido. Aracaju: Imprensa Oficial, 1945.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

VIANA FILHO, Luís. A vida de Machado de Assis. São Paulo: Martins, 1965.

_____ A vida do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Artigos, livros e documentos – Capítulo IV

AGUIAR, Cláudio. Távora e o seu tempo. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

AGUIAR, F. D'. A propósito do Cabeleira. In: Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, n.09, nov. 1876(01).

ALENCAR, José. Senhora. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1977.

_____ A viuvinha e cinco minutos. Rio de Janeiro: Garnier, 1924.

_____ Sonhos d'Ouro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1872.

_____ Cartas de Erasmo. Obras completas. v. 4. Rio de Janeiro: Aguilar, 1946.

_____ Como e porque sou romancista. São Paulo: Fontes, 1990.

_____ Discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

_____ Iracema. Edição com a Carta ao Dr. Jaguaribe. 15ª ed. São Paulo: Ática, 1984.

ALMEIDA, Manuel Antonio de. Memórias de um sargento de milícia. Introdução de Mário de Andrade. São Paulo: Ed. Martins, 1941.

ASSIS, Machado. Crítica literária. São Paulo: Ed. Mérito, 1962.

_____ Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

_____ Quincas Borba. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1977.

BANDEIRA, Manuel. Gonçalves Dias: esboço biográfico. Rio de Janeiro: Pongetti Editores, 1952.

BESOUCHET, Lídia. Mauá e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BOSI, Alfredo. Araripe Júnior. São Paulo: EDUSP, 1978.

BRIGHET, John. História de Israel. São Paulo: Paulinas, 1978.

CANDIDO, Antonio. Introdução ao método crítico de Silvio Romero. São Paulo: EDUSP, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ, 1998.

CASTELO, José Aderaldo. A polêmica sobre A confederação dos Tamoios. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

CASSIRER, Ernest. Filosofía de la Ilustración. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

CERTEAU, Michel de. L'écriture de l'histoire. Col. Bibliothèque des histoires. Paris: Gallimard, 1975.

CORREA, MARIZA. As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Edusf, 1988.

COUTINHO, Afrânio. A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.

_____ A Polêmica Alencar-Nabuco. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965.

FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins. Org. e Notas de Edson Nery Fonseca; prefácio de Enrique Rodriguez Larreta e Guillermo Giucci. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GEERTZ, CLIFFORT. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIBERT, Pierre. Une théorie de la Légende. Paris: Flammarion, 1979.

GROTIUS, Hugles de. Prolegomeni al Diritto della Guerra e della Pace (1625). Napoli: Morano Editore, 1979.

GUNKEL, Hermann. Les Légendes de la Bible. Paris: Flammarion, 1979.

JOÃO DO RIO. O momento literário. Curitiba: Criar Edições, 2006.

LEON-DUFOUR, X. Vocabulário de Teologia Bíblica. Petrópolis: Vozes, 2002.

KANT, Immanuel. Critique de La Raison Pure. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MELLO, Figueira de. Chronica da Rebelião Praieira. Rio de Janeiro: 1850.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Prosa de ficção: de 1870 a 1920. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília; INL, 1973.

_____ Machado de Assis (estudo crítico e biográfico). São Paulo: Nacional, 1936.

_____ Escritos da maturidade: seleta de textos publicados em periódicos. Rio de Janeiro: Graphia, 1994.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

NORBERT, Elias. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor as Batatas. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

_____. Que Horas São? São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____ Um mestre na periferia do capitalismo/ Machado de Assis. 4ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Ed. 34, 2000

ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. 7ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

_____ Obra filosófica. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1969.

TÁVORA, Franklin. O cabeleira. Prefácio de 1876. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, [19- -].

_____ Cartas a Cincinato. 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872.

Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

VIEIRA, Antonio. Sermões. 8ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

Bibliografia

ADORNO, Theodor Wiesengrund & HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____ Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática, 1992.

_____ Prismas: crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 1998.

AGUIAR, Cláudio. Franklin Távora e o seu tempo. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

ALONSO, Angela. O projeto civilizatório de Luís Pereira Barreto. São Paulo. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/ FFLCH/USP-SP, 1994. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).

_____ Ideias em movimento. 2000. (Doutorado). São Paulo. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/ FFLCH/USP-SP.

_____ Ideias em movimento. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

AMADO, Gilberto. A Minha Formação no Recife. Rio de Janeiro: José Olympio,1956.

ARAGÃO, José Maria. Tobias Barreto e o Conceito de Liberdade. Recife: 1957.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BARRETO, Luís Antonio. Tobias Barreto: uma bibliografia. Rio de Janeiro: Moderna; Brasília: INL, 1990.

BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.

BESOUCHET, Lídia. José Maria Paranhos, Visconde de Rio Branco: ensaio histórico-biográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____ História concisa da literatura brasileira. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____ Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia de Letras, 1996.

_____ Economia das trocas simbólicas. Sergio Miceli (org.). 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____ O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BROCA, Brito. A vida literária no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

_____ Românticos, pré-românticos e ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro. Prefácio de Alexandre Eulálio. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1979.

CAMPELLO, Netto. História Parlamentar de Pernambuco 1866-1943. Recife: Arquivo Público do Estado de Recife, 1976.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 1975.

CARNEIRO, Paulo (org.). Ideias Políticas de Júlio de Castilhos. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Casa Rui Barbosa, 1981.

CARPEAUX, Otto Maria. Notas Sobre o destino do Positivismo. Rio de Janeiro: Rumo, 1943.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____ A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. São Paulo: Nacional, 1978.

_____ A formação das almas – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, Ronald. Pequena história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: 1937.

CASTELO, José de Aderaldo. A literatura brasileira: origens e unidades. v. 1. São Paulo, EDUSP, 1999.

CASTRO, Celso. Os militares e a República – um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CHACON, Vamireth. Da Escola de Recife ao Código Civil. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1969.

_____ História institucional do Senado do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1997.

CHALHOUB, S. Visões da Liberdade. Campinas: IFCH/Universidade de Campinas, 1989. (Doutorado em História).

CRIPPA, Adolpho. As Ideias Filosóficas no Brasil. São Paulo: Convívio, 1978.

COLLINS, Randall. The Sociology of philosophies: a global theory of intellectual change. Cambridge; Massachusetts; Belknap Press of Harvard University Press, 1998.

CORREA, MARIZA. As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1988.

COSTA, Cruz. A Filosofia no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1945.

_____ Panorama da História da Filosofia no Brasil. São Paulo: Cultrix, 1960.

_____ Contribuição a História das Ideias no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Ressentimento e revolta. Formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889. (Doutorado) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/USP, 1990.

COUTINHO, Afrânio. (Org.). A polêmica Alencar-Nabuco. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965.

Dantas Silva, Leonardo (org.) A República de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

EISENBERG, Peter Louis. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8a ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FAORO, Raymundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Nacional, 1974.

_____ Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1976.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____ As Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FINK, Leon. & LEONARD, Stephen & REID, Donald M. Intellectuals and public life: between radicalism and reform. Ithaca Cornell University Press, 1996.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. 14ª edição. São Paulo: Global Editora, 2003.

_____ Um Engenheiro Francês no Brasil – Louis Légen Vauthier. Prefácio de Paul Arbousse Bastide. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

_____ Ordem e progresso. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

_____ Vida social no Brasil nos meados do século XIX. RJ: Editora Artenova, 1977.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____ La Verdad y Las Formas Jurídicas. México: Gedisa Mexicana, 1983.

GIBERT, Pierre. Une théorie de la Légende: Hermann Gunkel (1862-1939) et les légendes de la Biblie/ Pierre Gilbert (suivi de) Lés Légendes de la Genèse. Paris: Flammarion, 1979.

GRAMSCI, Antonio. A Questão Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAHAM, Richard. Patronage and politics in Nineteenth-Century Brazil. Palo Altos: Califórnia, Stanford University Press, 1990.

GUEROULT, Martial. Histoire de l'histoire de la philosophie. Paris: Aubier, 1988.

GUIZOT, François. Histoire de la civilization en Europe, depuis la chute de l'empire romain, jusquia la revolucion francaise. 6ª ed. Paris: Didier, 1862.

GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ Le dieu Caché: étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine Paris: Gallimard, 1959.

_____ Sciences humaines et philosophie. Paris: Gonthier, 1966.

HABERMAS, Jünger. Le Discours Philosophique de la Modernité. Paris: Gallimard, 1988.

_____ O discurso Filosófico da Modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

_____ The theory of communicative action. Boston; Beacon, 1987.

HAECKEL, Ernst Heirinch Philipp August. O Monismo (1866). Porto: Lello, 1908.

_____ Histoire de la création des êtres organisés d'après les lois naturelles (1868). Paris: Schleicher Freres, 1972.

_____ Enigmas do universo. 3ª ed. Porto: Chardron, 1926.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Império brasileiro. São Paulo: Editorial Grijalbo; EDUSP, 1972.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. Editor T. A. Queiroz. São Paulo: EDUSP, 1985.

HOBSBAWN, Eric. The age of empire. (1875-1914). New York: Vintage, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____ O Brasil Monárquico – do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1972.

HORKHEIMER, Max. Teoria crítica. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1990.

JAGUARIBE, Hélio. A Filosofia no Brasil. Rio de Janeiro: ISEB;1957.

JUNQUEIRA, Celina. Corrente Eclética na Bahia. Rio de Janeiro: Documentário,1979.

_____ Corrente Eclética em Pernambuco. Rio de Janeiro: Documentário; 1979

_____ Corrente Eclética no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Documentário; 1979;

LAFER, Celso. Esboço de Figura. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

LIMA, Manoel de Oliveira. Diário de Pernambuco. Recife: CEPE,1985.

LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional,1964.

LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEITE, Serafim. História da Cia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Portugália; 1938.

LAZARUS, Emma. Admetus and other poems. New York: Published by Hurd and Houghton, 1871.

LUKÁCS, György. A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, James Cooley. O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MACHADO NETO, Antonio Luiz. História das Ideias Jurídicas no Brasil. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1969.

_____ A estrutura social da república das letras. São Paulo: EDUSP, 1973.

MARTINS, José de Souza. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: HUCITEC; 1986.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar,1972.

_____ Sociologia da Cultura. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1974.

_____ Essays on the sociology culture. London: Routledge & Paul, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo saquarema: formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC/INL, 1986.

MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MELLO, João Manuel Cardoso. O capitalismo tardio: contribuição e revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 8a edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MELLO e SOUSA, Antônio Candido. Formação da Literatura Brasileira. São Paulo: Martins,1991.

_____ Literatura e subdesenvolvimento. Educação pela noite São Paulo: Ática, 1987.

_____ Literatura e Cultura de 1900 a 1945. In: Literatura e Sociedade. São Paulo: Nacional, 1965.

_____ Vanguarda e nacionalismo na década de vinte. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

_____ O método crítico de Sílvio Romero. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1988.

_____ Formação da Literatura brasileira. 5ª ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. Conceito de Civilização Brasileira. São Paulo: Nacional, 1936.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. Silvio Romero: sua formação intelectual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____ (org.) História das Ciências Sociais no Brasil. V.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

NOBRE, Marcos. A Dialética Negativa de T. W. Adorno: a ontologia do Estado falso. São Paulo: FAPESP/Iluminuros, 1998.

NOGUEIRA, A. Conceito ideológico do Direito da Escola do Recife. Fortaleza: [s.n.], 1980.

PAIM, Antonio. A Filosofia da Escola de Recife. 2ª ed. São Paulo: Pró-Memória,1984.

_____ Problemática do Culturalismo. Porto Alegre: EDUPUCRGS, 1995.

_____ História das ideias Filosóficas no Brasil. 5a edição. Londrina: UEL, 1997.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Nilo. Dom Vital e a Questão Religiosa. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

PESSOA, Lilian de Abreu. Aspectos do pensamento alemão na obra de Tobias Barreto. 1985. Tese (Doutorado) - Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.

PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil. São Paulo:Brasiliense,1979.

RABELO, Sílvio. Itinerário de Sílvio Romero. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

REALE, Miguel. Horizontes do Direito e da História. 2a ed. São Paulo: Saraiva,1977.

_____ Experiência e cultura: para a fundação de uma teoria geral da experiência. São Paulo: EDUSP; Grijalbo,1977.

_____ Paradigmas da cultura contemporânea. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____ O Estado Moderno. Rio de Janeiro: José Olympio,1934.

_____ Teoria Tridimensional do direito: preliminares históricas e sistemáticas. São Paulo: Saraiva,1968.

_____ Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação. São Paulo: EDUSP,1972.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation?. Chapitre 3 Bibliothèque municipale, B.P. 216, 14107 Lisieux cedex http://ourworld.compuserve.com/homepages/bib_lisieux/

RINGER, Fritz K. The decline of the German mandarins: the German Academic Community, 1890-1933. Hanover: University Press of New England, 1990.

_____ Fields of knowledge: French academic culture in comparative perspective, 1890-1920. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1992.

RIO, João do. O momento literário. Curitiba, Criar Edições, 2006.

SACRAMENTO, Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro; Brasília: INL,1970.

SAES, Décio. A Formação do Estado burguês no Brasil: 1881-1891. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALES, Alberto. A pátria paulista (1887). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, Leonardo Dantas (org). A República de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990.

SOUSA, José Soriano de. Compêndio de Filosofia. Recife: Renascença,1867.

SHARP, Lesley. Friedrich Schiller: drama, thought and politics. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____ As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

SKINNER, Quentin. Os Fundamentos do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TAINE, Hippolyte. Essais de critique et d'histoire. 14ª ed. Paris: Hachette, 1923.

_____ Sa vie et sa correspondance: correspondance de jeunesse. 4ª ed. Paris: L. Hachette, 1914.

TARROW, Sidney G. Power in movement: social movements, collective action and politics. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1994.

TORRES, Alberto. O Problema Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa. Nacional; 1914.

Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878. Recife: Typ. Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

TREITSCHKE, Heinrich Von. Historische und politische Aufsätze. Leipzig: Hirzel, 1867

URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VAMPRÉ, S. Memórias para a História da Academia de SP. Vol. II. Brasília: INL, 1977.

VERÍSSIMO, José. História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

VIANA FILHO, Luis. A vida de José de Alencar. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1979.

VIOTTI da COSTA, E. The Brazilian Empire: myths and histories. Chicago: Chicago University Press, 1985

VITA, Luís Washington. Monólogos & Diálogos. São Paulo: Cons. Estadual de Cultura.

_____ Introdução à Filosofia. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____ Panorama da filosofia no Brasil. Porto Alegre: Editor Globo, 1969.

WEBER, Max. The religion of India: the sociology of Hinduism and Buddhism. Glencoe, Ill, Free Press, 1958.

_____ Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____ Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo